

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**



**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO
MST**

MARIA NEUMA CLEMENTE GALVÃO

**JOÃO PESSOA-PB
2006**

G182e Galvão, Maria Neuma Clemente.

Educação ambiental nos assentamentos rurais
do MST./ Maria Neuma Clemente Galvão. - João
Pessoa, 2006. .- 341 p.

Orientador: Wojciech Andrzej Kuleza
(Tese Doutorado) UFPB/CE

1. Educação ambiental 2. MST 3. Reforma
Agrária.

UFPB/BC

CDU 37:504(043)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MARIA NEUMA CLEMENTE GALVÃO

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO MST

Tese aprovada pelo programa de Pós-graduação em Educação, do Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba, área de Educação Popular, Comunicação e Cultura, como requisito para obtenção do título de Doutora em Educação.

ORIENTADOR: DR WOJCIECH ANDRZEJ KULEZA

JOÃO PESSOA - PB
2006

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO MST

Por
Maria Neuma Clemente Galvão

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção
do título de Doutora em Educação Universidade Federal
da Paraíba.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Wojciech Andrzej Kuleza (CE/UFPB)
Orientador

Prof. Dra Edneide Jezine Mesquita.

Prof. Dr. Francisco José Pegado Abílio

Prof. Dr. Ivandro da Costa Sales

Prof, Dr. José Jonas Duarte da Costa

João Pessoa - 2006

Aos meus pais, Maria Clemente Galvão e Francisco Brito Galvão, por acompanharem toda a minha trajetória;

Ao meu esposo, Francileudo de Lucena Medeiros, pela paciência devido às mudanças durante o processo;

Ao meu filho, Ramon Galvão Medeiros, pela alegria e o carinho nas noites de cansaço, por sua meiguice, seu sorriso e sua vida;

Ao grande mestre, Paulo Freire (in memoriam), por me iniciar na leitura do mundo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal da Paraíba, aos professores, professoras, funcionárias, funcionários, amigos como Ronaldo Barbosa, José Luiz, Filipe ajudaram organizando as fotos e a todas as pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho, e, em especial, Galdino, Francisca, Graça, Agostinho, Luciana, Rejane, Neuzita, Irmã Osvalda, Osman, Reigota, Maria Damaceno, Ivna, Campani, Andréa, Freire e Wtemberg:

Aos professores/as doutores/as Wojciech Andrzej Kuleza (orientador), a Francisco José Pegado Abílio a quem devo muito pela sua leitura minuciosa e orientações importantes no decorrer do processo, José Francisco de Mello Neto, Edna Brennand, Roberto Jarry Richardson, Afonso Celso Scocuglia, Luiz Gonzaga Gonçalves e, José Jonas Duarte da Costa (CCHLA). A todos e todas colegas da 1.^a turma do doutorado em Educação da UFPB.

Aos meus irmãos, em especial a Geraldo Clemente Galvão (agrônomo), Gelson, Nelson, Selson, Leudo, Weliton in memória e Telson Clemente Galvão e ao meu cunhado, Pedro Zeca, pela ajuda, nomeando as plantas da região. Carinhosamente as minhas irmãs, Socorro (minha madrinha), Nazareth, Irinete, Maria, Salete e Neuza.

Ao meu sogro, Silvino Corcino de Medeiros, pelo carinho e por considerá-lo um fiel representante do trabalhador rural, em reconhecimento ao seu trabalho como homem público.

LISTAS DE BREVIATURAS & SIGLAS

APAN-	Associação Paranaense Amigos da Natureza
AGAPAN	Associação Gaúcha de Proteção do Ambiente Natural
ARCA	Associação de Recuperação e Conservação Ambiental
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas do Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONTAG-	Confederação dos Trabalhadores da Agricultura
CNBB-	Confederação dos Bispos do Brasil
DS	Desenvolvimento Sustentável
DFE	Departamento Fundamentos da Educação
EA	Educação Ambiental
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EUA	Estados Unidos da América
FNMA	Fundo Nacional do Meio Ambiente
EMEPA	Empresa de Pesquisa Agropecuária
EMACE	Superintendência Estadual do Meio Ambiente
FRETAECE	Federação da Agricultura do Estado do Ceará
FUNAPE	Fundação Nacional de Pesquisa
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renovável
IES	Instituto de Educação Superior
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Finanças
IUCN	International Union for Conservation and Nature
MEC	Ministério de Educação e do Desporto
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MST	Movimento dos Sem Terra
NEA	Núcleo de Educação Ambiental
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAS	Programa Alfabetização Solidária
PNUD/UNIP	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA/UNEP	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PRODEMA	Programa Regional de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente.
PRONERA	Programa Nacional de Educação para Reforma Agrária
PRONEA	Programa Nacional de Educação Ambiental(1ª versão 1994)
ProNEA	Programa Nacional de Educação Ambiental (2ª versão 1999)
REBEA	Rede Brasileira de Educação Ambiental
SAELPA	Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
UNESCO	United Nacional Educational, Scientific and Cultural Organization
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFC	Universidade Federal do Ceará

UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UVA	Universidade Estadual do Vale do Acaraú
UNB	Universidade Nacional de Brasília

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura n.º 1 Cursos Médios_____	151
Figura n.º 2 Setores a que pertencem_____	154
Figura n.º 3 Áreas preservadas_____	177
Figura n.º 4 Como recuperar áreas_____	178
Figura n.º 5 Ações educacionais na EA_____	186

LISTA DE FOTOS

Figura 1 – Entrada do Assentamento Patativa do Assaré_____	129
Figura 2 _ Reunião com o agente de saúde e dentista no assentamento_____	132
Figura 3 _ Vista de um dos principais açudes em frente à casa sede e à escola_____	135
Figura 4 _ No recanto da sala a rede enquanto a mãe dar aula_____	151
Figura 5 _ A professora, na sala de aula, no Assentamento Patativa _____	158
Figura 6 _ Encontro do prefeito e secretário de educação com os/as professores/as da zona rural de Patos – PB_____	162
Figura 7 _ Segundo encontro com os/as professores/as de Patos- PB e do Assentamento Patativa do Assaré _____	164
Figura 8 _ Professores/as da zona rural de Patos – PB no final da oficina de Teatro de bonecos e EA_____	165
Figura 9 _ Oficina de Teatro de bonecos com as professoras da zona rural de Patos _____	167
Figura 10 _ Filha, mãe e avó participaram do trabalho com Teatro de bonecos na EA _____	169
Figura 11 _ Alunos que criaram e apresentaram cenas_____	170
Figura 12 _ Ensaio com Teatro de bonecos no Assentamento_____	171
Figura 13_ Cartaz colado na parede da escola, no assentamento Patativa do Assaré_____	172
Figura 14 _ Assentamento Padre Acácio, área em frente a escola_____	173
Figura 15 _ Água chegando em casa para o consumo humano_____	179
Figura 16 _ Professora do Assentamento Padre Acácio, na sala de aula com os seus poucos livros_____	184
Figura 17 _ Lixo jogado para queimar ao lado de uma casa_____	188

RESUMO

O presente trabalho apresenta a EA nos assentamentos do MST, tendo como objetivo geral analisar os princípios e a prática dos/as assentados/as sobre meio ambiente e EA nos assentamentos rurais da reforma agrária acompanhados pelo MST. Fiz observação em sete áreas do MST, na Paraíba, conhecendo a concepção de meio ambiente, natureza e de EA das assentadas e assentados, tomando como amostra do questionário respondido pelos/as representantes dos dezenove Estados brasileiros, num total de 53 pessoas do MST, presentes no curso de História para educadores do Campus na UFPB em João Pessoa. Realizamos as visitas de observação, conversando, fotografando e analisando os aspectos social, cultural e ambiental nessas áreas, considerando a intervenção da pesquisa-ação nos assentamentos Massangana III e Patativa do Assaré -PB. A abordagem metodológica foi a pesquisa participante citada acima, considerando a realidade rural e a EA. Na pesquisa participante, o informante é conduzido à produção do conhecimento e se torna o sujeito dessa produção. Os instrumentos utilizados para complementar dados da intervenção participante foram os seguintes: o já citado questionário, com questões abertas e fechadas, a entrevista-semi estruturada e a análise da prática, vendo a concepção de natureza, meio ambiente e EA dos participantes (recorrendo as categorias de Sauvé(1997), Reigota(2002.a)e Tamaio (2002), entre outros. Além disso, consultei os documentos do MST. Constatei que a EA existe na maioria dos assentamentos. No movimento, estão implementando essa realidade de forma massiva, com a base, e não, com algumas famílias, e restrito a determinados locais, atuando nas escolas, nas famílias, nas associa  es e usando a agroecologia, sabendo que ainda    um desafio para se construir um mundo melhor, tendo claro que ainda levará anos, décadas, e talvez os filhos e netos colher  o os frutos semeados. Um dos objetivos do MST    desenvolver tecnologias adequadas    realidade, conservando e recuperando os recursos naturais, com um modelo agrícola auto-sustentável. Na organiza  o da produ  o, o atual modelo tecnológico adotado na agricultura visa apenas ao lucro, o que compromete os recursos naturais para as futuras gera  es, buscando o aumento da produtividade do trabalho, das terras. Nos seus princípios, o MST deixa claro o cuidado com a terra, os seres vivos da natureza, melhorando os conhecimentos sobre a natureza e a agricultura, evitando a monocultura, o uso de agrotóxicos, combatendo todas as práticas de contamina  o e agressão, produzindo alimentos para eliminar a fome da humanidade. O movimento, no processo educacional, tem despertado para as preocupa  es ambientais, promovendo uma modifica  o nos valores e atitudes, propiciando a constru  o de habilidades e mecanismos necessários    sustentabilidade ambiental. Nos documentos e na prática, o MST demonstra o cuidado com a natureza. A EA acontece de forma mais coerente, quando a terra j   foi legalizada, e as famílias est  o bem mais estruturadas com acompanhamento do MST, dos técnicos, com recursos e assistência em todos os sentidos .

Résumé

Ce travail démontre l'EA chez les « assentamentos » du MST, ayant comme objectif général l'analyse des principes et des pratique des « assentados » sur le milieu naturel et l'EA dans ces « assentamentos » rurales de la réforme agraire suivis pas le MST. Des observations ont été faites en sept aires du MST à Paraíba, pour reconnaître la conception de milieu naturel, nature et EA chez les « assentados » et « assentadas », prenant comme échantillon le questionnaire répondu par les représentants de 19 états , dans un total de 53 membres du MST qui étaient présents au cours d'Histoire pour les éducateurs de Campagne à l'UFPB. Des visites d'observation on été faites, en parlant, en photographiant et en analysant les aspects social, culturel et de relation avec le milieu dans ses aires, en ayant considération pour l'intervention de la recherche-action aux « assentamentos » de Massangana III et Patativa do Assaré – PB. La méthodologie utilisée c'est celle de la recherche participative commenté ci-dessus, avec l'aide de la phénoménologie et de l'ethnographie, ayant en considération la réalité rurale et l'EA. Dans la recherche participative, l'informant est conduit à produire la connaissance et dévient le sujet de la production. Les instruments utilisés pour compléter les données de l'intervention participative étaient les suivants : le questionnaire déjà cité, avec des questions discussives et à multiple choix, l'interview démi-structurée et l'analyse de la pratique, en voyant la conception de nature, milieux naturel, et EA des participants (dans les catégories de Sauvé (1997), Reigota (2002) et Tamaio (2002) entre autres). En plus les documents du MST on été consultés. J'ai pu constater que l'EA existe dans la plus part des « assentamentos ». Dans le mouvement, ils sont en train d'implanter cette réalité de manière massive, avec la base, et pas seulement avec quelques familles ni restrictif    quelques régions mais dans les écoles, dans les familles, dans les associations et en utilisant l'agro-écologie en sachant que   a reste un défi construire un monde meilleur, laissant bien claire qu'il faudra des années, des décennies et que peut être ses enfants et ses petits enfants cueillerons ses fruits. Un des objectifs du MST c'est développer des technologies adéquates    la réalité, en préservant et récupérant les ressources naturelles, avec un modèle agricole auto – sustenté. Chez l'organisation de la production, le modèle technologique actuel adopté    l'agriculture vise seulement les rapports d'argent et compromets les ressources naturelles des futures générations, en cherchant l'augmentation de la production du travail, des terres. Dans ses principes il est clair l'inquiétude avec la terre, les êtres vivants de la nature, en améliorant les connaissances    propos de la nature et de l'agriculture, évitant la monoculture, l'utilisation de produits toxiques, en se battant contre les pratiques de contaminations et agression en produisant des aliments pour éliminer la famine dans le monde. Le mouvement, dans le processus éducationnel,    ouvert les yeux pour les préoccupations du milieu naturel. Dans les documents aussi bien que dans la pratique le MST démontre une attention spéciale envers la nature. L'EA est présente de forme plus cohérente, quand la terre a été légalisée et les familles sont bien installées avec l'aide du MST, des techniciens, avec des ressources et une assistance dans tous les domaines.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	06
LISTA DE ILUSTRAÇÕES E FOTOS	08
RESUMO	10
RÉSUMÉ	11
APRESENTAÇÃO	13
INTRODUÇÃO	14
Abrindo as cortinas	14
O Ceará em cena com o PRONERA	16
Objetivos	19
Metodologia da pesquisa	19

CAPÍTULO I HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

1.1 Horizonte internacional da Educação Ambiental	28
1.2 No palco: a Educação Ambiental no Brasil	39
1.3 No Estado da Paraíba: em Cena a Educação Ambiental	57

CAPÍTULO II DESCORTINANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM PAULO FREIRE

2.1-A natureza na visão freiriana	78
2.2- Educação Ambiental em suas práticas	81

CAPÍTULO III O MEIO AMBIENTE E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS ASSENTAMENTOS DO MST

3.1 - Ambiente, natureza e Educação Ambiental e seus significados	106
---	-----

3.2 - O MST no Brasil	115
3.3 - MST na Paraíba	117
3.4 - O Assentamento Massangana III e sua trajetória no cenário	122
3.5 - O Assentamento Patativa do Assaré	129
3.6 – No Camarin: a Educação Ambiental no MST	139
3.7 – Educação no Patativa	150
CAPÍTULO IV DESVELANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS ASSENTAMENTOS DO MST	
4.1 - A representação de Educação Ambiental e de meio ambiente dos/as assentados/as	155
4.2 – Educação Ambiental na zona rural no município de Patos	161
4.3 – Teatro de bonecos na Educação Ambiental: a participação da comunidade	166
4.4 – Como acontece a Educação Ambiental nas escolas	172
4.5 – Educação Ambiental realizada no campo	174
4.6 – Trabalho nos assentamentos de Educação Ambiental	180
4.7 - No PRONERA meio ambiente e política pública	183
4.8 – Os setores do movimento na EA na Educação Ambiental	186
4.9 – A natureza e seus significados no MST	190
4.10 – Os princípios e a valorização da natureza no MST	204
5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	209
6 - REFERÊNCIAS	211
ANEXOS	

APRESENTAÇÃO

Este trabalho está dividido em cinco partes. Início com uma introdução, ABRINDO AS CORTINAS, em que se situam os motivos que me levaram a pesquisar a EA no MST, minha aproximação com o tema, sua importância para futuros trabalhos sobre essa temática, pois quase nada existia até então sobre o assunto, os objetivos e a metodologia da pesquisa.

No primeiro capítulo, intitulado HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL, cito os principais eventos nos três níveis, internacional, no Brasil e na Paraíba, mostrando um pouco do surgimento do MST na Paraíba. No segundo capítulo DESCORTINANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM PAULO FREIRE, mostro a sua visão de natureza e a aproximação dos trabalhos de Paulo Freire e de sua teoria com a Educação Ambiental. No terceiro capítulo MEIO AMBIENTE E EA NOS ASSENTAMENTOS DO MST, analiso os conceitos de meio ambiente e EA. O quarto e último capítulo, DESCORTINANDO A EA NO MST, contém a análise dos dados do trabalho de EA com Teatro de Bonecos, das oficinas desenvolvidas; apresento como é realizado EA nas escolas dos assentamentos e de uma forma geral nos assentamentos; a inclusão do PRONERA quanto política pública desenvolvendo práticas relacionada ao meio ambiente e EA, as frentes responsáveis por este trabalho no MST e sua avaliação da EA nos assentamentos; por fim, apresento os princípios do movimento e análise dos dados em função da prática percebida nas áreas observadas, nas entrevistas e no questionário à luz da fundamentação teórica.

INTRODUÇÃO

ABRINDO AS CORTINAS

Meu envolvimento com as questões ambientais no meio rural vem desde quando entendi de mundo, vendo minhas irmãs e meu irmão trabalharem no roçado em um horário e, no outro, irem para a escola. Assim aconteceu comigo: aprendi a ler em uma escola rural, a quilômetros de distância da casa dos meus pais, no sítio Tiradas, município de Santa Terezinha, localizado na porção centro-oeste do Estado da Paraíba, mais precisamente na unidade geomorfológica da depressão sertaneja, a 378 KM da capital, João Pessoa, um lugar cujo clima característico é semi-árido, e a Vegetação predominante é de Caatinga, com diversas espécies, variando entre arbóreo e arbustivo, a 18 quilômetros de Patos, terceira cidade da Paraíba.

No campo, tive meus primeiros aprendizados, cuidando das plantas muito cedo e fazendo uma outra leitura do ambiente. Ali via meu pai aplicar veneno "andrex" no algodão, no feijão e em outras culturas para matar a lagarta; algumas vezes, o veneno penetrava na pele, já que ele não usava roupas apropriadas, intoxicando-se. Ele sentia tontura, mal-estar e, para melhorar esses sintomas, tomava leite e parava a aplicação do veneno por um período até ficar sem sentir seu efeito. No ano seguinte, tudo se repetia. Esse era o único jeito de controlar as pragas com "segurança", segundo meu pai; ele já conhecia outros meios caseiros de controle da lagarta, mas eram muito lentos, por isso aplicava o veneno.

Lembro-me de uma grande novidade na década de 70: o veneno para acabar com o mato e a grama, "Gramoxone"(Batalla, 2002), que foi aplicado para acabar com a grama mas, devido às suas raízes serem profundas, o problema não foi resolvido; o efeito só foi positivo no mato. Ainda hoje, depois de 35 anos, não nasceu vegetação rasteira em alguns locais, e o sítio do meu pai possui pouca vegetação nativa, devido ao alto nível de desmatamento.

Em conversa com meu pai sobre os motivos por que usava o veneno e desmatava a terra, ouvi dele que era o modelo na época; terra bem cuidada e desenvolvida era aquela que não tivesse mato nem mata, por isso também, para plantar algodão, devastou todo o sítio de 260 hectares, onde havia várias espécies nativas conhecidas como: cumaru ou imburana de cheiro, barriguda, pau- serrote, imburana, pau-d'arco ou ipê roxo, favela, arueira, marmeleiro, ameixa nativa, caatingueira, rompe gibão, jurema branca e preta, pereiro, moróró, caibeira, juazeiro,

imbiratânea, feijão brabo, maria preta, batata de negro ou batata de tiu, pião brabo, moróró branco, jucá ou pau-ferro, jenipapo, jaramataia, caibeira, giquiri, mamuarana, macambira, urtiga cansansão, trapiá, pitomba, cuaçu, cipó amarra cachorro ou chocalho de raposa, cipó tatu, oiticica, louro, sabiá, tamboril ou tamanqueira, pata de vaca ou moróró de espinho, quebra-faca, erva babosa.

Hoje, existem 1% de mata nativa e 5% de mata nesse sítio. Infelizmente, alguns vizinhos e assentamentos ainda usam veneno para controlar a praga nas lavouras, provavelmente devido à falta de informação e pelo fato de o resultado vir mais rápido. Passei a entender melhor esses problemas ambientais, voltando hoje a morar no sítio, fazendo plantio de uma horta caseira sem usar adubo químico ou outro produto tóxico; no lugar do veneno para matar as pragas, usei uma mistura de fumo de rolo com álcool e água, e urina de gado pura ou com água.

Percebi que a aplicação dessa mistura mata e controla bem devagar as pragas, obrigando-me a usar muitas vezes esse produto, enquanto que a ação do veneno é bem rápida e convence pela sua aparente solução, porque o seu efeito fica na planta, repercute na contaminação do solo, das águas e na saúde do consumidor. Essas vivências de infância, meu envolvimento com a educação nos assentamentos do MST, que relato a seguir, e a própria pesquisa despertaram em mim vontade de aprofundar e entender melhor essas questões, chegando a algumas conclusões.

No MST, desenvolvi um trabalho no assentamento Massangana III -PB- e no PRONERA, em Sobral - CE, o qual serviu para observar que a discussão e o trabalho de pesquisa sobre EA eram pertinentes, por conta da falta de informações sobre esse assunto nos assentamentos do MST, gerando expectativas pela sua importância, despertando também, em futuros pesquisadores, o interesse de continuar estudando essa temática, e pela falta de estudo escrito sobre essa questão nos assentamentos rurais, o que aumentou a vontade de conhecer mais outras áreas e saber como estavam sendo resolvidas essas questões nos outros Estados brasileiros.

Essa realidade fez-me perceber que o processo de EA pressupõe um conhecimento maior articulado com a ética, a cultura local e as condições de sobrevivência da própria comunidade. A EA não é desligada das questões políticas, econômicas, culturais e sociais, sendo um processo vivido em curto, médio e longo prazo.

Poucas informações sobre EA existiam no assentamento Massangana III. Muitos não sabiam ler nem escrever, desconhecendo os cuidados com o ambiente. Talvez a própria luta pela terra, no assentamento, resgatasse o exemplo de cidadania e o respeito pela vida. Se essas

pessoas já tivessem acesso a uma educação escolar difere, teriam participado dessas discussões na escola e, no momento em que conquistassem a terra, as atitudes seriam outras.

Ceará em cena com o PRONERA

Minha vivência no Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) surgiu em 1997, a partir do I Encontro Nacional de Educadores/as do MST. O PRONERA mantinha uma gestão democrática em parceria com os sindicatos rurais representados pela CONTAG, CNBB, UNESCO, pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, do MST e professores de Instituição de Ensino Superior, envolvidos em projetos educativos em assentamentos, como foi o meu caso, na UFPB, na UVA, no IES, na UNB, na UFPE, UFC, UEPB, entre outras, dando ênfase à elevação da escolaridade e à formação dos/as educadores/as assentados/as, trazendo à tona a inclusão obrigatória da EA para esse programa.

No Ceará, o PRONERA esteve sob a responsabilidade de três Universidades: a Universidade Federal do Ceará (UFC), a Universidade Estadual do Ceará (UECE) e a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Na Região Norte do Estado, coube à UVA a responsabilidade de formar os 73 monitores, acompanhar e avaliar o seu processo de formação e escolarização analisando o processo de alfabetização de jovens e adultos assentados e, ainda, garantir a certificação necessária dos cursos. A formação das turmas ficou sob a responsabilidade do MST e da FRETAECE (Federação dos trabalhadores da Agricultura do Estado do Ceará) que, juntamente com os monitores, alunos universitários e coordenadores locais, promoveram visitas às famílias assentadas e reuniões com as associações dos assentamentos. A meta era alfabetizar 1.460 assentados, com 25 alunos por salas, formando assim 73 turmas. Não foi possível fazê-lo com todas as turmas porque, em algumas salas, faltavam infra-estrutura e material permanente. Assim, só foi possível começar com 85% dos alunos.

No PRONERA, a temática meio ambiente era uma exigência a ser trabalhada. Segundo a professora Marta Pernambuco, em palestra na UFPB em 2003, esse programa nasceu com a intenção de discutir as questões ambientais nos assentamentos. Realmente, na época, foi solicitado, via ofício, que fosse trabalhado o tema EA. Nesse sentido, convidamos profissionais especialistas na área de EA, e foi realizado um grande encontro com todos os educadores e educadoras, além das lideranças dos movimentos que acompanhavam o programa, discutindo-se

alguns conceitos que partiam da realidade dos assentados. Para isso, havia estudos de texto, o que servia de base para discussão dos temas.

Para atingir esse objetivo, utilizamos temas geradores que foram trabalhados através de vários recursos didáticos, como, por exemplo dramatização, teatro de bonecos, música, mímica, vídeo, recortes de jornais locais e do MST .

A temática EA teve uma grande aceitação, havendo mais facilidade para a sua discussão, talvez por partir da própria realidade dos alunos. Como em todas as temáticas de EJA, as palavras geradoras ligadas à EA propunham uma metodologia que desenvolvia os princípios da educação popular, tendo como base os princípios político – filosóficos da pedagogia de Paulo Freire, complementada na parte lingüística por Emília Ferreiro. Uma metodologia voltada para os problemas dos assentamentos e da questão agrária brasileira, buscando resgatar a cidadania do trabalhador rural, ao mesmo tempo em que as atividades pedagógicas resgatavam as necessidades identificadas nos assentamentos.

Como forma de incentivar os alunos a freqüentarem as aulas, reduzindo as desistências, sensibilizamos os assentados, mostrando-lhes a importância desse processo, tanto para o crescimento pessoal quanto para o desenvolvimento da comunidade, enfatizando que o fato de saber ler e escrever ajuda a compreender o processo dos empréstimos bancários, e os projetos agrícolas contribuem para o desempenho profissional, melhoram as relações com a comunidade e ajudam a obter os serviços cooperativos e deles participar. Outra forma de mantê-los em sala de aula foi incentivando-os a elaborar a própria cartilha, através dos textos escritos em sala de aula (ver anexo H). Uma terceira forma foi visitar as casas dos alunos faltosos, incentivando-os para participarem mais das atividades na sala de aula.

Percebe-se que a discussão da temática ambiental motiva-os a participar do curso por conta da metodologia criativa e das questões que partem do seu dia -a-dia. Infelizmente, esse programa, a partir de janeiro de 2001, subordinou-se à Coordenação Geral de Projetos Especiais da Superintendência do Desenvolvimento Agrário do INCRA, que passou a ser subordinado, em parte, ao Programa Alfabetização Solidária – PAS. Ao que se supõe, trata-se de uma tentativa de absorção do PRONERA ao Programa da Comunidade Solidária, a que lideranças do MST resistiram. Nessa etapa, a experiência do PRONERA, desenvolvida pela UVA, encerrou-se, mas serviu para iniciar a discussão sobre EA nos assentamentos e despertou o nosso tema de estudo.

O foco principal para esta tese parte do seguinte argumento: No MST, é vivida a EA desde o momento em que o movimento luta para que a terra seja desapropriada, passando a pertencer a quem nela trabalha. Outro argumento é de que, nessa luta, está a divisão das responsabilidades com muitas pessoas, que provavelmente vão cuidar melhor do meio ambiente, do que na mão de apenas um dono, ou seja, do latifundiário, preocupado só com o lucro.

Esse processo pode fazer com que haja harmonia com a natureza, dando melhor qualidade de vida para a maioria da população, as trabalhadoras e os trabalhadores rurais, que, anos atrás, foram expulsos de suas terras à procura de sobrevivência na cidade, cedendo espaço para os grandes proprietários que buscam enriquecimento pela produção em grande escala, sem observar os estragos como: a fome, os desmatamentos, a poluição da água, do ar e do solo, devido ao uso dos defensivos, uma produção diferenciada pelo uso de pesticida e adubo químico na terra, acarretando problemas para o ambiente.

Nos assentamentos, a produção se dá na, maioria das vezes, em menor escala. O uso de adubos naturais e a chamada agricultura familiar, empregada pelos agricultores, podem melhorar o meio ambiente, diferente do que faz a maioria dos grandes proprietários, que procuram ter mais lucro às custas da química para aumentar a produção em um curto espaço de tempo, usando agrotóxicos no controle e na eliminação das pragas, mesmo sabendo que isso é prejudicial à saúde. Grande parte dos latifundiários, contando com grandes faixas de terra, ficam despreocupados com o controle desse uso, achando que a natureza é inesgotável, e a desmatam para fazer pasto para o gado. Ao invés de harmonizar-se com o meio ambiente, vão, aos poucos, destruindo-o.

Objetivo Geral

Analisar as concepções e a prática dos/as assentados/as sobre meio ambiente e EA nos assentamentos rurais da reforma agrária acompanhados pelo MST;

Específicos

Conhecer as propostas do movimento nos seus principais documentos, partindo dos princípios e do documento “Construindo o programa Ambiental do MST para Reforma Agrária” e a EA nas áreas de assentamentos e intervir com o projeto teatro de bonecos na EA;

Fazer o resgate histórico da EA em nível internacional, no Brasil e na Paraíba; refletir sobre a EA e os elementos da cultura dos trabalhadores assentados à luz dos conhecimentos freireanos;

Discutir sobre a concepção de meio ambiente e os elementos da cultura, identificando práticas das assentadas e dos assentados relacionando-as com a EA .

Metodologia da pesquisa

A base deste estudo foram os fundamentos teóricos e a abordagem metodológica da pesquisa fenomenológica, etnográfica, o estudo de caso e a pesquisa participante.

Com referência á pesquisa fenomenológica, Sato assevera que:

Este enfoque descreve significados das experiências de vida sobre uma determinada concepção ou fenômeno, explorando a estrutura da consciência humana. @s pesquisador@s buscam a estrutura invariável (ou essência), com elementos externos e internos baseados na memória, imagens, significações e vivências (subjetividade). Há uma ruptura da dicotomia "sujeito-objeto"e dos modelos exageradamente "cientificistas"(2001, P. 8)

A pesquisa etnográfica considera os dados sobre a sociedade rural e seu estilo de vida, como asseveram Marconi e Lakatus,

Consiste no levantamento de todos os dados possíveis sobre sociedade àgrafas ou rurais e na descrição delas, visando conhecer melhor o estilo de vida ou a cultura específica de determinados grupos... o método etnográfico é uma modalidade de investigação naturalista, tendo como base a observação e a descrição... Outra ponto importante é o de seguir certas normas básicas, como deixar de lado preceitos e estereótipos e agir como participante. Questionar sobre o que parece comum e observar o tipo de relações encontradas no meio ambiente(2004, P.273).

No estudo de caso, faço o levantamento de dados em sete áreas, com ênfase nos assentamentos Massangana III e Patativa do Assaré. Sobre o estudo de caso Marconi e Lakatos (2004) asseveram que ele:

refere-se ao levantamento com mais profundidade de determinado caso ou grupo humano sob todos os seus aspectos. Entretanto, é limitado, pois se restringe ao caso que estuda, ou seja, um único caso, não pode ser generalizado... No estudo de caso qualitativo, não há um esquema estrutural aprioristicamente; assim, não se organiza um esquema de problemas, hipóteses e variáveis com antecipação. Reúne o maior número de informações detalhada, valendo-se de diferentes técnicas de pesquisa, visando apreender uma determinada situação e descrever a complexidade de um fato (P.274).

Na perspectiva do trabalho com uma visão histórico-dialética, considera-se a abordagem da pesquisa-ação. Para O'Brien(2003), a pesquisa - ação é conhecida por vários outros nomes,

incluindo pesquisa participativa, investigação colaborativa, pesquisa emancipatória, ensino ação, e pesquisa-ação contextual. Mas todos são variações de um mesmo tema. Em forma simples, pesquisa-ação é "aprender fazendo" - um grupo de pessoas identifica um problema, faz algo para resolvê-lo, vêem o grau de sucesso que seu esforço obteve, e, não estando satisfeitos, tentam novamente(P.194).

Na pesquisa participante, trabalha-se com a produção coletiva do conhecimento:

Promover a produção coletiva de conhecimentos, rompendo com o monopólio do saber e da informação e permitindo que ambos se transformem em patrimônio dos grupos subalternos, estabelecer relações entre os problemas individuais e coletivos, funcionais e estruturais, como parte da busca de soluções coletivas aos problemas enfrentados (Brandão, 1984,P.40).

Grabauska e Bastos(2003) apontam que a investigação-ação incorpora algumas das concepções de Freire: inscreve-se em uma nova dimensão, nitidamente interessada na emancipação dos seres humanos e francamente favorável à transformação da realidade.

Neto diferencia um aspecto da pesquisa-ação das outras metodologias, declarando que ela conduz o sujeito a produzir o conhecimento:

Na pesquisa-ação, o participante é conduzido à produção do conhecimento e se torna o sujeito dessa produção. Neste aspecto, essa metodologia se distancia das demais e se afirma, constituindo-se como fundamental instrumento de resistência e conquista popular. Trata-se de uma metodologia constituída da ação educativa (Neto, 2003, P. 98).

É uma concepção de pesquisa que, segundo Richardson (2003), enfatiza a socialização do saber, tentando romper com o monopólio do conhecimento, através da participação dos sujeitos na análise e solução.

Os instrumentos utilizados para complementar a intervenção participante foram a análise, a representação e concepção de natureza, de meio ambiente e EA dos participantes. Recorrendo às categorias de Sauvé(1997) e Reigota(2002.a), consulte os documentos do MST, registrando no diário de campo as observa  es, utilizando 20 questões abertas e fechadas e a entrevista-semi estruturada.

Optei pelos assentamentos que são acompanhados pelo MST- porque, além da experiência citada acima com esse movimento, considero-o como um movimento que vem crescendo e conquistando suas reivindicações em nível nacional e, em cujos princípios, o meio ambiente é visto de maneira global. Além disso, há *poucas informações sobre EA nos assentamentos acompanhados pelo MST*. Isso foi percebido quando realizei uma pesquisa intitulada Educação Escolar nos assentamentos da Paraíba: impasses e perspectivas. Esse trabalho foi relatado no segundo capítulo do livro Qualidade de Vida e Reforma Agrária da Paraíba em 1998, organizado por Bamat e Ieno Neto (1998).

Procurei conhecer a concepção de natureza e de EA das assentadas e dos assentados, tomando como amostra os representantes dos 19 Estados, num total de 53 pessoas representantes do MST, presentes no Curso de História para educadores do Campo. Isso através da citada entrevista e um questionário com vinte perguntas, com questões abertas e fechadas, pensadas e refeitas a partir de um pré-teste com oito desses alunos e alunas. Esse questionário continha questões sobre a concepção de natureza, de produção, para se descobrir como foram pensadas as questões ambientais nos assentamentos, quem realiza a EA ali, como aconteceu a atuação nesse espaços, qual a sua contribuição nas questões sobre o meio ambiente, como o MST orienta a EA no assentamento, o número de assentamentos por Estado em que se trabalha a EA, se ela vem sendo trabalhada e quais os motivos de isso não acontecer em todos os assentamentos, justificando-se os motivos e a quem cabe começar esse trabalho .(ver Anexo B)

O universo da pesquisa contou com participantes dos Estados de Pernambuco, Ceará, Sergipe, Goiás, Minas Gerais, Paraná , Rio de Janeiro, Maranhão, Tocantins, São Paulo, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Alagoas, Bahia, Rio Grande do Norte, Pará, Rio Grande do Sul, Paraíba e do Distrito Federal.

Realizamos as visitas de observação em sete assentamentos do Estado da Paraíba, conversando, fotografando e observando os aspectos social, cultural e ambiental nessas áreas.

A escolha pelo Estado da Paraíba para realizar as observações deveu-se ao fato de ser meu lugar de origem e por já ter realizado uma pesquisa sobre Qualidade de Vida nos Assentamentos, conhecendo vários locais, o que facilitou o acesso aqueles lugares. As áreas escolhidas representam, de certa forma, as mesmas condições de organização dos outros

assentamentos do Brasil, sete das quais foram visitadas e entre elas, duas áreas foram acompanhadas para que eu realizasse as atividades de pesquisa ação.

Os assentamentos do Estado da Paraíba visitados, foram os seguintes: Massangana III, no município de Cruz do Espírito Santo(agreste), Patativa do Assaré em Santa Gertrudes(sertão), Tiradentes em Sapé (agreste), São Sebastião, em Caatingueira(sertão), Cachoeira, em São José de Espinharas(sertão), Padre Acácio, em Malta e o Osiel Alves, em São José de Espinharas (sertão).

Nos dois primeiros assentamentos, realizei um trabalho, durante um ano, a pedido do movimento e das professoras que ali trabalhavam. O assentamento Massangana III foi acompanhado por mim no período de 95 a 96, e retomei em 2005. Detalhei a experiência justificando meu interesse pelo tema e no assentamento Patativa do Assaré, em 2005, apresentei dados sobre sua infra - estrutura, número de famílias envolvidas neste trabalho.

Quanto à educação, encontrei três escolas funcionando nos assentamentos: uma no Massangana III da qual participei desde sua estrutura inicial: a outra no assentamento Padre Acácio, e a terceira, no Patativa do Assaré, que acompanhei durante seis meses, com a pesquisa participante que realizei partindo de um conhecimento local, levantando as necessidades da escola e da comunidade em reuniões e oficinas de EA e teatro de bonecos para a comunidade, com encontros mensais com os/as professoras.

Sendo um dos locais onde havia trabalho de EA, o assentamento Patativa do Assaré foi sugerido como um lugar a ser visitado por uma coordenadora do movimento, aluna do Curso de História para Educadores do Campo. Segundo respostas dos questionários, a EA já está sendo iniciado em algumas áreas da Paraíba e caminha a passos bem mais firmes em outros Estados.

O assentamento Patativa do Assaré foi indicado e aceitei, por ficar em uma área de fácil acesso, a 2 km da BR 230, na altura da cidade de Santa Gertrudes, em cujas proximidades fui morar para realizar a pesquisa, pensando em economizar recursos, já que não teria que me deslocar 315 km de João Pessoa, onde morei para cursar as disciplinas, até o momento da pesquisa de campo. Outra vantagem é que já conhecia a região por ter nascido bem próximo, a 26 km desse assentamento. Além disso, pela boa receptividade do grupo e um pedido de uma das professoras, para que ajudasse no trabalho de EA começado por elas, com assessoria de professores do Curso de Engenharia Florestal da UFCG em Patos, justificando que alguém de fora reforçaria mais o que elas já vinham fazendo.

Promovi encontros mensais, durante seis meses, com as professoras e os professores e acompanhei o grupo de 34 pessoas da zona rural do município de Patos, onde estavam as professoras do assentamento. (ver Anexo A)

Realizei entrevistas com coordenadores nacionais do MST, na abertura do Curso de História para os educadores do campo. Aproveitei a presença do João Pedro Stédile, coordenador nacional do MST, com quem realizei uma entrevista, cujo procedimento foi encaminhado via internet porque, ao ser convidado para gravar a entrevista, ele pediu para responder às questões via email, pois, assim, daria as respostas com calma e as enviaria via internet. Enviei as questões para que ele respondesse sobre a EA no MST, em seguida e, através do endereço fornecido por ele, também passei as mesmas questões para Ciro Correia, coordenador do setor de produção, indicado por Stédile, o qual, além de responder às mesmas questões, enviou um documento elaborado em 2004, cujo título é “Construindo o Programa ambiental do MST para a Reforma Agrária”, avisando que seria discutido em 2005 (ver Anexo C).

Entrevistei também as professoras dos três assentamentos, dois técnicos, a coordenadora do NEA no IBAMA, na Paraíba, uma representante da REBEA, na Paraíba, a coordenadora estadual da EA, uma professora de nível superior, uma coordenadora do MST na Paraíba, dois coordenadores nacionais do movimento e o subsecretário de Educação do município de Patos, na Paraíba, área à qual as professoras do assentamento Patativa do Assaré estão ligadas institucionalmente.

Nessa cidade, desenvolvi um trabalho de seis meses com algumas atividades práticas, como oficinas de EA e teatro de bonecos, dinâmicas com revistas, jornais e estudos teóricos com os professores e relatos de experiências sobre o tema estudado.

No assentamento Patativa, fiz uma oficina de confecção de bonecos com os alunos da escola e pessoas da comunidade; em seguida, houve ensaio e apresentação de peças para as mães, em comemoração ao seu dia, com discussão sobre o tema apresentado nas cenas.

O trabalho com teatro de bonecos partiu da minha dissertação de Mestrado sobre teatro de bonecos, nas escolas públicas, incluindo agora a discussão ambiental. Essa oficina contou com um roteiro previamente elaborado, que versava sobre as seguintes questões: O que é meio ambiente? O que é EA ? Quais foram as informações sobre o meio ambiente passadas via escola ou no assentamento de forma geral? Quais os problemas ambientais percebidos pelo

participantes na sua comunidade? Como são resolvidas as questões ambientais no dia -a- dia do assentamento ? O que fazer com as garrafas pet que encontramos jogadas fora ou temos em casa?

O resultado do trabalho foi registrado nas cenas apresentadas em que as próprias crianças questionavam as pessoas presentes sobre os cuidados com a terra, com a água dos açudes e com o lixo jogado a céu aberto, entre outros problemas. Nessas apresentações a comunidade teve oportunidade de conhecer melhor o resultado do trabalho e de continuar o diálogo iniciado com a oficina de teatro de bonecos. Experiência vivida também no Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA - do qual participei, no Estado do Ceará, nas áreas de assentamentos pertencentes à região do Vale do Acaraú, em Sobral, coordenado pela Universidade Estadual Vale do Acaraú, no período de 1998 a 2001.

Nesse programa, a coordenação geral exigiu que fosse trabalhada a temática do meio ambiente, enviando carta circular às instituições que acompanhavam o programa, mostrando a importância e a necessidade dessa temática, solicitando, via ofício, que fosse trabalhado o tema em nível nacional nos assentamentos em que o PRONERA estava funcionando.

Assim, no Ceará, além do teatro de bonecos com o meu acompanhamento, convidamos duas pessoas do Programa Regional de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA- para realizar um encontro com todos as 63 educadoras e os educadores, além das lideranças dos movimentos que acompanhavam o programa na área, discutindo-se, inicialmente, alguns conceitos que partiam da realidade dos assentados/as com o estudo de textos, através dos quais se concluiu que, no que concerne à EA, há aqueles que não se preocupam em garantir a conservação de determinadas espécies animais e vegetais e dos recursos naturais, somente reconhecendo a importância de incluir questões que consideram interessantes para as relações políticas, econômicas, sociais e culturais entre a natureza e os homens.

Foi uma prática vivida com os assentamentos do MST envolvidos no programa, através de discussões sobre os conceitos de natureza, meio ambiente e temas que tratam das questões ambientais, como: fome, queimadas, poluição (de água, de ambiente), caeira, lixo, veneno, plantação, roçado e desmatamento. No final do trabalho, os assentados avaliaram essa experiência, mostrando que aprenderam como conservar segundo a ONU conservação é "o uso racional dos recursos da Terra para chegar ao mais alto padrão de qualidade de vida para o

homem". A o meio ambiente, evitando queimadas, reciclando materiais e não devastando as margens dos rios.

Um dos professores de um dos assentamentos, depois dessa experiência nesse programa, desenvolveu um trabalho de EA no assentamento Pé-de-Serra, no município de Massapé, com os próprios assentados e alunos do Ensino Fundamental, na Escola Adalberto Albuquerque, onde ele morava e era professor da 3ª e da 4ª séries.

Ele transformou esse trabalho, depois, em uma pesquisa, a partir da qual escreveu sua monografia no final do Curso de Graduação em Pedagogia, sob o título: A Educação Ambiental no Assentamento Pé-de-Serra, da qual fui orientadora em 2003.

O trabalho do assentamento tratou da problemática do meio ambiente e da EA no assentamento Pé de Serra, o que me ajudou a levantar a problemática em estudo e a fazer certos questionamentos presentes no trabalho, no tocante à educação, produção e à cultura vivida nos assentamentos rurais, com relação ao tema.

Como ponto de referência para as observações sobre o nível de desmatamento, fome, queimadas, lixo, utilização da água, agrotóxico, entre outras, fixei-me nas áreas do Sertão, Agreste e Zona da Mata, cujos dados locais têm diferentes aspectos que podem influenciar em determinadas práticas de conservação, ou não, por conta do tipo de vegetação, clima, solo etc.

As áreas acompanhadas pelo MST foram localizadas através de uma pesquisa via documentos e em uma lista dos assentamentos do MST, cedida por uma coordenadora estadual do movimento. Acompanhei o começo das negociações e os preparativos para o curso de História para educadores de assentamentos do Brasil, que descrevo em seguida, e percebi que esse curso reuniria pessoas de quase todos os Estados, na Universidade Federal da Paraíba, sendo uma excelente oportunidade para obter dados de todo o Brasil sobre EA nos assentamentos e complementar a pesquisa participante.

Objetivando situar melhor o leitor sobre os locais visitados, para a obtenção dos dados para a pesquisa, farei uma breve descrição dos assentamentos visitados no III capítulo, detendo-me, porém, nos assentamento Massangana III e Patativa do Assaré, os quais conheci melhor, por conta de vários trabalhos e visitas ali realizadas.

O assentamento São Sebastião está localizado no município de Caatingueira, alto sertão da Paraíba, com solo pedregoso, chuvas escassas, com clima quente e seco, com vegetação predominante de caatinga,

um tipo de vegetação adaptada à carência d'água e do clima, possui dois aspectos que se diferenciam em cada estação: na seca, a maioria de suas espécies perdem as folhas, tornando-se abertas, claras, deixando surgir a cor acinzentada dos seus troncos e ramos; na estação chuvosa, renasce a sua folhagem, retornando a vistosa coloração verde (Rodrigues, 1993, p.25).

Com espécie predominante de juremas, marmeleiro, mandacaru, xique-xique e pereiro na área, esse assentamento conta com um certo potencial de água acumulado em sete açudes, três dos quais com um potencial grande de reserva de água e cinco menores.

O outro assentamento, o Tiradentes, localizado no município de Sapé, fica no Agreste, onde o clima é quente, tem um solo bom, com chuvas escassas, um nível alto de desmatamento, uma pequena reserva de floresta nativa e outra área pequena com sabiá, madeira plantada pelo antigo proprietário para uso doméstico, que os assentados usam no fogão de lenha e para fazer carvão, como nos mostrou um jovem que participava da organização do assentamento.

Os assentamentos Cachoeira, Oziel Alves, Padre Acácio e o Patativa, todos do sertão da Paraíba, possuem características semelhantes. No III capítulo, há uma descrição detalhada dos Assentamento Massangana III e Patativa, razão pela qual não é necessário repetir os dados dos referidos locais.

CAPÍTULO I

HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Neste capítulo, farei uma análise histórica da EA, traçando uma cronologia dos eventos técnicos e políticos, com um olhar crítico, buscando proporcionar uma maior compreensão da EA em nível internacional, nacional, e estadual. Apresento a política educacional para a EA, com um recorte para o Estado da Paraíba e o MST, fazendo uma análise histórica dos fatos, com informações que podem ser essenciais para situar o leitor, numa trajetória que perpassa importantes especialidades do conhecimento humano.

1.1 Horizonte internacional da EA

Século atrás, já havia pessoas denunciando a devastação ambiental no planeta, entre elas, o cacique indígena norte-americano, Seattle, em 1854, que mostrou como os índios sabiam viver saudáveis e felizes, sem destruir os recursos naturais, demonstrando conhecer profundamente as leis da natureza. Outro exemplo é o de Raquel Carson, que, em 1962, publicou o livro "Primavera Silenciosa," chamando a atenção e mostrando que países ricos tinham tradição de crescer às custas da destruição dos recursos naturais de países subdesenvolvidos e pobres.

Uma análise crítica reconstituindo historicamente as questões ambientais encontra-se na tese de Costa (2003) que, no capítulo V, trata do meio ambiente e da desertificação na Paraíba. Ele discorre sobre a questão ambiental e o Semi-árido, reconstituindo sua história, através de uma análise da conjuntura social, apresentando os pressupostos conservacionistas entre a sociedade e o meio natural, procurando garantir os interesses de expansão do capitalismo e as propostas de gestão ambiental que criaram enormes parques de proteção e reservas naturais e cita a criação do Parque Nacional de Yellowstone, em 1872, nos Estados Unidos da América. Essa criação inspirou diversos povos para a criação de seus "estoques "de matéria-prima para o desenvolvimento econômico. O autor apresenta, ainda, a lista com as reservas mais importantes, como: Canadá(1885), Nova Zelândia (1894), Austrália (1898), África do Sul (1898), México (1898), Argentina (1903), Chile (1926), Equador (1934), Venezuela (1937) e Brasil (1937).

Esse pensamento conservacionista sobre a gestão ambiental marcou grande parte do século XX, como bem afirma Costa:

Reconstruindo o itinerário dessa visão, em 1883, ratificou-se o Acordo Internacional para a Proteção às focas do Mar de Behring; em 1895, organizou-se a Convenção Internacional para Proteção dos Pássaros à Agricultura; em 1909, realizou-se o Congresso Internacional para a Proteção das Paisagens e, em 1923, o I Congresso pela Proteção à Natureza. Este último consolidou a tendência conservacionista, difundindo-a como política de gestão ambiental em todo o mundo. Saliente-se que o esforço nessa direção foi interrompido pela eclosão da Segunda Guerra Mundial.(Costa, 2003 p.248)

Após a II Guerra Mundial, a história da EA relaciona-se mais diretamente com os movimentos sociais de cunho ambientalista, os quais presumem uma transformação na mente, em atitudes e no comportamento, buscando um desenvolvimento humano ético, com base em valores e vivências para o cuidado com a vida e o respeito a ela.

Leff (2002) apresenta o ambientalismo como um movimento pela diversificação das condições de existência e dos projetos de vida dos povos, projetados na heterogênesse do mundo, para uma diversidade de tipos de desenvolvimento, sendo uma utopia que mobiliza a ação para a construção de uma nova sociedade.

O movimento dos trabalhadores rurais sem terra - MST - vem tentando desenvolver tecnologias adequadas à realidade, a exemplo da criação de um minhocário para produzir com minhocas adubo e usar nas hortas do assentamento Patativa, conservando e recuperando os recursos naturais, com um modelo de desenvolvimento agrícola auto-sustentável. Ele constrói novas experiências na zona rural para garantir melhores condições de vida, educação, cultura e lazer para todos.

Isso passa pelo apoio à produção familiar em que o produto é parte da organização coletiva. O MST vem superando os desafios do sistema atual, criando um modelo diferenciado, sendo o ambiente encarado com outras possibilidades, devido à luta pela melhoria de condições de vida em todos os sentidos. É com um olhar de quem pensa uma nova sociedade em que a

agro-ecologia serve de um dos eixos para seu projeto. segundo Caporal e Costabeber, agro-ecologia *é a ciência que estabelece as bases para a construção de estilos de agriculturas sustentáveis e de estratégias de desenvolvimento rural sustentável*, ver seu texto no endereço www.planetaorganico.com.br.

Um novo modelo de desenvolvimento humano vem sendo buscado através do embate entre esse movimento e o governo. Em suas várias instâncias, o diálogo é conquistado através da pressão e da luta entre avanços e retrocessos próprios desse processo. Assim, a sociedade, como um todo, vai se modificando e evoluindo. Tanto o MST como o movimento ambientalista são produtos dessa transformação, assim como a EA .

Em Leff, a EA é vista como questionadora dos modelos sociais dominantes, buscando uma nova sociedade que, segundo ele,

inscreve-se nesta tradição histórica que vai do questionamento dos modelos sociais dominante (neoliberalismo econômico, o socialismo real) até a emergência de uma nova sociedade, orientada por valores da democracia e pelos princípios da sustentabilidade (Leff, 2002 p. 123).

O movimento ambientalista nasceu em 1945, tendo como uma de suas preocupações a bomba nuclear jogada pelos Estados Unidos, no Japão. A partir dessa data, esse movimento vem se transformando e se ampliando pela articulação de idéias e forças com as causas populares e os movimentos sociais, associados às condições de produção:

Os movimentos ambientalistas nos países subdesenvolvidos estão diretamente associados com as condições de produção e de satisfação das necessidades básicas da população. Isso outorga a esses movimentos uma perspectiva social e política mais global, apesar da heterogeneidade dos diferentes grupos ambientalistas, de suas diferentes perspectivas sociais, estratégias políticas e práticas concretas de ação (Leff, 2002 p.152) .

Em 1946, a política ambiental é retomada sob o patrocínio da UNESCO, na Suíça, e do governo francês. Em 1948, é criada a União Internacional para a Proteção da Natureza - UIPN-,

que passa a denominar-se, em 1956, de União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais.

O princípio básico da UICN encontra-se na conservação da natureza, nos recursos naturais renováveis da terra, sobre os quais estão estruturados os valores da civilização humana. Outra interpretação para essa visão de gestão ambiental mostra a importância de preservação e conservação porque a natureza e sua beleza são vistas como fonte de inspiração da vida espiritual e como um suporte para satisfazer às necessidades de lazer intensificadas pela vida progressivamente mecanizada do homem. Costa cita que,

No Brasil, a racionalidade de preservação do belo para ser admirado, consoante à lógica internacional, comandada pela lógica americana, é materializada nos Parques Nacionais do Serviço Florestal, nos anos 40, brandindo as belezas naturais do país e isolando as aguras sociais do seu povo. Nos anos 60, reforça-se essa ideologia, criando-se o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF. (Costa 2003 p.249)

Ferraz (2004) apresenta a evolução do ambientalismo ao longo do tempo na sua dissertação, relatando que a história da EA relaciona-se diretamente com os movimentos sociais de caráter ambientalista, que estes pressupõem uma mudança de mentalidade, atitude e comportamento em busca de um crescimento humano ético, baseado em valores e ações voltadas ao cuidados para a melhor qualidade de vida.

Na década de 50, emergiu um ambientalismo científico via UIPN, organização criada por cientistas ligados às Nações Unidas.

Na década de 60, o ambientalismo amplia-se com as Organizações não governamentais, tendo como marco a fundação, em 1961, da WWF - Fundo Mundial para a vida selvagem. Nos anos 70 e 80, os atores políticos e estatais inserem-se também ao movimento ambientalista, dando início ao período das Conferências intergovernamentais, nacionais e estaduais (Ferraz 2004 p.91).

O conservacionismo brasileiro ficava reduzido a parques e reservas naturais, seguindo a legislação da época com idéias defendidas pela UICN, que só ficavam no papel. O código florestal, criado naquela época, e o IBDF, pouco estavam preocupados em preservar ambientes, ecossistemas e biomassas nem em quantidade e, muito menos, em diversidade, no nosso país. Os preceitos conservacionistas ficavam para áreas de proteção legais, pois estavam em expansão e

crescimento as fronteiras agrícolas com intensa modernização. Essa visão vem mudar, nos anos 60 e início dos anos setenta, com a Conferência sobre o Meio Ambiente, realizada em 1972, em Estocolmo, na Suécia, quando os países do bloco dos alinhados apresentaram detalhados estudos, chamando a atenção para a relação entre o aumento da pobreza no Terceiro Mundo e a degradação ambiental. Em resumo, aquele documento afirma que não haverá solução de sistematização da questão ambiental sem um combate efetivo e eficaz à pobreza.

Nas décadas de 70 e 80, as grandes conferências estavam voltadas para discutir mundialmente o ambiente e o desenvolvimento humano, a partir do crescimento do movimento ambientalista, que colocava em xeque a qualidade de vida por conta do crescimento econômico, alertando para o risco à sobrevivência da espécie em médio prazo, caso não houvesse uma reflexão aprofundada sobre os rumos do desenvolvimento humano. Nessa mesma época, defendia-se a EA formal e não formal em todos os países.

Ferraz afirma que muitas ações propostas pelos ambientalistas não vão à frente por conta da força atuante do sistema capitalista:

... a ampliação e concretização das propostas requeridas pelos ambientalistas esbarram na força atuante do sistema capitalista vigente. Segundo Viola (1998), o processo de consolidação do ambientalismo, como movimento histórico internacional, vai de encontro fundamentalmente às clivagens do sistema mundial. (Ferraz, 2004p.94)

As preocupações com a EA no movimento ambientalista aumentam com o decorrer do tempo. Foi na primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, na Suécia, em 1972, que foi legalmente convencionado o termo EA. Porém, já em março de 1965, na Conferência de Educação da Universidade de Vievele, na Inglaterra, usou-se, pela primeira vez, a expressão EA, com a ressalva de que ela deveria se tornar uma parte essencial da educação de todos os cidadãos. Nos anos seguintes, a EA foi inserida nas agendas nacionais e internacionais para contribuir com a formação humana de maneira mais equilibrada para o meio ambiente e a sustentabilidade do planeta.(Dias, 1998)

A EA foi nomeada pela recomendação n.º 96 da Conferência de Estocolmo, no período de 5 a 16 de junho de 1972, pela ONU (Organização das Nações Unidas), como um dos elementos

indispensáveis ao combate à crise ambiental no mundo, animando a realização de um encontro mundial para discutir mas as formas e sua implementação. O plano de ação dessa conferência recomendou a capacitação de professores na área de EA.

No cenário internacional, a UNESCO, junto ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), criou o Programa Internacional de EA (PIEA) para promover nos países membros a reflexão, a ação e a cooperação para ações internacionais conjuntas na área. A discussão no momento era a poluição causada principalmente pelas indústrias.

Na Conferencia de Estocolmo, como já foi citado acima, em suas resoluções importantes, cria-se o termo Educação Ambiental, mostrando que se deve educar o cidadão para a solução dos problemas ambientais. A partir disso, o termo EA é falado na educação de um modo geral sem ser uma disciplina específica. Antes, a EA era enfatizada nas disciplinas de Biologia, Geografia, em cursos diversos de educação de jovens e adultos, trabalhando com os temas geradores na teoria freireana, que apresento no decorrer do trabalho.

Em 1975, realizou-se a Conferência de Belgrado, que reuniu sessenta e cinco países e gerou um primeiro documento que chamou a atenção: foi a "carta de Belgrado", o resultado da reunião de especialistas em educação, em que se definiram os objetivos da EA, publicado com esse nome. Esse documento marca a caminhada da EA, porque nele está o seu norte. Mas há quem critique suas intenções. Mello é um desses críticos, que assim se expressa:

Sua receita reflete seu pioneirismo temeroso e seu amadorismo lacunoso; reflete acima de tudo, a ânsia de se buscar uma solução negociada, escapando, por isso mesmo, de analisar as forças que alimentam o fogaréu ensandecido do problema ecológico...É documento retoricamente lúdico, substantivamente idealista, formando um conjunto ameno de vaga utopia e despreocupada irresponsabilidade consensual. (Mello, 2000 p. 26-27)

Esse documento, na análise de Mello, trata dos dilemas e riscos de que resulta a falta de uma teorização adequada da EA:

...Belgrado causou mais danos que benefícios ao movimento ecológico. Forneceu mais danos que benefícios ao movimento ecológico. Forneceu munição para os que nele vêem um conjunto de radicais abstratos, cujos gestos, palavras e ações exibem a obstinação metálica dos que, parafraseando Gilberto Amado, se despedem para sempre da razão (Mello,2000 p. 27).

Dois anos depois, em 1977, em Tbilisi na Geórgia, ex-URSS, ocorreu a primeira Conferência Intergovernamental sobre EA: o Primeiro Congresso Mundial de EA, quando foram apresentados os primeiros trabalhos que estavam sendo desenvolvidos em vários países. Esse evento foi considerado como um marco na EA porque estabeleceu orientações aos países do mundo para as políticas públicas de EA e meio ambiente. Veja-se a análise de Mello:

Reduz o utopismo dominante em Belgrado a uma receita marcada pelo realismo de posições. Dela saem os paradigmas teóricos propostos para rever os programas de "EA" em curso. Marcada pela seriedade de análise e pelo realismo de avaliações, Tbilisi, este sim, foi um marco "importante"(Mello, 2000 p. 28).

Consta na resolução Nº 1 da Conferência de Tbilisi que:

Cabe à EA dar conhecimentos necessários para interpretar os fenômenos complexos que configuram o meio ambiente, fomentar os valores éticos, econômicos e estéticos que constituem a base de uma autodisciplina, que favoreçam o desenvolvimento de comportamentos compatíveis com a preservação e melhoria deste ambiente, assim como a ampla gama de habilidades práticas à concepção e aplicação de soluções eficazes aos problemas ambientais.

Foram planejados para a EA suas finalidades, objetivos, princípios e estratégias de ação, assim como identificados os seus problemas com a avaliação dos cinco anos de experiência, revendo o seu caminho: seu público, conteúdo, metodologia mais adequada a cada realidade e as medidas para a formação dos professores, além do incentivo a pesquisas. A confecção de material didático para o ensino-aprendizagem, campanhas informativas sobre EA e o incentivo à cooperação regional e internacional para planos de ação, troca de informações e experiências foram realizadas. A legislação e outras medidas institucionais e financeiras foram tomadas na busca de soluções globais para enfrentar os problemas ambientais.

Os princípios e os objetivos da EA conservavam, em alguns pontos, uma visão um tanto estreita, pois estão voltados mais para a solução dos problemas ambientais do que para a busca de uma sociedade sustentável que entenda a interdependência na relação entre Sociedade e Natureza. Vejamos, em Ferraz (2004), seus 10 princípios e 5 objetivos listados na Resolução Nº 2:

1. Considerar o ambiente em sua totalidade;
2. Construir um processo permanente e contínuo;
3. Aplicar um enfoque interdisciplinar (unir conhecimentos específicos com a perspectiva global e integrada à realidade);
4. Examinar as questões ambientais do ponto de vista local, regional, nacional e internacional;
5. Concentrar-se nas questões ambientais atuais e nas futuras, dentro de uma perspectiva histórica (contextualizada);
6. Insistir no valor e na necessidade de cooperação local, nacional e internacional para prevenir problemas ambientais;
7. Promover a participação de alunos na organização de suas experiências de aprendizagem (autonomia e responsabilidade), buscando desenvolver valores, conhecimentos, habilidades e atitudes na compreensão;
8. Promover a participação de alunos na organização de suas experiências de aprendizagem (autonomia e responsabilidade), buscando desenvolver valores, conhecimentos, habilidades e atitudes na compreensão dos sintomas, causas reais e soluções para os problemas ambientais;
9. Destacar a complexidade dos problemas ambientais e a necessidade de desenvolver senso crítico e habilidades para resolvê-los;
10. Utilizar diversos ambientes educativos e uma gama de métodos para transmitir e adquirir conhecimentos sobre o meio ambiente (atividades práticas e experiências pessoais).

Objetivos da EA, de acordo com Ferraz (2004):

1. Adquirir a consciência do meio ambiente global e ajudar-lhes a sensibilizar-se por essas questões;
2. Adquirir uma diversidade de experiência e conhecimento sobre o meio ambiente e os problemas ambientais anexos;
3. Comprometer-se com valores de comportamento, fundamentados no interesse, preocupação e participação na melhoria e na proteção do meio ambiente;
4. Adquirir habilidades necessárias para determinar e solucionar os problemas ambientais;
5. Proporcionar sua Participação ativa na resolução dos problemas ambientais.

Na década de 90, assistimos a um novo impulso no movimento ambientalista, com o Fórum Global que ocorreu paralelo à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento - UNCED - realizada em junho de 1992, no Rio de Janeiro, no Brasil, dividida em duas convenções: Biodiversidade e Mudanças climáticas.

Esse movimento acima citado trouxe uma resignificação do mundo atual, viabilizando novas direções, começando pela ética ambiental, com mudanças nos hábitos humanos, o qual vem sendo construído com a participação dos movimentos sociais, da escola e das famílias, primeira unidade social da comunidade, vem privilegiando um ambiente de integração entre a

natureza e a cultura, difundindo conhecimentos e tecnologias para as famílias e a comunidade através das pesquisas.

As mudanças, no sentido da ética ambiental, chegam a ser vitais em todas as esferas para o florescimento de uma nova geração consciente e apta para viver a sustentabilidade desde sua casa, partindo disso, para um projeto alternativo de educação, que consiga trabalhar no espaço dos assentamentos a sustentabilidade do desenvolvimento humano. Esse movimento evoluiu ao longo do tempo, cresceu com o Fórum das Organizações Não- Governamentais (ONG,s) brasileiras e Fórum Internacional de ONG,s ou Fórum Global. Segundo Gadotti (2005),

o Fórum Global 92 se constituiu num evento dos mais significativos do final de século XX: deu grande impulso à globalização da cidadania. Hoje, o debate em torno da Carta da Terra está se constituindo num fator importante de construção desta cidadania planetária. Qualquer pedagogia, pensada fora da globalização e do movimento ecológico, tem hoje sérios problemas de contextualização. “Estrangeiro eu não vou ser. Cidadão do mundo eu sou”, diz uma das letras de música cantada pelo cantor brasileiro Milton Nascimento. Se as crianças de nossas escolas entendessem em profundidade o significado das palavras desta canção, estariam iniciando uma verdadeira revolução pedagógica e curricular. Como posso sentir-me estrangeiro em qualquer território se pertenço a um único território, a Terra? Não há, na Terra, lugar estrangeiro para terráqueos. Se sou cidadão do mundo, não podem existir para mim fronteiras. (p.23)

Durante o Fórum, foi elaborado um documento muito importante para a EA, que vem sendo utilizado como referência até hoje, que é o Tratado de EA para as Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. O movimento ambientalista estabeleceu uma rede mundial, buscando políticas e ações, promovendo embates.

Temos acompanhado alguns embates da luta do MST por terra e melhores condições de vida. Esse é um movimento que pode ser apresentando como um dos que têm crescido também na luta por um meio ambiente sustentável.

Na Rio 92, nesse evento, foram criados vários documentos: O tratado de Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis, A Carta da Terra e a Agenda 21, que são programas de ação, compostos por uma série de recomendações com relação ao desenvolvimento sustentável e à busca da eliminação da pobreza. São considerados os principais documentos elaborados durante a Conferência Rio 92, por terem como meta atingir a sustentabilidade, buscando, para isso, novas orientações e mudanças para o planeta.

Os documentos produzidos na Rio 92, tratando de EA para Sociedades Sustentáveis e

Responsabilidade Globais, têm por objetivo colocar princípios e um plano de ação para educadores ambientais e idéias para captar recursos e viabilizar a prática da EA.

Após a Rio 92, o movimento ambientalista estabeleceu uma rede mundial em favor de políticas e ações, que vêm,

...promovendo embates e afirmações (exemplos práticos) ao insustentável sistema capitalista. Neste momento revela-se essencial a articulação das diversas entidades, o que passa a ser buscado. (Ferraz, 2004 p. 93)

As organizações não governamentais se organizaram em Fóruns e Redes, com articulações e comunicação, ampliando seus espaços de discussão e ação política nas Redes pelo poder de engajamento dentro desses novos paradigmas, buscando uma ética ambiental, como já foi citado.

A EA é uma dimensão do processo que exige da educação que ela seja voltada para a participação e mobilização social, fazendo parte da estratégia do movimento ambientalista. Sobre a EA, Ferraz afirma:

Constitui-se uma forma significativa de reflexão - ação social, por isso é constantemente discutida, ampliada e fortalecida neste contexto, ao buscar novas formas de socializar o conhecimento, aumentar a massa crítica da humanidade, democratizar os processos de apoderamento e gestão ambiental, desenvolver o cuidado, a espiritualidade e a cooperação entre os seres. Seus conceitos e metodologias evoluem a um novo modelo de civilização (Ferraz, 2004 p.96).

Com relação à situação da EA no mundo, a Conferência de Tessalonik trouxe um parecer desfavorável mostrou um progresso insuficiente com poucas ações desenvolvidas, comparando-se com o que tinha sido proposto nas grandes Conferências. Como veremos mais adiante na Paraíba, não foi diferente, mas considerou enriquecidas as discussões sobre o tema. Afirmou a necessidade de reorientar a educação, no geral, para a sustentabilidade, em que a diversidade cultural e o conhecimento tradicional precisam ser um imperativo ético e moral respeitado, reafirmando as orientações de Tbilisi e de sua evolução, a partir das questões globais tratadas na Agenda 21 e nas grandes Conferências da ONU, que tratou da educação para a sustentabilidade, devendo adotar um postura interdisciplinar que considere os contextos locais, regionais e nacionais.

As rápidas mudanças nas sociedades, em seus diversos setores sociais, iniciam-se no começo do século XXI, com transformações nos paradigmas, apontando uma crise mundial nos setores sociais, com forças nas novas descobertas nas ciências, nos movimentos sociais, com urgência em resolver os problemas graves que crescem a cada dia na sociedade.

Marcada para 2007, depois de dez anos, acontecerá a próxima Conferência Internacional de EA, com um cenário pouco luminoso. Estamos em 2005, e parte dos problemas citados acima continuam mais graves.

Há dificuldades, principalmente políticas, para a concretização da implementação da EA, porém se faz necessário que a educação, como um todo, viva os princípios da EA, popular e emancipatória por si, ou seja, que possibilite as múltiplas dimensões do desenvolvimento humano, viabilizando as relações em busca de novas atitudes e hábitos na direção da sustentabilidade e da cidadania.

Muitos foram os avanços com tratados mundiais, conferências intergovernamentais, promulgação de leis ambientais rigorosa, os quais ficam mais em palavras e distantes da ação. Apesar de um maior e melhor acesso à escola, com um aumento de informações para a população, o planeta ainda corre sérios riscos devido às questões ambientais.

1.2 No palco: a Educação Ambiental no Brasil

No nosso país foi criado sob a forma institucionalizada, o ambientalismo no Brasil, em 1971, através da AGAPAN (Associação Gaúcha de Proteção do Ambiente Natural), tendo à frente José Antônio Lutzenberger, um dos primeiros a abraçar a EA no Brasil.

No Governo Federal Brasileiro, o processo de institucionalização da EA iniciou-se em 1973, um ano depois da Conferência de Estocolmo, quando se criou a Secretaria Especial do Meio Ambiente(SEMA) - ligada ao Ministério do Interior, sendo uma de suas atribuições a educação dos brasileiros para usar adequadamente os recursos naturais, visando à conservação do meio ambiente. Essa secretaria foi responsável pela formação de recursos humanos na época. O Brasil não participou da Conferência de Tbilisi em 1975; só um grupo de trabalho elaborou, pela SEMA, um documento sobre a EA, cujo intuito era o de definir a EA no contexto socioeconômico- educacional brasileiro, definindo seu papel, com uma visão bem mecanicista e antropocêntrica que separa o ser humano da natureza, assim como utilizando o termo ambiente

"ecológico" para significar a integração entre homem e natureza, o que é um equívoco. O objetivo da EA vai muito além dessa definição abaixo:

O objetivo do processo de EA é criar uma interação mais harmônica, positiva e permanente entre o homem e o meio criado por ele, de um lado, e o que ele não criou, de outro, (...) [para isso, deveria se] considerar o ambiente ecológico em sua [seus aspectos]: o político, o econômico, o tecnológico, o social, o legislativo, o cultural e o estético, na educação formal (citado por Ferraz, 2004, p. 99).

No Brasil, a situação foi a mesma da grande maioria dos países pobres com relação às políticas públicas para a EA: não se desenvolveu o suficiente para ser capaz de produzir as transformações necessárias, por conta da cruel realidade sócio-econômica aqui instalada, sob a égide de modelos impostos de desenvolvimento de notória capacidade de degradação da qualidade de vida .

No nosso país, com seus tropeços e contradições, a história da EA veio evoluindo com os debates do movimento ambientalista, com o poder público nacional e as instituições internacionais, depois da popularização e ampliação dessa questão em várias escalas sociais.

O Brasil sai das mãos dos militares os quais, até então, vinham desenvolvendo sua política para o crescimento econômico - altamente degradador. A política educacional brasileira era silenciada, acrítica e apolítica, pregando o individualismo nas instituições, aos professores e aos alunos.

Os movimentos sociais estavam saindo da clandestinidade e lutando pelos direitos à moradia, à reforma agrária, e o movimento ambientalista soma forças com suas reivindicações e alertas, buscando crescer e se fortalecer na sociedade civil organizada.

Essa crescente preocupação pública com a degradação ambiental transforma o movimento ambientalista brasileiro num movimento multissetorial e complexo na segunda metade da década de 80. Esse ambientalismo está constituído por oito setores principais, dois, já antigos, e seis novos, com diversos graus de integração e institucionalização.

Em 1980, aconteceu, em Porto Alegre, um pioneiro trabalho coordenado pela Secretaria Estadual de Educação em EA, e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul também inicia projetos dessa área. Com a volta de educadores do exílio, como Fernando Gabeira e outros, em 1982, que organiza encontros regionais, debates sobre as prioridades e formas de lutas com as

agências estatais e participa da elaboração da Constituição, interligando os problemas ambientais na agenda dos problemas políticos e mostrando seu vínculo com o modelo de desenvolvimento adotado por nossa sociedade. Suas propostas eram: qualidade de vida, ecodesenvolvimento, pacifismo, descentralização das fontes energéticas, função social e ecológica da propriedade, democracia, EA, reforma agrária "ecológica", descentralização do sistema de comunicação de massas e justiça social.

Em 31-8-81, a lei n.º 6938, que estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, ainda constituiu o Sistema Nacional do Meio Ambiente-SISNAMA - e institui o Cadastro de Defesa do Meio Ambiente. Nessa lei, o inciso X do art. 2º tem como princípio *EA a todos os níveis do ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.* (Brasil, 2001 p.55).

E, no capítulo I, inciso VII, orienta: *a EA, em todos os níveis, para a participação ativa do cidadão e da comunidade em defesa do meio ambiente, cuidando para que os currículos escolares das diversas matérias obrigatórias contemplem o estudo da ecologia.* (Brasil, 2001).

Esse caráter ecológico do parecer acima citado reflete-se no parecer n.º 226/87 do Conselho Federal de Educação do MEC, que passou cerca de quatro anos para agir e ainda inseriu a EA como uma abordagem ecológica nos conteúdos a serem trabalhados nas propostas curriculares das escolas de Ensino Fundamental e Médio, Ver Abílio et al. (2005), o que foi um episódio lembrado como um descaminho à própria educação. Essa postura foi contestada por diversos educadores e ambientalistas que discordaram da visão da EA apenas como ensino de ecologia e por não ter sido considerado o caráter interdisciplinar.

Durante toda a década de 80, houve pressão, articulações e mobilização na sociedade, alertando a comunidade nacional e internacional de que os problemas ambientais não derivam apenas do uso irracional dos Recursos Naturais, mas do modelo sócio-econômico adotado, que não é compatível com a sustentabilidade.

Essa vertente socioambiental significou um redirecionamento na EA, principalmente para as experiências não governamentais, porque, com relação à política pública, essa concepção só viria a se concretizar a partir da próxima década pois, segundo Dias (1992), *o MEC e a SEMA não se entendiam por um misto de diferenças de interesses e vaidades pessoais. Além disso, havia uma grande confusão do que viria a ser a EA.*

Em nível internacional, os países ricos estavam já usando e desenvolvendo a quinta geração de recursos instrucionais para a EA com uma visão, em sua maioria, conservacionista, estando mais preocupados com os danos causados pelos países pobres e subdesenvolvidos ao meio ambiente, pelo aumento das queimadas nas grandes florestas, que causavam mudanças no ar e na água do planeta, sem considerar que são eles quem mais poluem, inclusive vindo para os países pobres. Vejamos o exemplo dos EUA, que se enriqueceram à custa de países como o Brasil:

...além da exploração perversa de nossos recursos naturais, os países ricos ainda comercializam no Brasil produtos proibidos em seus países. E, sendo os órgãos de controle ambiental dos países ricos mais restritivos que os dos pobres, os empresários economizam vultuosas verbas, instalando no Brasil unidades industriais que jamais poderiam instalar em seus países devido à poluição e males irreversíveis que causam...(Pedrini,1997,P.25).

Em 1987, foi promovida pela UNESCO a II Conferência Intergovernamental sobre EA, em Moscou, e o Brasil enviou apenas a professora titular da Universidade de Brasília e ambientalista, Maria Novais Pinto, que apresentou algumas experiências nessas áreas, e a posição desses órgãos do governo.

Uma das resoluções dessa Conferência foi a necessidade de atender primeiramente à formação e aos recursos humanos nas áreas formais e não formais da EA, incluindo a dimensão ambiental nos currículos de todos os graus de ensino.

A carta Brasileira para EA, produzida no workshop coordenado pelo MEC, na Rio 92, destacou o compromisso do poder público Federal, Estadual e Municipal, em cumprir a lei, visando à introdução da EA em todos os níveis de ensino, assim como a promoção da conscientização através dos movimentos sociais, das ONGs e dos veículos de comunicação.

Em 1988, ocorreu, na Venezuela, a Reunião de Especialistas da América Latina, intitulada de "Gestão Ambiental na América Latina", que ficou conhecida também como a Declaração de Caracas. Nesse evento, os participantes posicionaram-se declarando que, se fosse mudar o atual estilo de desenvolvimento da América Latina, era preciso mudança e transformação no sistema econômico mundial, rebatendo a visão de que os países subdesenvolvidos eram os vilões porque quem mais polui são os países desenvolvidos.

Tanto é que pesquisas da época comprovaram que os principais responsáveis pelo efeito estufa e pelo aquecimento global no planeta Terra são os elevados níveis de emissão de gases carbônicos dos países industrializados, e os EUA e China não quiseram assumir nem reconhecer o acordo de Kioto. O Protocolo de Kioto foi um acordo internacional assinado por diversos países do mundo e rejeitado pelos Estados Unidos e China, para reduzir o nível de gás carbônico.

No Brasil, discutia-se também a Constituição Brasileira (promulgada em 1988), à qual, pela organização e pressão da sociedade civil organizada e do movimento ambientalista, foi dedicado um capítulo inteiro ao meio ambiente, dos quais se destaca o artigo 225, que diz:

Todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (Brasil, 1988)

No Brasil, na década de 90, com relação às orientações oficiais de EA, nada existia, a não ser um bom número de experiências com características de EA que tinham sido realizadas nas escolas e fora delas sem, contudo, auto-intitular-se EA.

Nas universidades brasileiras, cursos de pós-graduação incluíram disciplinas com a temática ambiental e sobre a EA. Um considerável número de pesquisas, artigos e publicações começou a ser divulgado, tratando da experiência da EA. Segundo Ferraz (2004), diversas ações desenvolvidas por instituições públicas recebem recursos financeiros do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA).

Em 1991, em Brasília/ DF, o MEC e a SEMA promoveram um encontro nacional de políticas educacionais e metodologias para a EA, nomeando a coordenação de EA do MEC e a divisão de EA do IBAMA. Esse órgão foi criado em 89, sob a lei nº 7735, através da difusão da SEMA, SUDHE-VEA e IBDF, com a finalidade de formular, coordenar e executar a PNMA. .

Por sua relevância, Ferraz destaca desse evento algumas propostas com relação à Capacitação dos Recursos Humanos, que são as seguintes:

Formação de opinião para a conservação da vida, em todas as suas dimensões do planeta Terra; Resgate da memória histórica, cultural, antropológica e geopolítica na perspectiva do exercício da cidadania e da participação na construção de uma sociedade justa e democrática; que a EA seja contínua e direcionada para uma visão multi, inter e transdisciplinar; ... [a EA] seja dirigida a todos os níveis e modalidades de ensino e aos demais segmentos da sociedade civil organizada; Que busque, através da EA, dar um

perfil ao indivíduo, de forma atuante, analítica, sensível, transformadora, consciente, interativa, crítica, participativa e criativa; Que a formação seja realizada em campos de trabalho intra e interinstitucionais, organizadores e promotores de um processo e formação, atualização e especialização de recursos humanos (Ferraz , 2004 p. 106).

Quanto à forma de abordar o tema, ela devia considerar os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais, com conteúdos curriculares elaborados com pessoas preparadas por técnicos de instituições governamentais e organizações não-governamentais e de acordo com a realidade de cada região.

É importante que haja repasse de recursos da esfera federal para os Estados e municípios, com uma comissão interinstitucional de EA para selecionar os materiais a serem publicados e acompanhar a aplicação dos recursos.

Para o trabalho comunitário e na escola, foi destacado que se cumpra o que foi tirado como diretriz para a EA estabelecida pela UNESCO na Conferência de Tbilisi; que se faça a introdução de subsídios para a conscientização e participação social das comunidades nas questões ambientais; pela sensibilização do professor, agente importante na promoção da EA, a fim de que sejam criadas as condições para que, no ensino formal, ela seja um processo contínuo e permanente, através de ações interdisciplinares globalizantes e da instrumentalização dos professores; que seja promovida a integração escola e comunidade, objetivando a proteção ambiental em harmonia com o desenvolvimento sustentável.

Partindo das sugestões acima, e com a proximidade da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio ambiente e Desenvolvimento - a CNUMAD (a Rio 92, como ficou conhecida) e devido aos problemas ambientais cada vez mais em evidência, o MEC, através das portarias nº. 678 e 2421 determinou que a educação escolar deveria contemplar a EA, em todas as modalidades de ensino, e instituiu o Grupo de Trabalho GT para a EA que iria definir metas e estratégias para, finalmente, implantar a EA no Brasil, fazendo uma proposta de atuação nessa área do ensino formal e do informal.

Aconteceram cinco encontros técnicos regionais, uma publicação na forma de encarte, na Revista Nova Escola, especializada na educação escolar brasileira, com um breve histórico, discutindo as bases da EA, com sugestões de atividades práticas e um questionário aos leitores. O resultado desse questionário revelou que 85% haviam recebido a primeira informação através dessa revista (Brasil, 1998).

Um encontro mundial importante como a Rio 92, que deu novos rumos à EA e que contou com a presença de Lutzemberger, Secretário do Meio Ambiente, escolhido estrategicamente pelo então presidente, Fernando Collor de Mello, por conta de sua atuação ambientalista e de renome internacional, facilitou a vinda do evento citado acima para o Brasil.

Com a criação de um novo Conselho Superior de Meio Ambiente, pelo Governo Collor, em substituição ao anterior, houve enfraquecimento do CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente- órgão de caráter democrático) e a exclusão do movimento ambientalista em programas e projetos. Na organização e construção da própria Conferência Rio 92, vieram os desvios de recursos públicos em todos os níveis do governo, e o encaminhamento de um anteprojeto de consolidação das leis ambientais brasileiras e de questões indígenas conflitantes culminou na auto-demissão de Lutzemberger e em um descontentamento enorme dos movimentos sociais e ambientais (Ferraz,2004).

Apesar de a Rio 92 ter servido mais como propaganda ambiental do Governo Federal e dos Bancos Mundiais, a mobilização social serviu para expandir que EA é mais que ecologia ou incentivo à proteção e conservação de ecossistemas, como era visto antes pela sociedade brasileira.

A Conferência articulou-se, buscando cooperação dentro do próprio Estado e de outros Estados do Mundo, elaborando a agenda 21, comum aos 170 países participantes. É um documento de compromissos para o século XXI, onde está contido um planejamento global de ações coletivas a serem desenvolvidas no sentido de melhorar as condições de vida do planeta terra, incentivando que a família, a escola, a comunidade, o município, etc desenvolvam sua agenda comum no sentido de buscar formas que considerem a sustentabilidade no seu desenvolvimento. É Gadotii(2005) quem analisa o sentido polêmico do termo desenvolvimento sustentável:

O conceito de “desenvolvimento” não é um conceito neutro. Ele tem um contexto bem preciso dentro de uma ideologia do progresso, que supõe uma concepção de história, de economia, de sociedade e do próprio ser humano. O conceito foi utilizado numa visão colonizadora, durante muitos anos, em que os países do globo foram divididos entre “desenvolvidos”, “em desenvolvimento” e “sub-desenvolvidos”...remetendo-se sempre a um padrão de industrialização e de consumo. Ele supõe que todas as sociedades devam orientar-se por uma única via de acesso ao bem-estar e à felicidade, a serem alcançados apenas pela acumulação de bens materiais. Metas de desenvolvimento foram impostas pelas políticas econômicas neo-colonialistas dos países chamados “desenvolvidos”, em muitos casos, com enorme aumento da miséria, da violência e do

desemprego. Junto com esse modelo econômico, com seus ajustes, por vezes criminosos, foram transplantados valores éticos e ideais políticos que levaram a desestruturação de povos e nações. Não é de se estranhar, portanto, que muitos tenham reservas quando se fala em desenvolvimento sustentável. ... Parece claro que entre sustentabilidade e capitalismo existe uma incompatibilidade de princípios. Essa é uma contradição de base que está inclusive no centro de todos os debates da Carta da Terra e que pode inviabilizá-la. Tenta-se conciliar dois termos inconciliáveis. Não são inconciliáveis em si, metafisicamente. São inconciliáveis no atual contexto da globalização capitalista. O conceito de desenvolvimento sustentável é impensável e inaplicável neste contexto. O fracasso da Agenda 21 o demonstra (p.19)

No tocante ao Ministério da Educação, houve, nesse momento, um encontro que formalizou a Carta Brasileira de EA, reforçando o papel da EA em busca do desenvolvimento sustentável, recomendando que, no Brasil, houvesse articulação entre os setores e cooperação entre os Estados, contextualizando a realidade educacional carente com uma estrutura curricular tradicional assim como a pouca formação e o estímulo as educadoras e aos educadores.

As Redes Brasileiras de Educação Ambiental, foram agrupadas e articuladas graças às ONGs, no encontro da Rio 92, e do trabalho contínuo de ambientalistas, instituições e pessoas de diversos setores da sociedade organizada, para promover debates abertos sobre os caminhos da EA no Brasil.

O objetivo das Redes Brasileiras de EA é apontar prioridades, métodos, técnicas, público-alvo e estratégia de fortalecimento da atuação dos educadores ambientais.

Após a Rio 92, realizou-se a Rio + 5, como ficou conhecida a Conferência de Tessaloniki. Nesse ano, apenas 4% dos brasileiros tinham ouvido falar na Agenda 21 ou conheciam seu conteúdo, dados de uma pesquisa anterior a esse evento. O que demonstra pouco interesse e a não operacionalização do discurso nas políticas brasileiras e internacionais, inclusive, dos recursos em dólares que seriam ofertados pelos países desenvolvidos ao governo brasileiro, para garantir a difusão de práticas de conservação dos recursos naturais. Nenhum décimo tinha sido encaminhado para os gastos devidos, até 97, fato que mostra as verdadeiras intenções dos órgãos internacionais que pouco estão querendo comprometer-se com a causa. Basta relembrar os acordos importantes que não foram assinados por alguns dos países desenvolvidos, inclusive por quem mais se beneficiasse com a degradação do meio ambiente.

Segundo Dias(1993), no Brasil, houve descontinuidade administrativa nos órgãos públicos, como foi o caso do IBAMA que, em menos de três anos de sua criação, teve oito presidentes, com uma verba de apenas 0,03% de seu orçamento destinada para o setor de EA.

Em 1993, o MEC, por sua vez, atendeu às pressões e sugestões da agenda 21, no capítulo 36, e formalizou os Centros de EA (CEA's), colocando-os como pólos irradiadores que contribuiriam para desencadear trabalhos iniciais de EA e espalhar experiências que fossem melhorar as condições de vida das comunidades. Institucionalizou um Grupo de Trabalho permanentemente para a EA, tentando sua implementação nos sistemas de ensino em todos os níveis e modalidades mas que pouco têm aparecido os frutos dos grupos de trabalho nas áreas de nossa pesquisa.

Somente em 1994, o IBAMA assume, como órgão federal e executor, a Política Nacional do Meio Ambiente e, em conjunto com o MMA e o MEC, elaborou o Programa Nacional de Educação Ambiental, que apresenta uma sistematização dos núcleos de EA no documento chamado de Diretrizes para operacionalização do PRONEA.

Com muitos desafios pela frente, o PRONEA foi dividido em duas frentes, a saber:

1- O setor de EA do IBAMA, mais voltado para a educação informal, assessorando cursos na área de gestão ambiental e ações com as comunidades através dos Núcleos de EA;

2 - Pelo MEC, atuaria a coordenação de EA no ensino formal, iniciando o trabalho pelos bancos de dados de projetos e atividades já existentes, pois, segundo eles, facilitaria o intercâmbio entre indivíduos e instituições.

Essa posição de partir do que já existia parece que não ajudou a resolver os problemas sérios e urgentes, pois o documento de intenções já mostrava que era incipiente a introdução da EA nos currículos, na formação dos educadores e que as ações eram desarticuladas dentro dos órgãos governamentais.

Em 1996, foi criado pelo MMA o Grupo de Trabalho de EA, via parceria com o MEC, para uma cooperação técnica e institucional, cujas principais atividades foram: *Elaboração e Coordenação da 1ª Conferência Nacional de EA; Projeto de EA para o Ensino Básico "Muda o mundo, Raimundo";¹ Seminários sobre a prática de EA no ecoturismo, biodiversidade e Agenda 21; Palestras Técnicas ("Temporada de palestra") e Levantamento Nacional de Projetos de EA..*

¹ O Projeto culminou em uma publicação: *Muda o Mundo, Raimundo!* Esse livro foi escrito pelos educadores com uma abordagem interdisciplinar; relata passagens da história brasileira e mundial em uma perspectiva de proteção ao meio ambiente. Mostra o que está sendo desenvolvido atualmente em termos de EA nas escolas públicas do país, permite aprofundar conceitos fundamentais como valores morais, educação, cidadania e sociedade sustentável. Seu principal objetivo consiste em oferecer aos educadores as bases conceituais e metodológicas a partir das quais eles possam desenvolver suas experiências no âmbito da EA, em função da realidade de cada escola. Ver Vera Rodrigues (2003,p.99).

A elaboração da 1ª Conferência Nacional de EA (CNEA), citada anteriormente, nasceu a partir desse protocolo de intenções entre MMA e MEC, já exposto, e vinte anos depois de Tbilise, mobilizaram-se educadores e pessoas envolvidas na Rede Brasileira de EA e autoridades de todo o país.

Essa Conferência reuniu 2.868 pessoas, com 354 delegados regionais, e mais da metade do total dos delegados eram representantes de instituições governamentais, com o objetivo de criar um espaço para análise e reflexão sobre a prática da EA no Brasil, revendo suas tendências, perspectivas e estratégias futuras.

Foi discutido um documento elaborado em Fóruns regionais com a participação da Rede Brasileira de EA e concluído nesse evento, intitulado Declaração de Brasília para a EA. Esse documento oficial do Brasil foi apresentado em Thessaloniki, Grécia, na "Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Conscientização Pública para a sustentabilidade".

O Documento citado por Ferraz (2004) seguiu os cinco eixos temáticos da Conferência, que foram:

1. EA e as vertentes do desenvolvimento sustentável;
2. EA formal: papel, desafios, metodologias e capacitações;
3. EA no processo de gestão ambiental: metodologia e capacitação;
4. EA e as políticas públicas: PRONEA, políticas urbanas de recursos hídricos, agricultura, ciência e tecnologia;
5. EA, ética, formação da cidadania, educação, comunicação e informação da sociedade.

A análise das atividades em EA foi bastante crítica mostrando que há um distanciamento entre o que se prega e o que se pratica nas ações dos governos; há uma atuação fragmentada e desarticulada, com pouca participação. O uso dos termos "desenvolvimento sustentável" e "EA", por parte do governo, mais para auto promoção, não assume, de fato, nem dá condições concretas para promovê-los. Na escola, a formação de seus agentes é incipiente.

Há pouco investimento na formação de professores e professoras assim como dos gestores e gestoras escolares, como também apoio às pesquisas sobre metodologias de EA e de outros interesses sobre o tema; faltam a elaboração de materiais didáticos adequados, maior divulgação da Agenda 21, uma proposta diferenciada para as populações tradicionais e uma Política Nacional de EA atuante. Esses foram os questionamentos levantados após um diagnóstico daquela realidade.

O IV Fórum de EA e o Encontro da Rede Brasileira de EA, em Guarapari- Espírito Santo- Brasil, aconteceram em 1997, como momento de troca de experiências e fortalecimento da discussão.

Na legislação educacional, somente quase trinta anos depois, a EA tem o seu respaldo atuando mais na década de 90, sendo referendada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais - (PCN) que pouco foram discutidos com o conjunto dos educadores, apresentando um dos temas transversais entre: ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual, pluralidade cultural, trabalho e consumo, incluindo a dimensão ambiental, pelo MEC, ao invés de EA.

Na análise dos temas transversais sobre o Meio Ambiente, verifica-se que faltam conceitos que remetam à articulação entre os aspectos sociais e naturais, com um caráter mais naturalista do que seja EA. Faltam ainda, segundo Ferraz (2004), termos como pensamento sistêmico, capacidade de suporte, entropia, identidade social e cidadania. O caráter interdisciplinar é comprometido pelo pouco preparo das professoras e dos professores, e as atitudes concretas ficaram comprometidas. O que é criticado por muitos educadores e educadoras também é o seu caráter esporádico, geralmente tratado com mais ênfase na semana do meio ambiente.

Os avanços que são destacados e percebidos são os do movimento ambientalista, que cresceu em suas articulações e práticas e vem contribuindo para o avanço da EA no Brasil.

Em 1999, criou-se a Diretoria do Programa de EA no MMA, indicando um novo momento com novas ações do governo, voltando-se para o meio ambiente. No mesmo ano, após um processo longo de discussão aberta para a elaboração da Política Nacional de EA (PNEA), que envolveu vários setores da sociedade civil organizada, viabilizou-se a aprovação da lei nº. 9795/99, regulamentando novas bases ao Programa Nacional de EA - ProNEA - sigla diferenciada do Programa instituído em 1994, que era PRONEA. Essa nova fase, tem sete objetivos, a saber: garantir as orientações políticas do Programa, a implementação e a difusão de EA, em conformidade com a PNEA; promover e articular ações de EA, no âmbito do MMA e demais instituições vinculadas; proporcionar o acesso à informação, bem como incentivar e promover a produção, construção e aquisição de conhecimentos, habilidades e desenvolvimento de atitudes e comportamentos ambientalmente comprometidos; desenvolver o PNEA no âmbito nacional, em articulação com estados, municípios e sociedade civil, visando à implementação de programas estaduais de EA, a fim de desenvolver ações de capacitação de recursos humanos nos

diferentes níveis de governo e implementar a divulgação de informações em EA(Brasil,1999). Essa prática, conseguiu pouca repercussão, e, dentre os motivos que levaram a isso destacam-se: os poucos investimentos para desenvolver novos valores e uma nova ética, os poucos recursos para incentivo, em quase todos os níveis, principalmente nos Estados e Municípios, e o fato de o Presidente Fernando Henrique Cardoso ter vetado o artigo 18, que tratava de recursos destinados à EA, apontando que: *Devem ser destinados as ações em educação ambiental, pelo menos, vinte por cento dos recursos arrecadados em função da aplicação de multas decorrentes do descumprimento da legislação ambiental*, apesar de, na disposição da lei, haver outros aspectos que são destacados como positivos pelos educadores/ educadoras e ambientalistas, sobretudo, os que acreditam na legislação, conforme cito a seguir.

Com as novas linhas de ações do ProNEA, e PNEA, desenvolveram-se ações comuns com seus objetivos:

- 1) Ações institucionais: fomento à formação de Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental (CIEA`s) nos Estados e auxílio na elaboração de Programas Estaduais de EA, além da formação de parcerias para ações integradas;
- 2) Ações intra-institucionais: incorporar a EA no âmbito do MMA e à ele vinculado;
- 3) Pólos de difusão de práticas sustentáveis: criação, em nível estadual, de articulação das ações de EA, através das CIEA`s;
- 4) Sistema Brasileiro de Informação sobre EA e Práticas sustentáveis (SIBEA): sistema de divulgação e informação sobre EA via internet;
- 5) Ação de mobilização e sensibilização da Sociedade (Protetores da Vida): sensibilização para a formação de uma rede que integre prioritariamente as comunidades escolares.
- 6) Capacitação em EA: implantação de curso de EA a distância.

Como percebemos, as ações de criação dos Programas Estaduais de EA em nível de MMA vêm ocorrendo com difusão de práticas sustentáveis, mobilização da sociedade e curso de EA a distância. Dar visibilidade ao ProNEA foi um dos principais desafios da diretoria do MMA e da equipe da coordenação, levando para a sociedade como um todo a necessária transversalidade e interdisciplinaridade que exige o tema.

O Ministério da Educação e Cultura, junto ao Grupo de Trabalho para Assuntos de Meio Ambiente, encaminhou as discussões que se adequaram à legislação educacional, em cujo Artigo 1º da PNEA conceitua EA como sendo:

... processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competência voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

O Artigo 10º trata da EA, enquanto prática educativa integrada, contínua e permanente e realizada em todos os níveis e modalidades do ensino e segue reforçando a necessidade da inserção da EA nos cursos de formação dos educadores e em cursos de atualização dos que já estão na ativa.

Na regulamentação acima citada, a PNEA deve ser executada pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - (SISNAMA), que são as instituições educacionais públicas e privadas, os órgãos públicos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, envolvendo também as entidades de classe, os meios de comunicação e outros segmentos, fornecendo para a sociedade a possibilidade de cobrar a promoção da EA, por conta da institucionalização da lei que responsabiliza todos os setores sociais para desenvolver a EA em todos os níveis e modalidades do processo educacional de caráter formal e não formal, legalizando seus princípios, o que passa a ser de responsabilidade da política pública.

Até 2000, no Brasil, destacam-se diversos projetos em nível não governamental e ligados a instituições como a Fundação Gaia e o Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental - NEMA no Rio Grande do Sul; a Fundação SOS Mata Atlântica e o Instituto Paulo Freire, em São Paulo; o Instituto de Pernacultura da Bahia e o Grupo Ambientalista da Bahia - GAMBA, do Instituto Terramar; a Associação de Pesquisa e Preservação de Ambientes Aquáticos - AQUASIS - no Ceará, ASA (articulação do Semi-Árido) UNIPAZ e o Projeto Tamar, no Brasil inteiro, entre outras instituições.

Diversas Universidades desenvolveram projetos de extensão com atividades teóricas e práticas, muitas vezes conjuntamente com as organizações não governamentais. Em nível superior, destacam-se a Fundação Universidade do Rio Grande- FURG- com curso de Mestrado em EA, desde 1997; a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em parceria com as prefeituras e ONG,s atuando na formação dos professores do Ensino Fundamental; a Universidade de Brasília – UNB; a Universidade Federal do Ceará - UFC, via projetos de extensão em favelas e escolas da região e apoio às experiências não governamentais; a Universidade Estadual do Ceará - UECE, oferecendo cursos de Especialização em EA; a

Universidade Federal da Paraíba - UFPB, com oficina de reciclagem de papel e um trabalho de extensão, Curso de Especialização em EA; além da Rede de EA, que funciona no prédio da Reitoria, e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA, que tem como objetivos contribuir cientificamente para a harmonização do desenvolvimento econômico, social e a conservação dos recursos naturais e da qualidade ambiental na região nordestina, "visando otimizar o potencial dos recursos naturais com o equilíbrio do meio ambiente e satisfazer as necessidades da população" e melhoria de sua qualidade de vida, "bem como permitir um desenvolvimento sustentável da região" com a proposição de alternativas apropriadas (ao meio ambiente e à sociedade local) e intersetoriais de ação advindas da prática da interdisciplinaridade no processo de gestão do desenvolvimento. (<http://www.prodema.ufpb.br>).

Inicia-se o século XXI com alguns avanços em relação à ampliação do significado da EA, que insere as questões sociais como parte das discussões ambientais. A sua visibilidade, em todo o país, e várias experiências desenvolvidas por diversos setores da sociedade ajudaram a concretizar as ações da EA nas comunidades, escolas e na sociedade ampliando e articulando o movimento ambientalista, as Redes de EA, as ONGs e os Fóruns, somando uma estratégia de forças para enfrentar o desenvolvimento vigente, que degrada as relações humanas e ambientais, o que exige novas práticas em busca de uma nova organização na sociedade.

Quanto a vivências de novas práticas, emerge o movimento dos trabalhadores rurais na luta por terra, trabalho e justiça social, sendo um dos fenômenos mais importantes da história brasileira, que desmistifica toda uma tradição de suposta passividade e anomia do nosso povo, tendo como um dos seus objetivos para reforma agrária *desenvolver tecnologias adequadas à realidade, preservando e recuperando os recursos naturais, com um modelo de desenvolvimento agrícola auto-sustentável*.

Existe pouco material escrito divulgando as experiências do MST, mostrando as feiras agroecológicas em quase todo o país, alguns trabalhos em nível de pesquisa, como a que trata a EA no assentamento do MST em Piritini/RS, com o título: Desafios da Educação Ambiental na articulação entre escola e assentamento da reforma agrária, de Rogério de Sousa Guimarães.

Há muitas publicações sobre EA na mídia, em revistas, jornais e livros, tornando mais acessíveis as informações pela quantidade de material publicado, pois temos uma vitrine sobre o assunto, só que a qualidade, muitas vezes, deixa a desejar, sendo necessária uma análise crítica

desse material, porquanto, em muitos deles, as informações são pouco consistentes. Um livro que Avaliando a Educação Ambiental no Brasil sobre os materiais impressos, foi publicado pelo instituto ECOAR com a criação de um banco de publicações com o seguinte acesso: www.ecoar.org.br.

Existe um grande entrave a ser superado, que é a forma e o conteúdo como é estruturado o sistema capitalista, que tem feito da natureza sua fonte de riqueza e apropriação, sem pensar no amanhã um sistema de exploração que maltrata, em todos os sentidos, e uma cultura de que os recursos naturais são infinitos.

Sobre os financiamentos, alguns recursos vêm sendo investidos, em nível federal, menos na política para EA pública, em nível estadual e municipal, pois pouco vem sendo feito nesse sentido. Além disso, falta articulação entre os setores responsáveis pela realização das ações, o que dificulta, no dia a dia, a vivência da EA.

Mesmo havendo um incentivo com fomento para o fortalecimento, encaminhado pelo MMA às Redes brasileiras de EA, via Fundo Nacional do Meio Ambiente, que estruturou a rede Paulista de EA - REPEA, a Rede paraibana de EA, REA-PB e à Aguapé e à Acreana de EA entre outras, mas ainda é necessário ampliar essa e outras ações para fazer chegar uma melhor e maior intervenção à sociedade.

Em 2001, houve poucos avanços sobre a implementação dos projetos realizados, depois do ProNEA, que Ferraz(2004) destaca:

1. A implementação do SIBEA parcialmente concluída;
2. As articulações com as redes ...
3. O curso básico de EA a distância, que foi implementado para cerca de 15 mil pessoas em todo Brasil;
4. Foi escolhido como projeto piloto para implementação do Pólo de EA e difusão de práticas sustentáveis o município de Prado/BA (financiado pelo FNMA)(Ferraz,2004, p:119).

E continuando seus passos, o governo federal instalou, pelo menos, quatro pólos de EA em nível nacional, encerrando-se o mandato de Fernando Henrique Cardoso com 27 pólos de EA, tendo como parceiros as Universidades, os núcleos do IBAMA e entidades empresariais, mas terminou o mandato com muito a ser feito.

No final de 2002, com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, e com a nova administração e as modificações ministeriais, houve mudanças estratégicas com relação ao tema ambiental e para a EA.

A Rio + 10 foi à reunião sobre o Desenvolvimento Sustentável, em Johannesburg (África do Sul), em 2002, e teve como objetivo o de apresentar um passo à frente na passagem de conceitos para a ação e reforçar compromissos políticos assumidos na ECO 92. Houve um reconhecimento, nessa conferência internacional, de que a proteção ao MA e os manejos dos recursos naturais precisavam ser integrados aos assuntos sociais e econômicos, como pobreza e subdesenvolvimento. Uma rápida leitura dessa avaliação foi suficiente para se perceber que a sociedade civil dos países latino-americanos viveu uma década de frustração com os governos. Fato esse, entre outros, que gerou uma certa crise na implantação desses acordos, a qual levou a RIO + 10 a reduzir a participação efetiva da sociedade civil. Assim, ficou difícil evoluir a vontade política para o DS. (Desenvolvimento Social)

O compromisso político firmado na cúpula de Johannesburg, conhecido como Millennium Development (Metas de Desenvolvimento para o Milênio), contém seis metas para serem desenvolvidas até o ano de 2015, a saber: Reduzir em 50% o número de pessoas (estimando em 1,2 bilhões) que vivem com menos de 1 dólar por dia; Universalizar a educação (113 milhões de crianças não vão à escola), através da eliminação das disparidades de gênero na educação até 2005 e em todos os níveis até 2015); Reduzir em dois terços a mortalidade perinatal; Reduzir à metade o número de pessoas sem acesso a água potável; Introduzir o conceito de Desenvolvimento Sustentável nas políticas públicas dos países-membros; e Desenvolver parceria global, que inclui assistência oficial para o desenvolvimento, acesso a mercados e redução da dívida externa (Almeida, 2003, p.126).

No início de 2003, o MMA e o MEC reúnem-se, depois de quatro anos da regulamentação do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, no mandato de Cristóvão Buarque, como Ministro da Educação. Para assumir a tarefa de gestar a política ambiental, ele declarou, via on line, (2003), que o MEC pretendia ampliar o ensino da EA nas escolas, partindo da pré-escola até o Ensino Médio, e reforço em nível de formação das professoras e dos professores .

O ProNEA reorientou as ações sobre o seguinte lema do Governo atual: "Brasil, um país de todos", assumindo quatro diretrizes do MMA, quais sejam: fortalecimento do SISNAMA, transversalidade, sustentabilidade, participação e controle social.

O Ministério da Educação, em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente, assinou um Termo de Cooperação Técnica, assumindo a realização da I Conferência Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente, uma iniciativa democrática que contou com a participação das Secretarias de Educação dos Municípios e Estados, várias entidades, Conselhos, ONGs, Movimentos Sociais e de Crianças e Jovens de todo o Brasil para tratar da EA.

O objetivo da Conferência Infanto-juvenil era envolver crianças e jovens nas discussões da temática ambiental do país, discutindo a sustentabilidade do desenvolvimento humano. Os participantes elaboraram propostas de políticas ambientais para o Brasil, com encontros prévios nos seus Estados, onde houve reunião em várias escolas, elegendo-se representantes.

As Pré-conferências regionais preparatórias chegaram aos Estados brasileiros depois do Seminário "Diálogos para um Brasil Sustentável", realizado com a coordenação do MMA, tendo como parceiros o Fritjof Cabra, o Instituto Ecoar para a cidadania e o Projeto Brasil Sustentável e Democrático. O documento com as propostas desse evento, com mais de 100 especialistas brasileiros e estrangeiros, foi enviado aos Estados, sendo rediscutido depois no evento Nacional, em Brasília, cujo tema era "Vamos Cuidar do Brasil, fortalecendo o Sistema Nacional do Meio Ambiente", tendo sete temáticas bastante amplas, segundo Ferraz (2004):

1. Recursos Hídricos;
2. Biodiversidade, flora e fauna nativas e espaços territoriais protegidos;
3. Agricultura pecuária e Recursos Pesqueiros e Florestais;
4. Infra-estrutura: transporte e energia;
- 5 Meio ambiente urbano;
6. Mudanças climáticas;
7. SISNAMA.

Esse processo teve como finalidade também discutir o Sistema Nacional do Meio Ambiente de forma democrática, construindo as Políticas Ambientais.

Ocorreu, paralelamente, a I Conferência Nacional de Meio Ambiente, que também discutiu seu conteúdo nos Estados, sendo realizada com a coordenação do IBAMA e da

Sociedade civil organizada, para, em novembro de 2003, as discussões finalizarem em Brasília, no Distrito Federal.

Avalio que essa conjuntura educacional, somada às decisões políticas desarticuladas, descontínuas e fragmentárias, favorece na prática a mais limitações do que avanços, no entanto visualizo uma nova mentalidade sendo cultivada pelos meios de comunicação de massa, principalmente atingindo as crianças que podem melhorar as atitudes e os hábitos no meio ambiente no futuro, e a EA, como um todo, terá que acompanhar os novos tempos, mas precisamos ser críticos com relação aos conteúdos indicados pelos meios de comunicação.

1.3 No Estado da Paraíba: em cena a EA

Na Paraíba, há um certo vazio sobre a história da EA com dados atualizados. Aqui reúno alguns dados, mas ficam para um outro trabalho todos os detalhes específicos e sua história mais completa.

Existe uma das primeiras entidades, que é a Associação Paraibana dos Amigos da Natureza, uma associação não governamental, criada em 1978 por ambientalistas, para dar continuidade ao trabalho iniciado pelo Dr. Lauro Xavier, agrônomo, professor de botânica da UFPB, uma voz forte e corajosa na defesa dos recursos naturais do Estado da Paraíba. A mata atlântica, os manguezais e a caatinga são ecossistemas que recebem atenção especial dos membros da entidade.

A APAN tem investido na EA nos diferentes níveis de ensino e na educação informal e em lutas como as da baleia, implantação do Parque do Cabo Branco, proibição da venda de leite contaminado, manutenção da integridade da Mata do Buraquinho e de outras reservas florestais e expulsão de navio com lixo químico do porto de Cabedelo, foram algumas ações que notabilizaram a história da entidade, que tem sede funcionando em João Pessoa, na rua Duque de Caxias, 68, no centro da cidade.

Na Paraíba, o movimento ambientalista tem existência mais nas tendências socio-ambientalistas ligadas às ONGs e aos sindicatos e movimentos sociais, no ambientalismo dos educadores e no ambientalismo governamental em que se encontra a representante do núcleo ambiental do IBAMA, Ana Maria Nogueira Falção da Silva, intitulada a dinossaura na EA na Paraíba, por ser uma das primeiras pessoas a encampar essa causa. O material de divulgação do

Seminário de consolidação do Fórum paraibano de Educação Ambiental - 1997 encontra-se no anexo "F" o Fórum de Educação Ambiental em 1999..

Ana conta fato ocorrido há 28 anos atrás e seu desenvolvimento até hoje que são de grande importância para o conhecimento nessa área e nos assentamentos.

O que eu conheço é o que para mim significa um marco quando eu entrei na área de meio ambiente que foi a partir de 1987.

Nessa época nós ainda não tínhamos um referencial, nem uma forma de trabalhar com este nome EA.

Então eu era funcionária do antigo IBDF Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - que mais tarde originou o IBAMA, e lá nós tínhamos na assessoria de comunicação, nós tínhamos um trabalho que era muito mais voltado para divulgação e informação ambiental.

Então não era o caráter que tem hoje, era EA como processo de tomada de conhecimento, voltado para cidadania. Então naquela época era muito mais em termo de informação e divulgação na área ambiental. Que o IBDF fazia super bem, por que tinha profissionais lá, tinha jornalistas e os técnicos só subsidiavam de certa forma. Foi isso até o final da década de 80.

Quando deu-se início a década de 90, o antigo IBDF já fazia parte do IBAMA, junto com a ex SUDEF que é hoje superintendência e desenvolvimento da pesca, e a antiga SEMA que era secretária especial do Meio Ambiente. Então estes três órgãos na Paraíba originaram o IBAMA na Paraíba, a nível nacional incluíram ainda mais uma instituição que foi a SUBEVIA que só existia na região norte, voltada mais para o trabalho dos seringueiros, a seringa, a borracha. Então esses quatro órgãos originaram o IBAMA no final do governo de José Sarney e início do governo Collor, ou foi nessa transição e aí, a partir daí a própria sociedade começou a se colocar esta sigla EA.

A representante do IBAMA destacou a falta de um referencial teórico para trabalhar a EA e mostrou o processo de implantação da política para o meio ambiente em nível federal e estadual e as mudanças do IBDF até o IBAMA.

E a partir daí eu lembro que a conferência foi em junho e o IBAMA a nível nacional o criou em julho os núcleos de EA.

A partir daí a gente começou um trabalho mais sistemático nessa área, porque era inexistente e como eu disse anteriormente, e até hoje tem pessoas que confunde EA com isso, informação e divulgação ambiental. A exemplo de campanhas, jornal, folds, folhetos . Quando você faz isso esta trabalhando a EA e de maneira melhor e mais fácil de chegar as pessoas né, é diferente da EA que é um processo.

Ela resgata a criação da lei e do Programa Nacional do Meio Ambiente em 1981 e os muitos investimentos financeiros que ficaram mais no papel, realidade alterada a partir de 1992:

Então começou-se a articular e organizar a partir daí a EA dentro do IBAMA. Então naquela época tinha muito recurso do Programa Nacional do Meio Ambiente, este programa que nasceu com a lei 6.938 que é a lei que estabelece a política nacional de meio ambiente, foi de 1981 esta lei mas ficou lá no papel e a partir da Rio 92 a coisa andou mais rápido.

Então o PNMA disponibilizou recursos para capacitação dos gestores, técnicos dos órgão de meio ambiente tanto no Estado, quanto no município, como no nível federal.

E aí foi quando nós tivemos oportunidade de ver essa outra dimensão, de ver a dimensão da EA dentro do que foi proposto na primeira Conferência em Estocolmo, foi quando se falou pela primeira vez sobre a EA, depois nos encontros específicos da EA como o de Tbilisi.

Convém lembrar que, no IBAMA na Paraíba, foi criado o núcleo na superintendência, e esse núcleo abrigou as pessoas interessadas que no primeiro momento, faziam piadas por não entender a concretude da EA. Vejamos:

demorou um pouco também para a gente entender a EA como ela deveria ser, gerando até uma piada você tem que descobrir a concretude da EA, existia até uma piada entre a gente, quando tá um nó bem grande, calma gente a gente precisa descobrir a concretude da EA (sorrindo) Entendeu uma piada entre nós de brincadeira entre nós, e aí nós isso através de uma divisão de educação técnico científica e nós começamos a nós capacitarmos, por ex: eu mesmo em 92 comecei um curso de especialização de EA na UFPB com muitas falhas claro porque estava no processo buscando uma definição melhor do que seria isso.

A coordenadora reconhece e assume, sendo uma das mais antigas que até hoje continua difundindo no IBAMA e junto a outras instituições a EA e participando de seus seminários destacando as questões da transdisciplinaridade e da interdisciplinaridade:

Mulher eu sou uma dinossaura, desculpa mais eu já me sinto assim, a partir daí eu já participei do quinto seminário universidade e meio ambiente, foi uma das coisas riquíssimas, e foi o IBAMA que batalhou por isso, junto com as universidade o Título é Universidade e Meio Ambiente foi em Minas Gerais, foi muito bom por que pela primeira vez estava discutindo a transdisciplinaridade, a interdisciplinaridade sabe que era um assunto que não tinha vindo a tona para discutir, coincidiu quase na época da Eco 92 e foi muito legal.

No processo de divulgação e articulação, houve dificuldades até a criação do curso de especialização em EA, na UFPB, e os antecedentes da I CNEA:

E aí começamos devagar articulando, mobilizando e havia sempre aquela preocupação das pessoas querendo saber se tem dinheiro, quer saber se tem o dinheiro. Há não tem, dizíamos não tem dinheiro, há tá não sei o que, principalmente aqueles órgão publico que são já bitolados nessa questão que só trabalham se tiver dinheiro.

E aí nós não conseguimos por exemplo na época mobilizar a universidade, de jeito nenhum apesar que o Centro de Educação criou o primeiro curso de especialização. Começou haver uma preparação para uma conferência Nacional de EA aí nós conseguimos realmente mobilizar, conseguimos criar um grupo de educadores, por exemplo, trabalhando nessa área mas ainda não rotulavam de EA, outras tantas que só tinham interesse na área e tal e foram se chegando e aí esse caldo aí tudinho, nós juntamos e fizemos um encontro, tudo com base em parceria, e a universidade participou através do PRODEMA.

Em 1997, na preparação para a I Conferência Nacional de EA, evidenciou-se a necessidade, no seminário de consolidação do Fórum paraibano de EA, no auditório da UFPB - João Pessoa - Paraíba - de se discutir e elaborar o Programa estadual de EA. Anexo E. Esse fórum tinha por objetivos, conforme seu folder

Gerar o Programa Estadual de EA, criar a REDE paraibana de EA ligada à REDE brasileira, para capacitação, comunicação e fortalecimento da EA no Estado e referendar a proposta Política para a EA feita pelos delegados da região Nordeste na plenária da I CNEA, ocorrido de 07 a 10 de outubro passado.

A proposta da Paraíba de criar Fórum e da Rede de EA na Paraíba REA-PB- que ganhou o Brasil foi levada à Conferência. Vejamos isso na fala da representante do IBAMA- PB:

Nós fizemos uma proposta da Paraíba e levamos para a Conferência, durante a conferência nós tivemos contatos com outras pessoas, foi aí onde surgiu a idéia da rede, de criar uma rede em 97, a idéia de criação de uma rede de EA.

Após a Rio 92, o governo brasileiro, através do IBAMA, criou os Núcleos de Educação Ambiental (NEA) nas superintendências estaduais de todo o país, para estimular a gestão ambiental.

Em termos de educação formal na Paraíba, quem representa hoje a Coordenação de EA na Secretaria de Educação do Estado da Paraíba é a professora, Vitória Régia Alves de Sousa, que lembra a criação da primeira escola de EA na Paraíba, que é mantida pelo município, tendo na época uma proposta para EA, contrária hoje às indicações de EA como tema transversal, até porque ela já existia:

o processo se deu com a criação da primeira escola de EA que foi criada pelo professor Carlos Ovídio, da UFPB na Bica. E também nesse período aconteceu a ECO 92 onde

ele foi participar e foi e apresentou essa escola então hoje eu conversando com Marcos Sorrentino, ele lembrou este fato e realmente foi um marco da Paraíba, por ter sido a primeira escola realmente, não a escola de educação formal mas de educação não formal com tanto que tinha uma perninha na educação formal por que os alunos eram convidados a ir lá, tinham que escutar palestras e tudo então não deixa de ter uma participação da educação formal nesse processo .Mas ela estava lá pra inserir a sociedade civil.

A professora relatou o processo de inserção da EA na Secretaria de Educação do Estado da Paraíba, que aconteceu somente em 1993, na tentativa de criação dos núcleos de EA via política de EA para o Brasil:

Carlos Qvídio procurou a SEC do Estado isso em 93 nós fomos procurados pelo professor ele esteve junto na época ao secretário de educação querendo criar por que isso já era uma orientação do ministério criar núcleos de EA já era a política de EA para o Brasil. Criar nas secretarias estaduais de educação núcleos de EA e nós elaboramos uma equipe da SEC junto com o professor Carlos Ovídio. solicitamos para fazer um projeto para ser criado o núcleo de EA. Só que o secretário da época não abraçou a causa, não teve interesse, até por que teria que ter uma estrutura né, ter uma sala ter materiais a disposição e isso dificultou um pouco, isso não foi ...o projeto ficou pronto muito bem estruturado mas não caminhou .

Na Paraíba, foi realizado um seminário de consolidação do Fórum, em 1997, segundo a representante do IBAMA:

... foi em novembro de 97. Nós fizemos um seminário de consolidação do Fórum paraibano de EA, foi uma das propostas que levamos para Brasília e foi aceita lá, inclusive essa idéia de criar o Fórum ganhou o Brasil, nos criamos o nosso e os objetivos desse fórum eram dois: um era a criação de Rede paraibana de EA e o outro o Programa Estadual de EA, bom todos dois foram criados, e ganharam vida própria e tal e estão aí. E o programa que o governo do Estado assinou em baixo . Tá lidando legitimando mais ainda. Pronto e a partir daí eu mesma pessoalmente sei que fui uma pessoa participativa, fui comprometida diretamente com a EA.

Quem também destacou o ano de 1997 foi a representante da Rede de EA na Paraíba, comentando sobre o grupo de EA no Centro de Educação na UFPB, o GEA:

... 1997 as coisas aconteceram em EA obviamente no próprio CE houve o retorno do GEA ou seja o retrocesso do GEA o GEA dismantelosse e depois disso a gente pode perceber que o SENAR, SENAI não lembro bem mas mi parece que também o SEBRAE já começava uma certa impulsão pela EA.

Ela destaca o trabalho da UFPB com preservação e conservação de espécies ameaçadas dentro do Laboratório Tropical de Climatologia e no interior da Paraíba:

E a Universidade sempre presente no interior o pessoal do CAMPUS de Cajazeiras a época ainda vinculada a UFPB, ainda desenvolvia alguma coisa. No âmbito do Departamento de Sistemática e Ecologia nós tentávamos fazer algum trabalho dentro do biotério (laboratório Tropical de Climatologia) onde se criam primatas e a gente desenvolvia um trabalho de EA a partir da sensibilização de crianças e tendo como escopo a conservação né, preservação de espécie ameaçada de extinção.

Relembra, ainda, os primeiros momentos de articulação para a constituição da Rede de EA na Paraíba e a importância da Pós-graduação em Educação e o PRODEMA, com pesquisa nessa área:

nesse encontro preparatório percebeu-se um movimento muito forte de articulação entre pessoas e instituições. Então quando durante a Conferência Nacional de EA nós tivemos os representantes institucionais ali reunidos, tiveram a intenção e a idéia de constituir essa Rede de EA da Paraíba que hoje existe. Um outro ponto que eu acho que foi importante, além de REDE além do Fórum foi os cursos de Especialização em EA, o próprio PRODEMA também com sua área de pesquisa voltada para EA, a abertura do PPGE (Programa de Pós-Graduação em Educação) da UFPB também para EA foi um aspecto importante, trabalhos de educadores...

Na Paraíba, o IBAMA deu uma boa contribuição, participando de um grupo de representantes por instituições. Houve um certo fortalecimento com a criação da estrutura de REDE de EA, com projetos bem mais aceitos pelos gestores e pelas gestoras. Relembra a representante da SEC/PB:

esse grupo da Paraíba convocou esses segmentos institucionais como o CEFET, SEC, SUDEMA a sentarem para pensar uma REDE e pensar uma estruturação de REDE e nesse momento foi quando foi feito e pensado e levado esse modelo para as instituições para os nossos gestores, eles abraçaram a causa concordaram gostaram e começou se organizar a REDE em 97, nesse momento nós fomos convidadas, foi aí onde veio o convite do Ministério que estava se formando em todo o Brasil, todo o país, encontros de multiplicadores de EA de uma política do MEC do Ministério de Educação.

A organização da EA na Paraíba teve início com duas pessoas da Secretaria de Educação do Estado mas essa articulação não avançou muito durante esses anos. Percebo que, até hoje (2005), ainda há um certo vazio com relação aos cursos de multiplicadores em EA, cuja formação ficou divulgada restritamente em encontros "pontuais", Falta continuidade no preparo

dos professores e das professoras que, na base, reclamam da pouca teorização, e muitas vezes, reclamam (Santa Terezinha, Malta e Patos, na Paraíba) da falta desse tema.

tava sendo criado um núcleo de EA aliás uma coordenação ela [MEC] estava convidando dois representante por instituição, então foi aí onde eu recebi o convite da secretária para ir junto com Clara que já estava tratando dessa questão e nós fomos ao primeiro encontro do qual eu participei, já havia um anterior em Alagoas, tinha havido o primeiro encontro de Multiplicadores de EA ocorreu o segundo encontro de Multiplicadores de EA... E nós fomos como eu falei a Maceió participei desse encontro de multiplicadores e a proposta era... ao retornamos aos nossos Estados trabalharmos a transversalidade e a interdisciplinaridade fazer cursos de multiplicadores, nós seríamos multiplicadores no nosso estado para puxar EA enquanto tema transversal. Então lá nesse momento nos tínhamos como trabalhar EA de forma transversal e interdisciplinar, viajamos vários Estados do país viajamos de 97 a 2000 e aí nós fazíamos nosso trabalho quando chegávamos nos pontos, convocando reunião com os professores falando desse curso e tentando implementar essa política no nosso a Estado

Alguns multiplicadores precisam de uma melhor preparação acadêmica com continuação dos estudos em nível de pós-graduação para ter mais base nos cursos de formação e uma melhor preparação teórica para trabalhar com os professores na base, com um acompanhamento de toda a comunidade in loco, pois, às vezes, dizem algo que foi feito a partir de um modelo, de uma demanda vinda de cima para baixo.

Os professores precisam ter maior informação do significado da EA no cotidiano, podendo depois dar melhor consistência à prática de projetos ou em qualquer atividade a ser pensada por eles próprios . Veja- se este depoimento da representante da SEC/PB:

A demanda era essa (fazer um projeto com os professores para trabalhar EA nas escolas) além de trabalhar tudo isso a gente seguia, a demanda nesse momento demandada era fazer projetos de EA em cima do tema água, equidade.

Os temas eram puxados ou trazidos dentro da realidade deles? Não, exatamente, a gente dava o modelo, dentro dessa realidade eles adaptava, tem energia, água, biodiversidade, escola, comunidade, transporte.

Partindo das orientações, aliás do documento eles puxavam dentro da sua realidade ou da sua necessidade, então foi feito dessa maneira, os resultados não chegaram ainda até porque acabamos de estar com eles, a toda uma preparação né, a demanda final já fizemos .

Convém notar as condições de criação, na Paraíba, do Programa Estadual de EA (Anexo G) em julho de 1999 e as dificuldades de produção local com estudo e discussão, como mostra a representante do IBAMA. Até hoje ele encontra-se registrado e foi legitimado:

...nós criamos o programa que foi muito difícil, por que era um processo democrático, então era ler, era as vezes frustrante mas que nos apesar de tudo a gente conseguiu fazer o nosso programa, e que tá valendo até hoje. E o programa que o governo do Estado assinou em baixo . Tá lidand,o legitimando mais ainda.

A representante da SEC Vitória relata como aconteceu a criação dos NEAs e o começo da EA na Secretaria de Educação do Estado, junto com a REDE paraibana de EA:

Foi realmente para isso tinha outras instituições como o NEA, já tava se formando nos Estados nessa caminhada que eu tenha conhecimento foi criada os NEAs no IBAMA e foi também criado nas secretaria de meio ambiente a SUDEMA também criou um núcleo de EA na SUDEMA e assim nós começamos na secretária juntamente com a REDE tentou caminhar junto com a rede e nos cursos de multiplicadores de EA e assim nós caminhamos até hoje.

Hoje, esse programa já virou lei e é utilizado pela CIEA- que é a Comissão Institucional de EA. Assim o propósito do PEEA/PB é:

esperar promover a inclusão da dimensão ambiental no seio da sociedade paraibana, ampliando a consciência pública e a participação individual e coletiva na defesa de um ambiente saudável e equilibrado, voltado para o desenvolvimento de ações permanentes que ultrapassem conjunturas políticas e gestões de governo. Promovendo também a articulação entre os diversos atores envolvidos no processo, tornando-se assim um instrumento de política pública para que num prazo o mais rápido possível sejam atingidos níveis de um desenvolvimento sustentável e como forma de tornar efetiva essa prática no Estado. (PEEA, 1999 p. 07)

A representante do IBAMA apresenta as ações que estão sendo desenvolvidas atualmente pelo IBAMA:

E hoje (2005) nós temos a nível do IBAMA três projetos no interior, um na área do rio Mamanguape, o trabalho é voltado para o jovem, temos outro em Campina Grande um trabalho voltado para pessoas que tem criado de animais residênciais e o outros em Sousa em cima do Rio São Gonçalo, que é um açude que tem um valor importante mas que ninguém tá ligando, e o IBAMA encampou essa luta.

Ela concorda com Sorrentino, por ele afirmar que se deve repensar os termos EA na reforma agrária e EA no lixo, visto que o conceito de EA é bem mais amplo e não é preciso fragmentá-lo.

Há na Reforma Agrária, por que nós trabalhamos nas matas ciliares, áreas de preservação permanente, trabalha as áreas de reservas legais, por que como são áreas de

preservação permanente e as matas ciliares também são áreas de reserva legais, são responsabilidade direta do IBAMA, estão nós estamos trabalhando isso com os assentados mais em termo de recuperação de área degradáveis, inclusive nos vamos ter dois ciclos de debates importantíssimo agora a nível técnico.
(Sorrentino, Comunicação Pessoal no I Encontro Nordestino de EA -2005)

Ela comenta sobre o trabalho que o IBAMA tem realizado nos assentamentos partindo de uma perspectiva mais ampla:

Nos assentamentos nos temos feito debates com os assentados a respeito da importância da preservação da área de reserva legal e da preservação. A gente teve um apoio da CPT e do MST, FETAG são os órgão que eles são ligados e que podem ter força junto a essa outras e que exige nos assentamentos, que possam extrapolar esses limites e que de fato a gente possa fazer um trabalho que vala a pena não adianta partir só do assentamento entendeu nesse sentido e aí a gente faz muitas coisas por exemplo quando as vezes gente vai em Cubati agora a gente recebeu um telefonema o pessoal lá está em dúvida sobre qual o tamanho da área de reserva legal, eles estão montando o assentamento, então tem essas situações, questões que são bem próximas dos assentados, nos estamos lá a gente ajuda.

A coordenadora faz observações para as oficinas a serem realizadas para o uso de reservas legais e comenta que nas áreas de assentamento mais antigas, não existiam muitos cuidados com a ocupação nem era, segundo a representante do IBAMA, obrigatório estritamente a lei:

nos vamos fazer três oficinas uma voltada exatamente para o uso de reserva legal, como é que ela deve ser usada, e a finalidades das outras oficinas é como fazer mudas de plantas nativas para recompor as áreas de reserva legal ou mesmo criá-las porque os assentamentos antigos não tinham essa história de ter 20% de área de reserva legal, então a área todinha era ocupada por assentados não tinha nada lá que era obrigatório pela lei e também nos vamos ter a área de preservação permanente também e objetivo final é deixar lá toda a forma de como deve ser criada um viveiro para que eles possam produzir mudas e quem sabe até vender..

Tem uma também que tem finalidade de geração de renda além da questão ambiental e também uma sobre apicultura onde for necessário por exemplo nos temos um assentamento em Sapé que é cheio de água de lagoas. Então eles podem aproveitar aquela água ali para criar peixes e vender naquele mercado que o peixe hoje do mercado não é bom que não tem muito peixe para vender em Sapé naquela região ...E trabalhar com eles o mercado de apicultura explorar os rios e lagoas, que eles possam viver melhor e é isso onde tiver a gente faz, onde tiver água, peixe que não seja problema .

Com relação aos problemas que ela percebe nos assentamentos, temos o seguinte depoimento:

é assim primeiro eles são muito desassistidos, sabe, estão jogados lá e pronto . Por exemplo as vezes a gente se depara com problemas que é o INCRA que tem que resolver que aí são questões fundiárias e ninguém pode entrar neste mérito, a gente pode levantar o debate mas a gente não pode resolver nada, a gente coloca muito bem para eles, mas o problema que eu sinto passa pela história daquela pessoa daquele lugar, por exemplo em Sapé, que na maioria dele foram trabalhadores do corte da cana de açúcar, então eles tem assim uma coisa de espera ou então já se cansaram de esperar que o poder público possa resolver o problema, assentamentos acompanhados pela a CPT e os do MST em termo de politização é fantástico.

Além do governo federal, há projetos na Paraíba financiados pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica, que já foram premiados, a exemplo de Monteiro e Pombal, segundo a representante da Secretaria de Educação do Estado:

nós temos escolas do Estado, do interior do Estado, que já tem projetos até financiados por instituições como Banco do Brasil, Caixa Econômica e até tendo recebido prêmios e o reconhecimento nacional e até internacional, como a escola do Cariri paraibano da cidade de Monteiro, que fez o projeto de reurbanizar a cidade porque lá existia a algaroba e a algaroba consume toda a água da terra e ele fizeram uma nova forma de replantar ou seja rearborizar a cidade e criaram o projeto que teve um reconhecimento internacional, a diretora foi chamada aos Estados Unidos, o projeto chegou até lá e recebeu prêmios de incentivo de outros projetos, mesmo assim foi a escola de Pombal através do Rio Piranhas, chamado o projeto com vida, isso tendo o total apoio da secretária de educação do Estado.

Conta a experiência-modelo da SEC, em que a reciclagem rendeu dividendos para equipamentos e a reconstrução de escolas com parcerias da direção, de entidades e da comunidade. Caso contrário, por falta de recursos, ficam sem passar dos portões da escola:

Nós temos o projeto em Santa Rita, também da escola, Do lixo ao Luxo, onde a escola convivia no meio do lixo e hoje a escola através da EA (o diretor é um educador ambiental) resgatou através de toda uma política de EA através da reciclagem tirou a escola da situação que ela se encontrava com um trabalho de reciclagem. Na realidade eles recolhiam o lixo e aquele lixo como pet, eles vendiam a indústria e seu dinheiro arrecadado ele levantou muro pintou a escola comprou um sistema de som para a escola, hoje a escola é modelo pra toda a Paraíba nessa perspectiva do ambiental, na realidade tem outros exemplos que eu poderia até repassar, só que esse projeto eles ficam nas escolas e as vezes por falta de recursos eles não chegam a passar dos portões mas, quando há um entendimento, quando há uma participação e uma conscientização desses profissionais que vão em busca de apoio da própria comunidade, das empresas, daquela redes bancárias que existem naquela cidade muitos fatores e tentam extrapolar as sua fronteiras. [extrapolar as fronteiras pelo o apoio buscado juntos a outros órgão, independente da SEC]

É hora de o governo estadual colocar em prática o que rezam as ações prioritárias e as estratégias do Programa Estadual de EA, buscando

a Implantação da dimensão ambiental através da criação e implementação de setores (Núcleos, Coordenações, Divisões, Departamentos, Secretárias) voltados para a operacionalização das ações de EA

Estimular a criação de instrumentos legais que garantam as ações destes setores.

Disponibilização, capacitação e atualização de recursos humanos na área ambiental.

Promoção de dotação orçamentária e mobilização de recursos adicionais específicos para ações de EA (PEEA,1999 p.9).

As intervenções são pontuais também porque acontecem mais via parcerias, e com o governo federal quase não há, em nível de governo Estadual, ações para cumprir com o seu programa citado acima, que ainda diz, nas estratégias sobre formação e instrumentalização de recursos humanos e educação formal, o seguinte:

Promover e apoiar cursos de atualização e de pós-graduação destinados a capacitar docentes e técnicos que atuam na área de EA Formal e não Formal

Planejamento e promoção de ações contínuas formais e não - formais voltadas para a instrumentação na instância administrativa numa perspectiva da melhoria da qualidade de vida.

A EA deve ser inserida no sistema de ensino regular, em todas as suas modalidades e níveis, a ser desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente, permeando interdisciplinarmente todos os conteúdos e áreas temáticas existentes (PEEA, 8:1999)

Fiz uma intervenção no Encontro nordestino de EA realizado em Natal – RN em 2005 e, depois da minha fala, na qual questionei os dados do MEC sobre 94% de escolas no Brasil com EA dando o exemplo de Patos, que quase nada tinha de EA. A representante da SEC/PB questionou a intervenção, afirmando que o trabalho existia na base, porém entrou em contradição dizendo que os gestores não enviavam os representantes, reafirmei que estava morando no local citado, pesquisando, nas escolas, com os professores. Nesse momento, ficou claro que houve uma constatação e confronto dos dados, presente na fala do retorno do trabalho que a representante da SEC Vitória apresentou e dos dados de 94% do MEC de EA no Brasil. Citei o exemplo de Patos -PB, onde quase nada estava sendo colocado em atuação nas escolas do município, e a representante da SEC fez a intervenção, justificando que havia trabalho, mesmo

que, em particular, ela tenha confessado que o trabalho foi feito recentemente e que tinha que se justificar perante o MEC.

para isso nós temos sempre parceria com o governo federal, esses projetos de multiplicadores nós estamos implementando na Paraíba.

Agora é um trabalho que ainda não é um trabalho, nós trabalhamos com 392 escola talvez por isso tenha sido um trabalho até uma certa... o que eu quis esclarecer hoje foi que o trabalho existe só que ele não atinge a totalidade, realmente ele não atinge. O que está me deixando preocupada, é que não é a nível de Estado, eu gostaria de explicar. O que me deixou naquele momento preocupada (referência a intervenção dela sobre minha fala citada anteriormente) foi porque nós estivemos agora no final de maio 17,18, 19 três dias num curso de formadores EA, teve a parceria do município. Olha nós capacitamos cento e tantas pessoas, sensibilizamos tantas pessoas. (Vitória)

Durante o encontro entrevistei também a professora da UEPB, Mônica Maria Pereira da Silva que é do Curso de Biologia, também doutoranda e pesquisa EA pela UEPB, que tem opinião diferente sobre esse Seminário de formação I, II e III, para professoras e professores, em EA, ela faz uma crítica ao programa e como o curso aconteceu na Paraíba:

... em Campina Grande quem deu a formação do curso de pedagogia fui eu.... Olhe, eu tenho muitas críticas ao programa, principalmente como o curso tem acontecido na PB, eu fui convidada e não participei da organização em si, eu fui convidada para contribuir na formação, mas assim a estrutura é: a gente vai lá dar a formação pincelada, por que uma formação continuada você tem que trabalhar bastante, não houve acompanhamento nas escolas, os professores e professoras ficam pedindo dizendo que querem fazer alguma coisa mas... e houve mais um problema em Campina Grande eu coloco Campina Grande por que é da minha experiência direta. Estava sendo prevista 150 pessoas, a regional de Campina Grande que tinha que fazer essa divulgação junto aos municípios não fez de forma correta só veio 50 pessoas, mas o recurso que veio foi para 150 pessoas. Agora eu não sei o que acontece, por que eu acho assim que não houve mobilização suficiente por que o município de Campina Grande a secretária do município ela agiu levou o pessoal de CG mas o pessoal circunvizinho não foi o mínimo de pessoa. (Mônica Silva)

A representante da SEC/PB ainda falou das dificuldades de mobilizar as gestoras e os gestores para a II Conferência Infância-juvenil, em preparo para a Conferência Municipal e da pouca participação - menos da metade dos representantes no Estado, que só manda os representantes porque eles têm que constar como facilitadores II e que os secretários estaduais e municipais receberam a comunicação e não vêm sequer para a abertura do evento:

... nos fizemos agora um encontro com os 223 prefeitos para que eles estivessem agora pra nós explicarmos a importância da II Conferência Infância Juvenil pra eles apoiarem, dar o apoio pra haver a conferência municipal. Nós conseguimos só reunir lá naquele momento oitenta e poucas pessoas aí a gente vê que nem todos os secretários quando falam em EA eles têm a preocupação ou o apoio, porque quando nós chegávamos pra fazer esse curso do ministério de parceria nós mandamos comunicação, a todas as secretarias estaduais e municipais porque a parceria vem do MEC até aqui em baixo. E eles não vêm nem pra abertura da mesa, eles mandam seus representantes por que tem que ter, porquê eles são facilitadores II, porque de cada município foi, aliás das 292 cópias, por que este projeto do governo no primeiro momento foi por adesão, as escolas tinham que aderir pra I Conferência Infância Juvenil então a escola que quisesse participar participava 392 incluídas as particulares.

Questionei a sistemática do trabalho de EA em nível de Estado da Paraíba nos acompanhamentos dos Seminários de formação dos educadores, e a resposta foi a seguinte:

Olhe nós fomos convidadas agora recentemente para irmos, por que nós deixamos três demandas na formação II, formação III (Projetos Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas chamado Encontro de Formação Continuada de Professores e Alunos) tem dentro desse projeto o Processo de Formação Continuada de Professores e Jovens e assim. Formação continuada em três passos, os professores, os professores nós trabalhamos pedagogia de projetos. Como elaborar projetos por que agora a demanda é financiamento para pequenos projetos de EA, então agora a gente está dando. Nós demos orientação pra escolas que participaram da I Conferência Infância Juvenil foi orientada as professoras as equipes do município e do Estado para elaborar projetos bem embasado, bem fundamentados pra poder conseguir recursos, captar recursos.

Entrevistei Aurora animadora atuante da REA-PB, que fala também em formação de educadores na área de EA, nos cursos de extensão pela UFPB, da articulação do IBAMA, dos cursos da SUDEMA e dos encontros paraibanos de EA organizados pela rede acima citada:

o nosso trabalho enquanto extensionista também né, nossos inúmeros cursos dados em prefeituras, atividades de extensão voltadas a formação na área de EA, trabalhando com escolas, trabalhando com comunidade, enfim eu acho que a universidade teve um papel importante , o IBAMA teve um papel importante, sua articulação com INCRA, a SUDEMA em seus cursos de formação são dois eventos que já aconteceram e foram puxados pela a REDE de EA nós encontros paraibanos de EA acho que eles são também marcos importantes nessa história na medida que eles tragam pessoas, acionar pessoas, o jornal Reação da REA é um instrumento que eu acho que tem contribuído pra despertar esse sentimento ...(Aurora)

Há também um trabalho com os jovens nas escolas para participarem da criação da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas Escolas, as COMVIDAS, que vão articular o Grêmio estudantil, os Conselhos de pais, os gestores e o coletivo da escola para criar a agenda 21 e participar das futuras conferências. Veja-se o que explica a representante da Secretaria de Educação do Estado:

o que significa COMVIDAS? É Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas Escolas. Essa COMVIDA são jovens que a gente pra articular pra falar de EA, pra reunir o Grêmio, pra reunir o conselho de pais, reunir os gestores da escola, reunir os seus professores para falar de EA e fazer principalmente a Agenda 21, o objetivo da COMVIDA é reunir o coletivo da escola e criar a Agenda 21 da escola. E essa COMVIDA também ela fica criada na escola com o objetivo de toda vez que for haver uma conferência essa COMVIDA vai organizar a conferência nas escolas. Ela é feita por jovens naquela perspectiva jovem de puxar aquela discussão com o coletivo da escola, com o pai, o Grêmio estudantil, então são jovens e junto com esse coletivo fazer a Agenda 21 da escola, então foi nessa perspectivas que demos os cursos

Os cursos de formação recentes na Paraíba foram distribuídos partindo-se das dozes regionais de ensino, agrupando-os por proximidade para facilitar o uso dos recursos destinados à pedagogia de projetos com seus devidos temas.

Foi criado da seguinte maneira, foi criado a partir da regional de ensino, temos 12 regional mas seria impossível por que os recursos só foi 46 mil para a Paraíba como 46 mil não dava para capacitar todo mundo nos 12 pólos por que e ficaria até mais caro por que teríamos que fazer em cada polo a convocação nos escolhemos 6 pólos cada pólo por ex foi Patos com Itaporanga por aproximação foi feito em Patos, em João Pessoa, só para João Pessoa... os prefeitos ficavam responsáveis á pagar só as passagens

As orientações gerais são mais do governo federal via MMA e MEC via órgão gestor da política nacional de EA como bem afirma a representante da REA-PB:

E recentemente a gente não pode deixar de negar essas políticas publicas trazidas pela MMA e MEC, pelo órgão gestor da política nacional de EA melhor falando, esse órgão gestor ela tem trazido uma política. E a Paraíba tem se debruçado e se dedicado muito a execução dessa política

A Paraíba hoje tem recebido poucos recursos pois 47 mil reais para formar e acompanhar as 12 regionais do Estado é insuficiente e ainda existia a pretensão de cobrir os 223 municípios no Estado.

O que existe de fato é parte dos professores com projetos enviados ao MEC, esperando aprovação, sendo seguidores das orientações desse encontro realizado em seis regionais do Estado:

Partindo das orientações, aliás do documento eles puxavam dentro da sua realidade ou da sua necessidade, então foi feito dessa maneira, os resultados não chegaram ainda até porque acabamos de estar com eles, a toda uma preparação né, a demanda final já fizemos. Já estamos recebendo convites para fazer a Agenda 21 nas escolas, para dar uma palestra mais aprofundada, dar oficina o termo certo, nós já fomos cobradas, nós estivemos recentemente em Bananeiras
(SEC, 2005)

Vitória representante da SEC vai nomeando os trabalhos de EA que existem nos municípios da Paraíba, a exemplo de Caraúbas, João Pessoa, Tibiri e os pedidos de ajuda para criar as COMVIDAS e a Agenda 21, em Bananeiras:

Caraúbas já tem vínculo Caraúbas, já tem sua Agenda, Bananeiras nos chamou que já tem demanda para se criar as Com Vidas e Agenda 21. Em João Pessoa tem uma escola que já esta sendo criada a Com Vida, a escola Machado de Assis lá em Tibiri, [Santa Rita] seria interessante você chegar para ver este trabalho belíssimo, já tem a Agenda 21 já trabalhada é o modelo... duas escolas de Campina Grande vai receber um prêmio é de ensino médio teve um trabalho maravilhoso dentro dela que é de EA... em Pombal o projeto Com Vida.

Ela reconhece que o trabalho não contempla o todo, que ainda é um trabalho tímido, embora algo já exista:

Nesse sentido eu gostaria de dizer para você que tem trabalho, trabalhos que não contemplem o todo é como a Raquel (representante do MEC) estava falando trabalhos tímidos... Que uma honra pra mi dizer e ver ai dito que as escolas Estaduais, não é que as municipais é que isso seja trabalho em separado não é mas eu não tenho o retorno das escolas municipais, agora como eu trabalho no Estado eu tenho sempre o retorno do que está sendo feito lá...

Aurora representante da REA/PB destaca, no nível teórico, as publicações na Paraíba e os trabalhos à disposição na biblioteca virtual do SEBRAE, do PRODEMA e [do PPGE - UFPB]
:

esses são aspectos que na minha memória vem como importantes, publicação também, as pessoas, os paraibanos de modo geral principalmente os da academia estão se

dedicando à reflexão e estão conseguindo publicar seus trabalhos... (sua dissertação)
EA: da Reflexão a Construção de um caminho Metodológico para o ensino. E a dissertação estar no PRODEMA e estar também na biblioteca virtual do SEBRAE (foi digitalizado) estar tudo lá na íntegra, é uma experiência uma proposta metodológica com que foi elaborada por professores de 5ª série de uma escola pública estadual de João Pessoa.

A professora Mônica da UEPB destaca que seu trabalho, no início, foi via campanhas isoladas, e hoje, o cuidado é com a sistematização no trabalho de duas escolas e um município:

Tem vários projetos sendo desenvolvidos, a Universidade Estadual tem feito, tem sido esse fomentador dessas ações a gente começou no início trabalhando a EA de uma forma que eu considero hoje errada porque a gente começou fazendo campanhas, fazendo gincanas, fazendo algumas mobilizações isoladas depois a gente percebeu que por aí não ia funcionar, aí começamos a sistematização. Hoje nosso trabalho é todo sistematizado, estamos trabalhando atualmente em duas escolas e um município, exatamente para poder dar todo esse acompanhamento. E a nível de Universidade todo ano a gente oferece curso de formadores em educação ambiental.

E comenta, ainda , o trabalho com a prefeitura, que faz a interligação da Secretaria do Meio Ambiente com a Secretaria de Educação, em Campina Grande.

A prefeitura tem um grupo que passou por nós, mas que existe uma vontade de fazer acontecer a EA no município, inclusive o próprio secretário de educação tem este desejo, mas ainda não tá com a qualidade que esperamos. Na gestão passada eles tentaram, mas na realidade o trabalho ficou isolado, a secretaria de educação tem trabalhado muito mais do que a secretaria de meio ambiente até porque passaram muitas pessoas da secretaria que não tinham essa visão de EA. Agora tá havendo, com essa nova visão da nova gestão tá vindo pessoas dentro mesmo da EA e tá começando a fazer algumas reuniões pra tentar essa articulação com a educação, porque vamos tentar construir juntos do ministério, o ministério está trabalhando articulado meio ambiente e educação mas no municípios não é só na Paraíba.

Ela diz que a SEC de Campina Grande tem o compromisso de promover a EA e que o pessoal que está na Secretaria de Meio Ambiente é gente de movimento e não está ligada à escola, e que a escola requer outros atributos para a EA, por isso tem que trabalhar em parceria, mas que cada um tem o seu papel. A política municipal de EA ainda precisa acontecer:

O que a gente tem visto ainda precisa efetivar a política municipal de EA em Campina Grande precisa fazer realmente acontecer só que tem todo um movimento pra que isso venha acontecer. Até por que a universidade tem sido este grande referencial de trazer, de estar sempre provocando a comunidade através de que? De palestras dos fóruns.

Além de sugerir que seria a universidade um dos locais para a EA acontecer, explica a organização do grupo e os departamentos da UEPB que trabalham com EA nos cursos de licenciatura:

Temos que trabalho na biologia e pego todo o pessoal de farmácia, química e enfermagem, aí lá no outro setor que é o de educação tem outras pessoas que pega história, geografia, letras que é a professora Gorete que esta puxando lá o grupo, antigamente era só eu mas agora tem a Professora Gorete e outras pessoas do departamento começando a se envolver, nosso grupo hoje tem mais de 20 pessoas nos estamos com 28 pessoas que estão trabalhando com EA. Tem mais de dez trabalhos aqui [encontro nordestino de EA] apresentado.

A professora afirma que conhece trabalhos de professores do município de Campina Grande e da UFCG, em empresas, e expõe melhor o seu trabalho de acompanhamento às escolas e aos municípios de Caraúbas e Areias:

No município tem professora ... que trabalha no município, tem professora.....e na UFCG tem outra professora que também esta trabalhando bastante, ela esta fazendo uma tese de doutorado sobre EA, ela é de sociologia, no movimento ela é recém chegada, tem outra professora que tem sempre trabalhado mais a nível de empresa a parte de EA. No município de Campina Grande eu acompanho duas escolas e mais acompanho o município de Caraúbas, agora a cidade de Areia eu dei toda uma formação, todos os professores de Areia passaram por mim, exceto aqueles que estavam em licença, agora a gente acompanhou durante um ano, agora quando mudou a gestão a gente não conseguiu mais acompanhar.

Ao ser questionada sobre o que estão fazendo atualmente, ela responde que na continuidade há cobrança do MMA para saber o que eles estavam trabalhando hoje:

... foi cobrado pelo MMA para a gente voltar lá e ver o que eles estão fazendo depois da formação. No inicio o que a gente percebeu e que eles estavam trabalhando EA dentro do currículo,[Ver Dissertação de Mestrado de Maria Alves (2005), A Inserção da EA no Currículo Escolar] por que lá em CG a gente não comenta EA como disciplina, é EA com tema transversal, e lá é trabalhado em toda disciplina por isso a pedagogia que a gente trabalha é pedagogia de projeto, então mensalmente os professores se reúnem para delinear as estratégias.

A representante da UEPB defende que o trabalho de EA tem que estar incluído no currículo dos cursos da universidade e explica que é perda de tempo trabalhar a formação continuada ao invés de começar desde a formação inicial nas licenciaturas e mostra como o ensino na universidade é fragmentado e tradicional e os motivos que afastam os professores dos cursos de formação ou atualização sem tempo para tal:

...tem que estar incluída no currículo da Universidade, a gente não pode mais está gastando tempo só na formação continuada, isso deve passar pela formação inicial, o professor tem que sair pronto pra trabalhar a EA na geografia, na matemática, em ciências e ele tem que sair da universidade de uma maneira de ver o mundo diferente, infelizmente na universidade isso não acontece, a gente tem o ensino tradicional, fragmentado e uma ou duas pessoas trabalhando EA. Então como é que a gente pode cobrar daquele professor que está lá trabalhando no dia-a-dia que ele de última hora consiga se recuperar, inclusive sem ter nem tempo, por que ele nem é liberado para fazer formação fora e as vezes ele quer fazer uma formação fora ele tem que arrumar uma pessoa para colocar no lugar dele. Ele não tem tempo de estudar.

Ela propoe que o trabalho de EA no ensino superior poderia partir de investimento na formação inicial e na continuada, com os pólos sendo acompanhados pelas pessoas, na escola, e não funcionando como campanha, e sim, como um programa :

Seria EA no ensino superior, inicialmente na Licenciatura e quem sabe futuramente nas demais áreas. E um outro passo é na formação continuada o professor tem que ter tempo para estudar, e aí vamos investir numa formação onde ele tenha continuidade, vamos formar os pólos, você aquele grupo que dá a formação e tem as pessoas que estão acompanhando lá na escola, e aí sim você pode ver se o trabalho está tendo este fruto ou não. E aí o município enquanto instituição torna isso uma prática, por que se for uma coisa de um ou dois como campanha não vai funcionar.

Perguntei sobre os temas geradores de EA Paulo Freire, a professora da UEPB, expõe sua posição:

Eu falo, na realidade Paulo Freire trabalhou EA na minha cabeça, EA não precisaria ter esse nome de EA se a educação funcionasse, porque qual a idéia de educação? Você trabalha a partir da realidade do grupo que você está interagindo. E a realidade é o quê? É o corpo, é a água é o ar é o solo ou seja é meio ambiente que aí você para que ele compreenda essa realidade e ele transforme a realidade, então se ele transforma a realidade ele tem que estar transformado primeiro, ele passa atuar na sua realidade. Se a educação não está funcionando por isso que essa adjetivação. Mas se for para a gente trabalhar EA do mesmo jeito que se trabalha com outros tipos de educação não vai funcionar, que eu acredito que é isso que está acontecendo, eu não confio naqueles números (referindo-se a representante do MEC que apresentou que no Brasil 94% das escolas tem EA) aqueles números de 90% de EA, eles podem estar fazendo o quê? Vamos fazer uma limpeza, Vamos fazer uma cartaz, Mas não é EA, por que a educação não tem funcionado, este é o problema.

Considerando também os fundamentos teóricos freireanos como básicos, muitos cursos foram espalhados com diversas siglas no Brasil inteiro para alfabetizar jovens e adultos, e continuam até hoje, entre os quais, está o PRONERA, de que já tratei neste trabalho.

Em 1994, aconteceu, em Belo Horizonte, o Curso Nacional de Pedagogia para professores de assentamentos; em 1998, Pedagogia em Ijuí, Rio Grande do Sul; em 2003, em Natal, no Rio Grande do Norte, o Curso de História para Educadores do Campo na Paraíba, em 2004, e outros de Agronomia, coordenados pelo MST, com ênfase na agroecologia. Cursos técnicos em agroecologia vêm acontecendo em vários Estados, que podem ser mapeados, inclusive, mostrando-se os novos enfoques que a agricultura familiar ganha, ficando isso para uma outra pesquisa.

Foi inaugurada a escola de Ensino Supletivo Josué de Castro, em Veranópolis, no Rio Grande do Sul, única no país com o Curso de Administração em Cooperativismo para Assentamentos, e continuam sendo criados novos espaços alternativos de estudo para melhorar a formação, a exemplo de cursos intensivos nas férias sobre a Realidade Brasileira (Morissawa, 2001,p.241-246).

Entre seus objetivos - a discussão e o aprofundamento teórico da proposta de educação do movimento - a EA vem sendo garantida e atualizada porque o problema do meio ambiente é hoje uma questão atual e necessária para a conjuntura da educação em nível nacional. Isso pode ser conferido na seguinte fala de uma coordenadora do MST na Paraíba:

...e é também é um material que perneia nos cursos formais e informais na organização, como eu estava ti comentando da criação desse curso de agroecologia. Então isso já é uma definição. Há essa discussão no curso de técnico agrícola em Bananeiras, lá estão discutindo agroecologia no processo mi informou um aluno do curso membro do MST. Já estão discutindo e agora com este curso mais específico na área de agroecologia é justamente já vem desse debate, da necessidade de nós formar gente especificamente nessa área... É tem ido vários companheiros pra Minas Gerais inclusive conhecer as experiências né, então quer dizer se tem uma relação maior a nível nacional de cursos isso vai refletindo nos Estados de certa forma nas atividades estaduais vão chegando também .

Na EA, existem materiais didáticos que enfatizam essa discussão como vídeos uma Série Educação ambiental no Brasil produzida pelo MEC e a UNESCO de 1997, outra Planeta Azul o telediário do capitão Félix, ajudando a iniciar uma reflexão sobre este tema, há no site www.mst.org.br produção escrita, inclusive com textos específicos do movimento sobre o tema e uma frente, chamada, produção, cooperação e meio ambiente, citada pelos entrevistados.

Apesar do esforço na educação, ainda existem áreas funcionando com escolas precárias, e um alto índice de pessoas com baixa escolarização, chegando a atingir mais de 50% de

analfabetismo funcional, ou seja, pessoas que não sabem ler pequenas palavras. Essa realidade não mudou muito de 1998 para cá, quando fizemos uma pesquisa em 11 assentamentos na Paraíba e detectamos um índice de 56,4% de analfabetismo para a população de 15 anos ou mais (Galvão e Gonçalves, 1998 p.107).

Para a EA, no MST, temos alguns avanços, a exemplo do nível crescente de cursos de formação para educadores, cujas aulas têm atividades educativas que tratam do tema e garantem a continuação dessa preocupação no movimento. Nas falas dos entrevistados e das crianças do assentamento Patativa do Assaré - PB, registro isso, quando os mesmos apresentavam peças, mostrando os cuidados com o meio ambiente.

Vejo também que o processo é lento, pois ainda falta trabalhar melhor certos valores relativos à educação, em casa, aos hábitos de valorização ao meio. O cuidado com o ambiente, na sociedade como um todo, é falho, mas, mesmo assim, analisando a educação escolar dos assentados no Patativa do Assaré, é possível perceber que eles já estão na frente porque, de fato, procuram equilibrar discurso e prática com os seus educandos em relação à EA, a exemplo das professoras e dos professores pesquisadas, que já estavam discutindo a EA e tentando colocá-la em prática nas suas salas de aula e na comunidade, enquanto outros começaram quando chamamos a atenção para tal questão e acompanhamos pontualmente, por seis meses, algumas atividades. No entanto não se pode garantir que darão continuidade, pois, mesmo tendo conhecimento sobre o assunto, algumas delas só discutiam o tema na semana do meio ambiente, pelo fato de isso não ser cobrado nos planejamentos.

Confirmo a tese de que a EA no MST existe e há um trabalho contínuo do movimento, já que os sem terrinha [dentro do MST existe um trabalho com as crianças chamadas os sem terrinha] estão discutindo em seus encontros e na escola esses novos valores para o meio ambiente e a EA.

CAPÍTULO II

DESCORTINANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM PAULO FREIRE

2.1 - A natureza na visão freireana

No capítulo anterior fiz um resgate histórico da EA em nível internacional, de Brasil e Paraíba no MST. Neste capítulo, farei uma análise dos livros de Paulo Freire: *Pedagogia da Esperança*, *A Sombra desta Mangueira*, *Educação e Mudança*, *Cartas à Guiné-Bissau*, *Extensão ou Comunicação?*, *Educação como Prática da Liberdade* e *Pedagogia do Oprimido*, que mostram as questões ambientais, muitas vezes, pouco perceptíveis, pois não são apresentadas com essa nomenclatura, sendo temas que indiretamente podem ser considerados neste capítulo com o objetivo de mostrar a EA e os elementos da cultura dos trabalhadores assentados. Na medida do possível, farei um confronto com a realidade dos assentamentos.

Freire parte dos problemas e experiências da realidade e vai demonstrando, na atividade da reforma agrária, um tema fértil, em que vai escrevendo sobre sua opção política pela organização dos movimentos sociais no campo, sendo suas idéias lembradas e seguidas por muitos desses movimentos, entre eles, o MST, motivo que nos fez escolhê-lo como um dos nossos principais teóricos neste trabalho.

No autor acima citado, percebo diretamente a valorização da natureza no sentido de ir além, de respeitá-la, e não só de conservá-la como algo intocável, mas de perceber suas diversas possibilidades, sem a exploração, a ganância do ter mais, para o enriquecimento dos que detêm o poder, pois são os dominadores quem mais exploram, em todos os sentidos, tanto a força de trabalho do homem como os recursos naturais.

Para entender melhor a perspectiva freireana, várias interligações podem ainda ser feitas. As conversas iniciais do círculo de cultura sobre a natureza e sua transformação pelo trabalho do homem não se reduzem à mera capacitação técnica, mas incluem os esforços humanos para decifrá-la.

Freire considera o processo de educação voltado para um relacionamento sadio com o meio ambiente, revendo a apropriação da realidade por meio da ação-reflexão; o movimento dialético da práxis como basilar da educação libertadora.

Pergunta Freire, Que faria o homem sem a beleza do mundo, da natureza, faltando "sombra e luz, céu azul, horizonte fundo e amplo"? E também responde: sem eles, apenas sobrevivo, menos do que existo". (2003,p.16):

Freire apresenta o pólo-mundo como uma idéia, ora de realidade, ora de natureza. As implicações de mundo aparecem revestidas de pluralidade e de sentidos, traduzidos como aspectos da materialidade da natureza. Esse pólo apresenta os elementos da natureza, seus encantos misteriosos, suas paisagens verdes encantadoras. É assim que o autor fala da sua atração pelas árvores:

As árvores sempre me atraíram. As frondes arredondadas, a variedade do seu verde, a sombra aconchegante, o cheiro das flores, os frutos, a ondulação dos galhos mais intensa ou menos intensa em função de sua resistência ao vento. As boas vindas que suas sombras sempre dão a quem a elas chega, inclusive a passarinhos multicolores e cantadores. A bichos pacatos ou não, que nelas repousam(Freire,2003 p.15)

Ele apresenta os elementos físicos e sociais da natureza, que podem ser identificados mais além do que podem ser vistos nos aspectos das paisagens. Contempla ainda uma crítica à sociedade, que explora a natureza em todos os sentidos, em que não há espaço para valorização do meio ambiente, como se fosse possível um retorno ao passado ou à recuperação dos contextos que acabaram sendo prejudicados pelo desenvolvimento tecnológico.

No livro, Educação como Prática da Liberdade, há uma análise das fichas de cultura, apresentando, na primeira situação, um desenho de pessoas relacionado-se com a natureza e com a cultura: árvores, flores, galhos, vento, pássaros, animais, cor, luz, forma, um poço, água, uma casa, uma enxada e um livro na mão do trabalhador, uma variedade de elementos da natureza.

Através desses elementos expostos na visualização, ele discute o tema gerador na alfabetização, colocando em pauta o significado das diversas culturas e as relações entre os homens e a natureza, que não podem ser de dominação, mas de sujeitos para analisar a mediação do mundo transformado e humanizado pelo homem, pela análise do fundamento amoroso, humilde, esperançoso, crítico e criador do diálogo.

Essa percepção freireana na relação com a natureza inspira o pensamento mais avançado na forma de relacionar-se com a natureza.

Na interligação entre natureza e cultura, vem-se discutindo o homem como um ser de relações, refletindo-se sobre o mundo da natureza e da cultura, em que o pedagógico, o político e

o humano estão envolvidos em seus diversos aspectos, assim como a própria natureza do ser em permanente construção.

Aborda-se também a indissociabilidade e especificidade do político e do pedagógico, como eixo central na busca permanente de compreensão das especificidades, em função das influências da sociedade que percebemos.

Diante do exposto, observo que para Freire a natureza é reconhecida como um bem que tem valor universal e precisa ser conservada, tentando-se manter um equilíbrio para preservá-la, por ser um bem que tem fim. Se ela não for cuidada, suas fontes se esgotam – e corremos esse risco. Indiretamente, Freire trata disso quando se baseia numa nova concepção de homem e de mundo. Desse processo, advém um conhecimento crítico, porque foi obtido de uma forma autenticamente reflexiva e implicada em ato constante de desvelar a realidade, posicionando-se nela. Essa autonomia está presente na definição de vocação ontológica de “ser mais”, associada à capacidade de dialogar no mundo.

A educação problematizadora responde à essência do ser e da sua consciência. A intencionalidade está na capacidade de admirar o mundo, ao mesmo tempo desprendendo-se dele. Nele estando desmistificando, problematizando e criticando a realidade, toma partido.

Por acreditar que o mundo é passível de transformação, a consciência crítica liga-se ao mundo da cultura. Nessa ligação, podemos refletir sobre a natureza: como citamos na situação das fichas de culturas mencionadas anteriormente.

O educando deve, primeiro, descobrir-se como um construtor desse mundo da cultura e ser estimulado a ter um olhar crítico, na relação do homem com a natureza.

Essa concepção, além de proceder à simples distinção entre natureza e cultura, entende a cultura como a contribuição que o homem traz ao mundo, ou como o resultado do seu trabalho, do seu esforço criador. Essa descoberta é responsável pelo resgate da sua auto-estima, pois tanto pode ser considerada cultura a obra de um grande escultor, quanto o tijolo feito pelo oleiro. Tal raciocínio permite superar a dicotomia entre teoria e prática, pois, durante o processo, o homem descobre que sua prática supõe um saber e conclui que conhecer é interferir na realidade, percebendo-se um sujeito da história, construtor do próprio destino.

Para Freire, não é possível separar a prática da teoria, a autoridade da liberdade, a

ignorância do saber, o respeito ao professor, do respeito aos alunos, o ensino, do aprender.

Encontramos a problematização da natureza em vários momentos nos círculos de cultura, discutindo temas geradores, como um poema intitulado “A bomba. A terrível bomba atômica...”, enfocando a radio-atividade, o terror, a ruína e a calamidade, a possibilidade de se acabar, com as guerras, de acontecer a união entre os povos e de o mundo não ser destruído. Essa idéia de paz entre o homem e a natureza é recorrente em Freire, para quem um mundo novo sempre é possível.

Nas fichas de cultura, estão questões que dizem respeito ao dia-a-dia. Assim, encontramos palavras geradoras como trabalho, tijolo, roçado, chuva, lixo, esgoto, voto, entre outras questões que remetem ao meio ambiente.

Nessa perspectiva de um mundo melhor, podemos citar a natureza como o conjunto de todos os seres que formam o universo, suas relações com o meio ambiente nos aspectos culturais, físicos, sociais, econômicos e políticos, partindo do conhecimento que considera, no ser humano, hábitos, valores, significados da cultura e do trabalho, partindo de valores éticos.

Freire (1979) demonstra como o diálogo faz parte da renovação, e um novo olhar sobre a natureza faz parte desse ser humano: “*o diálogo faz parte dessa pedagogia dialógico-dialética, que hoje começa a desabrochar na educação em todo o mundo, renovando a prática*”, garantindo uma prática que parte da vida, da realidade do educando, considerando sua cultura e seus saberes. Às “*barreiras*”, são chamadas de “*situação-limites*”, percebidas como um obstáculo que não se pode transpor ou algo que não querem transpor ou ainda como algo que sabem que existe e que precisa ser rompido; e então se empenham na sua superação. Essa é uma possibilidade de vencer as situações-limites. Mas a quem interessa vencer esses limites? Quais as reais condições que temos? O que sabemos para tal? Essas questões ficam como forma de continuar pensando e redescobrimos novas perspectivas.

2.2 EA em suas práticas

Observei que o pensamento de Paulo Freire ajuda nos trabalhos de EA que vêm sendo desenvolvidos nos assentamentos, já que uma de suas características é partir da realidade e da participação da comunidade, considerando os saberes dessa população.

Dessa forma, os problemas da EA estão sendo trabalhados na educação libertadora da teoria freireana, nos temas geradores que partiam dos problemas vividos pelos educandos.

Na medida em que, implicando em todo este esforço de reflexão do homem sobre si e sobre o mundo em que e com que está, o faz descobrir que o mundo é seu também, que o seu trabalho não é a pena que paga por ser homem, mas um modo de amar – e ajuda o mundo a ser melhor (Freire, 1999 p. 150)

Um dos textos que me chamou a atenção foi o que trata do Compromisso do Profissional com a Sociedade, no livro Educação e Mudança, escrito no ano de 1976 na Argentina, e publicado em 79 no Brasil, período em que as questões ambientais já vinham sendo discutidas na Conferência sobre o meio ambiente.

Em Freire, as questões agrárias e a educação dos camponeses foram analisadas e, indiretamente, a EA é realizada.

Os centros de interesses fundamentais da educação libertadora, nos livros citados, eram abordados com os seguintes temas: sobrevivência, habitação, a cidade, o mundo, o sertão, problemas da cidade, problemas do campo, problemas do nordeste, trabalhando, entre outros assuntos, palavras geradoras como: vida, saúde, casa, alagado, sertanejo, chuva, sol, mangue, draga, açúcar, engenho, enxada, nordeste, homem, reforma agrária, flagelado, jangada, peixe e coqueiro, na alfabetização de jovens e adultos.

No texto de 1983, Freire analisa o pensamento do profissional sobre a Reforma Agrária, mostrando que ele tem que apreendê-la em sua complexidade, em sua globalidade. Recupero do seu pensamento o que há sobre EA. Ele enfatiza que a Reforma Agrária é um processo, é algo dinâmico, e a EA se enquadra nesse domínio:

Dá-se no domínio humano. As relações homem-realidade, que se verificavam na estrutura anterior, necessariamente deixaram sua marca profunda na forma de estar sendo do camponês. Mudada a velha estrutura, através da Reforma, se inevitável é que, cedo ou tarde, a estrutura instauradora condicione novas formas de pensar e de atuar, resultantes das novas relações homem-realidade, isto não significa que essa mudança se dê instantaneamente (Freire, 1983p. 22).

Percebe-se mudança no trato com o ambiente nesta nova estrutura agrária, através da reforma agrária batalhada pelo MST, diante de nova forma de pensar e de atuar, entre as novas relações dos seres humanos com meio ambiente, acontecendo na educação escolar e na comunidade, na forma de atuar dos assentados e assentadas, com o apoio do Movimento, usando o saber popular e científico, resgatando a tecnologia e a ciência, como assevera o autor:

...não posso por isso mesmo prescindir da ciência, nem da tecnologia, com as quais me vou instrumentando para melhor lutar por essa causa.

Por isso também não posso reduzir o homem a um simples objeto da técnica, a um autômato manipulável... em nome do que chamam "necessidade de não perder tempo", tentam, verticalmente, substituir os procedimentos empíricos do povo (camponeses por exemplo) por sua técnica (Freire, 1983 p.23).

Outro pressuposto válido que ele apresenta é conhecermos a técnica e os procedimentos empíricos dos camponeses que, com manifestações culturais atuais nos ajudam a refletir um dos nossos objetivos que é refletir sobre a EA e os elementos da cultura dos assentados e assentadas, mostrando as possibilidades deles saberem muito mais do que nós no trato da colheita e seus cuidados, faltando um saber sistematizado como bem assevera essa análise freireana:

Se num grupo de camponeses conversarmos sobre colheita, devemos ficar atentos para a possibilidade de eles saberem muito mais do que nós.
Se eles sabem selar um cavalo e sabem quando vai chover, se sabem semear, etc..., não podem ser ignorantes (durante a Idade Média, saber selar um cavalo representava alto nível técnico) o que lhes falta é um saber sistematizado(Freire, 1983 p. 28).

Diz Freire estar convencido de que o momento histórico na América Latina exige de todos uma séria reflexão sobre a realidade. Dentro deste contexto, os problemas ambientais, exigem inserção crítica e compromisso verdadeiro dos dirigentes com os destinos do País.

A exemplo da EA, que tem caráter permanente, estamos todos nos educando, em graus diferenciados ninguém sabe de maneira absoluta, o saber vem também da experiência segundo Freire:

No entanto, ao desconhecer que tanto sua técnica como os procedimentos empíricos dos camponeses são manifestações culturais e deste ponto de vista, ambas válidas, cada qual em sua medida, e que, por isso, não podem ser mecanicamente substituídos, enganam-se e já não podem comprometer-se.
Terminam, então, por cair nesta irônica contradição: "para não perder tempo" o que fazem é perdê-lo (Freire, 1983, p. 23).

Em suas reflexões, mostrando a valorização do camponês, ele conceitua cultura como tudo aquilo que é criado pelo homem, mapeando as possibilidades dos cuidados com a cultura camponesa, que enche os espaços geográficos de acordo com suas circunstâncias. Na visão de Freire.

Quando o homem compreende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e com seu trabalho pode criar um mundo próprio: seu eu e suas circunstâncias.

O homem enche de cultura os espaços geográficos e históricos. Cultura é tudo o que é criado pelo homem (1983,p.30).

A consciência crítica desenvolvida pode melhor permitir uma posição ética do cuidado, do respeito mútuo, da solidariedade, da sinceridade e da justiça ao transformar o meio ambiente para responder aos desafios da natureza e do mundo:

O desenvolvimento de uma consciência crítica que permite ao homem transformar a realidade se faz cada vez mais urgente. Na medida em que os homens, dentro de sua sociedade, vão respondendo aos desafios do mundo, vão temporalizando os espaços geográficos e vão fazendo história pela sua própria atividade criadora (Freire, 1983p.33).

Aqui, Freire discute a sociedade em transição, os valores e atitudes como pontos de partida, sendo um processo que serve de fundamento básico para a EA.

Não há transição que não implique um ponto de partida, um processo e um ponto de chegada. Todo amanhã se cria num ontem, através de um hoje. De modo que o nosso futuro baseia-se no passado e se corporifica no presente. Temos de saber o que fomos e o que somos, para saber o que seremos (Freire, 1983, p.33).

Segundo Reigota, (2001 b), devem-se considerar as relações econômicas e culturais entre a humanidade, a natureza e os homens:

Freire, analisa as permanentes relações homem-realidade, homem-estrutura, realidade-homem, estrutura - homem, considerando a dimensão cultural no sentido antropológico-descritivo, lembrando que cultura é tudo o que o homem cria e recria

Como diz Freire, cultura são todos os produtos que resultam da atividade do homem, todo o conjunto de suas obras, materiais ou espirituais, por serem produtos humanos que se desprendem do homem, voltam-se para ele e o marcam, impondo-lhes formas de ser e de comportar-se, passando através dos costumes culturais:

Sob este aspecto, evidentemente a maneira de andar, de falar, de cumprimentar, de se vestir, os gostos são culturais. Cultura também é a visão que tem ou estão tendo os homens da sua própria cultura, da sua realidade (Freire, 1983, p. 57).

A questão da erosão e do reflorestamento é um problema ambiental que várias vezes tem sido colocado no texto e ainda é hoje combatido, sendo algo importante a ser resolvido no campo, como um dos mais sérios problemas até hoje apresentados nos locais visitados por Freire:

a discussão problemática da erosão e do reflorestamento, por exemplo, se faz indispensável à inserção crítica do camponês em sua realidade como uma totalidade. A discussão da erosão requer (em uma concepção problematizante, dialógica da educação e não antidialógica), como um problema real, como um "percebido destacado em si"em relação solidária com outros problemas. A erosão não é apenas um fenômeno natural, uma vez que a resposta a êle, como um desafio, é de ordem cultural (Freire,1977, p.35).

Estar com a realidade é ir além, é ter relacionamento diferente com o meio ambiente. Isso requer a apropriação da realidade pela ação refletida na própria experiência vivida no conjunto de atividades dos assentamentos do MST, com a ajuda de assistência técnica em seus múltiplos aspectos, fazendo com que a técnica tenha sentido nas relações que o homem, de forma plural, trava com o mundo:

Há uma pluralidade nas relações do homem com o mundo, na medida em que o homem responde aos desafios deste mesmo mundo, na sua ampla variedade; na medida em que não se esgota num tipo padronizado de resposta. Pluralidade não só com relação aos diferentes desafios que lhe faz o ambiente, mas também com relação ao próprio desafio (Freire,1983,p.62).

Os desafios vêm da dinamização do seu mundo, de ir criando e recriando, levando em consideração o meio e sua construção coletiva, em um espaço eminentemente ético, que necessita dar conta de uma sociedade de risco que vem progressivamente incorporando-se de forma impiedosa ao que se vive, acrescentando a conservação como um dos cuidados na cultura:

Observa-se por aí que o homem vai dinamizando o seu mundo a partir destas relações com ele e nele; vai criando, recriando; decidindo. Acrescenta algo ao mundo do qual ele mesmo é criador. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura. E é o jogo criador destas relações do homem com o mundo o que não permite, a não ser em termos relativos, a imobilidade das sociedades ... (Freire, 1983,p.64).

Refletindo sobre as relações estabelecidas entre o homem e a natureza, tomando, de certa forma, o partido das mudanças no campo, Freire (1977) orienta qual seria a postura do profissional em seu trabalho extensionista com os camponeses, considerando-se os condicionamentos histórico-culturais. "Como técnicos especializados nas relações homem-mundo (tomando êste, infelizmente, em seu sentido exclusivo de natureza)". Nesse item, em nota, Paulo Freire diz que vê, no desenvolvimento desse estudo, o desastre que é não perceber que, das relações homem-natureza, constitui-se o mundo propriamente humano, exclusivo do

homem, o mundo da cultura e da história. Esse mundo em recriação permanente que, por sua vez, condiciona seu próprio criador, que é o homem, em suas formas de enfrentá-lo e de enfrentar a natureza. Que não é possível, portanto, entender as relações dos homens com a natureza, sem estudar os condicionamentos histórico-culturais a que estão submetidas suas formas de atuar .

A relação dos homens e das mulheres do campo com a natureza é um dos aspectos que vai muito além de despoluir e reflorestar os campos; é viver num planeta melhor, num mundo diferente, de buscar uma solução para os problemas sociais e ambientais:

Parece-nos que deve ficar muito claro que, se a transformação da estrutura latifundista, com a mudança da posse da terra, ao que se segue a aplicação da nova tecnologia, é um fator indiscutível de mudança na percepção do mundo dos camponeses, isto não quer dizer que se prescindia da ação também sobre o quadro cultural. Em última análise, a reforma agrária, como um processo global, não pode limitar-se à ação unilateral no domínio das técnicas de produção, de comercialização, etc., mas pelo contrário, deve unir este esforço indispensável a outro igualmente imprescindível: o da transformação cultural, intencional, sistematizada, programada (Freire,1977, p.58):

Na dinamização do mundo, cabe propiciar uma educação que conjugue saber tradicional e ciência moderna. Em Freire, encontro argumentos para o termo que não foi usado por ele - EA- porque ele fez na prática, análise e discussão dessa temática.

A educação libertadora, conhecida por educação popular, é um conceito que tem a marca freireana. Ela sem as diversas complementações conceituais faz apresentação dos problemas ambientais. Na metodologia freireana os conteúdos têm uma análise crítica iniciada pelo conceito de cultura, para mostrar que todos têm saberes diferenciados mediante a natureza e suas transformações:

... a construção duma compreensão crescentemente crítica seria a do conceito antropológico de cultura, isto é, a distinção entre estes dois mundos: o da natureza e o da cultura; o papel ativo do homem na sua realidade e com a sua realidade; sentido de mediação que tem a natureza para as relações e a comunicação dos homens; a cultura como resultado de seu trabalho, de seu esforço criador e recriador; a dimensão humanista da cultura; a cultura como aquisição sistemática da experiência humana, como uma incorporação, por isso crítica e criadora, uma justaposição da cultura, que é uma dimensão da democratização (Freire, 1983,p.70).

Neste milênio, novas fórmulas para enfrentar os desafios e as contradições da convivência dos seres humanos com a natureza são visualizadas em Freire a preservação de uma

nova sociedade que as consequências desse modelo capitalista de produção foi aprofundando na esteira da partição, da segmentação e da desigualdade:

A passagem de uma época para outra caracteriza-se por fortes contradições que se aprofundam, dia a dia entre valores do ontem em busca de preservação... Por isso é que tinha algo de prolongação e algo de penetração. De prolongação daquela sociedade que se desvanecia e no qual se projetava querendo se preservar ((1983,ps. 65-66).

No trabalho de alfabetização de jovens e adultos no Brasil, na zona rural, em Angicos, no Estado do Rio Grande do Norte, assim como em São Tomé e na Guiné-Bissau, entre outros locais, as questões do meio ambiente estavam sendo tratadas envolvendo o mundo da cultura e o da natureza, discutindo-se as primeiras situações problema via fotos ou pinturas com as palavras - geradoras já citadas no início do texto:

O debate em torno delas irá levando os grupos - como se faz para chegar ao conceito antropológico de cultura - a se conscientizarem para que, ao mesmo tempo, se alfabetizem.

Constituem situações locais que abrem perspectivas para a análise dos problemas regionais e nacionais. Uma palavra geradora tanto pode englobar toda uma situação como se referir simplesmente a um dos sujeitos da situação (Freire, 1983, p.75).

No livro, Cartas à Guiné-Bissau, Registro de uma Experiência em Processo, há um livro-relatório que situa o contexto para o qual e com relação ao qual foram feitas as cartas, onde são aprofundadas afirmações e análises feitas, que ora são retificadas, e algumas delas dirão o que ainda não foi dito. Particularmente, selecionei questões ambientais para descortinar por que elas não contam diretamente como recorte da EA, no pensamento de Paulo Freire.

A educação em Guiné-Bissau foi realizada em 1975 com Freire e sua equipe do Instituto de Ação Cultural (IDAC), convidados pelo governo revolucionário para colaborar com o projeto da campanha de alfabetização.

Assim, fazia-se necessário que os estudantes guineenses estudassem sua geografia, seu clima, seu braço de mar, a produção e não a realidade de Portugal e sua história, que comparo com a proposta de educação do MST, no livro de Morissawa. A História da luta pela terra e o MST, no sentido de valorizar a sua própria história:

"A escola ao campo", projeto que consistia em deslocar, temporariamente, as escolas urbanas , com seus professores e seus estudantes, a áreas rurais, em que, vivendo em

acampamentos, participariam da atividade produtiva, aprendendo com os camponeses e a eles algo ensinando, sem que se suprimissem as demais atividades escolares (Freire, 1978, p.25).

Freire faz um resgate crítico compreendendo a valorização do trabalho produtivo e a sabedoria popular, sem idealização, revelando os níveis de conhecimento em torno da realidade. As relações econômicas, políticas e sociais dos indivíduos entre si e destes com a natureza fazem parte do processo histórico do ser humano que está sendo criado no dia -a -dia, nas decisões conscientes ou não e reconhecem o saber popular nos seus níveis de conhecimento:

... valorização, e não idealização, da sabedoria popular que envolve a atividade criadora do povo e revela os níveis de seu conhecimento em torno da realidade. O que se impõe, de fato, não é a transmissão ao povo de conhecimento previamente elaborado, cujo processo implicasse no desconhecimento do que o povo já sabe, mas a ele devolver de forma organizada... conhecer com o povo a maneira como o povo conhece e os níveis de seu conhecimento (Freire,1978, p. 29).

Os temas eram planejados em torno da realidade, como o tema agricultura em que o trabalho era de pensar a prática e o seu aperfeiçoamento de uma maneira global. Hoje temos a continuação desses temas a serem trabalhados na educação de jovens e adultos, devendo ir até o nível universitário:

Um trabalho como este, fundado sempre na prática de pensar a prática, com que a prática se aperfeiçoa, proporcionaria o surgimento de verdadeiros centros de estudos que girando embora em torno de um tema central - agricultura, saúde, por exemplo- desenvolveriam análises globais dos mesmos. Centros que se iriam convertendo a pouco e pouco, em função mesma de trabalho sistematizador do conhecimento, em permanente processo de aprofundamento em futuras unidades universitárias mas de uma universidade que nasceria das classes trabalhadoras e com elas e sobre elas (Freire, 1978p. 29).

Tal como nas iniciativas do MST, encontramos os princípios citados acima com experiências de curso universitário, que enfoca os problemas do meio ambiente já tratando novos enfoques, a exemplo do Campus de Bananeiras - PB, com o Curso de Agroecologia, e o de Técnico Agrícola, enfocando com seriedade os estudos, experiência realizada em Guiné- Bissau:

Pensa-se igualmente na criação de um Instituto de Administração e Secretariado, bem como num outro de Ciências Agrária, para a capacitação, este último, de técnicos a nível de regente agrícola...Da mesma forma, o seu reconhecimento das relações

necessárias entre educação e produção, em que fundamenta aquela, não o faz resvalar para a mitificação da produção e, com a desta, a do consumo (Freire, 1978, p. 47-49).

Na Guiné Bissau, havia a preocupação de interligar vários temas, partindo da alfabetização para a saúde preventiva, a educação sanitária, a produção e as cooperativas, também sendo hoje bem aceito e realizado nos assentamentos onde pesquisei a EA que é vivida nessa perspectiva:

... com as equipes do Comissariado de educação dois aspectos fundamentais se ressaltam, em vista das relações necessárias entre alfabetização, produção e saúde. De um lado, a política de saúde, privilegiando a medicina preventiva, em cuja prática a educação sanitária, ocupa papel destacado; de outro a preocupação do Comissário de Agricultura com o estímulo à formação de cooperativas e de em fazendas do Estado, em que o trabalho baseado na ajuda mútua seria importante e com a diversificação da cultura. Medidas, em última análise, indispensáveis ao desenvolvimento do país (Freire, 1978, p.34).

Problemas ambientais já vinham sendo discutidos, sendo sofridos em diferentes países, a exemplo das áreas de assentamentos em que o mosquito da dengue, continua sendo combatido. Essa prática de combate e formas de prevenção da dengue foi citada por Freire:

Debater a prática do combate ao mosquito numa área rural da Guiné- Bissau e depois discutir a mesma prática numa comunidade camponesa de Moçambique, da Tanzânia ou de São Tomé e Príncipe significa possibilitar a análise de um sem-número de problemas ligados a esses países (1978,p.35).

Na experiência de Guiné-Bissau, é lembrada a postura ambiental dos professores estagiários nas dependências do Centro de Formação em Bissau, servindo de escola, cujas atividades de limpeza, após o tempo de cultivo, entre outras tarefas, faziam aumentar a rentabilidade de sua formação no ensinar e aprender:

O Centro nasceu no exercício desta superação. Por outro lado, toda a sua atividade formadora, desde quando recebeu a primeira turma de estagiários, vem fazendo-se de acordo com este princípio. Todos os que nele participavam se dão ao trabalho produtivo, associado ao intelectual. Em setembro passado vi suas áreas cultivadas. Milho, mandioca, batata, frutas, hortaliças... a criação de galinha, patos, porcos e carneiros, com que o centro vai se tornando auto-suficiente (...)Em outras palavras, se os estagiários, após o tempo dedicado ao cultivo e à colheita, às atividades de limpeza das dependências do Centro, fosse para suas salas envolver-se num que fazer tradicional, ouvindo discurso sobre o que ensinar.(Freire, 1978, p. 54-55)

Lembro as escolas dos assentamentos cujos professores estão envolvidos no fazer do roçado e da escola, aproximando-se mais ainda da natureza, enquanto teoria e prática, buscando aprender a partir do que é vivido em suas comunidades.

Seminários em que se discutem problemas sanitários com o povo, às vezes no terreiro limpo, uma espécie de pequena praça no centro de uma tabanca, ou à sombra de uma árvore ou ainda em "palotas", palhoças, construídas pela população, como as em que vi funcionando os círculos de Cultura, se centram constantemente na análise da prática social da comunidade (Freire, 1978, p. 57)

Os espaços da natureza eram aproveitados como valorização do local, servindo para reuniões à sombra de uma árvore, sendo palco para um encontro que demarcava um cuidado com aquele monumento centenário e em comunhão com o meio ambiente.

A reunião se realizou, não numa sala arrumada e para ela preparada, mas à sombra de uma enorme árvore centenária. A melhor maneira que tinha a população de demonstrar sua hospitalidade, era a de receber a delegação naquela sombra acolhedora e, em íntima relação com o seu mundo natural, conversar sobre os seus problemas. A impressão é a de que a área sombreada daquela árvore é uma espécie de centro político-cultural da população... Pensei, então em como aproveitar aquela sombra em programas de educação informal (Freire, 1978, p.61).

Outros momentos de esperança são lembrados quando Amílcar Cabral, no encontro com os camponeses, planta uma semente de dendê, falando das mudanças feitas por eles próprios até aquela árvore dar cachos. Os símbolos da natureza servem como referências para o fortalecimento da luta, sendo lembrado nas músicas e nas palavras de ordem, tais como " plantar, milho, feijão e educação" do MST.

Ao fazer aquele discurso, que não se reduziu apenas à sua dimensão oral, quando disse que muita coisa ocorreria no país, feita pelo povo, antes que a palmeira frutificasse pela primeira vez, mas também incluiu o ato de plantar a palmeira, Cabral falou uma linguagem de esperança (Freire, 1978, p.62)

Uma proposta pedagógica que se refira ao manejo do ecossistema pelos movimentos sociais e que venha romper a dicotomia entre o homem e a natureza. A unidade entre educação e produção é ensaiada nas escolas de Bissau". Os jovens vão tendo no trabalho a fonte de seu estudo Freire(1978) mostra o exemplo:

Um grupo, por exemplo, que se dedica seriamente ao cultivo das flores no hospital Simão Mendes, pensa na mensagem de vida que uma rosa possa trazer diariamente aos

enfermos. Amam as rosas que plantam tanto a terra que preparam para a semeadura de árvores frutíferas. O seu amor à vida tem que ver com o esforço de reconstrução...(p.73).

Um momento forte lembrado foi a descoberta de se produzir coletivamente uma área do Estado por necessidade e organizar-se na prática com equipes; para cada tarefa, eles próprios cria cargos, conseguindo seus instrumentos de trabalho, sem esperar que viessem de fora. Isso dá melhor resultado por ser feito sobrepassando-se os problemas materiais com auxílio da técnica adquirida na prática:

(...)os alfabetizandos "descobriram" a necessidade de entregar-se a um projeto maior- o de cultivar uma enorme área de terreno do Estado, a quatro ou cinco quilômetros de sua tabanca, em forma de trabalho coletivo. O momento da descoberta foi exatamente aquele em que uma necessidade, até então possivelmente apenas sentida, se constituiu num "destacado percebido em si". Daí em diante, organizaram-se para a nova prática, dividindo-se em equipes responsáveis por esta ou aquela tarefa. Interpretaram seu projeto à comunidade que a ele aderiu imediatamente. Juntaram esforços para a obtenção de instrumentos; discutiram sobre o que produzir e iniciaram o tratamento da terra para a semeadura. Começaram assim a "re-escrever" sua realidade (Freire, 1978, p.77).

Essa experiência realizada no Sedengal possibilitou para eles o desafio do trabalho coletivo - em uma horta - organizando-se para a nova tarefa. O que foi também tentado com os educadores no assentamento Massangana III, conforme relatada neste trabalho, mas que não deu frutos positivos como o aqui relatado, porque o nível de organização era incipiente, os integrantes estavam iniciando o acampamento e passando por um primeiro trabalho em comum. A in experiência os atrapalhou, o que foi diferente dessa prática:

É evidente, na experiência de Sedengal, que a alfabetização de adultos, enquanto ação cultural, possibilitando a descoberta do coletivo, terminou por engajar a população na prática do trabalho em comum (Freire, 1978, p.78).

A agricultura era a principal fonte produtiva, realizada ao mesmo tempo, com produção e educação, trabalho e estudo, a medida equilibrada para não desmobilizá-los. O relato não faz menção a como a EA era trabalhada na educação formal e não formal e na agricultura, mas de acordo com a proposta político-pedagógica da teoria freireana, e por experiência nos assentamentos, há trabalhos em cooperativas de produção que tratam dos problemas do campo, discutindo-se o tipo de agricultura a ser realizada, o adubo adequado, os defensivos para matar ou controlar as pragas, o tipo de água para irrigação e como produzir de forma agroecológica:

... iniciamos, com um primeiro grupo, uma cooperativa de produção, como uma experiência piloto. Tudo está mais ou menos previsto para, tanto quanto possível, realizarmos a unidade entre produção e educação, trabalho e estudo. Neste sentido, preocupa-nos, intensamente, a capacitação dos quadros para o tratamento da terra, para os trabalhos de agricultura- plantação da cana, de árvores frutíferas, do arroz (Freire, 1978, P.81).

Paulo Freire, na carta à equipe de Guiné- Bissau, escrita em 1975, afirma que a teoria se acha dinamicamente relacionada com a prática social, mostrando a impossibilidade de separar a prática da teoria, do que resulta um modelo de educação totalmente diferente, lidando com todos os aspectos da vida do cidadão, como um sujeito em construção, no vir-a-ser consciente de seu tempo e das exigências de seu espaço:

Modelo em que a escola, qualquer que seja o seu grau - primário, secundário ou universitário - não se distingue essencialmente da fábrica ou da prática de um campo agrícola nem a elas se justapõe. E mesmo quando a escola exista fora da fábrica ou da atividade prática do campo agrícola, isso não significa, primeiro, que ela seja uma instância superior a elas; segundo, que a fábrica ou atividade prática do campo agrícola não sejam em si escolas também. É que, numa visão dinâmica , a da unidade entre prática e teoria , a escola, dentro ou fora da fábrica, não se define como instituição burocraticamente responsável pela transferência de um saber seletivo...(Freire, 1978, p. 110).

A teoria e a prática estão no estudo das unidades entre si, a exemplo do tema gerador ‘arroz’ , em que se poderiam analisar as relações entre os seres humanos e a natureza. Partindo-se do vocábulo "arroz", o trabalho é analisado como processo entre a natureza e o homem, em que se realiza um intercâmbio da matéria ensinada e dos problemas na natureza, por meio de sua própria ação, uma unidade sobre a compreensão crítica da cultura. A partir do tema gerador "arroz", podem ser analisadas questões relacionadas à Geografia (como por exemplo, se a terra é adequada para o plantio e quais as condições climáticas), à política (para quem vai servir, se a produção é em pequena ou grande escala) e à saúde(o tipo de adubo utilizado).

As relações sociais de produção. Técnicas agrícolas para a semeadura e a colheita do arroz - em áreas molhadas ou secas. Preparação das áreas a serem cultivadas. Técnicas tradicionais; técnicas modernas. Problemas fitopatológicos.
A visão cultural dos diferentes grupos étnicos, seus instrumentos de trabalho, suas técnicas.
Análise comparativa entre a cultura do arroz e outras culturas necessárias a reconstrução do país: o amendoim, o milho, a batata-doce, a mandioca, o caju.
Produção e distribuição dos produtos agrícolas.

Hectares plantados e produção por hectare..
Saúde: Arroz, nutrição e saúde. Saúde e trabalho. Saúde e educação. Saúde, trabalho e o esforço de reconstrução do país (Freire,1978, p.136).

Na carta para o projeto de educação em Guiné-Bissau, Freire faz uma proposta de educação que vai além da alfabetização e pós-alfabetização, incluindo a educação de criança e de adolescentes, que se realiza no campo, como ato de conhecimento eminentemente político e vai desvelando uma série de aspectos componentes do processo de trabalho, que tem tudo a ver com a EA, desde o contorno natural da área, já alongado em valores culturais, pela presença transformadora dos seres humanos. Em um trecho da carta, ele diz:

Num tal projeto, na medida em que a vila é tomada, toda ela, como um grande Círculo de Cultura, todos se vão tornando, ao mesmo tempo, educandos e educadores uns dos outros. O trabalho baseado na ajuda mútua, no tratamento da terra, na sementeira, na colheita, na construção de "palhotas", nos serviços mínimos necessários à higiene local, deve ser estimulado ao máximo, discutindo-se as vantagens do mesmo sobre as atividades de caráter individualista (Freire, 1978,p. 152).

Na orientação que marca sua carta nº 5, ele vai chamando a atenção para pontos centrais e, nas dicas, destaca a prática produtiva, que pode ser considerada um trabalho na perspectiva ambiental, que posso considerar um ponto-chave para uma sensibilização do homem em seu meio sócio-ambiental, através do diagnóstico dos problemas locais, mostrando para a sociedade as consequências, podendo provocar profundas reflexões sobre a temática ambiental global e local, a exemplo dos temas produção e água, bem presentes nos assentamentos:

...temática plural e rica abarca desde técnicas agrícolas - a sementeira, a colheita, o tratamento da terra, o combate às pragas, à erosão, até a compreensão mesma do ato de produzir. A política econômica do país - o que produzir, como produzir, para que produzir. Problemas sanitários, cuja discussão pode viabilizar a criação de um subcomitê de medicina preventiva, com o aperfeiçoamento dos "curandeiros" das "comadres"- doutores populares - que, devidamente treinados pelo pessoal especializado do Comissariado de Saúde, poderiam prestar um inestimável serviço à população (Freire, 1978 p.162).

O autor finaliza essa discussão, acrescentando que, em alguns casos, ao invés de começar pela alfabetização, começaria discutindo e intervindo com ações para resolver o problema da estagnação de água podendo ocorrer proliferação de insetos.

... a possibilidade de, em uma forma de trabalho baseado na ajuda mútua, resolver pequenos problemas locais. Ao discutir-se, por exemplo, a viabilidade de se juntarem

esforços no sentido de aterrar depressões do terreno em que as águas da chuva se acumulam e se estagnam, possibilitando a proliferação de mosquitos, se pode debater... também a significação do trabalho coletivo, da cooperação, da unidade, da reconstrução nacional (Freire, 1978p.171).

Um outro livro em que Freire também trata de educação rural e de problemas ambientais é "Extensão ou comunicação"? Nele, sua preocupação é acentuar a educação que não se reduz à capacitação técnica, mas, na qual, os homens se decifrem a si mesmos como homens, ou que sejam pessoas em que o destino é alcançado na medida mesmo em que existam para preencher os "buracos do ser".

Freire mostra qual o papel do extensionista, expondo o seu conceito, e exemplifica o seu trabalho em uma zona de reforma agrária, para que possam melhor transformar o mundo, citando alguns elementos dos problemas ambientais do campo:

...o que busca o extensionista não é estender suas mãos, mas seus conhecimentos e suas técnicas. Em uma zona de reforma agrária, por exemplo, que estejam sofrendo o fenômeno da erosão, que obstaculariza sua produtividade, a ação extensionista se dirige diretamente até a área, desgastando-se ou até os camponeses que se encontram mediatizados pela realidade de sua região, na qual se verifica o fenômeno da erosão... Mas precisamente porque sua ação de extensão se dá no domínio do humano e não do natural, o que equivale dizer que a extensão de seus conhecimentos e de suas técnicas se faz aos homens para que possam transformar melhor o mundo (Freire, 1977, p.20).

O autor mostra a ingenuidade na situação educativa não critica, de como acontecem as relações da compreensão ingênua do homem com o mundo, pelo modo como o conhecimento é depositado nos educandos:

... o conhecimento do mundo é tomado como algo que deve ser transferido e depositado nos educandos. Este é um modo estático, verbalizado, de entender o conhecimento, que desconhece a confrontação com o mundo. Como a fonte verdadeira do conhecimento, nas suas fases e nos seus níveis diferentes, não só entre os homens, mas também entre os seres vivos em geral (Freire, 1977 p.27)

No processo de inserção crítica da realidade, dá-se a compreensão da consciência, não como um receptáculo de informações, mas como uma construção, na qual o mundo também se constrói, em um processo de relações dos homens entre si e dele com a natureza, e Freire, explicando a postura que o homem deve ter de ação, reflexão, assume, frente ao mundo natural, sua posição diante do mundo econômico cultural e político:

...a posição normal do homem no mundo, como ser da ação e da reflexão, é a de "admirador" do mundo. Como um ser da atividade que é capaz de refletir sobre si e sobre a própria atividade que dele se desliga, o homem é capaz de "afastar-se" do mundo para ficar nele e com ele. Somente o homem é capaz de realizar esta operação, de que resulta sua inserção crítica na realidade." Ad-mirar" a realidade significa objetivá-la, apreendê-la como campo de sua reflexão. Significa penetrá-la, cada vez mais ludicamente, para descobrir as inter-relações verdadeiras dos fatos percebidos ((1977,p.31)

Em continuação da análise e do pensamento do camponês sobre o mundo, Freire explica que, muitas vezes, por estarem muito próximos do mundo natural cultural, muitos sentem-se mais como parte dele do que como seus transformadores, uma espécie de cordão umbilical que os liga, dificultando a sua compreensão verdadeira dos fatos, deixando-os na explicação do pensar mágico, que pode ser substituído pelo saber da experiência:

Pois bem, quanto mais observamos as formas de comportar-se e de pensar de nossos camponeses, mais parece que podemos concluir que, em certa áreas (em maior ou menor grau), que se sentem mais como parte dele, do que como seus transformadores. Entre eles e seu mundo natural (e também e necessariamente, cultural) há um forte "cordão umbilical", que os liga. Esta proximidade a qual se confunde com o mundo natural lhes dificulta a operação de ad-mirá-lo", na medida em que a proximidade não lhes permita ver o "ad-mirado" em perspectiva....

Nas situações, contudo, em que a captação da realidade de seus elementos constitutivos se dá em forma mais "admiradora" do que "aderida", situações em que o nível de segurança e de êxito da ação já está captado pela experiência, as fórmulas mágicas são desprezadas. ((1977, P.33)

Assim, ele vai argumentando que a necessidade da problematização no trabalho, com o homem no seu mundo, é esforço necessário da educação popular, na realidade com a qual estão envolvidos. Podemos considerar que essa é uma das primeiras postura da prática educativa nos assentamentos do MST :

Estamos convencidos de que qualquer esforço de educação popular, esteja ou não associados a uma capacitação profissional, seja no campo agrícola...deve ter pelas razões até agora analisadas, um objetivo fundamental: através da problematização do homem- mundo, do homem em suas relações com o mundo e com os homens, possibilitar que estes aprofundem sua tomada de consciência da realidade na qual e com a qual estão (Freire, 1977 p.33).

E o papel do agrônomo- educador é auxiliar o agricultor, partindo do que os trabalhadores já conhecem, não tentar mudar as atitudes sem conhecer sua visão de mundo, porque o encarar o mundo pelo homem, de certa forma, já o faz natural. As respostas que os

camponeses estão dando aos desafios naturais não podem ser substituídas por respostas nossas também culturais, que nós estendemos até eles.

Freire, analisando a invasão cultural do agrônomo no trabalho de extensão, vai mostrando a dialogicidade no humanismo que não é um dizer descomprometido: é não manipular, é não invadir, é não sloganizar.

É proveitoso considerar o meio ambiente como a fonte que possa vir a ser uma maneira inovadora e catalisadora das ações, decisões e atitudes. Com uma pedagogia própria para a realidade do campo, compreendendo os sujeitos como construtores de seu mundo, sujeitos de ação, e não, de adaptação. Freire concebe que

Somente o homem, como ser que trabalha, que tem um pensamento-linguagem, que atua e é capaz de refletir sobre si mesmo e sobre a sua própria atividade...ê ele vem sendo um ser de relações num mundo de relações. Sua presença, que é um estar com, compreende um permanente defrontar-se com êle. ... um ser não de adaptação, mas da transformação do contôrnio, um ser de decisão (Freire, 1977, p.40).

Ser dialógico é, portanto, empenhar-se na transformação constante da realidade, razão pela qual, sendo o diálogo, o conteúdo da forma de ser própria à existência humana, estando excluído das relações nas quais alguns homens sejam transformados em seres para os outros, o que não é dizer-se descomprometidamente dialógico; é vivenciar o diálogo.

No ambiente amoroso, o diálogo acontece, como uma das saídas para o problema do ambiente; é um encontro conciliável sem invasão cultural do homem pelo homem, buscando suas próprias soluções, e o homem, um ser considerado em suas permanentes relações com o mundo em processo de conhecimento:

Na verdade, porém, bastaria que reconheçêssemos o homem como um ser de permanentes relações com o mundo, que êle transforma através de seu trabalho, para que o percebêssemos como um ser que conhece, ainda que êste conhecimento se dê em níveis diferentes: "doxa", da magia e do "logos" que é o verdadeiro saber. Ninguém sabe tudo, assim como ninguém ignora tudo. O saber começa com a consciência do saber pouco (enquanto alguém atua) (Freire,1977, p.47).

As razões das dificuldades analisadas por Freire, está em que os agrônomos e outros, comentam da perda de tempo ou do tempo perdido na produção, desconsiderando as relações do

homem com a natureza num espaço histórico cultural. O aumento da produção precisa ser em qualidade, sem nenhum tipo de produto que venha prejudicar a saúde dos seres vivos:

Tempo perdido que prejudica a consecussão dos objetivos de um programa de aumento da produção, fundamental para a nação.

Mas o que não podemos esquecer - permita-se-nos esta obviedade - é que a produção agrícola não existe no ar. Resulta das relações homem-natureza (que se prolongam em relações homem/espaço histórico-cultural) de cujos condicionantes já falamos repetidas vezes neste estudo.

Se a produção agrícola se desse no domínio das coisas entre si, e não no domínio dos homens frente ao mundo, não haveria que falar em diálogo. E não haveria que falar precisamente porque as coisas entram no tempo através dos homens; dêles recebem um significado-significante. As coisas não se comunicam, não contam história (Freire,1977, p.50).

O papel fundante do dialogo e da problematização, que fortalecem a conscientização do educando-educador para terem uma postura crítica, passa por várias dimensões além da técnica:

Assim é que, desde o momento em que passa a participar do sistema de relações homem-natureza, seu trabalho assume êste aspecto em que a capacitação técnica dos camponeses se encontra solidária com outras dimensões que vão mais além da técnica mesma.

Esta indeclinável responsabilidade do agrônomo, que o situa como um verdadeiro educador, faz com que êle seja um (entre outros) dos agentes de mudança.

Daí que sua participação no sistema de relações camponeses-natureza-cultura não possa ser reduzida a um estar diante, ou a um estar sobre, ou a um estar para os camponeses, pois que deve ser um estar com eles, como sujeitos da mudança também (Freire,1977, p.56).

O livro “Pedagogia do Oprimido” traz uma proposta pedagógica orientada pela teoria libertadora em que é defendida a posição filosófica e política que concebe que os homens têm como condição ontológica ser mais, ser um ser de transformação da realidade, e não, de simples adaptação. Podemos concluir que a EA pode ser visualizada na educação libertadora, em que os agentes sociais são parte do processo, e não, transmissores de determinado conhecimento; é com o outro, com o estranhamento, que eles se constróem como membros de sua localidade.

A natureza se refaz completando assim ciclos de modo dinâmico. No pensar dialético, o pensamento de Freire que, entre muitos conhecimentos, valoriza o saber popular e as alternativas relacionadas à cultura popular para construir um novo relacionamento entre si e com os trabalhadores, valorizando o produto, fruto do seu trabalho, na Pedagogia do Oprimido:

aquela que tem de ser forjada com êle e não para êle, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará (Freire, 1978, p.32).

Em Freire, ação e mundo, mundo e ação estão num pensar dialético de forma solidária, e a superação da contradição é o parto que traz ao mundo este homem novo, não mais oprimido, e sim, libertando-se.

Freire entende que há homem que está preocupado; cada vez mais, em obter posses e exercer o poder:

...transformar tudo o que os cerca em objetos de seu domínio. A terra, os bens, a produção, a criação dos homens, os homens mesmos, o tempo em que estão os homens, tudo se reduz a objetos de seu comando.

Nesta ânsia irrefreída de posse, desenvolvem em si a convicção de que lhes é possível transformar tudo a seu poder de compra...o dinheiro é a medida de todas as coisas. E o lucro, seu objetivo principal (Freire, 1978, p.49).

O diálogo é o encontro dos homens, mediatizado pelo mundo, indo além da relação eu - tu, e a palavra não é privilégio de alguns homens, e sim, direito de todos, pois é dizendo a palavra que o homem, pelo diálogo, ganha significação enquanto homem:

Porque é encontro de homens que pronunciam o mundo, não deve ser doação do pronunciar de uns a outros. É um ato de criação. Daí que não possa ser manhoso instrumento de que lance mão um sujeito para a conquista do outro. A conquista implícita no diálogo é a do mundo pelos sujeitos dialógicos, não a de um pelo outro. Conquista do mundo para a libertação dos homens (Freire, 1978, p.93).

No primeiro capítulo do livro “Educação como Prática da Liberdade”, Freire discute o conceito de relações humanas diante da pluralidade, da transcendência, da criticidade e da temporalidade. Ele apresenta o mundo como uma realidade objetiva, independente daquele em que o homem é um ser de relações, e não de contato, ou seja, ele está “com” o mundo e não, só “no” mundo.

Em Freire, vários são os fundamentos para a EA, a começar pela pluralidade nas relações, que são perceptíveis de acordo com cada local e época diferentes.

Nas relações que o homem estabelece com o mundo, há, por isso mesmo, uma pluralidade na própria singularidade. Freire lembra a finitude, que é subsídio também para a discussão sobre os recursos naturais.

A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a . Vai acrescentando a ela algo de que êle mesmo é o fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura. E é ainda o jôgo destas relações do homem com o mundo com os homens, desafiado e respondendo ao desafio, alterando, criando, que não permite imobilidade, a não ser em termos de relativa preponderância , nem das sociedades nem das culturas. E, na medida em que cria, recria e decide, vão se conformando as épocas históricas. É também criando, recriando e decidindo que o homem deve participar destas épocas(Freire,1979, p. 43).

A participação, desde nossa descoberta, na produção e reprodução do espaço geográfico, coloca em questão o conceito de natureza em vigor, o qual perpassa pelo modo de vida dessa sociedade, as sensações, o pensamento e as ações:

A nossa colonização foi, sobretudo, uma empreitada comercial. Os nossos colonizadores não tiveram intenção de criar, na terra descoberta, uma civilização. Interessava-lhes a exploração comercial da terra...Faltou-lhes integração com a colônia. Com a terra nova, sua intenção preponderante era realmente a de explorá-la. De cultivá-la (Freire,1979, p.68).

Contra essa imersão do homem, nesse modo de viver, sendo arrastado e explorado a educação pode possibilitar um pensar sobre os perigos de seu tempo. Freire proporia discutir seus problemas, e a EA é, sobretudo, essa realidade, ela já surgiu porque os problemas têm aumentado a cada dia. Uma educação com mudança de atitude:

Uma educação que possibilitasse ao homem a discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática. Que o advertisse dos perigos de seu tempo, para que consciente dêles, ganhasse a fôrça e a coragem de lutar, ao invés de ser levado e arrastado à perdição de seu próprio "eu", submetido às prescrições alheias. Educação... que o predispusesse a constantes revisões. A análise crítica de seus "achados". uma certa rebeldia, no sentido mais humano da expressão (Freire,1979, ps.89-90).

Nas aula de alfabetização de jovens e adultos, discute-se o trabalho do homem na natureza produzindo mudanças ambientais, sua relação com a natureza e a cultura, mostrando o seu papel nesses dois mundos. Essas discussões começam com uso das fichas de cultura (utilizando-se por freire) e prosseguem em outras situações, através de debate, com perguntas, que partem da própria vivência desses/as alunos e alunas:

...quem fez o poço? Por que o fez? Como o fez? Quando? que se repetem com relação aos demais elementos da situação, emergem dois conceitos básicos: o de necessidade e o de trabalho e a cultura se explicita num primeiro nível, o de subsistência. O Homem fez o poço porque teve necessidade de água. E o fez na medida em que, relacionando-se com o mundo, fez dele objetos do seu conhecimento(Freire,1979, p.124).

Discutindo a relação do homem como sujeito da história na síntese da discussão, Freire analisa sua posição no mundo, sobre o mundo e o modo de amar e ajudar o mundo a ser melhor, mostra as 17 palavras e o que era discutido, partindo de cada uma delas. Assim, temos o exemplo claro das palavras chuva, terreno e poço:

CHUVA Aspectos para a discussão: Influência do meio ambiente na vida humana. O fator climático na economia de subsistência. Desequilíbrios regionais do Brasil.
ARADO - Aspectos para a discussão: valorização do trabalho humano. O homem e a técnica: processo de transformação da natureza. O trabalho e o capital. Reforma agrária.
POÇO - Aspectos para a discussão: Saúde e endemias. Educação sanitária. Condições de abastecimento de água(Freire,1979, p.147).

Os esquemas de aulas aqui registrados deixam claro como a EA era vivida no fazer educativo de Freire, possibilitando ao próprio povo a elaboração de uma consciência crítica do mundo em que vive.

O descortinar da EA em Paulo Freire vem sendo feito a partir desses registros de seus escritos e de observações, quando participei do aprendizado, como educadora, nos círculos de cultura, por mais de dez anos, quando ainda era aluna no Curso de Pedagogia, e comecei a ler seus livros.

A utilização das árvores servia para Freire, de escola, local para estudar, brincar, conversar; que foi na sombra da mangueira que aprendeu a ler, e o horizonte fundo, a luz e o céu azul muito dizem dele, inclusive, ele a compara a sua biblioteca da infância.

De tanto me acolher à sombra desta árvore, alguma razão primeira se perdeu no prazer que vir hoje aqui me causa. Devo mesmo é entregar-me ao gosto de vir, vivê-lo, fazê-lo, mais intenso na medida em que o provo (Freire,2003, p.17).

Sua relação com a natureza era grande que a sombra da árvore, num clima de inquietação ele refletia sobre os obstáculos, a inteligência correta do mundo, dos idealistas e mecanicistas, tentando responder com o seu sonho democrático. Ficava também inquieto pelo descompasso da vida, até nos sonhos, a natureza era sua companheira. Gutierrez afirmou, em palestra no Fórum Mundial de Educação, em São Paulo, que um dos sonhos de Freire era escrever sobre EA, só que não houve tempo, pois ele veio a falecer antes e, diretamente, sobre EA, não escreveu nenhum livro.

De repente, me senti como se a terra me fugisse sob os pés. A insegurança me fragilizou. Naquela noite, dormi sobressaltado: sonhei que escorregava pelas bordas de um profundo barreiro de onde, a muito custo, milagrosamente, me salvaram (Freire,2003, p.24).

Ao falar de sonhos, ele lembra o quintal em que deixou as raízes, sua saudade de Recife, (Permambuco) e do Nordeste e de sua terra, e vai falando dos problemas naturais, sociais e econômicos, em um espaço geográfico temporalizado, dizendo que não é só atraso e miséria. É esperança de milhões de homens e mulheres que são famintos por justiça:

Minha terra não é apenas o contorno geográfico que tenho claro na memória e posso reproduzir de olhos fechados, mas é sobretudo um espaço temporalizado, geografia, história, cultura. Minha terra é dor, é fome, miséria, é esperança também de milhões, igualmente famintos de justiça... Minha terra é boniteza de águas que se precipitam, de rios e praias, de vale e florestas, de bichos e aves. Quando penso nela, vejo o quanto ainda temos de caminhar (Freire, 2003, p.26) .

Freire segue valorizando a terra e o que representam os seus contornos. O que fazemos nela depende da forma como é o seu trato, na educação, na cultura, são assim feitos nossos sonhos, ou seja, é o resultado do que produzimos e de como construímos essa história:

A Terra da gente é sua geografia, sua ecologia, sua topografia e biologia; mas é também o que mulheres e homens fazemos dela. Ela é como organizamos sua produção, fazemos sua história, sua educação, sua cultura, sua comida e ao gosto dela nos fixamos. A Terra da gente envolve luta por sonhos diferentes, às vezes até antagônicos.(Freire,2003, p.28).

O autor lembra que a educação precisa tanto de formação técnica, científica e profissional, quanto do sonho e da utopia, recusando-se a pensar que nada é possível fazer pelas consequências da globalização da economia, e não curva a cabeça para a prática da exploração:

Recuso a afirmação que nada é possível fazer quanto às consequências da globalização da economia e curvar docilmente a cabeça porque nada se pode fazer contra o inevitável. Aceitar a inexorabilidade do que ocorre é excelente contribuição às forças dominantes na sua luta desigual contra os "condenados da Terra"(Freire,2003, p.29).

Para o meio ambiente e aos "condenados da Terra", fica a reflexão de que não se conquista as vitórias por decreto nem porque um de seus sujeitos fundamentais, os dominantes, num gesto amoroso, regale uma forma de viver. Superar os problemas ambientais implica decisão política, mobilidade popular, organização, intervenção política e liderança lúdica, democrática, esperançosa, coerente e tolerante.

A terra de ninguém se entrega, às gerações que chegam, "acabadas" ou "perdidas", mas em processo de estar sendo. Fator importante, mas não o único, desse processo é o conflito de interesses entre dominante e dominados. A partir da realidade concreta com que as novas gerações se defrontam é que se torna possível articular sonhos de recriação da sociedade (Freire, 2003, p.35).

Freire se refere a uma sociedade que historicamente tem que ser construída por um diferente amanhã para ser menos problemática, reinventando um novo mundo. Em um processo interativo, participativo e crítico para o surgimento de uma nova ética, vinculada e condicionada à mudança de valores, atitudes e práticas individuais e coletivas, indispensável nessa reinvenção:

Na compreensão da História como possibilidade, o amanhã é problemático. Para que ele venha, é preciso que o construamos mediante a transformação do hoje. Há possibilidade para diferentes amanhãs. A luta já não se reduz a retardar o que virá ou a assegurar a sua chegada; é preciso reinventar o mundo. A educação é indispensável... Assumirmo-nos como sujeitos da História nos torna seres da decisão, da ruptura. Seres éticos (Freire, 2003, p.40).

Freire mostra seu envolvimento com a EA ao reproduzir uma carta que ele recebeu do professor Jorge Xavier da Silva, da UFRJ, em 1994, que falava das principais implicações políticas da detenção e do uso de tecnologia, associadas de sensoriamento remoto e sistemas geográficos ambientais - 'ambiente' aqui entendido como o substrato físico, histórico e sócio-econômico, criado pelo confronto dialético entre a natureza e o homem, mostrando o avanço tecnológico e sua política com respeito às previsões quanto a situações ambientais, o que pode apoiar as decisões político-econômicas que as tecnologias permitem executar, com precisão cartográfica, em relação a fenômenos ambientais, as tarefas de identificação, definição da localização e área de ocorrência, classificação, avaliação e previsão, gerando informações essenciais como apoio à decisão político-econômica quanto ao uso de recursos ambientais (Freire, 2003)

Em política educacional, Freire, relata visitas que fez a diferentes zonas de El Salvador, país que participou de dois seminários de educação, cujo o palco era a mata, e a cortina precisava ser aberta:

Visitamos diferentes zonas do país, participamos em duas delas de seminários regionais de educação, estivemos numa linda clareira de mata, uma espécie de palco em que os guerrilheiros se reuniam e se reúnem para discutir, para sonhar, para avaliar-se, para divertir-se.(...) Do topo de uma elevação divisávamos todo um mundo a ser construído de forma diferente (Freire, 1992, p. 199).

No livro *Pedagogia da Esperança*, Freire relembra momentos de suas experiências e posições teóricas escritas em *Pedagogia do Oprimido*. Ele fala da preparação de um seminário durante o qual foi feito uma dinâmica de apresentação ao invés de discursos "teóricos", os educadores e as educadoras escreveram sobre suas vidas, fizeram um desenho da escola, com seus elementos, respondendo a algumas indagações que muito dizem do ambiente nas áreas rurais.

Na proposta de formação profissional, os elementos do ambiente foram analisados dentro da rotina diária da comunidade, colocando a reflexão do funcionamento de uma escola rural, formando um profissional que pense a prática pedagógica ligada ao seu contexto, sócio-ambiental, que entenda a educação numa perspectiva do partir do meio. Nessa proposta, Freire e sua equipe partem da ambiência para a educação escolar:

Um desenho, por exemplo, em que se vê uma escola rural típica da ilha, com elementos de sua ambiência revelados... b) Descrever e analisar a rotina de um dia não só da escola mas também de um dia na área em que se acha a escola. (...)
e) Que pensa você da positividade ou da negatividade de uma escola rural entre cujos conteúdos programáticos não há nada ou quase nada sobre a vida no campo? Na resposta, analise, critique, aponte caminhos e, se concordar, justifique (Freire,1992 p.173).

No sentido de partir do ambiente nos assentamentos rurais do MST, homens e mulheres compreendem com mais proximidade sua realidade nas relações das quais fazem parte, na produção e conservação, no trato com elementos da natureza, na simbiose em que eles, e elas se inserem, com mais reflexões, tomando a decisão pela massificação da EA nas áreas.

Tentei descortinar a visão de natureza e de EA presente nos textos de Freire e resgatar neles o que pode ser visualizado como EA, partindo de seus trabalhos na formação de educadores/as, tentando conduzir uma nova reflexão, com base no pensar freireano, na perspectiva da EA.

Capítulo III

3. O MEIO AMBIENTE E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS ASSENTAMENTOS DO MST

Este capítulo inicia-se tratando do conceito de meio ambiente e EA, apresentando, um segundo momento, um panorama geral de dois assentamentos do MST na Paraíba. Por último, analisa o documento que trata da construção do programa ambiental no MST e nas escolas.

3.1 Ambiente, natureza, Educação Ambiental e seus significados

As diferentes concepções do que vem a ser ambiente são o ponto de partida da EA, repercutem fortemente no campo educacional e são percebidas em diversas nuances, especialmente as que estão interligadas ao fazer educativo. Como bem reitera Reigota(2002), a EA é uma proposta que altera profundamente a educação como a conhecemos; não é a transmissão de conhecimentos sobre ecologia e tampouco a utilização dos recursos racionalmente, mas, basicamente, a participação dos cidadãos nas discussões e decisões sobre a questão ambiental.

A educação ambiental tem sido realizada a partir da concepção que se tem de meio ambiente. Mas o que significa meio ambiente? Trata-se de um conceito científico ou de uma representação social? (Reigota, 2002, p.11 a).

O meio ambiente não é sinônimo de natureza, na verdade resgata o envolvimento e a visão de que a ciência vai sendo vivida no decorrer dos tempos e como é tratada a natureza.

Concebo a EA como uma educação política, que visa a atitudes e valores para construir novos hábitos e conhecimentos sobre o ambiente. Na educação formal e na informal, a preocupação com a EA não é algo novo no contexto educacional. Entre vários autores clássicos, já existia a discussão da questão ambiental nos escritos de Comenius (1592-1670), Rousseau (1712-1778) e Freinet, bem mais recente (1896 - 1966), Freire (1921-1997), entre outros. No entanto a expressão "Educação Ambiental" não existia; ela foi registrada pela primeira vez em 1965, na Conferência em Educação da Universidade de Keele, Grã-Bretanha, o que já relatei no

capítulo I. Seu conceito é impreciso, e existem muitas variações, de acordo com a posição de cada documento e autor .

No Parecer 226/87, do Conselho Federal de Educação, ainda se confunde a EA com Ecologia (Dias, 1993). Há ainda falta de aprofundamento no sentido de conceituar EA. Nesse sentido, embora já esclarecido o conceito de EA, é importante também indicar o de Ecologia, segundo Latour é ciência que estuda as relações entre os seres vivos e o meio, como também as suas interações. A maioria dos ecologistas atuais define a Ecologia como sendo “a ciência que estuda a existência dos seres vivos e as inter-relações de qualquer natureza entre esses seres vivos e seu meio.” A EA e a ecologia não devem ser confundidas, mas, para tratar-se de problemas ambientais, é necessário ter-se conhecimento dos dois conceitos.

Latour (2004), no livro, "Políticas da Natureza: como fazer ciência na democracia", apresenta uma hipótese da política da natureza, dizendo que, do ponto de vista conceitual, a ecologia política ainda não começou a existir; simplesmente se conjugaram dois termos - “Ecologia” e “política”- sem repensar inteiramente os componentes. Em consequência disso, os desafios que até aqui sofreram os movimentos ecológicos não provam nada, nem quanto às derrotas passadas, nem quanto a seus possíveis sucessos. A razão desse atraso dá-se apenas por acreditar-se, muito depressa, que bastaria reempregar tais ou quais conceitos antigos de natureza e de política para se estabelecerem os direitos e as formas de uma Ecologia política.

Segundo esse autor, as noções de natureza e de política já haviam sido desenhadas ao longo dos séculos, para tornar impossível qualquer reconciliação entre os dois termos. E o mais grave é que, no entusiasmo de uma visão ecumênica, pretendeu-se “ultrapassar” a antiga distinção das coisas, dos sujeitos de direito e dos objetos de ciência, sem considerar que os homens haviam sido aparelhados e feitos para se tornar aos poucos incompatíveis.

Nesse sentido, estamos muito longe de “ultrapassar” a separação do homem e da natureza, do sujeito e do objeto, dos sistemas de produção e do ambiente. Para encontrar os remédios para a crise, seria preciso diminuir o movimento, tomar seu tempo, suspendê-lo, depois ir abaixo dessa separação e cavar: em lugar de cortar o nó. Latour(op. cit.), propõe abalá-lo de mil maneiras, até que se possa introduzir uma ligação, desfazendo certos nós, a fim de renová-los diversamente.

No *slogan* dos ecologistas, “pensar globalmente, agir localmente,” Latour assevera que os manifestantes se sentiram um tanto exaltados porque, no global, o pensamento que vem é o

dessa natureza já composta, já totalizada, instituída para neutralizar a política; que, para pensar globalmente, era preciso começar por descobrir as instituições que, com elas, formam lentamente a globalidade; que a natureza, como a vemos, presta-se a isso tão mal quanto possível. Ele analisa simultaneamente as naturezas, as ciências e as políticas.

Demonstrando que a Ecologia não é uma coisa ultrapassada, incapaz de fazer pensar a epistemologia e a democracia, ou rápido “reconciliar o homem e a natureza”, o autor defende que a produção científica é a primeira sutileza que encontramos em nosso caminho; que a Ecologia Política leva, como dizem, “à natureza em suas relações com a sociedade”.

Na sociedade, o segundo moderador que a Ecologia Política vai encontrar em seu caminho mostra que a natureza pode ser protegida, inserida como um objeto político, e se fazer um objeto estético, sendo sujeito de direito, enfim, uma preocupação, mostrando que é daí que vem a dificuldade porque mistura os fatos científicos e os valores estéticos, políticos e morais. Encontrando uma saída falsa, explica Lartour(2004):

Se nos entregamos demais aos fatos, o humano oscila inteiramente na objetividade, torna-se uma coisa contábil e calculável, um balancete energético, uma espécie dentre outras. Se concede demais aos valores, a natureza inteira no mito incerto, na poesia, no romantismo; tudo se torna alma e espírito. Se mistura os fatos e os valores, vai-se de mal a pior, posto que se priva, de uma vez, conhecimento autônomo e a moral independente(p.16).

O autor ainda questiona qual é o papel da política para defender a terra-mãe. Mostra que, se é para pôr fim às poluições, fechar os depósitos de lixo e reduzir o barulho dos escapamentos, realmente não vale a pena mover céus e terra. Faz-se ‘bastante um bom departamento ministerial, isso, na França, porque, no Brasil, temos questões culturais que vão muito além de criar um bom ministério do meio ambiente, ações a serem valorizadas e outras repensadas, dando condições de melhor qualidade de vida, em especial, nos assentamentos e na sociedade em geral.

Na visão de Reigota (2002.a), é mais relevante estabelecer o conceito de ambiente como uma representação social, isto é, uma visão que evolui no tempo e que depende do grupo social em que é utilizada. São essas representações e as suas modificações ao longo do tempo que importam: é nelas que se busca intervir quando se trabalha o tema ambiente.

Reigota (2002.a), em estudo das representações sociais dos professores sobre meio ambiente, identifica as seguintes representações: Naturalista, que mostra os aspectos naturais do ambiente, ambiente sendo entendido como natureza; Antropocêntrica, que evidencia a utilidade / recursos naturais para a sobrevivência do ser humano. O homem é excluído do meio natural, sendo colocado à parte do universo físico e biológico. Ele também descarta a conotação social. Basta olharmos a história da humanidade, que sempre apresentou o ser humano como o ser biológico "evoluído", como o único ser capaz de explorar, modificar e melhorar o ambiente, porque é um ser que usa a razão; E globalizante, aquela em que há relações recíprocas entre natureza e sociedade, em que o ambiente é compreendido, enquanto interação complexa de configurações sociais, biofísicas, políticas, filosóficas e culturais.

De acordo com as representações, o meio ambiente vai sendo construído no decorrer do processo histórico, assim como pela ocupação de um território por uma determinada sociedade, em um espaço de tempo concreto, como bem define Reigota, (2002.a) para quem o meio ambiente é uma síntese das relações entre a sociedade e a natureza.

Dessa forma, temos o conhecimento sobre o ambiente sempre em construção, estando definido de acordo com o momento de sua elaboração. Seu conceito é controvertido com diversas visões.

Pelos estudos de Sauvé, (1997) e Sauvé *et alii*(2000), são sete as represent  es paradigmáticas sobre o ambiente, a saber:

- Ambiente como sistema, remetendo    idéia de espécie, popula  o, comunidade biótica, ecossistema, equilíbrio ecológico, rela  es ecológicas, rela  es ambientais. A vida    possível no planeta em fun  o das inter-rela  es do meio ambiente;

- Ambiente como meio de vida, que    o nosso ambiente em casa, na escola, no bairro, no trabalho etc. Envolve os aspectos naturais, culturais e os vínculos entre si; as pessoas interagem com seu meio, e sua vida no meio ambiente depende de vários elementos naturais, sócio-culturais e da jun  o entre eles dois, a exemplo das constru  es, dos parques, das hortas, etc. Essas rela  es compõem o meio de vida de cada pessoa e de sua comunidade;

- Ambiente como biosfera    a percep  o sobre a dimensão da terra, provocada pela globaliza  o do mercado, pelas informa  es, e a percep  o dos problemas ambientais está nos meios de comunica  o de massa;

- Ambiente como projeto comunitário - a natureza tem seu foco na análise crítica, na participação política na comunidade; faz parte da coletividade humana, é o lugar dividido, o lugar político, o centro da análise crítica;

- Ambiente como natureza - ela é percebida como a matriz da vida, aquela que nos renova a energia;

- Ambiente como recurso - é a herança biofísica coletiva, que sustenta a qualidade de nossas vidas;

Ambiente como problema - enfatiza a poluição, a deterioração e as ameaças.

- O termo meio ambiente surge na área das Ciências Naturais, dentro da ecologia, e tem sido apresentado como seu sinônimo .

Vejam-se alguns conceitos de áreas diversas em que Reigota (2002.a) cita o Dicionário Francês de Ecologia em que o termo ambiente é conceituado como:

conjunto de condições que envolvem e sustentam os seres vivos, incluindo clima, solo, recursos hídricos e organismos; Soma total das condições que atuam sobre os organismos, os fatores ambientais são de ordem física, química, edáfica, hídrica, biótica e social (p.12).

No texto "O que é meio ambiente?" Lisovski e Zakrzewski(2003), citando Garrido e Costa(1996), definem ambiente como: *conjunto dos sistemas físicos, químicos, biológicos* e as suas relações e dos fatores econômicos, sociais e culturais, com efeito direto ou indireto, mediato ou imediato, sobre os seres vivos e a qualidade de vida do homem (p.34), e diferenciam vários tipos de ambiente, como o comportamental ou percebido, em que parte do ambiente influencia o comportamento e a decisão do indivíduo; o construído, resultante da ação do homem; o natural, constituído por componentes naturais, físicos, químicos, biológicos, como a flora, fauna, atmosfera, os rios, animais selvagens e os seus habitats, entre outros.

No Novo Dicionário da Língua Portuguesa de Aurélio Buarque, consta que ambiente vem do latim, *ambiens*, que significa: *Adj. 1) Que cerca ou envolve os seres vivos ou as coisas por todos os lados; envolvente: meio ambiente; s.m. 2) Aquilo que cerca ou envolve os seres ou as coisas; meio ambiente; 3 Lugar, sítio, espaço, recinto; ambiente mal ventilado; 4 Meio. 5 Arquit. Ambiência.*

O MEC(1997) classifica os ambientes em três tipos:

- 1) elementos naturais (rios, lagos, matas etc) e elementos construídos, aqueles produzidos pela ação humana, mostrando a idéia de que não existem ambientes intocados pelo ser humano;
- 2) áreas urbanas fortemente marcadas pela ação humana, e áreas rurais, onde são realizadas intervenções fortes, a exemplo da monocultura;
- 3) fatores físicos e sociais do ambiente, reconhecendo as interações entre os fatores abióticos e os bióticos, em que as relações sociais, políticas e econômicas são consideradas (Brasil, 1997, p.29-30).

Cunha mostra que há falta de distinção entre os termos ambiente e natureza, conforme afirmativa abaixo:

...a problemática ambiental, reduzindo-a a dimensões naturalistas, significa que a concepção de ambiente também tem sido reduzida em igual sentido. Sob esta perspectiva, existem aqueles que não fazem distinção no uso dos termos "ambiente" e "natureza" (Cunha, 2005 p.17).

Segundo Reigota, meio ambiente é:

o lugar determinado ou percebido, onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em interação. Essas relações implicam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural e construído (Reigota,2002 p.14 b).

As muitas definições de meio ambiente mostram que não existe um consenso sobre esse conceito. Nesse sentido, o primeiro passo para a realização de EA deve ser o de identificar as representações sobre elas envolvidas no processo educativo. Para isso, apresento e analiso as definições das professoras do Assentamento Patativa no capítulo IV.

Reigota defende que a EA deve ser entendida como a educação política, no sentido de que ela reivindica e prepara os cidadãos para exigir justiça social, cidadania nacional e planetária, autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza, a questão do “por que” fazer EA do “como fazer”. A EA precisa ter como princípio a criatividade, a inovação e a crítica e exige respostas filosóficas e práticas.

O homem contemporâneo vive profundas dicotomias. Dificilmente se considera um elemento da natureza, mas como um ser à parte, observador e ou/exploração da natureza mesma. Esse distanciamento fundamenta as suas ações tidas como racionais, mas cujas consequências graves exigem dos homens, nesse final de século, respostas filosóficas e práticas para acabar com o antropocentrismo e o etnocentrismo (Reigota 2001a , p.11).

A questão ambiental não é algo novo no contexto da realidade atual. Historicamente, a questão do meio ambiente tem sido abordada, em muitos momentos, a partir de um enfoque predominantemente ecológico, limitado à área de Ciências Naturais, com ênfase nos conteúdos em concepção naturalista, em que o ser humano é entendido como dominador da natureza, e esta, como uma propriedade privada de *alguns* seres humanos.

A EA, fenômeno social localizado na intersecção entre Sociedade, Educação e Natureza, iniciou sua trajetória de constituição há mais de quarenta anos, buscando uma proposta de compromisso ético para solucionar os problemas ambientais. Na prática, a EA deve assumir papel fundamental no desenvolvimento de uma nova postura, tanto social quanto econômica, do homem em relação ao meio ambiente.

Vejam os que sugere Dias, apresentando o que deve fazer a EA e qual sua base conceitual:

A EA deve capacitar ao pleno exercício da cidadania, pela formação de uma base conceitual abrangente, técnica e culturalmente capaz de permitir a superação dos obstáculos à utilização sustentável do meio. O direito à informação e o acesso às tecnologias capazes de viabilizar o desenvolvimento sustentável constituem assim um dos pilares desse processo de formação de uma nova consciência em nível planetário, sem perder a ótica local, regional e nacional (Dias, 1993 p. 32).

O conceito de EA, na Agenda 21, apresenta a necessidade de um aporte espiritual e diz que, “para surtir efeito, a EA para o desenvolvimento sustentável deverá tratar da dinâmica tanto do ambiente físico-biológico quanto do socioeconômico e do desenvolvimento humano - que pode incluir o espiritual”.

A EA, abriga uma grande diversidade de experiências, reflexões e compromissos políticos que têm em comum a expectativa da transformação da sociedade e da cultura, através da educação em qualquer de suas formas e espaços e a convicção de que as problemáticas ambientais podem ser solucionadas e evitadas.

As concepções de EA dependem, por sua vez, das representações de natureza e meio ambiente dos sujeitos envolvidos nesse processo, como já citei anteriormente. Resgato essas concepções em Dias (1993), Freire (1988), Reigota (2001.a) e Carvalho (2001).

O mundo moderno, ao qual os ocidentais lamentam, às vezes, pertencer, não tem todos os caracteres que lhe emprestam, porque lhe falta inteiramente a natureza.

O significado da EA, enquanto conceito, é chave para entender suas possibilidades, o que, em Medina, é apresentado como uma visão mais informal e global para EA, incluindo os seus princípios a partir de Belgrado:

A educação é processo que afeta a totalidade da pessoa na etapa da educação formal, e que deveria continuar na educação permanente. Possui uma forte inclinação para a formação de atitudes e competências, definidas, desde o seminário de Belgrado (1975), como: consciência, conhecimentos, atitudes, aptidões, capacidade de avaliação e de ação crítica no mundo (1999 p. 24).

Em seguida passaremos a refletir os conceitos de EA tratados por Moura desmistificando certos equívocos e ampliando sua análise para várias práticas dentro da EA:

EA é um conceito que, como outros da ‘família ambiental’, sofre de grande imprecisão e generalização. O problema dos conceitos vagos é que acabam sustentando certos equívocos e, neste caso, o principal deles é supor uma convergência tanto da visão de mundo quanto das opções pedagógicas que informam o variado conjunto de práticas que se denominam de EA (2001, p. 45).

Ela vê a EA Comportamental como uma das práticas existentes:

Vai tomar para si como meta principal o desafio das mudanças de comportamento em relação ao meio ambiente. Informada por uma matriz conceitual apoiada na psicopedagogia comportamental, esta EA partilha de uma visão particular do que seja o processo educativo, a produção de conhecimentos e a formação dos sujeitos(Carvalho, 2001,p.45).

Carvalho coloca algumas indagações para reflexão, perguntando se os que estão fazendo EA comungam com princípios pedagógicos e com um ideário ambiental comuns. A observação dessas práticas facilmente mostrará um universo extremamente heterogêneo onde, para além de um primeiro consenso em torno da valorização da natureza como um bem, há uma grande variação das intencionalidades sócio - educativas, metodologias pedagógicas e compreensões acerca do que seja a mudança ambiental desejada.

Além de Reigota, Carvalho acrescenta que a EA pode utilizar-se também de conceitos mais complexos como, por exemplo, o de ação política, no campo em que é definido pela filosofia política, para entender o agir dos sujeitos e grupos sociais frente às questões ambientais.

É importante perceber que a construção de um nexo entre educação, natureza e meio ambiente, capaz de gerar um campo conceitual teórico-metodológico que abrigue diferentes propostas de EA, só pode ser entendida à luz do contexto histórico que o torna possível. Afinal, não podemos compreender as práticas educativas como realidades autônomas, pois elas só fazem sentido a partir dos modos como se associam aos cenários sociais e históricos mais amplos, constituindo-se em projetos pedagógicos políticos datados e intencionados, o que eu já havia afirmado anteriormente citando Reigota.

A definição mais conhecida de EA é a da Conferência de Tbilisi (1977), o que diz:

EA é um processo de reconhecimento de valores e clarificação de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos.

A EA também está relacionada à prática das tomadas de decisões e à ética, que conduzem para a melhoria da qualidade de vida

Nas abordagens apresentadas, as falas dos autores destacam pontos importantes para a possibilidade da construção da EA. A qualidade ambiental está relacionada à EA que, por sua vez, vincula-se à legislação, às políticas, às medidas de controle e às decisões do governo, havendo uma interação entre os aspectos físicos, biológicos, econômicos e culturais, sendo um saber adaptado às variáveis históricas. Na perspectiva de uma abordagem vivencial, espera-se que a EA promova mudanças na prática diária das trabalhadoras e dos trabalhadores.

Discutindo questões do conhecimento de cada indivíduo, mostrando as responsabilidades individuais e sociais, Matsushima (1991) critica o cientificismo e diz que a EA é “o conhecimento que cada indivíduo adquire mediante vivência”. Isso, com formação técnica e cultural capaz de superar os obstáculos e utilizar meios sustentáveis, tendo acesso a informações para uma tecnologia viável à sustentabilidade ambiental, valorizando sua luta histórica.

3.2 O MST no Brasil

Essa história em nível nacional, sobre a origem social dos sem-terra, é importante por que apresenta, a base que constitui o MST, quem são, de onde vieram, aspectos de sua vida, de trabalho e de participação social e política, para entendermos melhor a relação com o meio ambiente.

A história continuou ou recomeçou a partir de 1978, ao norte do Rio Grande do Sul, bem próximo às Fazendas Macali e Brilhantes anteriormente ocupadas, um episódio ficou conhecido como "Episódio de Encruzilhada Natalino". Os remanescentes dessa ocupação acamparam com cerca de 300 famílias, passando a 600, em menos de sete meses, reunindo aproximadamente três mil pessoas, em barracos, por mais de 2 km, à beira da estrada que leva a Ronda Alta, Sarandi e Passo Fundo, o que pode ser considerado o "nascimento do MST". Nasceu também o Boletim Sem Terra, órgão de comunicação do Movimento e uma secretaria administrativa em Porto Alegre.

A partir de então, com o forte apoio e atuação da CPT, o processo de articulação entre as lutas que se desenvolviam nas diferentes regiões foi intensificado, culminando com a realização do 1º Encontro Nacional dos Sem Terra, em Cascavel (Paraná), em janeiro de 1984. Segundo o MST, este encontro representou "a fundação e a organização de um movimento de camponeses sem terra, em nível nacional, que iria se articular e lutar por terra e pela reforma agrária (Knijnik, 1996 p.12)

O MST expandiu-se por todas as regiões do país, desde o primeiro encontro de dimensões nacionais, em 84, e, atualmente (2005) está organizado em 23 dos 27 Estados brasileiros. Stedille, respondendo a uma pergunta do Jornal do Planalto, em abril de 2005, sobre quantos trabalhadores do MST foram contemplados com assentamentos, afirma:

Os números são muito manipulados, até porque há uma mistura de projetos de colonização nas fronteiras agrícolas com projeto de assentamento de governo estaduais, com compra de terra pelo Banco da Terra e os verdadeiros projetos de reforma agrária. Mas, na nossa conta, devemos ter hoje em todo o país, 350 mil famílias que conquistaram terras de fazendas desapropriadas. Destes, é muito difícil dizer quantas estão relacionadas com o MST, porque existem várias formas de se relacionar. Mas acredito que, em torno de 80%, tenham relação com o nosso movimento(Stedille, 2005)

No geral, são trabalhadores/as que historicamente estiveram alijados da participação política e marginais em relação ao acesso às políticas públicas. Com diz Vendramini (2005) Com pouca ou sem nenhuma escolaridade, sem trabalho ou em trabalho precário, sem a terra ou com terra insuficiente para sua sobrevivência, vão formando uma categoria política denominada sem-terra. Somam hoje, no país, em torno de 4,5 milhões de trabalhadores.

Segundo Vendramini, os dados, em nível nacional, do movimento, no tocante ao número de famílias assentadas e acampadas, produção, cooperativas, indústrias e comercialização e serviços revelam que

O MST congrega, atualmente, 350 mil famílias assentadas e aproximadamente 160 mil famílias acampadas. No movimento, existem mais de 500 associações de produção, comercialização e serviços; 49 Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA), com 2.299 famílias associadas; 32 Cooperativas de Prestação de Serviços com 11.174 sócios diretos; duas Cooperativas Regionais de Comercialização e 3 Cooperativas de Crédito com 6.521 associados. São 96 pequenas e médias agroindústrias que processam frutas, hortaliças, leite e derivados, grãos, café, carnes e doces, além de diversos artesanatos. Tais empreendimentos têm gerado emprego, renda e beneficiado cerca de 700 pequenos municípios do interior do Brasil (2005,p.191).

Com relação à educação, segundo Vendramini os assentamentos e acampamentos possuem 1.800 escolas públicas onde estudam 160 mil crianças e estão empregados 5 mil educadores/as. Na educação infantil (de 0 a 6 anos), trabalham outros 500 educadores/as. O setor de educação ainda desenvolve um programa de alfabetização de aproximadamente 30 mil jovens e adultos, em convênio com outros programas e instituições. Atualmente, existem 1.500 estudantes do MST em cursos de ensino médio e superior, além da formação de técnicos em administração de assentamentos, cooperativas e em magistério; 750 militantes fazem curso universitário, sendo que, desses, 58 cursam medicina em Cuba.

3. 3 O MST na Paraíba

A história do MST na Paraíba vai nos ajudar a entender melhor a conjuntura atual dos assentamentos hoje. Com relação à EA, recorri ao artigo, "A história contada: surgimento do MST na Paraíba", que conta os fatos remontados a partir das Ligas Camponesas em 1950:

Na Paraíba, a luta pela terra remonta ao surgimento das Ligas Camponesas, na década de 50, em contraposição à estrutura agrária que se formou desde o processo de ocupação e de estruturação do espaço agrário nordestino, através da expansão da cana-de-açúcar e da pecuária, ambas absorvedoras de grandes extensões de terra (Silva,2000 p.1).

Souza (1998) cita a primeira Liga Camponesa que foi implantada na Paraíba em fevereiro de 1958, com o nome de Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de

Sapé, ligada à ULTAB e que no primeiro Congresso de Trabalhadores da Paraíba realizado em 1958, foi denominada pela imprensa de Liga Camponesa de Sapé. Caracterizou-se pelas lutas travadas com os usineiros ligados ao grupo da Várzea em 1962, pelo líder dos camponeses João Pedro Teixeira, que foi assassinado sendo sua morte é atribuída ao Grupo da Várzea. Silva ainda cita a criação a Federação das Associações dos Lavradores Agrícolas da Paraíba:

Em 1961 é fundada em João Pessoa a Federação das Associações dos Lavradores Agrícolas da Paraíba, que contava com 14 associações. Logo em seguida, passam a se denominar Federação das Ligas Camponesas da Paraíba (Silva, 2000 p.1)

Silva cita a instauração do golpe militar e a criação dos sindicatos rurais, a repressão às Ligas e sua quase desarticulação na época, com perseguições, mortes e prisões, os movimentos rurais não tiveram naquele momento condições de aparecer e ficaram na clandestinidade.

Um filme que retrata bem esses fatos é “Cabra Marcado para Morrer”, mostrando bem a repressão da época. Com o passar dos tempos, veio a modernização da agricultura; a Paraíba reorganizou sua estrutura agrária através do reforço das atividades canavieira e pecuária, desencadeando graves efeitos sociais, ambientais e econômicos, com o aumento da concentração de renda e também dos conflitos no campo.

Esse processo de "modernização" se acentua com o PROÁLCOOL, devido à crescente busca de lucros e de terras, o que intensificou a expulsão dos pequenos produtores que viviam no interior e nas margens das propriedades. Em muitos casos, segundo Moreira, os conflitos se iniciam com a morte do antigo dono, quando a terra é subdividida entre os herdeiros e os trabalhadores são obrigados a deixar as terras. Nesses casos, os trabalhadores em busca de seus direitos passaram a se organizar, contando com o apoio de diversas instituições, principalmente da Igreja Católica (Silva, 2000 p. 02).

As lutas, na Paraíba, pela terra se acirraram com o processo de proletarização e marginalização a que são submetidos os trabalhadores expulsos do campo.

Alguns dados são importantes para lembrar o quanto a concentração de terras nas mãos de poucos leva à proletarização e aos conflitos, que foram 200, em apenas 26 anos. Se juntarem com os dados de conflitos atuais, os números tendem a aumentar. O Estado da Paraíba, entre 1970 e maio de 1996, contou com 194 conflitos de terras, distribuídos em 55 municípios, a maioria na região do Agreste e do Brejo, estendendo-se da Zona da Mata à Região da Borborema, e avançando para o Sertão (Moreira, 1997) .

Entre grupos de trabalhadores rurais que lutam pela terra via Ligas Camponesas e sindicatos rurais surge o MST, na Paraíba, no final da década de 80, tendo já uma história de construção e uma visão social e política, a qual conto em seguida, fazendo o percurso histórico do MST em nível nacional:

No final da década de 80, surge o MST na Paraíba, como um novo ator na luta pela terra e pela conquista da Reforma Agrária e por um novo modelo de organização sócio-econômica... Desde o ano de 1985, o MST começou a se articular na Paraíba. Nesse ano, foi realizado o 1º Encontro Nacional do MST, contando com a participação de 25 lavradores, ligados a sindicatos e a CPT, que já desenvolvia atividades de organização na região. Estes primeiros participantes eram oriundos, principalmente da região do Brejo e do Cariri, provavelmente devido à atuação anterior das Ligas e de alguns sindicatos que atuaram na região...(Silva, 2000 p. 2)

O movimento na Paraíba aconteceu na fase de expansão e consolidação do MST, com ações e ocupações em vários Estados, sem a Comissão Pastoral da Terra – CPT que antes atuavam com eles:

Esta fase possuiu como características principais: o distanciamento da influência da Igreja através da opção por ações e realização de ocupações, como principal estratégia de luta. A urgência da realização de ocupações, a partir de uma agenda nacional, é uma marca da atuação do MST, portanto se tornava necessária uma ação do MST na Paraíba, o que levou inclusive a divergências internas. Na perspectiva da direção nacional e parte dos membros locais sem uma ocupação, sem acampamentos e assentamentos, não se obteriam resultados visíveis sobre a organização do MST no Estado. As divergências se deram porque grande parte das lideranças que atuavam no estado acreditava que era necessária uma aliança com a CPT, pois só assim obteriam uma infra-estrutura apropriada para a realização de ocupações, dessa forma houve uma desarticulação entre as lideranças e muitas saíram do movimento(Silva, 2000 p.2).

Na história do movimento, no Estado, seus líderes destacam as ocupações, reconhecendo o início do movimento apenas a partir da primeira ocupação na fazenda Sapucaia, no município de Bananeiras, em 07 de abril de 1989, uma área de cerca de 1204.7 hectares, e as lideranças que continuaram no movimento começaram a realizar trabalho de base na ocupação dessa Fazenda. Vejamos como aconteceu:

Os camponeses foram desarticulados de forma violenta durante a madrugada, permanecendo na cidade e posteriormente voltaram a ocupar a terra... Afirma-se que o despejo foi efetuado pelo chamado "Grupo da Várzea", um grupo formado por

fazendeiros, que atuou durante um longo período na repressão contra integrantes de sindicatos e de movimentos rurais. A reação violenta a essa primeira ocupação, provavelmente, possuía como objetivo inibir outras ocupações, atuando de forma exemplar... Nesse acampamento, morreu uma criança, no relato de uma ex-militante, que se encontrava presente na referida ocupação aparece que esta criança já se encontrava debilitada devido a problemas de saúde e que teria falecido com a violência do despejo (Silva, 2000, p. 03).

Moreira (1997) aponta que esse grupo pertencia ao mesmo pessoal que viria a ocupar a fazenda de Ivandro Cunha Lima, em 1º de maio de 1991, sendo despejados após 48 horas, permanecendo na Praça da Bandeira em Campina Grande por três meses. Após esses confrontos, o MST ainda realizou algumas ocupações nessa mesma região, uma das quais aconteceu entre Aroeiras e Alcantil, e o trabalho maior de resistência e luta foi feito em Queimadas, Boqueirão, Aroeiras, Campina Grande, em toda aquela área. Em 1992, o MST funda sua sede em João Pessoa, e o movimento passa a atuar mais no litoral com várias ocupações e dois projetos de assentamentos - a ocupação das fazendas Sede Velha e Corvoada, antiga fazenda Abiaí, na cidade de Pitimbu:

...ocorreu em primeiro de março, com a participação de 280 famílias de assalariados na cana provenientes de Alhandra, Pitimbu, Caaporã, Santa Rita e Bayeux. Essa ocupação provocou grande tensão com os posseiros que lá residiam e eram acompanhados pela CPT. Desse processo resultaram dois projetos de assentamento: Sede Velha do Abiaí, antiga Fazenda Sede Velha e 1º. e Março, originário da Fazenda Corvoad., Neste último, foram assentadas as famílias organizadas pelo MST (Moreira, 1997) .

Continuam as ocupações em abril de 1993. O MST ocupa a Fazenda Barra do Abiaí, no município de Pitimbu, contando com a participação de 51 famílias. Devido à ação de reintegração de posse movida pela proprietária em 1994, através da polícia militar, foi cumprida a ordem de despejo, mas os trabalhadores resistiram a ela. Então, foi decretada a prisão preventiva de dez pessoas, três das quais foram presas e encaminhadas ao 5º. Batalhão de Polícia Militar, de onde foram transferidas para o Presídio do Roger, o que provocou revolta em parte da opinião pública. Só em 1995 foi decretada a desapropriação do imóvel, que deu origem ao Projeto de Assentamento Teixeira. (Moreira, 1997).

Em 1994, continua o crescimento do MST para a região da Várzea, e eu acompanhei a ocupação e o projeto de assentamento do Massangana III, até a construção das casas e à arborização da agrovila, conforme cito na introdução deste trabalho.

a Massangana III, é apontada como um desencadeamento de algumas lutas que ocorreram em Pedras de Fogo. Já em 1995, ocorreu a ocupação do Açude das Graças, onde participaram pessoas dos municípios de Jacaraú, Mamanguape, Mataraca, Rio Tinto, Santa Rita que, segundo os relatos, se transformaram nos assentamentos Massangana I e Massangana II, onde já existia um foco de resistência dos posseiros que residiam na região.

Outras ocupações foram realizadas entre 1995 e 1997, entretanto as informações sobre o período são bastante fragmentadas: o movimento continua se expandindo, fez uma tentativa na região de Mamanguape e em 1997, tinha realizado uma série de atividades. Então, resolveram ocupar com as famílias que tinham sido despejadas da Bras Frutas - em 7 de dezembro -1997 a fazenda da Várzea Maraú, hoje assentamento de Canudos. Pela segunda vez, enfrentando o grupo da várzea, consegue desarticulá-lo praticamente eliminado-o.

Em março de 1998, o movimento ocupa a Usina Borborema, com cerca de 150 a 160 famílias, onde ocorreram vários despejos. No mesmo ano, foram relatadas duas marchas: uma, rumo à SUDENE, realizada em conjunto com outros Estados, que na Paraíba e Rio Grande do Norte, atravessou a região de Mamanguape, passando por Parnamirim até o Recife; e a "Marcha em defesa do Brasil", partindo de Cajazeiras, passando em 28 municípios, até João Pessoa, inclusive passando por um trecho da BR-230(Silva,2000 p.5).

O MST passou a atuar no sertão da Paraíba, pois percebeu que na região era possível fazer a Reforma Agrária e que, também na região do sertão, há água, terra fértil, povo desempregado com o sonho de conquistar a terra. Portanto foi feita uma marcha, partindo de Cajazeiras, alto sertão paraibano:

...então é nesse mesmo período em que, por onde a marcha vem passando, que a gente vem atrás,, organizando o povo quando ocupamos o Estreito Pimenta no dia 3 de setembro. Em novembro, ocupamos a fazenda Santo Antônio, hoje, acampamento Margarida Alves e, em dezembro, ocupamos a fazenda Jacú,[atualmente Assentamento Patativa do Assaré], no distrito de Santa Gertrudes. Então a partir daquela marcha, o movimento começa a se expandir pelo Sertão (Silva,2000 p. 5).

Na organização do MST da Paraíba, tem-se por base organizar as regionais e, através da marcha que veio desde o Sertão, o movimento começa a atuar em outra região, denominada Região do Cariri.

Nesse mesmo período, na região da Borborema, as famílias que ocuparam a Usina Borborema, em Pirpirituba, após vários despejos, vieram para o INCRA, que propôs uma área que foi dada como pagamento ao Banco do Brasil pela Usina Mataraca, no município de

Mamanguape. Entretanto essa área pertencia a uma reserva indígena, e as famílias foram transferidas para um acampamento na regional da Várzea. Durante a marcha efetuada pelo Estado, o MST realizou várias ocupações, entre elas :

A Fazenda Queimadas, no município de Remígio, que se tornou o Assentamento Oziel Pereira, a fazenda Feijão, hoje assentamento São Sebastião, no município de Sumé, a fazenda Soares de Oliveira, de onde os camponeses foram despejados, logo em seguida ocuparam a fazenda Ipanema, hoje assentamento Chico Mendes, e, nesse mesmo ano, ocorreu a desapropriação da fazenda Bela Vista. Além das ocupações e das marchas realizadas no Estado, o MST realiza outras atividades, como a ocupação de algumas prefeituras, visando protestar sobre algumas medidas de financiamento para a compra de terras feita pelo governo federal (Silva, 2000 p.6).

Segundo informações obtidas pela coordenação estadual na Secretaria Estadual do MST, localizada na cidade de João Pessoa, em setembro de 2005, o movimento possuía 39 assentamentos em todo o Estado, situados na regional do litoral: Teixeira, Nova Vida e Primeiro de Março, situada na Regional da Várzea; Massangana I, Massangana II, Massangana III, Zumbi dos Palmares, Canudos, Chico Mendes, Tiradentes e Antônio Conselheiro, que fazem parte da regional do Brejo; Assentamento Missionária Doroty, Regional do Curimataú; Oziel Pereira, Corredor, Grota Funda, Riacho da Cruz, Guandu, Batentes, na Regional da Borborema; tem Dorcelino Falador, José Antônio Eufrásio, Imbiras, e Mandacaru, Beira Rio, Eldorado dos Carajás, Dos Dez, Asa Branca, Boa Vista, Pinheiros e Serrote Agudo, na Regional do Cariri; e na do Sertão, Assentamentos São Sebastião, Patativa do Assaré, Nova Santana, Cachoeira, Oziel Alves, Tiradentes, Maria Paz, Padre Acácio, Poços de Baixo, Margarida Maria Alves, Mara Paz, além de 35 acampamentos na Paraíba.

3.4 O assentamento Massangana III e sua trajetória no cenário

Comecei a observar a EA no assentamento Massangana III, quando estávamos em greve na UFPB em 1996, na comemoração do dia do professor. Realizamos uma carreata até o acampamento do Massangana III, momento em que os assentados pediram que ajudássemos na educação dos seus filhos. Existiam muitas crianças, em média, 30, para educação infantil, umas 60, para o ensino fundamental, e 50, para alfabetização de jovens e adultos, num total de 131 famílias. Foi assim que me comprometi a voltar e a ajudá-los na organização da escola das crianças e na alfabetização de jovens e adultos.

Nos meses seguintes, aos sábados, voltava ao acampamento, o qual era instalado às margens da BR 230, nas proximidades de uma indústria de processamentos e comércio de água mineral, na altura do km 38, na estrada que vai de João Pessoa a Campina Grande - PB, situado no município de Cruz do Espírito Santo/PB.

Combinei com os acampados que ajudaria inicialmente na escola das crianças, orientando uma professora do próprio grupo, a qual estava terminando de cursar o pedagógico. Ela, depois, assumiu uma turma de crianças, ficando, inicialmente, como professora voluntária, porque a aprendizagem dos filhos era uma das primeiras necessidades dos pais. Também ajudei a formar professores para trabalharem na educação dos jovens e dos adultos.

Iniciei o trabalho de capacitação com os professores de EJA, juntamente com um professor do Departamento de Fundamento da Educação do Centro de Educação - DFE-CE. Líamos textos, discutíamos sobre como iniciar a pesquisa do universo vocabular com os alunos, preparávamos os cartazes e realizávamos simulações de aulas. Os encontros iniciais aconteceram em uma pequena barraca de lona preta, composta de varas. Depois ficamos em uma escola improvisada, numa casa de um antigo posseiro, já no local onde seria a agrovila. Passávamos o dia inteiro no assentamento. Para as refeições, levávamos algo para compartilhar com eles, a chamada “mistura” (carne de sol ou outro tipo de complemento). O feijão, o arroz e o café eram a contrapartida dos acampados, que faziam questão de contribuir, apesar do seu estado de pobreza (a maioria deles vindos das periferias de Santa Rita, Sapé, Mamanguape e Itambé). Os trabalhadores conheciam a organização e os princípios dos acampamentos, que são:

... a democracia, a participação de todos no processo decisório, a divisão das tarefas e a direção coletiva. O acampamento se sustenta com o produto do trabalho dos acampados, a contribuição dos membros do movimento que já conquistaram terra, a solidariedade de pessoas e entidades e recursos obtidos do governo (Morissawa,2001,p.200).

Somente poucas famílias moravam na terra, como antigos moradores ou agregados. Estes, nessa fase, mantinham uma certa distância e pareciam incomodados devido ao espaço ocupado pelos trabalhadores acampados. Havia um projeto financiado com recursos do Fundo de Apoio e Amparo ao Trabalhador – FAT- administrado financeiramente pela Fundo de Apoio a Pesquisa da UFPB - FUNAPE. Solicitamos, através de um projeto, apoio financeiro para a constituição de duas salas de alfabetização de jovens e adultos, com que iríamos garantir ajuda

de custo para subsidiar o pagamento dos professores, o material didático e o combustível, em um segundo momento. No primeiro, viajávamos às próprias custas. Com cadernos e lápis doados para as aulas pela comunidade universitária, no Curso de Mestrado e na graduação, começamos.

Meus alunos da graduação participavam desse trabalho de extensão sob a minha orientação. Tiveram aula de campo, no assentamento, realizaram atividades educativas, de acordo com suas áreas de conhecimento, a exemplo do Curso de Enfermagem, cujos alunos promoviam reuniões sobre o aleitamento materno e os métodos contraceptivos, e fizeram apresentação de teatro de bonecos, mostrando os cuidados para evitar micoses e parasitas.

Com essa sistemática, os alunos da graduação não foram ao assentamento apenas para conhecer aquela realidade, e sim, para levar e trazer informações, contribuindo com o conhecimento e notícias do interesse dos assentados. Eu fazia uma ligação entre acampados e universitários/as, passando as informações trazidas de modo a contextualizá-las à realidade das agricultoras e dos agricultores.

Nesse contexto, fazia uma rápida leitura histórica da vida do lavrador, mostrada por Brandão, que o caracteriza como produtor errante, porque vive de ser empurrado de um sertão que conquistou a um outro que vai conquistar, até ser outra vez expulso.

Se uma parte de sua vida nômade deriva de como ele se relaciona com a natureza, a outra -possivelmente a mais importante - deriva de como ele se relaciona com os senhores rurais através do trabalho e de tratos sobre questões de posse e uso da terra (Brandão, 1983p. 34).

Brandão(op.cit), contando mais sobre a vida dos trabalhadores, lembra que eles, aparentemente livres e até autônomos em sua pobreza, mantinham laços de trocas de serviços com sitiantes em melhores condições econômicas e com fazendeiros. Eles pouco sabiam ler e escrever, mas votavam e, portanto, serviam politicamente aos grandes proprietários. Em relação a essa afirmativa, Brandão (1983) assevera:

Subalterno a todas as dimensões de sua organização, o lavrador caipira não existiu fora da economia agrária colonial e, depois, capitalista. Empurrado, cercado ou posto à margem, ele é um dos produtores essenciais da riqueza da província e, depois, do estado. Não pensa só o sertão e nem habita o passado. Pensa a cidade, o mercado para onde leva o que colhe da "roça de toco" e do quintal e de onde traz os produtos e as idéias que o artesanato e o imaginário caipira não conseguem produzir, vive e pensa em

função deste cerco, porque trabalha no interior dos seus espaços aparentemente, mas à "margem", ele existe integrado na ordem que o cerco gera e impõe(Brandão, 1983,p.43).

Os acampados, naquele momento, pediam ajuda para sobreviver, esperando receber a posse da terra. O MST tentava, juntamente com aquelas 131 famílias, conseguir a legalização da terra, o que durou em média seis meses (desde a ocupação até a posse).

A terra, nesse assentamento, tem um solo pobre em nutrientes, necessitando de correção, provavelmente com adubo orgânico, o mais coerente dentro da perspectiva da agricultura agroecológica. Nele há um plantio de eucalipto que serviu de abrigo para os trabalhadores, além de mangueiras e cajueiros. Nas barracas de lona preta, armadas no local, com pouca condição de higiene, não havia privadas nem água tratada e, ao lado delas, uma vegetação rasteira um tanto degradada. Havia também pequenos plantios de cana-de-açúcar, macaxeira, mamão, abacaxi, melancia, melão e verduras .

Começamos com a pesquisa participante com um curso de formação para futuras professoras e professores do acampamento, pensando nas possibilidades de discutir a educação de jovens e adultos, utilizando o cultivo de uma horta e partindo, desse fato, para discutir a conservação do meio ambiente. Na EA, segundo Reigota:

é vital que os cidadãos do mundo insistam para que se tomem medidas de apoio a um tipo de crescimento econômico que não tenha repercussões nocivas sobre a população, que não deteriore de nenhum modo seu meio nem as suas condições de vida (Reigota, 2001, p.11)a.

Os conteúdos do curso tratavam dos problemas que envolvem a plantação, a colheita, os alimentos, o lixo, a fome, e a EA passou a ser desenvolvida com esses temas geradores (Freire, 1978). As palavras geradoras foram: "roçado," "queimadas," "açude", "água," agrotóxico", "trabalho", "trator", "enxada", "horta", entre outras estudadas e preparadas pelo grupo. O objetivo maior era alfabetizar os jovens e os adultos e discutir, na escola, sobre os problemas ambientais, partindo dos locais, assim como as necessidade básicas de trabalhadoras e trabalhadores proverem a vida, incentivando a prática de cuidar melhor da terra e tirar dela seu sustento, sem deteriorá-la.

O interessante aconteceu porque, foi trabalhada a palavra geradora “horta,” tendo como base os ensinamentos de Freire indo além de ensinar a ler e escrever, pensando de forma crítica o mundo, não ficando na neutralidade. Partindo dos princípios dessa teoria, surgiu, entre os professores, a idéia de plantar uma horta coletiva, nas proximidades do acampamento. Percebemos que, depois de dois fins de semana planejando o plantio da horta, algumas futuras alunas e alunos do acampamento, que acompanhavam a discussão, fizeram, ao lado de suas barracas, algumas pequenas hortas; aproveitavam a cebola e o coentro que compravam na cidade e os replantavam nas suas hortas. Nossa surpresa foi ver como rapidamente foi ampliada a idéia do plantio de hortas, mas de forma invisível. Novamente aparecia a cultura do individual dentro do coletivo.

Para o cultivo da horta, pouco discutimos com o grupo sobre as divisões internas das tarefas. Achávamos que, como éramos um grupo lutando pelos mesmos ideais, não haveria problemas na hora de executar as tarefas. Então, quando conseguimos as sementes, os professores ficaram um tanto motivados pelo trabalho do plantio, e a terra ficou pronta pelo grupo, mas, em seguida, apareceram algumas indagações e insatisfações. Quem ficaria para cuidar da horta e molhar a terra? Não havendo um acordo, entre eles, recorreram a mim e a um colega para discutir o problema. Conversamos e deixamos que eles encontrassem a solução. A saída encontrada foi deixar a horta ficar com o casal de professores, que cuidaram da cebolinha, do coentro e da alface, nas proximidades de uma fonte natural de água (olho d'agua), e colheram sozinhos os produtos daquele trabalho, sem conseguir avançar muito ou interferir nos problemas ambientais daquela realidade. Faltava o senso de coletividade e, conseqüentemente, ficavam desprovidos do poder social que deriva apenas da ação.

A falta de condições básicas, como saúde, alimentação, lazer, construção da escola, era visível, e as questões do individualismo ainda presente em pessoas isoladas nessa fase eram demonstradas com as preocupações com o “eu”. Assim, quem iria ter proveito com o plantio seria o casal que trabalhou, enquanto os outros que não executaram toda a parte do trabalho ficariam sem hortaliças. Isso contraria o espírito de solidariedade entre trabalhadores sem terra, característico da ideologia do MST. Tal atitude provocou em nós a revisão do princípio de colocar tudo em comum, quando eles próprios não se viam ainda como uma comunidade. Apesar de estarem todos na luta pela terra, muitos buscavam individualmente suas melhoras. Para eles, ainda não tinha ficado claro o valor do trabalho coletivo.

A intenção era partir do plantio coletivo na horta para, com eles, trabalharmos teoria e prática naquele plantio, analisando o tipo de adubo a ser usado, os cuidados com as pragas, a aguação, a poluição e a qualidade da água para irrigação, o consumo humano, as preocupações ecológicas, já discutindo a conservação do ambiente, o tipo de controle dos insetos.

O que chamou a atenção em relação às questões ambientais no local foi que percebemos fezes em um olho d'água que servia para aguar a horta e outras plantas, além de abastecer aquela população do assentamento. A água estava bem próximo de fezes humanas colocadas ao lado do local de onde saía. Ficamos preocupados com o que vimos e conversamos sobre isso.

Outro problema que identifiquei foi a falta de cuidado com o lixo, que ficava ao lado das barracas improvisadas pela famílias que se instalavam ali só até passarem para a casa. O fato de estarem ali provisoriamente não lhes tirava a responsabilidade de cuidar bem do ambiente.

Assim, sete meses depois da ocupação da terra, vieram a construção das casas e a formação da agrovila. Os outros trabalhadores, que já viviam como agregados, moravam há mais tempo na terra, tinham pequena criação de animais, uma certa estrutura de vida e conseguiram também a posse da terra, pois já eram posseiros. Eles preferiram suas casas construídas fora da agrovila. Um dos motivos alegados era de que já criavam animais, como galinha, porco, cabra. Ficando afastados, haveria menos problemas. Percebi entre eles também os poucos cuidados com o ambiente.

A instalação da rede elétrica, a escola improvisada e as primeiras mudas de árvores, que hoje dão frutas e sombra na frente das casas, foram conseguidas por nós e pelos assentados com ansiedade e alegria.

A água de beber não era bem cuidada, pois apenas algumas famílias colocavam cloro na mesma. A falta de cuidado com o líquido foi verificada também em um açude, que serve para a lavagem de roupas. Suas margens estão bastante desmatadas, acarretando assoreamento pela falta das matas nativas e de cuidados ambientais. Há um poço artesiano que já existia antes do assentamento, funcionando já na agrovila com uma bomba com a qual se faz o abastecimento de água já com as casas construídas. Esse projeto foi finalizado com a elaboração de uma cartilha dos textos produzidos pelos alunos de EJA no assentamento Massangana III.

Na Declaração Universal dos Direitos à Água, consta que esse líquido não deve ser usado de forma abusiva, nem que ele leva ao consumidor poluída, ou envenenado. De maneira geral, ela deve ser empregada com consciência e discernimento, para que não se chegue a uma

situação de esgotamento ou de deterioração da qualidade das reservas atualmente disponíveis. A água, como recurso em extinção, também precisa ser melhor conservada.

As pessoas daquele acampamento se preocupavam pouco com os problemas ambientais, até porque elas próprias estavam sobrevivendo em condições lastimáveis e lutando para conquistar o direito a um pedaço de chão.

Passei informações sobre a escassez de água nesse assentamento e me lembrei da poluição daquele olho d'água, chamando a atenção para outros casos, como os exemplos de populações que vivem quase sem água, e quais seriam os cuidados a serem tomados para conservar aquele local que, segundo eles, pode ser totalmente soterrado com um serviço na rodovia.

Retornei a o assentamento Massangana III, depois de oito anos. Percebi alguns entraves e avanços. Há uma escola funcionando, com professores do próprio assentamento, uma sala de EJA, três salas de aula de Ensino Fundamental, no entanto faz-se necessário rever a expansão de salas para o Ensino Fundamental e o nível Médio, porque hoje os alunos, depois das quatro primeiras séries, são obrigados a estudar na cidade, pois não podem continuar os estudos na sua escola, por falta de opção de novas modalidades de ensino .

Há um posto de saúde funcionando, só que, ao lado dele e na entrada do assentamento, existe lixo amontoado e sacos plásticos sendo levados ao vento.

Nas residências, há banheiros com privadas e água encanada, porém faltam os cuidados com a água que sequer é fervida. Segundo o presidente da Associação de Moradores, a água não é tratada porque é boa, doce, vem do poço e já é bem cuidada, pois o agente de saúde coloca “remédio” na caixa mensalmente. Esse assentamento desligou-se do MST há alguns anos por discordância entre os seus membros em relação à contribuição financeira para o movimento. Eles parecem estar sem rumo, à procura de algum projeto para tentar melhorar a organização interna.

A experiência nesse assentamento foi importante, comparando-a com os outros assentamentos que o MST acompanha continuamente, todavia percebo que o trabalho com a EA é algo a ser mais assistido e acompanhado com informações técnicas, que possam garantir a sustentabilidade. Nesse sentido, minha prática foi válida, porque aproximou as pessoas do grupo para o trabalho de EJA, discutindo as questões ambientais.

O próprio MST tem trazido o tema do meio ambiente, como é citado nos seus princípios, como um dos pontos importantes na vida dos assentamentos porque, através do

cuidado com o meio ambiente, de uma política séria de investimento social, econômico, cultural e ético, haverá melhor produção, saúde e vida em abundância.

3..5 - O Assentamento Patativa do Assaré

O assentamento se organiza territorialmente em grandes áreas ou capoeirão, determinadas pelos assentados e assentadas, tais como": Panati, Capoeira, São Bento, Olindrina, Jacobina, Saquinho e capoeirão da Serra, onde se localiza a Reserva Legal, com 473.376.5 ha. A área é abastecida por três grandes açudes e poço amazonas.



Figura 1 - entrada do Assentamento Patativa do Assaré na saída de Santa Gertrudes a 12 km da cidade de Patos - PB 2005.

Em algumas dessas áreas, plantam-se milho, feijão e algodão; em algumas áreas de vazantes, plantam-se capim e hortaliças no período de inverno; as outras são usadas para exploração da pecuária extensiva.

As casas estão distribuídas próximas umas das outras, caracterizando um sistema de agrovila nas proximidades do antigo alojamento e da sede da fazenda . Das famílias residentes

ali, algumas apenas moram um pouco mais afastadas, em casas de alvenaria e uma de taipa. A área é servida por uma estrada que tem início em Santa Gertrudes, passa em frente à sede, ligando o mesmo com São José de Espinharas, em regular estado de conservação, com aproximadamente sete km de extensão. Das famílias que moram na área, apenas três não são beneficiadas com energia elétrica. Os currais existentes são de uso comunitário, num total de sete, tem balança e cochos nas laterais. Também existem quatro galpões que, no momento, estão servindo de moradia para algumas famílias, perto dos quais funciona a escola do assentamento.

A produção agrícola é realizada nas vazantes, nos baixios e açudes, através do cultivo de milho, feijão, melancia, jerimum, batata doce, melão, pepino, etc., além do cultivo de capim andrecser. A maioria dos assentados não utilizam a prática de consorciação de culturas.

No período de pico da produção, eles constataam o aparecimento de algumas pragas, como a da mosca branca, que ataca principalmente o feijão, a lagarta do cartucho, que ataca o milho, e o bicudo, que ataca o algodão. Para combater essas pragas, alguns agricultores usaram agrotóxicos como Dedis 25 ce,(produto altamente perigoso ao meio ambiente), FOLISUPER 600 BR, e muitos afirmam que não usavam proteção no momento da aplicação. Alguns dizem que usam urina de vaca e têm bons resultados, principalmente contra a mosca branca, por isso continuarão aplicando.

A comercialização da produção só ocorre quando a produtividade é satisfatória. O excedente é comercializado a atravessadores na cidade de Patos-PB, a exemplo do caso da venda do melão-pepino, cuja procura é muito grande, mas falta mercadoria para a venda.

Os agricultores do assentamento não têm trabalhado com o armazenamento e tampouco com trocas de sementes, o que implica a compra de sementes ou a espera pela doação da EMATER que, às vezes, chega tarde para plantação.

Os responsáveis pela produção são homens e mulheres, cujas experiências são passadas de pai para filho. No entanto, foi ministrado pela EMATER um mini-curso para os/as assentados/as, objetivando capacitá-los para combater o bicudo no algodão.

A fruticultura também é explorada, em especial, a mangueira que foi plantada na época da antiga fazenda em duas áreas, uma na entrada do assentamento, próximo a Santa Gertrudes-PB, com aproximadamente 583 (quinhentos e oitenta e três) árvores frutíferas, e a outra por trás do açude da Jacobina, com aproximadamente 484 (quatrocentos e oitenta e quatro).

Antes, toda a produção da mangueira era exportada. Antes do Projeto de Assentamento, as fruteiras eram irrigadas. A água usada para o sistema de irrigação das mangueiras da entrada de Santa Gertrudes-PB era retirada dos poços amazonas que existem no próprio local; e para perto do Jacobina era retirada do açude por uma bomba de 7.5CV.

Os tratos culturais hoje são feitos junto a um grupo de seis coordenadores, que são responsáveis pela limpeza do local, e cada núcleo fica com mais ou menos 1ha; a capina só é realizada uma vez por ano; essas duas áreas são de uso coletivo, tendo uma safra anual, nos meses entre setembro a novembro. Nas duas áreas da mangueira, algumas famílias plantam milho e feijão.

Crédito

O INCRA se omitiu na posse do assentamento Patativa do Assaré, em fevereiro de 2003, razão por que as famílias assentadas ainda não tiveram acesso a nenhum crédito para produção agropecuária, apenas receberam os créditos de implantação, na modalidade Apoio à Instalação, dos quais foi prestado conta à Superintendência Regional do INCRA, na Paraíba, e os créditos na modalidade Aquisição de Materiais para Construção foram depositados em conta da Associação do Assentamento, que já estão sendo aplicados.

Outras fontes de crédito podem e devem ser disponibilizadas pela Prefeitura do município e pelo governo do Estado, em parceria com a FUNASA e outras ONGs.

Saúde e Saneamento

O assentamento Patativa do Assaré é atendido pela unidade de saúde de Santa Gertrudes através do PSF (Programa de Saúde da Família). A equipe é composta por 01(um) clínico; 01enfermeira;01técnico de enfermagem;01Odontólogo;01auxiliar de dentista e 06 agentes de saúde. Esse número de agentes varia de acordo com a realidade da comunidade, sendo que um agente de saúde atende ao assentamento com visitas quinzenais, a fim de conscientizar as pessoas para prevenções de doenças, pesagem das crianças e distribuição de cloro. O atendimento médico é feito na unidade Antônio Urquiza Vanderlei, e quando o paciente não pode locomover-se até o posto, a equipe do PSF desloca-se para o assentamento.

Outro problema que as famílias enfrentam com relação à saúde é a dificuldade de transporte para a cidade, apesar de o assentamento ser próximo do distrito de Santa Gertrudes. Existem casos de saúde que inspiram um atendimento mais detalhado, fazendo com que essas pessoas tenham que se deslocar até a cidade de Patos.



2 - Figura do arquivo pessoal - reunião como o agente de saúde e dentista no assentamento

As campanhas de vacinação são feitas regularmente de acordo com o calendário. Para isso, a equipe se desloca até o assentamento, vacinando tanto as crianças quanto os animais domésticos.

Para se prevenir de gravidez ou doenças sexualmente transmissíveis, as mulheres do assentamento usam camisinha e anticoncepcional, porém a maioria já fez laqueadura, para não mais ter filhos.

Os dejetos, por sua vez são jogados a céu aberto, pois a maioria dos assentados não possui ainda banheiro com fossa em suas moradias (não haviam construído as casas, estavam esperando os recursos); o lixo é queimado para evitar infestações de animais e a maior parte do lixo orgânico é utilizado para alimentação de porcos ou para adubação.

Cultura e lazer

As principais manifestações culturais que acontecem no assentamento são ligadas a celebrações religiosas, como cultos da Igreja Assembléia de Deus e missas celebradas na capela

de Santa Gertrudes, administrada pelo Pároco Luciano Dias. São feitas as novenas de mês mariano e mês natalino, quando é rezado o terço nas casas.

A comunidade costuma se confraternizar em algumas datas comemorativas tais como a festa da padroeira Santa Gertrudes, que é realizada de 04 a 14 de Novembro, dia da criança, São João, São Pedro e Natal.

O futebol é uma das práticas esportivas dos assentados, num campo improvisado no próprio assentamento; além disso, há os banhos no açude, jogos de baralho e dominó, que são as práticas dos jovens, das crianças, das mulheres e dos adultos.

O projeto de Assentamento é formado por 58 famílias, atualmente, restando duas em processo de escolha e decisão pela maioria para que possa consolidar a capacidade da área em termos de assentamento. Enquanto aguardam a decisão do coletivo, mantêm-se na qualidade de agregados.

As famílias estão organizadas em 06 (seis) grupos, divididos para estudos, discussões e tomadas de decisão, em relação aos próprios grupos, bem como ao conjunto do assentamento.

Esses grupos se reúnem em locais específicos, de acordo com a proximidade da maioria dos seus membros. Os que moram nas proximidades da casa sede, se reúnem na mesma.

Recursos hídricos

De acordo com os dados do relatório Agrônômico de Fiscalização do INCRA - 1998. O Assentamento Patativa do Assaré dispunha de seis açudes com água, sendo três de grande porte: O Açude da Lama, com vertedouro de alvenaria, em frente à casa - sede; Açude dos Paus, depois do Açude da Lama, e o da Jacobina, por trás do Açude da Lama, com vertedouro de alvenaria, todos, sendo utilizados para consumo animal. O açude dos Paus também é utilizado para o consumo humano, e os outros dois, para lavar roupas e tomar banho. Destes, todos se encontram em bom estado de conservação, com suas margens protegidas por plantas nativas da região.

Os outros três, são todos de pequeno porte: o Açude da Linha, que fica por trás do alojamento, utilizado para se tomar banho, criar peixes como tambaqui, carpa, tilápia, traíra e curimatã, e para usos domésticos; nas vazantes, serve para a plantação de culturas anuais e capim; o Açude do Saquinho, localizado dentro da reserva legal, com vertedouro de alvenaria em regular estado de conservação, e cujas margens são bem protegidas por plantas nativas, servindo para consumo animal; e o Açude do Contorno, localizado na região do Panati, próximo ao trevo,

com parte de suas margens bem protegidas por uma vegetação arbórea, sendo utilizado pelas famílias assentadas para uso animal, e pela vizinhança do sítio Bom Jesus, para consumo humano e uso doméstico. Todos os açudes que no momento se encontram com água são utilizados pelos assentados para a criação de peixes.



3 - Figura do arquivo pessoal - vista de um dos principais açudes em frente à casa sede e à escola.

Atualmente encontram -se vazios três açudes: um está localizado na reserva próximo ao do Saquinho, outro, na manga de Serra Negra, cuja parede é a PB 110, que liga a Paraíba ao Rio Grande do Norte, e o de Maria de Leu, que se localiza na manga do mosquito, por trás do açude da Jacobina.

O assentamento dispõe de 12 poços amazonas, dos quais as famílias assentadas utilizam apenas 01 (um) para o consumo humano e usos domésticos, sendo levado por um sistema de bombeamento; destes, nove se localizam no baixio da capoeira, nas proximidades de Santa Gertrudes, e o Açude da Lama. No momento, todos os poços se encontram com água; 01 (um) na região do Panati, próximo à ponte, encontra-se sem água e aterrado com areia, e 01 (um), dentro do Açude da Jacobina, coberto com água no momento. Desses, apenas 01 (um) é coberto com telha canal.

A área também dispõe de duas caixas d'água: uma, de grande porte, e outra, de pequeno porte, ambas próximas à sede, e um tanque de alvenaria, próximo aos currais, com aproximadamente 30 metros de comprimento por 2 metros de largura e 1,70m de profundidade. Nas proximidades de Santa Gertrudes, há um poço artesiano, que foi perfurado para servir à comunidade local, pelo governo do estado. Mas eles afirmam que podem pegar água no poço no momento em que precisarem, sem nenhum problema para os mesmos.

A vegetação predominante no assentamento é a caatinga, característica do ecossistema semi-árido nordestino. A jurema preta (*Mimosa laticifera*) é a espécie de maior ocorrência, seguida do marmeleiro (*Cróton* sp), catingueira (*Caesalpineia bracteosa*) e da algaroba (*Prosopis juliflora*), tanto nas áreas de baixio quanto nas áreas de tabuleiro.

Nas áreas de tabuleiro, predominam espécies de cactáceas como o xique-xique (*Crotalaria grandiflora*), o mandacaru (*Cerus jamacaru*) e a macambira (*Bromelia balansae*), as quais são utilizadas como ração animal pelos assentados/as na época de seca. Na área de preservação permanente, é encontrada a oiticica (*Clarisia racemosa*).

Na área da reserva legal, são encontrados o pereiro (*Aspidosperma eburneum*), o mufumbo (*Combretum leprosum*), o marmeleiro, o cumaru (*Dipteryx alata*), a imburana (*Amburana cearensis*), a jurema preta e a jurema branca, a maniçoba (*Manihot anomala Pohl*), o pau-d'arco (*Tabebuia serratifolia*), a oiticica (*Clarisia racemosa*), a aroeira (*Myracrodruon urundeuva*), o jucá (*Caesalpinia ferrea*), o trapiá (*Crateva* sp), o louro (*Cordia glabrata*), juazeiro (*Solanum icarceratam*), a carnaubeira (*Bromelia balansae*), a quina quina (*Coutaria hexandra*), o mororó (*Bauhinia brevipes*), dentre outras.

As famílias assentadas têm uma forte preocupação com a preservação do meio ambiente. Não caçam nem cortam madeiras “de lei”, utilizam para queima apenas algaroba (*Prosopis juliflora*) e jurema preta, as quais eles retiram de um capoeirão que chamam de “manga”. Segundo relato de alguns/mas assentados/as que conhecem melhor a área do assentamento, algumas espécies já são mais difíceis de se encontrar no assentamento, tais como o cumaru, a quina-quina, o jucá e o trapiá.

A Tabela 5 abaixo mostra os animais existentes na área do assentamento, de acordo com informações obtidas através de alguns/mas assentados/as.

Tabela 1: Relação das principais espécies da Fauna encontrada no P. A. Patativa do Assaré

CLASSIFICAÇÃO ANIMAL	NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO
AVES	Anu-branco	<i>Guira guira</i>
	Anu-preto	<i>Chrotophaga ani</i>
	Bem-te-vi	<i>Pitangus sulphuratus</i>
	Sabiá	<i>Tardus leucomelas</i>
	Xexéu	<i>Cacicus cela</i>
	Concriz	<i>Buteo albonatos</i>
	Coruja	<i>Speotyto cumicularia</i>
	Galinha d'água	<i>Gallinula chloropus</i>
	Garça	<i>Casmerodius albus</i>
	Gavião	<i>Buteo albonatos</i>
	Periquito	<i>Aratinga leucophthalmus</i>
	Pica-pau	<i>Colaptes campestris</i>
	Ribaça	<i>Columbina minuta</i>
	Seriema	<i>Cariama cristata</i>
	Urubu	<i>Coragyps atratus</i>
RÉPTEIS	Camaleão	<i>Enyalius ilheringii</i>
	Cobra Cipó	<i>Chironins bicarinotus</i>
	Cobra Coral	<i>Micrurus frontalis</i>
	Cobra Jararaca	<i>Bothrops jararaca</i>
	Cobra Cascavel	<i>Crotalus durissus</i>
	Lagartixa	<i>Hemidactylus mabouia</i>
	Tejuaçu	<i>Tupinarubis teguexim</i>
MAMÍFERO	Gato Maracajá	<i>Felis wiedii</i>
	Gambá	<i>Didelphis marsupialis</i>
	Mocó	<i>Kerodon rupestris</i>
	Preá	<i>Cavea fulgida</i>
	Sagüi	<i>Callithrix jacchus</i>
	Tamanduá	<i>Mirmecophga tridactyla</i>
MAMÍFERO	Veado	<i>Ozotocerus bezoarticus</i>

Ainda de acordo com informações dos/as assentados/as, algumas dessas espécies já são raras na área do assentamento.

As terras do assentamento estão distribuídas em diversas áreas como: de preservação permanente, reserva legal, área de pastagem, áreas de cultivo e área comunitária. A reserva legal está localizada ao leste da área conhecida como Saquinho ou (manga da serra), em regular estado de conservação sendo utilizada pelas famílias para a criação de bovinos, com uma cobertura vegetal rala, mas com árvores de porte arbóreo como a catingueira, o pereiro, o angico que os informantes afirmam ter aproximadamente 30 anos. As áreas de pastagem, em sua maioria, localizam-se a leste da área, logo após o Açude da Lama; outro local de criação fica na região do Panati, em regular estado de conservação, com predominância da jurema preta, mas também se identificam locais sem vegetação.

As áreas de cultivo se localizam nas áreas de baixios, próximos às mangueiras, ao açude da lama e da Jacobina.

Reserva e área de preservação permanente

A reserva localiza-se a leste da área, tendo como acesso ao local a estrada que vem de Santa Gertrudes, passando em frente à sede do assentamento. Após percorrer aproximadamente 2 km, chega-se ao local, que tem denominações dadas pelos assentados, tais como Saquinho, Malhada da Areia e do Recanto, onde se localiza a reserva .

A área encontra-se bem conservada pelas famílias assentadas, com uma vegetação, segundo os/as assentados/as, de aproximadamente 30 anos; em alguns locais, encontramos espaços sem vegetação, devido a eles serem muitos pedregosos e encharcados. A vegetação predominante na área é de marmeleiro, catingueira, pereiro e jurema preta.

Em relação ao solo da área, encontramos solos rasos e pedregosos, nos tabuleiros, e solos mais profundos, nos locais de baixios. Existem ali vários córregos, com início de erosão, na margem, pelo fato de grande parte da área não ser muito elevada. Na área, encontra-se o riacho do Saquinho, de ciclo temporário, com mais acentuada erosão em algumas partes, mas com suas margens bem protegidas por plantas nativas.

Destaco a distância em relação aos centros urbanos de referência do assentamento:
Área requerida na Lei de Reserva Legal: 473,3765 ha; localização e acesso

- Distância do assentamento para João Pessoa: 300 km
- Distância do assentamento para Campina grande: 195 km
- Distância do assentamento para Patos: 17 km
- Distância do assentamento para Pombal: 65 km

Capacidade de assentamento do imóvel em termos de famílias: 70; Número de famílias atual, em: 60; Entidade representativa dos assentados: Associação dos Agricultores do Assentamento Patativa do Assaré.

3.6 - No camarim da EA no MST

No MST, a EA acontece mais em função das informações dos meios de comunicação de massa e do próprio movimento do que da educação formal. Depois de intervenção federal, de estudos e pesquisas, esse quadro vem sendo mudado nas secretarias de educação, em alguns municípios, a exemplo de Patos, na Paraíba, aspectos esses relatados neste trabalho.

As questões ambientais já são trabalhadas na educação do MST, estando presentes nos cursos de formação dos educadores, em escolas, em encontros regionais e nacionais do movimento, surgidas pela própria necessidade e realidade dos assentamentos, cujos problemas mais visíveis são a própria estrutura social, o desmatamento, o lixo, a poluição, as queimadas, os agrotóxicos, a água poluída.

A intervenção parte dos problemas locais, considerando-se a realidade social, política econômica e cultural, indo para o mais geral, analisando as causas e conseqüências da degradação do meio ambiente.

A EA deve, nesse sentido, facilitar a percepção social e integral do meio ambiente, tornando possível uma ação mais crítica que identifique as causas, e não, apenas, seus efeitos, sendo concebida como um processo contínuo e que propicie aos seus beneficiários, pela renovação permanente de suas orientações, métodos e conteúdos, um saber sempre adaptado às condições do meio ambiente, dirigindo-se a todos os grupos de idade e categorias profissionais, fazendo repensar seus valores morais e culturais, vinculando-se à legislação, às políticas, às

medidas de controle e às decisões que o governo e o movimento adotem em relação ao meio ambiente.

Um programa de EA, para ser efetivo, deve promover, simultaneamente, o desenvolvimento de conhecimento, de atitudes e de habilidades necessárias à conservação e à melhoria da qualidade ambiental.

Diversos autores, entre eles, Dias (1993) e Reigota (2002.a), indicam a concepção dialógica como sendo um caminho viável para os objetivos propostos. Experiências educacionais desenvolvidas nessa perspectiva estão sendo relatadas trabalhando na concepção educacional de Paulo Freire, tratada melhor no capítulo II e retomada no decorrer das outras partes, a qual é conhecida como libertadora, problematizadora e dialógica, buscando um olhar novo sobre o ambiente.

Assim, para o desenvolvimento da EA de maneira ampla, no ensino formal partir de uma concepção problematizadora de educação, conforme Paulo Freire nos ensinou a contextualizar a educação, buscando, através da concepção libertadora e dialógica, discutir os problemas, elaborando novos conhecimentos a partir da realidade. Reigota afirma que

A pedagogia Dialógica tem sua origem nos trabalhos pioneiros de Paulo Freire...O atual período da Pedagogia Dialógica considera fundamentais as interações comunicativas, onde as pessoas são ouvidas em busca de estabelecer um objetivo comum e se põem de acordo, para estabelecer seus planos de estudo e de ação(Reigota, 2002 p.26)a.

A educação, segundo Paulo Freire, *é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa.* A EA nos assentamentos do MST é analisada dentro dessa realidade, trazendo essa discussão criadora para um campo tão contraditório como é a sociedade, dentro do sistema capitalista, onde são reconhecidos os dois mundos o da cultura e o da natureza, conforme afirma Freire:

Reconhecidos, logo na primeira situação, os dois mundo - o da natureza e o da cultura e o papel do homem nesses mundos - vão se sucedendo outras situações, em que ora se fixam, ora se ampliam as áreas de compreensão do domínio cultural(Freire,1979 p 110).

O debate é para analisar, encorajar, para não fugir da discussão e não ser uma farsa. E a EA *deve buscar sua eterna recriação, avaliando seu próprio caminhar na direção da convivência e da relação da sociedade diante do mundo* (Sato, 2003 p.12).

Este estudo é um espaço de descobertas, que pode servir para alargar os caminhos e avaliar o percurso de práticas ambientais, seus avanços e recuos, no momento atual do MST.

A EA, precisa estar sendo discutida em casa, com a família, na escola e em todos os espaços, especialmente nos assentamentos do MST, conforme está explicitado na sua proposta ver Anexo C:

a adoção de uma noção socioambiental e cultural para a práxis produtiva pretende internalizar o conceito de natureza na dimensão humana. A relação homem-natureza é entendida como parte de uma totalidade maior, designada pela própria realidade histórica (MST 2004).

Visitando as áreas de assentamento, constatei que, apesar das inúmeras dificuldades, muito já foi feito. Mas há, ainda, muito o que ser implantado. Quando essas terras são desapropriadas, passam a ser de pessoas que já viver no campo - pelo menos a grande maioria delas - e que valorizam essa conquista. Outros, porém, estão retornando para o seu lugar de origem, de onde foram expulsos, devido à ganância dos latifundiários para aumentar os seus bens, adquirindo cada vez mais terra e poder, sem se preocupar com a degradação que causam ao meio ambiente.

Vejamos dados do documento citado:

...transformações no campo brasileiro acumularam, ao longo dos anos, um processo de ampliação das desigualdades sociais e expropriação do campesinato e comunidades tradicionais de seus habitats. Tal situação apresenta um saldo negativo de consolidação de uma estrutura fundiária concentradora onde, segundo Cadastro do INCRA (2003), consta-se que 69.123 imóveis (1,6%) com ou mais 1.000 ha de terra detêm uma área de 183.564.299 ha (43,6%) enquanto 3.611.463 imóveis com ou menos de 100 ha (85,2%) detêm uma área de 84.373.860 há (20,1). Isto é, 1,6% dos imóveis detêm pouco mais do dobro da dimensão de área equivalente a 85,2% dos imóveis., demonstrando uma excessiva concentração de terras em poucas mãos (MST,2004).

A luta e a conquista da terra pelo MST, em si, já pode ser considerado um primeiro passo para que a EA esteja sendo vivida. Por que a luta por terra para que nela se produza com respeito ao ambiente é algo que vem sendo deixado explícito nos documentos do movimento e experienciado em algumas regiões. A EA é vivida na busca por um pedaço de chão como uma luta política, educativa e ambiental, no sentido de ser implantada nos assentamentos, nos trabalhos em cooperativa agrícola, dentro do sistema de cooperação coletiva. Provavelmente a cooperação, a agricultura e a racionalização da produção, de acordo com os recursos naturais,

têm sido mais de valorizar o meio ambiente, por que usa a lógica do cuidado em manter o ambiente com condições de sustentabilidade, vendo que ele é esgotável.

A luta dessas pessoas pela terra e a conquista dela, em si, podem ser consideradas como um ato político e educativo. De certa forma, vários passos vêm sendo dados em direção à EA, sobretudo no que concerne às relações econômicas e culturais entre o homem e a natureza, criando-se, inclusive, cursos em escolas apropriadas na formação de professores/ professoras especialistas para trabalhar essa temática.

Tendo um olhar reflexivo sobre o contexto que cerca o MST, e considerando as relações socioeconômicas e culturais, entendo a EA como educação política. A partir do momento em que lutam pela terra, de certa forma, estão os assentados e assentadas vivendo a EA. Assim, o MST vive a EA que, segundo Reigota,

Deve ser entendida como educação política, no sentido de que ela reivindica e prepara os cidadãos para exigir justiça social, cidadania nacional e planetária, autogestão e ética nas relações e com a natureza.... enfatiza antes a questão do "por que" fazer do que "como" fazer. Considerando que a educação ambiental surge e se consolida num mundo histórico de grandes mudanças no mundo ela tende a questionar as opções políticas atuais e o próprio conceito de educação vigente, exigindo-a, por princípio, criativa, inovadora e crítica (2001p.10)a.

As agricultoras e os agricultores organizados têm mais chance de cuidar melhor da terra, pois muitos nasceram na agricultura e já conhecem essa realidade, inclusive, sua conservação, seja com defensivos naturais, o que aprenderam com os mais velhos, de como usar as plantas medicinais, como a cabacinha para sinusite.

Usando nos animais a casca do pereiro para matar a mosca da vaca; na terra usar o esterco de gado como adubo orgânico; a minhoca, para fazer o adubo no minhocário e colher a lagarta, amassá-la e usá-la para espantar a própria lagarta da lavoura sem utilizar os venenos que causam doenças aos trabalhadores e as trabalhadoras durante o manejo, e danos ao meio ambiente, principalmente nos mananciais de água.

Na pesquisa, pude perceber, na prática, em sete áreas visitadas na Paraíba, que o MST caminha de acordo com o que dispõe o seu documento sobre meio ambiente, que venho apresentando no decorrer deste texto.

Tal práxis pretende ser libertadora do uso de defensivos químicos e de processos homogeneizantes da produção, para estimular homens, mulheres e jovens na busca da

autonomia e da valorização da diversidade sociocultural, ambiental e produtiva. (MST,2004)

Encontramos essa valorização funcionando em algumas salas de EJA e entre os temas geradores que discutem questões socioculturais e ambientais. Percebi que, nas salas de aula as professoras e os professores trabalham os seguintes temas: água, chuva, queimadas, roça, agrotóxicos, veneno, lixo, estrada e terra. Vejamos o trabalho de Paulo Freire, no capítulo II, em que ele dá base teórica que ajuda na análise das questões ambientais:

Um trabalho como este, fundado sempre na prática de pensar a prática, com que a prática se aperfeiçoa, proporcionaria o surgimento de verdadeiros centros de estudos que, girando, embora em torno de um tema central - agricultura, saúde, por exemplo- desenvolveriam análises globais dos mesmos (Freire,1977 p. 30).

Na África, um projeto integrava campo e cidade, discutindo problemas locais do ambiente, participando os alunos e as alunas de atividades produtivas, como hortas do instituto da amizade, jardins feitos por eles e elas, sendo debatidos com os técnicos agrícolas sobre as atividades produtivas, deslocando-se temporariamente as escolas urbanas para as áreas rurais. Esse projeto era chamado de

"Escola ao campo", projeto que consistia em deslocar, temporariamente, as escolas urbanas, com seus professores e seus estudantes a áreas rurais, em que vivendo em acampamentos, participariam da atividade produtiva, aprendendo com os camponeses e a eles algo ensinando, sem que se suprissem as demais atividades escolares normais ... é possível fazer derivar da atividade produtiva, cada vez mais, o conteúdo programático de "n" disciplinas... (Freire, 1977:26)

Os temas geradores no MST são tratados dentro dessa metodologia, que parte de uma apresentação do problema, em que se discute a situação apresentada, procurando conhecer a opinião de todos os participantes. O educador que coordena o debate procura ir acrescentando informações e dados sobre aquela realidade, sendo, depois, a palavra decodificada em sons e trabalhadas as dificuldades da língua portuguesa.

A EA já era realidade vivida nos círculos de cultura. Como mostrei no capítulo II e, retomo aqui, alguns pontos- chaves por que considero necessário para aprofundar esses dados. Essa prática já vinha sendo colocada em ação desde 1960, quando a teoria de Paulo Freire se espalhou pelo Brasil, conforme já citei. Também foi trabalhada no Nordeste, principalmente com pequenos agricultores alfabetizados com os temas apresentados acima.

O trabalho humanizante não poderá ser outro senão o trabalho da desmistificação. Por isso mesmo a conscientização é o olhar mais crítico possível da realidade, que a "desvela" para conhecê-la e para conhecer os mitos que enganam e que ajudam a manter a realidade da estrutura dominante.(Freire, 1977 p.29)

Essa concepção educacional problematizadora ou dialógica, discute os conhecimentos a partir da realidade imediata e questiona os homens, em suas relações com o mundo, consideradando-a sujeito na ação educativa e, sobretudo, co-participante da definição do conteúdo programático, opondo-se a uma concepção “bancária” de educação, segundo a qual o educador deposita o saber no educando.

O educador, nessa concepção, será sempre o que sabe, enquanto os educandos serão sempre os que não sabem, negando-se assim a busca no processo educativo. A ação educativa realiza-se pelo professor sobre o aluno, sendo este passivo.

A educação problematizadora viabiliza e resgata a dimensão contextualizada dos conteúdos dos temas geradores, trabalhando-os a partir da “realidade concreta” do “grupo de trabalho” envolvido, o qual é desafiado a superar situações cotidianas problematizadas ao se perceber como ser do mundo e com o mundo, pois “só existe saber na invenção, na reinvencção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros” (Freire, 1976).

Aos educandos e educandas é proposta sua própria situação como problema, e seu ato cognoscente será no sentido de superá-la -a busca do fazer educativo e do como acontece o diálogo entre educador e educando. O ponto de partida do processo educativo problematizador é a investigação temática, que é a própria investigação do pensamento do público-alvo que, através de uma metodologia dialógica, e por isso mesmo, conscientizadora, proporciona a apreensão dos temas geradores e a tomada de consciência em torno dos mesmos.

Muitas vezes, trabalha-se com EA sem ter clareza do que ela é e que associações dos assentamentos estão realizando no campo ações importantes nesse aspecto. Em alguns assentamentos, percebo ainda na fala de trabalhadoras e trabalhadores essa situação, a exemplo do assentamento Cachoeira no Sertão da Paraíba, em uma conversa com o presidente da associação:

a área aqui não é devastada, no assentamento tem controle, estamos tirando a madeira em vários locais par não tirar só em um canto, tira uma estaca aqui outra acola e sai

tirando por enquanto para não tirar em todo canto para não desmatar todo o local se não fica desmatado. A madeira mesmo a gente não tira, tira a madeira que está seca, aqui tem muita madeira morta. Aqui não cortamos as plantas verdes, as estacas são de plantas que já estão mortas...

Percebo que ainda existem áreas sem a infra-estrutura necessária para o assentamento prosperar, faltando condições para o desenvolvimento da produção agropecuária e agroindustrial, que deveria ser acompanhada por um amplo programa de atendimento social por parte do Estado, para garanti-lo a toda a população, como versa na proposta de reforma agrária do MST. Com Morissawa julgamos as reivindicações da educação:

Alfabetização de todos os jovens e adultos; escola pública gratuita até o segundo grau, em todos os municípios, com ensino adequado à realidade local e com novos métodos pedagógicos; acesso à capacitação técnica, ao ensino superior a todos os jovens; valorização dos professores do meio rural, com remuneração justa e integrando-os às atividades da comunidade;...(2001, p. 191).

Para sua própria sustentabilidade, existem, em certos assentamentos, mais cobranças para o cumprimento das normas legais, sem haver de fato condições de sobrevivência:

o INCRA, quando veio assentara gente pediu para a gente cumprir as normas do assentamento, estamos cumprindo, nem estamos devastando, nem estamos destruindo, agora só tem um negócio: ele tem de cumprir a parte dele, tem de colocar infra estrutura, tem que colocar a água e tem que colocar a energia...(relato pessoal de sr. José)

Há um convênio entre os INCRA's regionais e uma cooperativa de técnicos colocando uma equipe desses profissionais (veterinário Edvar e sua equipe técnica prestando assessoria técnica social e ambiental) em 10 áreas, acompanhando e promovendo mini cursos, que, segundo ele, trabalham

o sentido da conservação, recuperação e aproveitamento do potencial. Medicinal, forrageiro. Agora que dizer não é amanhã que o pessoal vai tá pronto, entendo isso como um processo educativo. Trabalhar nesses três anos que a gente está no convênio com mais três que a gente está esperando renovar(relato do veterinário) .

O veterinário Edvar e sua equipe também promovem oficinas de manejo agroecológico, conforme expressa a seguinte fala gravada no assentamento Cachoeira:

Algumas oficinas sobre manejo agroecológico nesse sentido, estamos tocando na questão dos ciclos biológicos na natureza, quer dizer, a gente não vai estar conversando muito, detalhando ou aprofundando isso, a gente vai colocar de maneira geral, utilizando o que eles já conhecem dos ciclos da água, dos nutrientes, do que eles já conhecem, o ovário, a questão de galhos, as árvores, algumas práticas que a gente vai materializar isso no momento do curso. O segundo momento é sobre o manejo propriamente dito da caatinga e a questão ambiental (Edvar)

O veterinário Edvar diz que há um aliado nas escolas e cita o exemplo de como estão fazendo esse intercâmbio com educação de jovens e adultos em 2005:

Em algumas escolas, já temos uns combinados, como diz a história, lá em Padre Acácio a professora que trabalha a pós-alfabetização, a gente já combinou com ela para nas sexta-feira quando for conveniente, a gente acerta um tema e da uma trabalhada na horta comunitária que a gente tá trabalhando umas sementes agroecologicas de uma cooperativa do Rio Grande do Sul, que é aquela marca Bionatur .

Um dos problemas sérios percebidos nos assentamentos do sertão é a falta de água, para ter condições de fazer uma horta, plantar feijão e outros legumes e cereais, conforme declarado neste depoimento de sr. José:

A última solução que tem nessa propriedade é se fizer uma barragem no rio, tem o local, mas a gente tem que conseguir essa barragem para fazer., Com que a gente vai conseguir? Mas vai ter que barganhar para isso, se não fizer essa barragem, a gente não vai para frente, porque não tem como...é preciso ter água, para sobrevivência do pessoal fazer uma horta, plantar um feijão, uma melancia, um milho.

A educação, no plano de ação para os acampamentos e assentamentos para o MST, é necessidade desde o início da retomada do movimento, no período de 1978 a 1984, quando se acelera a luta pela terra no Brasil e que continua com a fundação do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra, em 1984. Em relação à educação, 1987 é o momento em que surge a preocupação com essa prática. Até esse período, as ações se deram isoladas, especialmente pela iniciativa e sensibilização das professoras dos professores e das mães.

Caldart (1997) comenta que um fato contribuiu para que a preocupação coletiva aumentasse: foi o de que, em algumas escolas de assentamento, começaram a trabalhar professoras e professores de fora, que desconsideravam toda a luta e história daquelas famílias, muitas vezes, tentando fazer com as crianças um trabalho ideológico contra a Reforma Agrária. Essa não seria, portanto, a postura do educador em "uma escola diferente". E cita o inicio:

Encontro que reuniu as pessoas que estavam começando a organizar este trabalho nos Estados onde o MST já estava atuando...Neste Encontro, foram formuladas duas questões para discussão, que acabaram sendo o mote para toda a elaboração pedagógica que continua até hoje: " O que queremos com as escolas de assentamentos?" e " Como fazer a escola que queremos? ... começa a discutir a construção da chamada "escola diferente". Estava sendo iniciada desta forma uma das frentes principais do trabalho atual do Setor de Educação, que é a da formação de educadoras e educadores, neste momento especificamente para as escolas de 1ª a 4ª séries (, 1997 p.32).

A educação veio acompanhando a luta pela terra, pois as trabalhadoras e os trabalhadores percebem que é necessário também o conhecimento para mudar uma antiga imagem das camponesas e dos camponeses que nem sequer sabem assinar o nome.

Vejamos o que afirma Morissawa (2001,p.339): *A prioridade do MST é apagar a imagem de caipira-analfabeto que se tem do trabalhador rural e propiciar a formação de cidadãos completos .*

A luta pela terra exige conhecimento para lidar com assuntos práticos como financiamentos bancários e aplicação de tecnologias, assim como para compreender a conjuntura política, econômica e social do país.

No acampamento, é planejada a existência da escola, que precisava ser diferente, no sentido de partir da vida e da luta pela reforma agrária, com educadores, de preferência, do próprio grupo ou que fossem simpatizantes da luta.

Desta maneira, segundo Morissawa (2001, p.239).

professores que fossem simpatizantes da luta pela reforma agrária; conteúdos incluindo a história do MST; livros contendo a experiência dos sem terra; relação professor aluno, constituindo uma relação de companheiros

A escola é uma entre as primeiras necessidades das trabalhadoras e dos trabalhadores, em primeiro lugar, o das crianças, em seguida, a educação dos adultos. Por sinal, o número de pessoas adultas que não sabem ler e escrever é elevado, e a outra parte tem baixa escolaridade no Brasil.

A escola itinerante é construída logo após a ocupação da terra; seu espaço é também para outras atividades, servindo como centro de encontros antes mesmo de o barraco da moradia ser construído.

O setor de educação do MST, entre seus principais desafios, tenta acabar com o analfabetismo de suas áreas de acampamento e assentamento, buscando reais condições para manter as crianças e os adolescentes na escola, estudando. Isso implica lutar por escolas em todos os níveis, do infantil até o ensino superior, de preferência, dentro dos assentamentos.

Caldart mostra o apelo de João Pedro Stédile ao estudo:

Se dediquem com o mesmo afinco que, para preparar uma ocupação, ou para fazer uma lavoura no assentamento, usem a mesma garra para dedicar ao estudo. Vamos acabar com o analfabetismo nos assentamentos, vamos preparar os nossos jovens como futuros técnicos, futuros doutores e transformar o meio rural numa sociedade progressista, igualitária, e onde haja justiça social e educação para todos (1997, p.26).

Na educação escolar, assentados e assentadas preferem e tentam investir em seus próprios professores para que sejam respeitados, enquanto sabedores das necessidades de construir uma proposta alternativa pedagógica de educação popular. Convém que eles eduquem uns aos outros, dando seqüência às futuras gerações de filhas e filhos de assentadas e assentados, fortalecendo seus conhecimentos.

O documento “Construindo o Programa Ambiental do MST para a Reforma Agrária”, que vem sendo analisado, apresenta diretrizes e orientações ambientais importantes, pois:

busca representar um marco de diretrizes, orientações e atividades que apontem processos que possam levar à sustentabilidade ambiental dos assentamentos de reforma agrária vinculados ao MST. Tal esforço apresenta-se na perspectiva de apontar alternativas para o desenvolvimento diferenciado dos assentamentos, na perspectiva prioritária de gerar uma nova matriz produtiva que alcance a soberania e segurança alimentar e gere qualidade de vida às famílias de sem-terra por meio de uma nova relação homem-natureza(MST, 2004, p.2).

Nesse sentido,

o processo a ser implementado busca alcançar/resgatar a autonomia sócio-produtiva e valorar a identidade camponesa como instrumentos de para a construção de novos valores comunitários, e consolidação de um processo permanência e qualidade de vida nos assentamentos (MST, 2004, p.02)

A reflexão sobre as atividades práticas dos assentamentos ajudou na construção da proposta do programa ambiental do MST, descrita a seguir:

A construção do programa ambiental do MST constitui-se na reflexão sobre as atividades práticas, já implementadas nos assentamentos, que se utilizam de estratégias

que primam pelo desenvolvimento de ações ordenadoras e integradoras das dimensões: sócio-cultural, econômica e ambiental. É nesse sentido que o estímulo ao manejo da agrobiodiversidade com enfoque agroecológico; a diversificação da produção; o planejamento territorial dos assentamentos; a educação e saúde ambiental são táticas adotadas por meio de instrumentos diferenciados que apontem para uma nova práxis nas áreas de reforma agrária (MST 2004, p. 02).

No tocante à EA, o destaque é para a participação no processo inter e transdisciplinar, envolvendo a participação e sensibilização de crianças até idosos, ações educativas e corretivas e campanhas educativas com caráter massivo:

promover o desenvolvimento participativo e tomada de consciência de uma dimensão ambiental e humana correlatas. O processo de educação pretende ter o caráter de emancipador da condição humana, ou seja, de relacionar meio ambiente e humanidade como processos históricos e únicos que não podem ser condicionados numa lógica de capital. Mas que, juntos, potencializam o desenvolvimento humano numa noção de totalidade [homem e natureza]. A educação ambiental, também, deve ser entendida como processo inter e transdisciplinar, estando relacionada às escolas dos assentados. A educação ambiental será realizada em três dimensões (MST, 2004, p.13)

Percebo uma certa sensibilização e participação desse movimento nas escolas, de jovens e adultos, ações corretivas no ambiente, instalação de minhocário, uso de defensivos feitos por *eles*, nas áreas de reforma agrária com o enfoque educativo, construção de viveiros e plantios de mudas.

Há também uma maior participação social, com atividades nas escolas, envolvendo crianças e jovens, e atividades de capacitação de adultos e idosos via técnicos que atuam nas áreas.

Ações educativas são desenvolvidas com mini - cursos, e campanhas educativas já estão acontecendo com o objetivo de massificar a temática no dia-a-dia dos assentamentos. A intenção é, pois, a de envolver muitas pessoas numa ação "rápida" e efetiva, mas ainda é necessário mais pessoal preparado para acompanhar permanentemente cada local, por conta do grande número de assentamentos; às vezes, um assentamento tem sessenta famílias, e a proposta da cooperativa é de que a equipe atue com cem famílias no geral. Assim, é necessário reforço para potencializar o trabalho de EA nos assentamentos.

3.7. Educação no Patativa

O assentamento dispõe, de uma infra-estrutura na escola, com um prédio, o qual tem divisão interna em que funcionam apenas uma sala de aula e um pequeno cômodo, que funciona como cantina. Nessa escola, há um banheiro. A casa tem uma grande varanda que serve como área de lazer para a criançada. A demanda da educação infantil e da 1ª fase do Ensino Fundamental é mantida pela prefeitura de Patos, a que fornece material escolar, merenda e o salário dos educadores. As aulas funcionam nos três turnos, em turmas multiploseriadas, que se dividem em uma de Alfabetização e 1ª ano da fase de Ensino Fundamental, outra do 2º ao 4º ano do Ensino Fundamental e uma turma de jovens e adultos que funcionou no turno da noite, através do programa de Alfabetização Solidária MEC-MST, até 2005.

As duas professoras e o professor de EJA são do próprio assentamento; moram ali desde o início da luta; uma delas, no momento da pesquisa, estava trabalhando a serviço da comunidade e havia sido classificada no concurso para professor, mas não fora chamada para assumir como efetiva, pois, no governo passado, havia sido contratada como professora temporária. No entanto, com a mudança de prefeito, esperava receber dois meses de salário atrasado e ser recontratada como professora temporária; estava com uma filha de dois meses e não parou de trabalhar. Veja-se a seguir a figura:



4 - Figura do arquivo pessoal - no recanto da sala a rede com o bebê enquanto a mãe dar aula

Os planejamentos foram feitos com o coordenador do setor de educação, que afirmou ter realizado mais ou menos sete, contando com os encontros do movimento, que são feitos por setor, e as/os professoras/os participam .

Os temas a serem discutidos na escola partem dos problemas ambientais percebidos pelas/os assentadas e assentados, que participam de planejamento em Patos, e pela Secretaria de Educação, os quais não recebiam nesse órgão formação para trabalhar com EA, segundo resposta a essa questão, do secretário adjunto de educação Osman Batista dessa cidade, em entrevista gravada no dia primeiro de março de 2005.

Não temos conhecimento nem que haja nos treinamentos ou mais capacitação que queiram dar recursos, nem existe de nenhuma espécie para a EA. Eu posso até lhe afirmar com sinceridade. Até acredito que a leitura é pouca nesse contexto.

Ele fez uma análise da EA, na região de Patos, e nas áreas do sertão e constatou, pouco ou nada ter sido discutido com relação a essa problemática. A partir desta pesquisa, há uma preocupação em se trabalhar essa temática:

Eu não vejo nenhum avanço nesse contexto na região de Patos; é lamentável dizer isso aí, o que nos temos são alguns professores que talvez tenham tentado, mas na zona rural as coisas também não andam boas, agora eu já posso dizer que há uma preocupação da secretaria neste momento em trabalhar uma metodologia voltada para trabalhar, por exemplo, o campo na questão ambiental.

Percebo que os prefeitos e as secretarias de educação dos municípios, enquanto órgãos responsáveis pela política educacional, pouco têm investido na educação rural. As professoras e professores pediram mais infra-estrutura como: carteiras, birô, material didático, e uma escola com melhores condições físicas, ao prefeito e ao secretário de educação, que estiveram presentes no curso de Formação, no dia onze de abril de 2005, para entregar uma mini tv e rádio, que ganharam da receita federal e doaram às escolas rurais.

Nesse dia, também estiveram presentes dois representantes da Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, apresentando- a sua secretaria reaberta recentemente, já depois de minha entrevista como o subsecretário de educação. Eles se comprometeram a realizar um trabalho integrado junto à educação e fazer visitas às escolas, para divulgar, no dia, junto com as professoras, o calendário com datas comemorativas e a semana de 25 a 29/ 2005,

com uma programação específica para trabalhar a valorização da Caatinga, culminando no dia 28, dia da EA e da Caatinga.

No município de Santa Terezinha fui aluna do ensino básico, em 1972, e quase nada mudou com relação à pouca seriedade com que o ensino rural é tratado há muitos anos. Isso provoca um descaso para com a natureza. Um crime ambiental chamou-me à atenção na cidade de Santa Terezinha: ao voltar a residir na zona rural, bem próximo à cidade, pois ficava mais perto das áreas de assentamento da pesquisa, vi que uma das primeiras providências do prefeito (um médico), eleito em 2005, foi mandar derrubar todas as árvores da praça principal e outras plantas da cidade, com quase vinte anos de existência, as quais faziam sombra para a população e, especialmente, para os alunos que ficavam na praça esperando o transporte para Patos. Ele mandou plantar figueiras, naquela praça da cidade. Essa foi uma iniciativa que deveria ser analisada e discutida nas escolas .

Dois meses depois, uma professora disse que, em dezembro, haveria curso sobre EA, nesse município. Visitei a secretaria e os professores, pois há entre o grupo duas que trabalham em um assentamento que não é acompanhado pelo MST e, por esse motivo, não continuamos o acompanhamento. Falamos de nossa pesquisa e nos colocamos à disposição para ajudar, por ser o meu município de origem e perceber que muito ainda precisava ser feito para melhorar a educação rural.

Nesse município, já houve um curso de Instrumentalização de Multiplicadores em Educação Ambiental, em maio de 2000, ministrado pela Universidade Aberta do Nordeste (JFC,UECE,UVA,UFRN, ESAM, agora é UFRSA - Universidade Federal Regional do Semi-árido, FUM,UFPE,UFPB,UFBA,UFRPE,FUFPI,UFS). Só que, dos trintas professores e professoras presentes no planejamento, no dia vinte e seis de fevereiro de 2005 e fizeram o curso, só cinco se lembraram de que há cinco anos participaram de um curso de vinte horas sobre EA o que pode demonstra com isso pouca continuidade do tema e de cursos neste município.

Mas, segundo alguns do grupo, pouco também tem sido colocado em prática nas escolas sobre a temática. Esses cursos de formação em EA precisam também ser contínuos, pois existem novos conhecimentos, novas leis, muitas informações que precisam ser discutidas e trabalhadas permanentemente nos cursos de formação, caso contrário, isso passa despercebido, como no exemplo acima citado.

A educação do MST, na Paraíba e em outros Estados, também vem trazendo a EA para suas áreas de assentamento, via produção individual e coletiva, via saúde e via associações, entre outras. Em suas escolas, alguns passos estão sendo avançados, a exemplo da escola do assentamento Patativa do Assaré, em que as crianças já estão liderando campanhas sobre como cuidar do meio ambiente, através de apresentações de peças de teatro de bonecos, levantando discussões com os pais e a comunidade em geral, assunto que será registrado no decorrer do trabalho.

Vencer a pouca escolarização é uma luta permanente nos assentamentos. O trabalho de educação é uma atividade política importante para o processo de produção e reprodução que considera o conhecimento partindo deste realidade.

A escola, no movimento, é parte integrante da vida e do conjunto da organização das famílias em seu planejamento e administração. Ela tem, entre seus objetivos, o de desenvolver a consciência crítica dos alunos, através de conteúdos que os levem à reflexão, partindo da sua realidade, ampliando sua visão de mundo, para questionar o discurso oficial desde o acampamento, com as escolas itinerantes, e continua com o ensino básico. Nessa demanda de escolarização alternativa no meio rural, o MST tem criado, com o apoio das instituições de ensino, vários cursos no decorrer dos anos, como em 1990, em Braga, no Rio Grande do Sul, o primeiro curso do magistério; em 1991, em Hulha Negra - Rio Grande do Sul, o Projeto de Educação de Jovens e Adultos - EJA, contando com a presença de Paulo Freire em sua abertura.

Diante desse contexto, percebo que a educação das áreas de assentamento está, em alguns sentidos, bem mais avançada no tocante à EA. Mas o processo é lento e existem, da parte do movimento e dos professores e professoras, ações que marcam e diferenciam as escolas do MST das outras escolas também na forma de participação e intervenção deles nos cursos, perguntando mais e reivindicando seus direitos e tentando cumprir com seus deveres.

Para a construção de um novo saber, é necessário que se considere o desenvolvimento teórico baseado na revisão participativa e contínua das práticas, com a intenção de construir sujeitos políticos, refletindo sobre o ato educativo e a criação de espaços de democracia cidadã.

CAPÍTULO IV

DESVELANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS ASSENTAMENTOS

Neste capítulo, o meu objetivo é analisar a política do MST para as áreas de assentamentos, através de um questionário respondido por representantes de 19 Estados, num total de cinquenta e três pessoas.

São pessoas bem preparadas politicamente alguns participam como dirigentes estaduais e da coordenação nacional do MST.

A maioria concluiu o nível científico, um número grande, com magistério, o que significa pessoas que são qualificadas em nível técnico para assumir sala de aula desse curso.

Alguns fizeram aqui na Paraíba o curso técnico em Magistério, promovido pelo próprio movimento, com apoio de instituições de Ensino Superior, realizado no Campus de Bananeiras pela UFPB.

Com relação ao grau de instrução, dos cinquenta e três, todos terminaram o nível médio nos seguintes cursos conforme a figura a seguir:

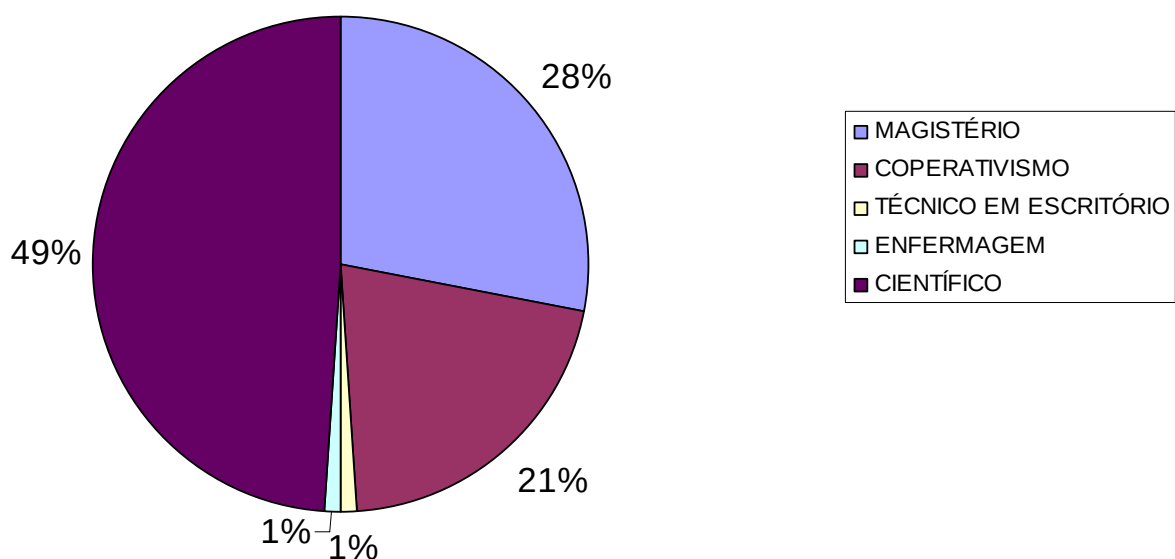


FIGURA Nº 1 GRAU DE INSTRUÇÃO

O grupo que participa do Curso de História para os Movimentos Sociais do Campo tem um senso crítico avançado e já vinha tendo algumas práticas e estudos teóricos com relação aos problemas ambientais. Na discussão desse curso, foi combinado que tratariam da EA no decorrer do processo, segundo depoimento de Jonas Duarte da Costa professor que faz parte da comissão organizadora do referido curso.

Além do curso que tratou da EA, como o tema transversal, as questões da política de conservação da natureza estão presentes na luta pela reforma agrária, que é também uma luta pela vida. Isso está escrito nos princípios do MST e ressoa na fala dos representantes, com mudanças na cultura de muitos assentados e assentadas para cuidarem da terra, procurando conservá-la para ter uma melhor qualidade de vida, tentando garantir um espaço saudável às futuras gerações.

Observamos que o processo é lento e exige uma percepção diferente, como bem afirma Latour:

o que todos reclamam entre si: dirigir, enfim, uma política da natureza; modificar, enfim, a vida pública para que ela leve em conta a natureza; adaptar enfim nosso sistema de produção às exigências da natureza; preservar, enfim, a natureza, contra a degradação humana, por uma política prudente e durável. Brevemente, sob formas múltiplas, freqüentemente vagas, por vezes contraditórias, trata-se muito bem, desde já, de fazer entrar a preocupação com a natureza na vida pública. (Latour, 2004 p.12)

Pelo que percebemos, essa visão de modificar a vida pública, para que ela leve em conta a natureza, é uma busca que vem sendo construída durante o processo; a caminhada é lenta e não depende de um só fator ou dos movimentos sociais sozinhos. É preciso também um projeto de sociedade que resgate na cultura a não degradação humana, dando um novo sentido à vida e fazendo entender a preocupação com a sociedade como um todo, e em particular, com a natureza. O mestre Paulo Freire afirma:

Não há, portanto, como admitirmos a existência de um homem totalmente não comprometido diante de sua "circunstância". É condição de sua própria existência o seu compromisso com essa "circunstância" em que inevitavelmente recebe cores diferentes (Freire, 1959, p.9)

Quem bem definiu essa preocupação do MST foi um dos seus coordenadores nacionais, Ciro Correia que é agrônomo e coordenador do setor de produção e sementes,

da campanha de preservação e multiplicação de sementes crioulas, que foi questionado sobre a política de meio ambiente no movimento. Entrevistado por mim conforme citei na metodologia, ele comenta:

A luta pela reforma agrária é entendida também como a luta pela defesa da natureza e do meio ambiente equilibrado e sustentável, pois entendemos que a equidade e igualdade nos direitos de acesso aos recursos naturais é premissa básica para o desenvolvimento do ser humano. Portanto, na concepção do MST, combater o latifúndio é defender o meio ambiente e a conquista da terra representa a retomada da vida da mesma.

A figura nº 2 mostra a distribuição dos respondentes pelos setores no qual eles participam na estrutura do MST por setores, onde vemos a valorização da educação com um percentual acima de cinquenta por cento envolvidos com educação.

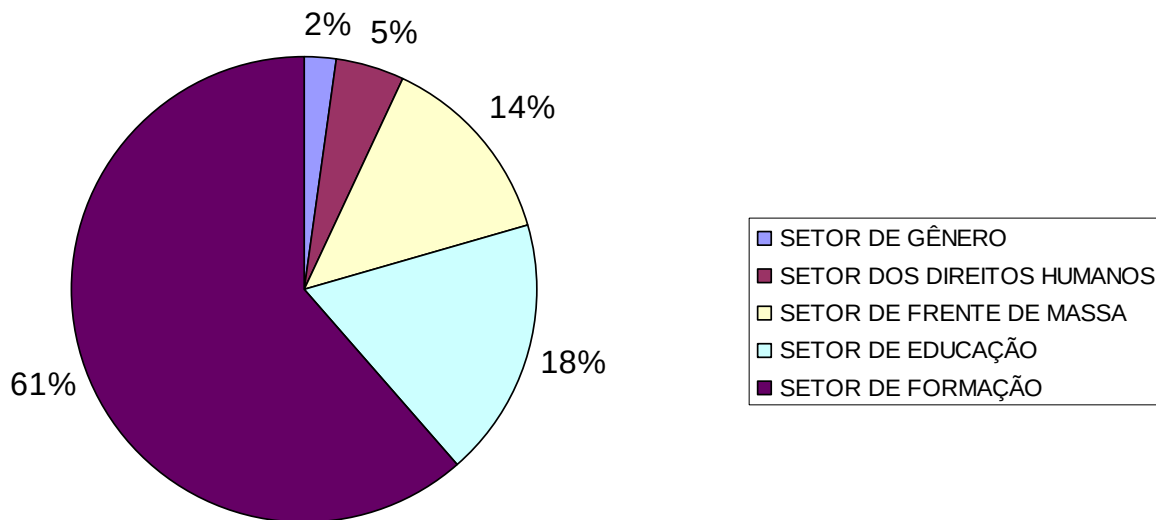


FIGURA Nº 2 DISTRIBUIÇÃO DOS REPRESENTANTES PELOS SETORES

comissão para reivindicar e organizar escolas nos acampamentos e assentamentos;

Na luta pela defesa da natureza e do meio ambiente, pode ser percebido, pelo investimento na educação no MST, que dessas cinquenta e três pessoas que responderam ao questionário e estão fazendo o Curso de História para Movimentos Sociais no Campo, a maioria são participantes do setor de formação e educação e vem se dedicando ao movimento, em especial, ao estudo; participam dos cursos de formação que são feitos periodicamente nas chamadas escolas sindicais que, em 1990, passaram a ter

espaço próprio, chamado Escola Nacional para a Formação com estudos sobre a conjuntura e temas que envolvem a política nacional

Desse grupo, a maioria pertence ao setor de formação e educação, que forma comissão para reivindicar e organizar escolas nos acampamentos; às vezes, são também professores e professoras nas áreas ou da direção de escola.

Um número dos que responderam ao questionário está distribuído no setor de frente de massa, formando grupos de famílias, e com a realização de trabalhos de base e conscientização que se desenvolvem no acampamento, nos enfrentamentos, nas manifestações, nas negociações, na conquista pela terra. Esse setor possibilita a travessia das pessoas que estão fora, para dentro do MST, fazendo uma política que se preocupa com as questões pontuais e as negociações.

O Setor de Secretaria em conjunto com as relações públicas faz os contatos com a imprensa, divulga o jornal do movimento, e faz as suas publicações, que registra os acontecimentos e a memória do movimento.

O setor dos Direitos Humanos se envolve com as questões dos direitos do cidadão.

Na questão de gênero, há também um setor atuando no movimento com trabalho com as mulheres nos assentamentos. Na Paraíba, há uma pesquisa interessante mostrando o diagnóstico sócio-econômico das mulheres nos assentamentos da Reforma Agrária, no Semi-árido do Cariri Paraibano, com a realização do Centro da Mulher 8 de março e Cunha Coletivo Feminista, publicado em março de 2004. Mesmo assim, há necessidade de mais publicações sobre essa questão na academia.

No que concerne ao Setor de saúde, discutem-se os cuidados preventivos e o uso dos medicamentos naturais entre outras questões.

Há um Setor de Cooperação e Meio Ambiente, que foi recentemente criado, a partir das últimas exigências do próprio movimento, mostrando a necessidade de se tratar do meio ambiente, partindo da produção nas cooperativas de alimentos e de seleção de sementes, conforme continua acrescentando o coordenador nacional Ciro Correia:

O MST tem conseguido desenvolver um conjunto de ações, propostas e programas que apontam para uma perspectiva de mudança de modelo

tecnológico e da realidade sócio- ambiental das famílias assentadas. Atualmente, principalmente a partir de 1997, conseguimos desenvolver centenas de experiências bem sucedidas na temática comentada, podendo citar com maior visibilidade a do Pontal do Paranapanema, a da Bionatur, o arroz orgânico, soja orgânica, dezenas de hortas orgânicas, feiras ecológicas, viveiros, cursos técnicos em agroecologia, cursos de agronomia coordenados pelo MST, com enfoque agroecológico, etc.

Nos princípios do movimento, são garantidas várias preocupações com a natureza, as quais são vividas no dia-a-dia do MST e construídas no processo de conscientização, segundo o coordenadores acima citado:

Ao longo do processo de construção do MST, fomos também desenvolvendo, construindo, nos conscientizando da importância de desenvolvermos um modelo de produção agrícola, que fosse adequado ao meio ambiente, responsável com as gerações futuras, e que resultasse em produtos saudáveis. Dentro do MST, como um todo, esses princípios e preocupações foram sendo construídos e estão até hoje num processo permanente de conscientização. Então, no dia -a- dia do assentado, nossos militantes, nossos técnicos e as lideranças procuram desenvolver um trabalho de conhecimento, de conscientização. E em cada local, as reações e adoções são diferenciadas. Até porque, enquanto nós fizemos um trabalho de conscientização, os capitalistas, o mercado, o senso comum fazem um trabalho contrário, introjetando no camponês a idéia de que o principal é aumentar a produção, é ganhar mais dinheiro, sem se importar com as conseqüências para o meio ambiente. É e será uma luta ideológica permanente.

Na conscientização refletida por Freire(1997), vejo que há uma tendência à participação, uma participação de que implica uma tomada de consciência (p.55).

4.1 A representação de EA e meio ambiente dos/as educadores/as

Quando lhes foi perguntado o que vinha a ser EA, 39,62% demonstraram ter uma visão de EA crítica para sociedades sustentáveis Segundo Dias (2003) e Sato (2002), nessa tendência, as origens, causas e conseqüências da degradação ambiental se dão através de uma metodologia interdisciplinar, visando a uma nova forma de vida coletiva; 33,96 % deles/as são conservacionistas, demonstram um caráter de lutas conservacionistas, preservação da fauna e da flora ...e 16,98% tinha a visão da EA Biológica a qual dá destaque à ciência e biologia por fim 9,43% demonstram que EA está ligada à política, em que há vinculação à questão de natureza política, uma consciência

equilibrada tendo a ver com a tendência à EA crítica, cujo objetivo é ir desconstruindo as realidades socioambientais, visando transformar o que causa problemas, o que permite o entendimento e a intervenção de todos, observando-se a preocupação dos indivíduos e da comunidade.

Tendo em vista a prática de cidadania e de vida, o que significa conceber a EA voltada para sociedades sustentáveis e encorajar o surgimento de um novo modelo de sociedade, várias indicações foram feitas, como a de conservar a natureza, numa visão conservacionista, como já foi citado acima, adotando-se comportamento de conservação, com projeto de gestão/conservação, mantendo com ela uma relação correta, harmônica, respeitando o meio na relação do homem com a natureza, e ainda a tendência da EA biológica, que enfatiza aspectos da biosfera e da ciência pela sobrevivência, considerando a sobrevivência da espécie humana, o respeito ao meio e o conhecimento produzido.

Para esses/as, a EA é um processo que passa pela conservação e preservação da natureza e do meio ambiente, na escola e na comunidade, numa visão conservacionista e política. Para alguns, é conscientização das questões ambientais, sendo consciência equilibrada, para se respeitar o meio.

Daqui em diante as pessoas que respondem vão serem identificadas por nomes de planta porque combinei com eles que não precisavam se identificarem ao responderem o questionário. Vejamos, então, algumas definições de EA que elas expressam:

É o trabalho educativo de prevenção, ou seja, preservação desde o primário às demais séries escolares, juntamente com a comunidade. (Pitomba);
Preservar a natureza e aprender a conviver em harmonia com ela (Pião);
é a maneira de discutir e pensar ações concretas que venham recuperar e preservar o meio em que vivemos (Catuaba);
é a maneira de discutir e pensar ações concretas que venham recuperar e preservar o meio em que vivemos (Canapu).

As definições acima são analisadas por Sauvé (2005), como percepções conservacionistas de que algo vai ser feito para conservar o meio ambiente, que    um recurso a ser bem cuidado.

   a conscientiza     das pessoas acerca desta quest     que envolve todas os habitantes do planeta (Pitomba);
o estudo debate, troca de informa     sobre a quest     ambiental. Nossa interven     com o meio ambiente e as conseqüências (Pinha);
tudo que fazemos para preservar a vida do homem e a vida do meio que ele vive (Pereiro);

saber usufruir da mãe natureza, preservando a diversidade da vida (entre a nossa) que tem que nos presentear (Cumaru);
é a maneira de discutir e pensar ações concretas que venham recuperar e preservar o meio em que vivemos (Catuaba).

A EA é apresentada como objeto a ser conservado, recuperado, discutido, pensado, tendo conhecimento com a natureza, que é fonte de vida para todos, numa visão conservacionista.

É Ruscheinskys quem busca uma ação pedagógica identificadora da relação inovadora que critique a sociedade de risco, reconhecendo os habitantes mais próximos da natureza, que não, é em princípio, o modelo mais adequado para se relacionar com o meio ambiente:

Na busca de uma ação pedagógica, que possa identificar-se como inovadora, que contemple uma crítica à sociedade de risco, não há espaço para o retorno à natureza como se fosse possível um retorno ao passado ou recuperar aspectos que foram extintos pelo desenvolvimento. De outro lado, cabe reconhecer que os habitantes que permanecem mais próximos da natureza, seja por vocação, seja por destino, ainda não se constituem em princípio como modelos e referencial inconfundível de relacionamento mais adequado com o meio ambiente (Ruscheinskys, 2002, p.74)

Reigota (2001.a) parte do que não é EA: "Não se trata de garantir a preservação de determinadas espécies animais e vegetais e dos recursos naturais, embora essas questões sejam importantes. O que deve ser considerado prioritariamente são as relações econômicas e culturais entre a humanidade e a natureza e entre os homens". As atitudes em EA são possíveis, a partir de elementos de sua cultura, apropriados com nova visão, em que se consolida a produção do próprio sujeito que se apropria de sua realidade por meio da ação coletiva, tendo como base um processo de mobilização, reflexão e ação. Para o MST ,

é trabalhar a educação dos trabalhadores a partir da alfabetização dentro do estudo da luta de classes(Cipó Caboclo);
estudar a relação homem versus natureza verso sobrevivência (Amargoso);
é o trabalho feito com nossas crianças e comunidade sobre a importância do meio ambiente para todos nós (Gitirana);
são atividades que possibilita uma maior compreensão de como se trabalhar questões ambientais(Flor de Cera);
é uma área teórica e prática sobre preservação do meio ambiente(malissa).

A EA, para Sato (2003), é um processo de reconhecer os valores, clareando os conceitos, tendo como objetivo desenvolver habilidades modificando as atitudes a respeito do meio ambiente, entendendo as interações entre humanos, suas culturas e meios biofísicos. E relaciona-se também com a prática das tomadas de decisões e a ética, que conduzem para a melhoria da qualidade de vida.

Na abertura do Curso de História para educadores do campo, reproduzo uma fala gravada de Stédile coordenador nacional, opinando sobre a EA, que é a seguinte:

Estamos fracos, muito atrasados, a nossa prática ainda é muito aquém da vontade, há um problema, nós sempre procuramos desenvolver uma consciência, mas eu digo que é um longo processo.

Outro enfoque presente nos questionários foi a EA numa visão antropocêntrica e como Gaia, sugerindo a consciência ou conscientização e o incentivo ao trabalho coletivo. Vejamos como essa questão é abordada:

Trabalhar a consciência dos trabalhadores de que é preciso preservar(Pião Roxo);
prevenir e cuidar para que o meio, a natureza possa continuar servindo a humanidade(Mamuarana);

É a conscientização das pessoas acerca desta questão que envolve todas os habitantes do planeta (Jurema Preta);

E Conscientização do povo sobre toda a importância que nos trazem, fazendo trabalho coletivo, nas nossas áreas usando muitos cartazes(Favela)

E apresentam ainda a vida ligada ao ambiente:

É ter consciência da importância de preservar natureza como um ser vivo que ela é (Caatingueira);

é Conscientizar em todos os aspectos sócio, culturais a importância da vida ligada com o ambiente (Juazeiro).



5 - Figura do arquivo pessoal -a professora no assentamento Patativa do Assaré, uma mãe e alguns alunos - 2005

As duas professoras do Assentamento Patativa cursaram o pedagógico, têm oito anos de experiência; o professor de EJA é da coordenação de educação do MST, fez curso científico e tem preparação para o magistério via cursos e encontro de educação do MST.

Em entrevista gravada no dia vinte e nove de fevereiro de 2005, uma das professoras "Malissa" afirmou com relação à meio ambiente no assentamento, o seguinte:

no ano passado, foi planejada a aula com o setor de educação do MST, sobre o ambiente foi trabalhado o tema lixo, queimadas, desmatamento e água. A agente mobilizou para tirar o lixo. Nas atividades extra sala de aula além da coleta de lixo eram feitas palestras e usados textos.

E nos depoimentos registrados sobre meio ambiente, os assentados e assentadas afirmam:

Eu aprendi que meio ambiente é tudo aquilo que está ao nosso redor. Que seja natural ou artificial. Que a natureza é muito importante, mas se não tiver cuidados, ela acaba (Catuaba)

Nessa percepção, o meio ambiente é apresentado como objeto de valor. É preciso desenvolver um sistema ético em que o meio ambiente seja um meio para se dar prova de um sistema ético, levantando crítica de valores sociais.

Me conscientizei da responsabilidade como professor, de repassar os companheiros não só na sala de aula, mas nas reuniões, o compromisso que cada um tem de preservar e conservar o meio ambiente, pois tudo isso faz parte do dia-a-dia de nossas vidas. (Mororó).

Essa concepção acima apresentada foi definida por Saúve(2003) como a concepção de ambiente como sistema, em que é preciso compreender as realidades ambientais, tendo em vista decisões apropriadas para sustentabilidade pensada, para promover uma percepção de reflexão dos aspectos sociais e do meio ambiente.

Aprendi também como tratar as florestas e matas da caatinga. Que não é fazendo queimadas e, quando cortar uma árvore, plantar outra no lugar. Enfim, ganhei muitos conhecimentos sobre o meio ambiente (Louro).

E analisando as categorias, Sauvé (2003) aponta a corrente humanista em que   apresentada a EA como meio de vida.

A compreensão de outra professoras do Assentamento Patativa do Assaré sobre meio ambiente   de lugar simples, "*o lugar que a gente vive*". Ela não se preocupou em alongar a resposta, até parecia tímida, por conta de estar sendo gravada a entrevista. Em rela  o ao que entende sobre EA, ela respondeu: "EA   trabalhar sobre o meio ambiente."

O meio ambiente, para uma professora de EJA no Assentamento Padre Acácio,   o lugar onde a gente vive.

Segundo Sauvé, nessa concep  o, o ambiente   apresentado como lugar para viver. a outra diz: "Para mim,   tudo", de maneira a incluir o total, o todo desenvolvendo, as múltiplas dimensões de seu ser em intera  o com o conjunto de dimensões do meio ambiente (Sauvé, 2003).

Percebo que a EA ainda   vista mais como coleta, seletiva e reciclagem de lixo, por essa professora, de acordo com o exposto acima.

Para uma dessas professoras, ambiente pode ser conceituado como sobrevivência saudável,   onde se vive. Ambiente, na análise de Sauvé,   entendido como

lugar para viver, "*é o local onde a gente vive, se ele está sendo um ambiente, saudável ou não*". (2003, p.42)

Ao perguntar à outra professora do Assentamento Patativa se trabalhava com EA, ela afirmou que sim e disse que quem a orientava eram os cursos do movimento:

Quando a gente vai planejar, já inclui o assunto. A gente trabalha em sala de aula com os alunos, através de cartaz, também trabalha fora da sala de aula mais é mais difícil, tem que haver preparação e um bom planejamento (Malissa).

No seu entendimento sobre o que é EA, ela enfatiza: *é a gente trabalhar com às pessoas mostrando o que é certo e as vezes mostrando como a gente deve fazer no ambiente*, considerando a conotação social do que é certo ou errado.

Quanto perguntada sobre qual o momento em que trabalhava em sala de aula a EA, a professora "Jurema Branca" disse:

não tem um momento específico para trabalhar com EA, é o momento que surgiu na sala de aula, acontecendo de maneira interdisciplinar sem ser em uma aula específica, mas planejando suas aulas, servindo-se de textos e aulas extra-sala, com coleta e reciclagem do lixo nos arredores da escola.

Procurando saber o que foi trabalhado na escola, percebi, pela fala de "Malissa", que as aulas partem de problemas ambientais do assentamento, no assunto de ciências e em datas comemorativas, dentro de um plano de educação libertadora e tradicional. Isso, na prática, segundo ela, acontece assim:

Discutem as queimadas, a água e o açude. Vai de acordo com o assunto, também a maioria das vezes em ciências, mas se tiver em outra ocasião que seja, pode ser na semana do meio ambiente, a gente já trabalha.

Ela avalia que a EA no assentamento é aprendizagem e acontece como um processo que tem muito ainda o que melhorar, reforçando uma fala de Stérdile neste trabalho, em que ele considera estar fraca a EA, mas tem clareza de que é um processo cujos resultados são lentos e para serem vividos de forma massiva com as futuras gerações.

4.2 EA na zona rural no município de Patos

As professoras e Osman Batista subsecretário de Educação do município de Patos, ao qual as professoras pertencem, solicitaram uma oficina ou curso com informações sobre EA. Em resposta, agendei uma pequena contribuição para ministrar uma oficina de teatro de bonecos e EA, que já venho trabalhando em outros espaços, porque senti que deveria dar essa contribuição nesse momento, pois estava morando naquele município e poderia contribuir para uma prática criativa e dinâmica, trabalhando também com um pouco de teoria e prática na formação dos/as professores/as.



6 - Figura do arquivo pessoal - No centro, o prefeito de Patos; do lado direito, uma coordenadora e a pesquisadora; a esquerda do prefeito o secretário de educação e uma representante dos/das 30 educadores/ras da zona rural de Patos -PB

Para Sato uma pesquisa em EA pode ter tradição, mas também pode revirar pelo avesso toda a estrutura íntima de seus planos, pois pode gerar possibilidades infinitas de versatilidade, dentro e fora de uma conjuntura analógica da vida. Senão vira modismo, explica-se como ultima fase da intelectualidade "fashion" morre ali, como um herói de puro sangue bem sucedido. Torna-se estática em assuntos dinâmicos.

Não consegui ficar estática diante das solicitações das interessadas e pela necessidade devido à carência das professoras e dos professores. Já no momento inicial das visitas, esse desejo foi verbalizado e resolvi aceitar porque, depois, ficaria mais difícil para articular esses (as) professores/as nos assentamentos do MST, inclusive de outros dois municípios vizinhos, e outros da zona rural de Patos, no total de 30 pessoas presentes, já no primeiro encontro, no dia trinta e um de março de 2005.

Nosso objetivo, com a oficina de teatro de bonecos, que teve como título: A arte de educar com bonecos na EA, era chamar a atenção para esse trabalho nas escolas, discutindo o significado de ambiente, a partir do que os/as professores/as entendem, contando um pouco da história da EA no Brasil.

Na confecção de bonecos para o teatro, discutimos o que significa tirar alguns materiais da área rural e dar-lhes uma nova utilização, como foi feito com as garrafinhas plásticas. As cenas se desenrolaram a partir dos temas: água, ar, queimadas, plantio, veneno, reflorestamento, fome, carvoeira, lixo e outros citados nas falas dos/as professores/as.

Esse trabalho utiliza material de fácil acesso, quase todos reutilizados, tais como a garrafa pet, o jornal usado, papelão, cordão, roupas usadas, bucha vegetal, cola feita de goma (grude) ou outra qualquer, tinta guache e tinta lavável.

Os problemas ambientais eram discutidos, partindo-se da sala de aula e de sua comunidade, mostrando quais são os motivos que os fizeram existir e as possíveis saídas para os problemas. O trabalho foi encerrado com ensaios e as apresentações de cenas no final da oficina, com os temas geradores extraídos dos exemplos do próprio grupo ou sugeridos por mim, se houvesse necessidade, dentro da realidade dos alunos. É solicitado então que os professores repassem tudo para os colegas, inclusive para os da zona urbana que não participaram daquele momento.

Iniciei o encontro com os/as primeiros/as professores/as que estavam já esperando e depois continuei com a oficina, porque o tempo era pouco. Só pela manhã, expliquei os motivos do meu trabalho nas áreas de assentamento. Estavam presentes duas professoras dessas áreas, e pedi que elas se apresentassem e falassem o que era, na sua concepção, EA e ambiente. Pedimos para gravar suas falas, que são as duas primeiras das professoras dos assentamentos, com nomes de plantas da região, e o restante, de algumas

das professoras e dos professores rurais do município de Patos, para quem também uso o nome de plantas e analiso as falas das professoras: Para uma professora EA é cuidar do meio ambiente, é dar solução, não destruir as árvores, limpar os rios, os açudes, demonstrando adotar comportamento de conservação. (Sauvé 2003).



7- Figura do arquivo pessoal - segundo encontro com as professoras de Patos e do assentamento Patativa do Assaré- 2005.

No grupo de professores/as, a grande maioria nunca tinha participado de cursos que tratassem da EA, mas alguns já haviam feito oficina de teatro de bonecos. Uma professora, na avaliação final, afirmou que já havia feito um curso de EA em 1996, e sua expectativa era dar continuidade às informações com a produção da oficina. No grupo, percebi que era necessário trabalhar mais com aquele/as educadores/as, além do pedido do subsecretário, que estava articulando um grupo de profissionais das áreas de: Engenharia Florestal, e Agronomia e, com eles, reativou recentemente a Secretária do Meio

Ambiente, já depois de nossa pesquisa, e disse que, a partir daquele dia, iria dar destaque a essa problemática.

O grupo da Secretaria do Meio Ambiente do município de Patos também solicitou uma oficina de teatro de bonecos e EA, pois essas pessoas do grupo também são professoras e disseram precisar desse recurso para formar outros educadores e educadoras, lideranças comunitárias, ONG,s que já trabalham na área urbana. Continuamos o trabalho interligado com as duas secretarias, o que não deixava de ser um desafio.



8 - Figura do arquivo pessoal- professores da zona rural de Patos -PB no final da oficina de Teatro de bonecos e EA

Uma professora da zona rural de Patos que, segundo um depoimento já havia feito um curso de EA há três anos atrás, foi convidada por mim para juntas, continuarmos o trabalho com as/os educadoras/os do assentamento e de outras localidades rurais que demonstrassem interesse em aprender mais, expressando interesse por livros de literatura infantil que tratassem do tema. Levei alguns livros e organizei uma rotatividade dos que tinha emprestado, procurando ajuda da secretaria para comprar outros.

Continuamos o curso com leituras de textos situando o histórico, os conceitos e os objetivos da EA, procurando sempre envolver uma professora que disse ter curso na área na coordenação dos trabalhos, até terminar o acompanhamento; depois o grupo deveria continuar estudando sozinho e desenvolvendo atividades que trabalhassem os conhecimentos, o comportamento, as competências e a conscientização, colocando as questões sociais, culturais e éticas nos problemas ambientais.

Nosso trabalho continuou a partir de um planejamento no dia onze de abril 2005, porque percebi que seria importante para aqueles educadores a valorização do seu saber, envolvido-se nesse trabalho. Esse seria o momento da nossa contribuição, atuando com uma metodologia participante

Ruscheinsky defende a construção social e ambiental da realidade mostrando que a conscientização é um elemento integrador, que incorpora elementos da sustentabilidade:

é a sua própria conscientização, que acreditamos ser possível a essa categoria ser um elemento integrador na rede da vida, de forma a qualificar a sua atividade com significado do embate das questões ambientais. Para uns, isso significa usufruir de uma ação histórica harmônica e equilibrada ambientalmente, para outros uma perspectiva que contemple uma dinâmica no relacionamento homem/natureza, que incorpore a idéia de sustentabilidade, reversibilidade (Ruscheinsky, 2002, p. 76).

Em algumas respostas há indicação que as pessoas deveriam ter consciência para cuidar da natureza através da EA. Essa percepção tem que ser apresentada com cuidado pois segundo Freire ninguém conscientiza ninguém, as pessoas se conscientizam em comunhão umas com as outras.

No movimento os hábitos e valores culturais devem ser trabalhados e revistos no individual e no coletivo, junto com os valores e a nova ética ambiental defendida por Pelizzoli:

... na busca do pensamento para a nova Ética e Educação (Ambiental), a importância é também dialógico-crítica, postura de Paulo Freire, sempre fundamental para nosso contexto latino -americano: uma educação libertadora com uma pedagogia em que o oprimido tenha condições de descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua destinação histórica, para superar a pedagogia da dominação (2002, p.179).



Figura do arquivo pessoal - oficina de Teatro de bonecos com as professoras da zona rural de Patos- PB.

4.3 Teatro de bonecos na EA: a participação da comunidade

Percebi que estavam procurando por minha contribuição, quando uma das professoras sugeriu: *"Seria bom trazer alguém de fora para também trabalhar com o grupo, todo mundo unido e reunido discutindo."* E perguntou se eu não podia ajudá-las/os. Fiquei pensando e, depois da oficina de teatro de bonecos, que ministrei com todos os professores da zona rural, decidi que iria contribuir com aquele assentamento, fazendo um acompanhamento mais sistemático, repassando os conteúdos e a oficina para a professora que estava com um bebê e não pôde comparecer ao nosso encontro, e para o professor que não pertencia ao quadro de educadores/professores da rede municipal, mas que gostaria de poder conhecer mais sobre a EA e a própria comunidade.

Então, fui percebendo pequenas mudanças na cultura local, com as visitas, almoço e pude conhecer de perto as experiências com o adubo produzido com minhoca, sendo contadas por um dos trabalhadores que assumiu o projeto junto com um professor da UFCG do Campus da Patos, e outros companheiros. Ele foi um dos nossos guias nas visitas às outras áreas de assentamento.

Realizamos, também, para os/as alunos/as, seus familiares e outros interessados/as da escola, no Assentamento Patativa, uma oficina de Teatro de Bonecos. Esse trabalho teve resultados positivos, pois, através da apresentação do teatro de bonecos para a comemoração do dia das mães na escola, as crianças questionaram os problemas ambientais do assentamento, havendo momentos fortes de apresentação e diálogos entre os personagens criados pelas próprias crianças e pessoas da comunidade sobre o uso da água, do lixo e de condições gerais do ambiente.

Transcrevo agora os ensaios para as apresentações do teatro de bonecos. São cenas apresentadas por alunas/os na faixa etária entre 09 e 14 anos, que fizeram o seu próprio boneco com os materiais reciclados recolhidos nas proximidades do assentamento e na escola .

O tema para a cena era poluição das águas. Tudo acontecia entre duas donas de casa, que se encontravam no açude, e uma reclamava da outra porque estava poluindo as águas do açude:

Maria: O que você está fazendo Joana?
Joana: Lavando roupa aqui.
Maria: E por que você está lavando aqui?
Joana: Por que eu sempre lavo.
Maria: Você faz mal usar essa água, eu já falei pra você. Sabia que a gente bebe desta água?
Joana: Sabia não.
Maria: E por que você faz isso? `As vezes a gente polui a água, mas a gente não sabe as conseqüências que a gente vai sofrer, então por isso não poluam mais a água, Tá bom? Tá, tchau... [A platéia bateu palmas].

Um destaque importante para esse trabalho foi que esses alunos, crianças do assentamento, demonstraram nessa oficina e nas apresentações um nível alto de conhecimento sobre atitudes a serem tomadas para manter a EA no local, surpreendendo-me porque, para as cenas, foi somente indicado por elas quais eram os problemas ambientais; e o resto elas criavam, e nos discursos, alguma lição foi passada.

Joana: Muita gente consome as coisas dentro de casa com preguiça de levar lá fora. Então por isso minha gente eu digo, não deixe juntar lixo na casa, não deixe cair lixo nas encostas dos rios, nas barracas, nos açudes, que a gente dele tira água de beber.

José: É verdade.

Joana: José você sabia que muita gente joga veneno nas plantas.

José: Não.

Joana: José isso queima as plantas, não dá preservação natural das plantas. E muitas plantas são o nosso alimento, como: feijão, milho, arroz e até batata. Tudo isso a gente preserva, mas tem gente que não preserva e então o que fazer ? José: Deve cuidar. Vamos cantar nossa música.



10 - Figura do arquivo pessoal - participaram da oficina a mãe, à esquerda, filha, no centro, avó, à direita e o texto criado abaixo é da filha. .

Todos cantam a música FLORIÔ:

ARROZ DEU CACHO E O FEIJÃO FLORIÔ.
MILHO NA PALHA CORAÇÃO CHEIO DE AMOR. (BIS)

Povo sem terra faz a guerra por justiça/
Visto que não tem preguiça esse povo de pegar/
Cabo de foice também cabo de enxada/
Pra poder fazer o seu rogado e o Brasil se alimentar

Com sacrifício debaixo da lona preta/
Inimigo fez careta mas o povo atravessou/
Rompendo as cercas que cercam a filosofia/
De ter paz e harmonia para quem planta o amor
...Obrigado Gente. (Palmas da platéia)

No final de cada cena, havia um pequeno debate entre a platéia e todo o grupo sobre o problema apresentado pela cena. No caso acima foi discutido o veneno na plantação e buscadas saídas para a situação melhorar. A letra da música serve de reflexão para a EA.

José: Vai tomar banho hoje no açude ?

Pedro: Não, o açude não, porque não pode tomar banho, pra não poluir a água, é de nós beber..

José: Poluir ! Aonde, lá no açude?

Pedro: Sim. Agora não pode tomar banho só pode quando começar a chover

José: É mesmo, né?

Pedro: Vamos embora.

José: Bora, Tchau.

Sobre a participação dos alunos, percebo que eles são curiosos e participam



11 - Figura do arquivo pessoal - alunos que criaram e apresentaram a cena acima

ativamente desse processo. Eles chegam em casa, fazem os comentários sobre o tema, mas é preciso ter a família como uma forte aliada do trabalho. Realizamos o trabalho em conjunto,

12- Figura do arquivo pessoal- Oficina de Teatro de bonecos no Assentamento e ensaio com todo o grupo de alunos as professoras e merendeira.

e as mães e pais participaram e discutiam, anos cada apresentação. A professora e uma aluna apresentaram também esta outra cena:

Ângela: Bom dia.(a professora construiu este personagem)
Meu nome é Angela, tudo bom?
Platéia: Tudo bom.
Carla: E aí gente, aí tá tudo em cima?
Platéia: Tá.
Ângela: Olhe, a minha vizinha ali pegou uma carroça de lixo e foi jogar ao lado da minha casa, isso tá certo ?
Platéia: Tá não.
Ângela: Eu vou chamar minha colega pra perguntar essa história.
Carla: Olhar?
Platéia: Olha.
Angela: Olhe, foi essa aí que jogou o lixo lá detrás da minha casa, isso tá certo gente?
Platéia: Não.
Ângela: O que vai acontecer agora ?
Platéia: É uma vaia que nós vamos dar agora nela. (vaiando o personagem)
Ângela: Olhe, vocês não joguem lixo lá mais não, porque ontem à noite eu quase não dormia com tanta muriçoca, mosquito da dengue por conta da água que fica acumulada, viu?
Platéia: Viu.
Ângela: Olhe, da próxima vez, Carla, você pega o lixo, escolhe o que pode tirar e usar reaproveitando, como as garrafinhas para fazer bonecos, e o resto queima, fica combinado assim, não é gente, vai ficar tudo limpo agora.
Platéia: Isso, valeu. (palmas)

A professora comentou que, com o teatro de bonecos, as mensagens são passadas de forma criativa sem cansaço, podendo ajudar na reflexão dos problemas, dando um exemplo de que, depois de uma apresentação desse tipo, replaneja melhor fazendo no assentamento coleta com os alunos e as mães. Nove meses depois, já em 2006 outras apresentações aconteceram discutindo o tema Caatinga.

4.4 - Como acontece a EA nas escolas

A professora explicou como são as aulas de campo, ministradas fora de sala, em que os alunos vão colher o lixo nos arredores de casa e dentro do assentamento. Sobre a participação dos alunos nas aulas, a professora afirma:



13- Figura do arquivo pessoal - cartaz colado na parede da escola, no Assentamento Patativa do Assaré

eles perguntam muito, perguntam muito mesmo. Eles gostam desse trabalho, eles acham bom as aulas para sair indo a campo, saindo da escola, mas tem que explicar antes as mães que antes não entendia quando a aula era fora da sala de aula.

Quanto aos recursos didáticos usados nas aulas, boa parte é recolhido no próprio assentamento, como caixas de fósforos para fazer dominó de palavras, palitos, folhas. A professora afirma:

É mais material descartável; às vezes a gente leva para a escola, pede aos alunos para trazerem de casa, com cartaz e colagem às vezes. E através da fala também.

As diferenças que ela percebe no assentamento, depois que trabalhou com a EA, são visíveis porque quase não se encontram materiais jogados em boa parte das áreas. Vejamos a fala da professora, a seguir:

às vezes, através dos alunos, a gente percebe eles, já começam a separar o lixo a queimar, a guardar e não jogar no chão os papeis. E quando a gente trabalha o que se deve fazer, já mudou o comportamento.

Por fim, pedi que ela me perguntasse algo que gostaria de saber, e ela quis mais informações sobre EA e gostaria de adquirir mais material didático para trabalhar com seus alunos.



14 - Figura do arquivo pessoal - Assentamento Padre Acácio, área em frente à escola

Do mesmo modo acontece aqui no assentamento Padre Acácio, existe uma escola do Município vizinho, com duas salas de aula, uma pequena cantina e um banheiro, em que falta construir uma área para recreação assim como aumentar e melhorar os recursos didáticos para as professoras trabalharem. Funciona só pela manhã, com uma sala de pré- escola com alfabetização, e a outra sala, com ensino fundamental de 1^a a 4.^a série (multisseriado); à noite, uma sala de educação de jovens e adultos e uma sala de pós-alfabetização. No geral as escolas estão necessitando de melhoras para seu funcionamento.

Em entrevista a professora "Alfazema", perguntei se ela trabalhava a EA na escola. Na sua fala, ela revelou:

A gente trabalha um pouco, porque sabemos que faz parte da vida da criança da zona rural. Ontem, na hora da apresentação, uma criança bem pequenininha desenhou uma árvore e disse que acha bonita, falou que a gente tinha que preservar a natureza para não desmatar. Eu achei bem interessante o que ela falou. A gente tem que orientar as crianças dessa maneira, para preservar a natureza, temos que evitar o desmatamento.

No depoimento acima, o exemplo que a professora da- sobre a apresentação das crianças através do desenho demonstra algo que achou interessante e diz que tem que orientar dessa maneira, dando a entender que as crianças já estão à frente do discurso da escola, enquanto a professora concorda com elas.

Os temas trabalhados, segundo as professoras, são os mesmos em quase todas áreas. Isso ficou confirmado nas visitas:

lixo, desmatamento, que a gente não deve desmatar, e nem cortar árvores jogando dentro de riacho, dos açudes até porque fica ruim para encher os açudes, quando os córregos estão cheio de garanchos, é serviço para correr água.

Sobre a participação dos alunos em sua aula, ela afirmou que a aula de campo. (fora da sala de aula) é mais participativa e interessante. *"São interessados, uns se interessa mais, outros menos, uns já estão acostumados"*.

4.5 EA realizada no campo

Observa-se, nos assentamentos, que pessoas, muitas vezes em grupo têm uma certa preocupação com os problemas ambientais, a exemplo do uso do inseticida ou agrotóxico químico nos plantios, mas ainda tem sido necessário fazer menos uso dele no coletivo. Nesse sentido, a fala do coordenador nacional do MST é realista, quando diz que eles estão fracos, muito aquém do que gostariam. Vimos, nas áreas visitadas, assentados ainda falando no uso .do agrotóxico.

Às vezes, desconhecem outras formas de combater as pragas nas lavouras de forma rápida e eficiente como mostra a pesquisa de Bamat e Ieno Neto (1998) ps.128/144.

Na área observada no Assentamento do Cachoeira, em que o veneno na plantação não era empregado, fazia-se uso de um produto natural com uma mistura de

álcool, água e folhas de fumo, receita preparada por um professor do Campus de Bananeiras, que veio dar um curso no assentamento, ensinando a fazer esse defensivo. Mas o problema, segundo um assentado, é que falta um acompanhamento permanente, com as mínimas condições de infra estrutura para que a maioria coloque em prática os conhecimentos aprendidos nesses cursos, sendo necessários mais recursos e o acompanhamento de um profissional permanente ou, mais vezes, para que, no decorrer do processo, o preparo e o uso do produto natural sejam colocados no dia-a-dia, evitando, assim o uso do produto tóxico contamine os alimentos e os mananciais, como ainda ocorre ou, talvez, que os trabalhadores/as aos poucos aprendam a fabricar os próprios produtos a serem usados como defensivos agrícolas.

Com a assessoria de técnicos agrícolas, acompanhando e assistindo a produção, usam-se orientações agroecológicas. Segundo dados da entrevista de Ciro Correia coordenador nacional, a agroecologia não tem um manual ou uma linha única no MST, conforme se pode confirmar abaixo:

Nós não temos um manual, uma linha única em relação à agroecologia. Como os conhecimentos e os estágios da adoção de técnicas predatórias de produção agrícola são muito diferenciados em todo país, é difícil termos uma solução única. O que procuramos fazer é desenvolver uma consciência, para que se desenvolvam técnicas, que usam mais insumos da própria localidade, que respeitem o meio ambiente, e que se evite os agrotóxicos. E ao mesmo tempo, como disse, estamos desenvolvendo experiências localizadas, para recuperação e multiplicação de sementes, centros de formação de pessoas em novas técnicas. Em praticamente, cada região do país, já temos uma escola, que realiza cursos para a difusão de técnicas mais adequadas.

Freire discute a harmonia entre o dilema do técnico e do humanismo:

Daí a necessidade que sentíamos e sentimos de uma indispensável visão harmônica entre a posição verdadeiramente humanista, mais e mais necessária ao homem de uma sociedade em transição como a nossa, e a tecnológica (Freire, 1979, p.97).

O coordenador nacional do MST, no setor de produção e da campanha de preservação e multiplicação de sementes, coloca na entrevista:

pois precisamos transformar a agroecologia em realidade massiva nos assentamentos, articulando e construindo a proposta, com o conjunto da nossa base e não com algumas famílias restritas a determinados locais. Mas isso é

um desafio que estamos ajudando a constituir, mas que temos claro que levará anos, décadas e talvez nossos filhos e netos colherão os frutos semeados neste momento.

Com relação a ter uma área ambiental preservada dentro do assentamento colhemos indicações e justificativas dos assentados/as de que isso seria importante por razões de compromisso do pessoal dos assentamentos e da sociedade como um todo, afirmando que a legislação só cobra, sem que o governo dê as condições de implementá-la. Como comentaram os respondentes:

em todos os ambientes, deve haver áreas de preservação cuidado permanente com o meio ambiente e não só em campanha(Pereiro);
a lei exige que tenha essa reserva(Jurema Branca);
porque ela [a reserva] nos ajude na discussão com os assentados(Cumaru).

Os assentados e as assentadas questionados/as sobre a validade de manter uma área preservada, dizem que consideram válida a área preservada para servir para pesquisa e estudos, ajudando a conservar o sistema ecológico, sugerindo a adoção de práticas de cultivo agroecológico nos assentamentos de reforma agrária, como uma forma de melhorar a qualidade de vida nessas novas comunidades:

não podemos pensar em reforma agrária e trabalho rural sem interagirmos com a natureza (Ipê); para dar um embelezamento , conservar o solo e o clima estável, ajudando a preservação do sistema(Baraúna) garantir espécies de fauna e flora etc. é um fator mais de compromisso das pessoas com a natureza(Catuaba); vida saudável viver bem, a importância de que está preservando vidas (Angico); consciência que a natureza faz parte da reforma agrária, precisamos preservar (Cardeiro); a natureza pertence à humanidade (Oiticica); controle ecológico(Marmeleiro); se preocupa com nossa própria qualidade de vida e da natureza como um todo(Figueira);

Freire discute uma educação libertadora que leve o homem a novas posturas diante dos problemas do seu tempo, buscando pela educação, transformação para possibilitar a inserção na realidade, no debate do seu tempo:

De uma nova educação que levasse o homem a uma nova postura diante dos problemas de seu tempo e de seu espaço. A da intimidade com eles. A pesquisa do "eu me maravilho" e não apenas do "eu fabrico". A da vitalidade ao invés daquela que insiste na transmissão... (Freire, 1979, p. 93)

Um conhecimento que pode possibilitar a geração atual e futura, uma fauna e flora conservadas, uma biodiversidade segura e com melhor qualidade de vida:

a preservação das áreas de reservas busca garantir uma parte de terras com a fauna e a flora natural, garantindo às gerações futuras o acesso e o conhecimento da biodiversidade(Pau - ferro);
a pesquisa de cultivos ideais ao clima e solo(Pau-d`arco);
para pesquisa, estudos e local para os animais silvestres(Cipó caboclo);
servir como exemplo para as novas gerações de que preservar é a melhor forma de qualidade de vida(Algaroba);
servir de amostragem para as gerações que convivem no assentamento(Pinha);
é tarefa de todo ser humano preservar o espaço onde vive(Jatobá).

A preservação é citada como forma de manter vivas a vida e os recursos naturais, numa visão política, porque deve preparar o cidadão para exigir justiça social, cidadania nacional e planetária, auto gestão e ética nas relações sociais e com a natureza.

Também demonstram uma visão antropocêntrica, apresentam a natureza como fornecedora de vida ao homem, entendendo-a como uma fonte utilitária e de recursos:

preservar e manter vivas as formas de recursos naturais, para assim preservar a vida(Pereiro);
garantir o futuro(Jurema branca);
aumentar o número de espécies, garantir a diversidade da vida(Cumarú);
trabalhar a importância do ciclo da vida(Ipê); qualificar a vida humana(Cipó caboclo);
banco de vidas(Baraúna);
e vegetais preservados para o atual povo e os que virão o respeito à própria vida humana(Catuaba) .

A perspectiva de servir como exemplo para as novas gerações, equilibrando a biodiversidade e o ambiente, garantindo as condições de trabalho, numa visão política e social, difundindo o saber para novas formas de produção, vem ressaltar uma tarefa para os atores sociais, conseqüentemente, uma prática pedagógica, conforme asseveram os assentados/as:

equilíbrio ambiental, queremos trabalho e a área facilita, pela questão social e política que vem influenciar na sociedade(Imbuzeiro);
a terra é vida e não podemos maltratá-la, e sim, cuidar com carinho(Eucalipto); multiplicam-se as espécies, preservação da biodiversidade (Cumarú).

Não se deve deixar que destruam o nosso patrimônio. Essa é a lição passada na exposição de alguns, inclusive resgatando um dos pontos cruciais, que é a saúde:

aumento das matas ciliares, aumento da água e rios, proteção dos animais, mais saúde a nós mesmos (Pinheiro);
preservação das nascentes, riachos, açudes, rios (Caviúna);
manutenção do ecossistemas e equilíbrio à vida social dos envolvidos (Cerejeira); contribui conosco com purificação e liberação do ar que respiramos, preservar o solo nos dar sombra, frutos, adubos orgânico, benefícios para o ambiente em que vivem (Paracaúba);
possibilidade de um desenvolvimento sustentável (Amargoso).

Enquanto alguns situam que é necessário preservar o todo, indo além dos assentamentos, a reserva nas áreas permite que uma parte das áreas seja preservada. Na fala dos assentados/as, existe um descompromisso do sistema em cuidar bem da terra e de sua biodiversidade:

uma parte das terras com a fauna e a flora garantindo o conhecimento da biodiversidade (Peroba);
amar a natureza e suas vidas significa pensar nas gerações livre e com um patrimônio histórico preservado (Imbuia);
o assentamento deve ser um espaço de vida não só dos assentados mas de todo o ambiente (Louro);
é importante pelo fato de ser ter um local para viver, pois o ser humano faz parte do ambiente (Carnaúba).

Tentando expressar uma idéia para ir mapeando áreas preservadas nos assentamentos dos 53 assentados/as, 47 responderam que existe área preservada nas áreas acompanhadas pelo MST e uma minoria afirma não existir o que é também assumido

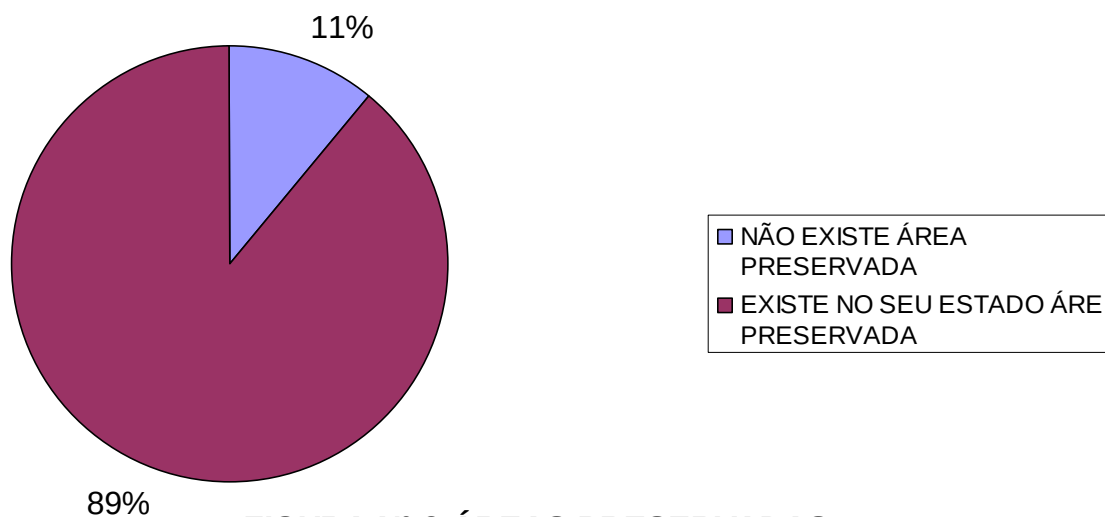


FIGURA Nº 3 ÁREAS PRESERVADAS

Alguns sinalizaram que as principais questões ambientais pensadas são as seguintes:

evitar o uso de produtos químicos na roça (Cardeiro);
 evitar queimadas, preservar as matas, nascentes, fauna, solo, rios(Catuaba);
 fazer mudas nativas, projeto de preservação de reservas naturais(Jurema banca);
 associação de cultura(Imbuia);
 cuidar dos lugares de banhados(Marmeleiro).

No sentido de recuperar as áreas degradadas, a maioria considera que é pela conservação, o que confirma essa visão conservacionista por um lado e, por outro, tendem a ir agregando valor pela agricultura orgânica, a reciclagem, sugerindo a coleta seletiva, a reciclagem do lixo, o reflorestamento e os cursos:

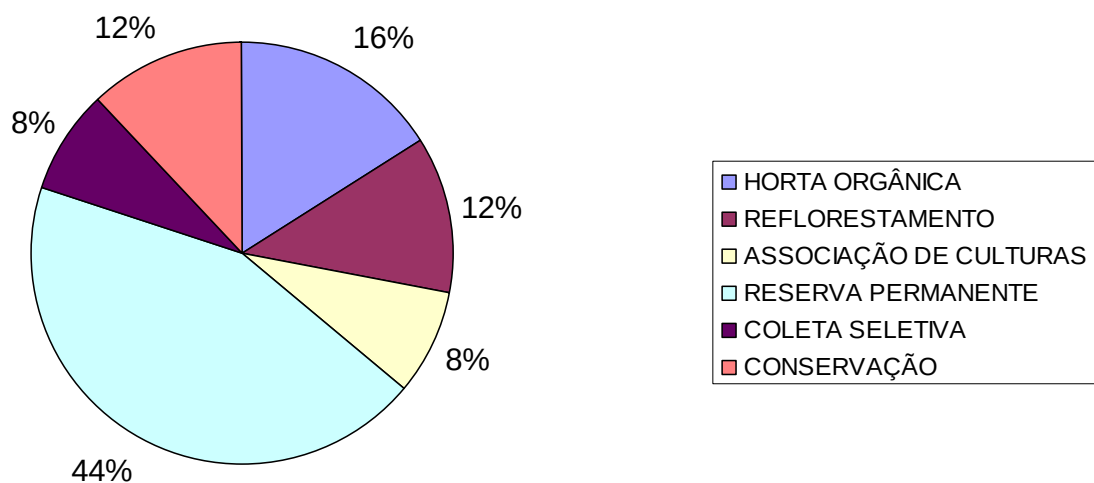


FIGURA Nº 4 COMO RECUPERAR ÁREAS

Em suas respostas sinto que muito ainda precisa ser feito, que as saídas dos problemas apresentados, dependem de uma ação conjunta do governo federal, que tem ficado mais no discurso e da continuação do trabalho de EA que tem apenas começado nas áreas de assentamentos, suas sugestões são:.

reflorestamento (Iburana);
 usar agroecologia (Mumurana);
 agricultura orgânica(Jurema);
 orientar para a não caça e fazer pesca predatória (Pereiro);
 fazer coleta seletiva no assentamento (Agave)

reposição das matas (Marmeleiro);
Área de reserva permanente nos assentamentos (Ipê);
preservação nas áreas (Cipó cabloco);
reciclagem (Caatingueira);
não fazer carvão (Jurema Preta)
conservação e preservação dos recursos naturais, inclusive trabalho em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente (Pau- D arco);
curso de preservação da caatinga e meio ambiente (Malissa),
proibir qualquer tipo de agrotóxico (Mufumbo);
preservação da mata nativa, beira de rios, fontes(Erva babosa);
a coleta de lixo (Cumaru).

São indicações para recuperação pensada por uma ética e uma política que como diz Freire, *não me permitem vacilar ante o cinismo de quem diz “as coisa são assim porque não podem ser de outra maneira”*(2003,p.83).

4.6 Trabalho de EA nos assentamentos

Dos 53 assentados/as, 07 afirmaram que não existe, no seu assentamento, trabalho específico de EA, e sim, de forma geral e no conjunto das outras atividades. Assim, também percebo que o MST trata a EA dentro do conjunto de suas ações. Vejamos a opinião de Ciro Correia coordenador nacionais sobre o tema:

A educação ambiental no MST é tratada dentro do conjunto das ações do movimento e de forma intersetorial, não sendo preconizadas atividades específicas de educação ambiental, com raras exceções. Trabalhamos na perspectiva de que educação ambiental é tema transversal e que deve permear o conjunto de nossos hábitos, atitudes e conceitos, tornando-se uma postura ética e de princípios. Porém em algumas situações, até lançamos mão e realizamos alguns cursos e seminários sobre educação ambiental, mas o desafio central é torná-la cotidiana.

O movimento reconhece a necessidade de EA e já procura ir avançando nessa direção, com a elaboração do documento divulgado na internet,que diz...*Nossos assentamentos devem ser verdadeiros jardins. A beleza física é que chama atenção, deve ter árvores, flores, água limpa, casas bonitas e limpas, bem cuidadas, pastos bem formados, animais bem tratados e pessoas saudáveis e bem alimentadas.* na página do MST [www. gorv.mst.br] e a saúde tem um ponto em destaque:

Imaginemos um futuro sem árvores ? As árvores são o símbolo da continuidade da vida. Os indígenas enterravam seus mortos e, no local, plantavam uma árvore como se este renascesse através dela. Talvez seja uma boa orientação ... Para cada "Sem Terra " morto, uma árvore na cabêceira como sinal da continuidade da vida e da luta.

Devemos reflorestar os assentamentos. Não podemos perder tempo. Plantar árvores em todos os lugares, seja em beira de rios, beira de estradas, encostas e em espaços planejados. Cada assentamento deve ter uma cota de 500 árvores para plantar. Assim, nossos filhos nos imitarão e reconstruiremos matas através do trabalho consciente e voluntário...Se quisermos, reconstruiremos as

florestas, recolocaremos os animais selvagens nelas, faremos renascer os rios com peixes e poderemos ver as aves nos céus. Basta que iniciemos hoje ensinemos nossos descendentes a dar continuidade a esta obra.(MST, 2005:3)

Na maioria dos Estados, segundo os assentados/as, as áreas já estão, de alguma forma, realizando práticas educativas no tocante à EA nos assentamentos. E os que apontaram que não existem estão sendo coerentes com o seu assentamento. No Estado da Paraíba, foram poucas ações percebidas; há um início de trabalho nas escolas e nos encontros dos Sem terra, acompanhados pelo MST. São pequenas as iniciativas, a exemplo de minhocário, pesticidas naturais, faltam mais feiras agro ecológicas funcionando em diversos locais nas cidades grandes e no interior, e não só na capital. Em fim uma ética de um mundo digno, com alimentos saudáveis para matar a fome do corpo e alimentar a alma.

Para estar no mundo, meu corpo consciente, meu ser inacabado e histórico, precisa de tanto alimentos quanto da ética. A luta não teria sentido para mim sem esse fundo ético sobre que se dão as experiências de comparação, de crítica, de escolha, de decisão, de ruptura (Freire, 2003 p. 71).

Em relação às condições sanitárias para as famílias, quanto ao uso da água para o consumo humano, a maioria das famílias não fazem o tratamento com cloro ou filtrando a água, embora exista uma iniciativa de coá-la, o que não chega a ser um tratamento, do ponto de vista sanitário; os dejetos nem sempre estão sendo colocados em locais apropriados. Essa falta de cuidado pode ser prejudicial à saúde e das famílias, que são prejudicadas pela falta também do uso da água potável, razão por que segundo pesquisas, aumenta o índice de doenças na população local de forma geral. Stédile assevera:



15- Figura do arquivo pessoal - água chegando em casa para o consumo humano, vindo em carroça. É armazenada em casa no pote de barro ou filtro.

Os problemas ambientais que encontramos nos assentamentos são os mais diversos e refletem a prática agrícola predominante em cada região, do próprio assentamento. Em geral, as áreas que são desapropriadas já se encontram em elevado estágio de degradação ambiental. E aí o fazendeiro vende para o INCRA para se livrar. O processo de recuperação ambiental das áreas é muito lento e caro. E as vezes o próprio assentado desanima.] Nós temos problemas de falta de preservação da floresta nativa, dos 20% legais. Temos problemas de falta de conservação das águas e nascentes. Temos problemas com lixo não

renovável. Temos problemas com a difusão de técnicas agrícolas que muitas não são adequadas à preservação do solo. Há muita degradação do solo.

Nos assentamentos ainda se vê o lixo doméstico sendo jogado a céu aberto, as queimadas usadas como forma de tratar a terra antes do plantio, uma prática que culturalmente passa das pessoas mais velhas para os filhos e parentes mais novos, predominando a visão da terra tratada pelo modelo já ultrapassado de que tudo deve ser bem limpo, sem matos e ervas nem árvores nativas, plantadas só na terra limpa, devendo ser arada com o trator ou cultivada com um cultivador puxado a tração animal, geralmente nas primeiras chuvas, ou ainda "plantar no seco" antes de a chuva chegar. Esse é um costume ainda raro mas que ainda encontramos em áreas da Paraíba.

Alguns responderam que quem realiza a EA nos assentamentos é, na maioria das vezes, o MST, com seus setores, como; o Setor de Agroecologia e Meio Ambiente, o Setor de Produção e EA; em seguida, os técnicos agrícolas que atuam no MST, e várias respostas mostram variados agentes, como alguns professores/as, as ONGs, as famílias acampadas, a coordenação e o Ministério do Meio Ambiente, em conjunto com o movimento, os assentados/as, junto às pessoas de universidades, Cáritas e Centro de Agricultura Alternativa, Coordenação Pastoral da Terra (CPT), Pastoral de Juventude Rural (PJR), os parceleiros, o grupo coletivo, assentados/as, filhos e filhas, comunidade organizada pelo movimento, os setores em conjunto, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Um lembrou que os assentados/as assinaram termos de compromisso para conservar.

Ao comenta sobre as cobranças da lei nos assentamentos, eles/as lembram que as áreas já estão em degradação com seus recursos ambientais esgotados. As áreas de reforma agrária são geralmente devastadas antes de serem desapropriadas, devido à ganância dos latifundiários. Ciro Creeia diz que, se eles quiserem, podem reproduzir as florestas. E crítica os poderes públicos.

Veja que, de modo geral, os assentamentos são constituídos em áreas marginais, isoladas, degradadas e onde o latifúndio perdeu o interesse pela terra, pois já usurpou e esgotou os recursos naturais. Aí o governo assenta as famílias e as deixa um bom período sem nenhum atendimento: sem crédito, sem moradia, assistência técnica, etc. Então a reforma agrária não está sendo realizada em uma situação ideal ou pelo o menos favorável ao desenvolvimento sustentável. Isto faz com que muitas vezes ocorra um agravamento dos efeitos naturais da pressão demográfica sobre os recursos

naturais e muitas famílias acabam promovendo um uso irracional dos recursos naturais. Este fato, muitas vezes, está atrelado a questões culturais, necessidades imediatas, etc. Porém, mesmo dentro de todas estas adversidades citadas, mas isto não é o suficiente para o MST.

Explicando os motivos pelos quais os assentados praticam a EA, temos, em linhas gerais, que faz parte da política do MST e dos seus princípios, por ser um valor socialista, a multiplicação, da EA pela necessidade, pois ajuda na organização coletiva, favorecendo o debate e a união das famílias, a renda, devido à boa qualidade da produção, o respeito à terra, a melhora da saúde viabilizando uma melhor qualidade de vida no assentamento, conservando e cumprindo com a responsabilidade de cidadão. A fala abaixo confirma essa assertiva:

Temos clareza que só conseguimos produzir na terra se a preservamos (Pereiro);
necessidade de preservar a natureza como meio em que vivemos (Jurema branca)
só assim haverá um ambiente saudável (Ipê).
Acreditamos que a terra deva ser utilizada de forma que seja preservada para as futuras gerações (Malissa)
primeiro pelo descaso e as depredações ao meio ambiente, depois pela nossa responsabilidade enquanto cidadão (Marmeleiro); por está mais integrada a este tema e tem por tarefa multiplicar (Pau-ferro);
por acreditar que a preservação ambiental é fundamental para o meio ambiente e a vida (Imbuzeiro);
devido a preocupação do solo e a mata existente (Eucalipto);
onde a ação do homem tem levado a morte dos rios vegetação, degradação dos solos e animais (Algaroba);
como forma de buscar trabalhar a consciência de preservação, da caatinga (Pinha);
para garantir espaços de preservação, melhoria da renda das famílias e do cuidado com a terra(Jatobá);
é a forma de se relacionar homem e natureza e, assim, preservá-la tecnicamente (Amargoso);
se faz necessário preservar o que existe, pensar nas próximas gerações (Mucunã)

Convém portanto que os assentados e as assentadas adquiram *nos princípios do movimento que orientam todos os cidadãos e cidadãs a compreensão da importância do equilíbrio ambiental para sobrevivência humana, etc* o sentido dos valores sociais, descobrindo um novo comportamento nas áreas de preservação, contribui com a sua melhor qualidade, porque:

Ela é um bem da natureza e não dos homens (Pau D`arco);

pela necessidade de se trabalhar por ser uma área de plantação (Carnaubal);
de terras agredidas maltratadas(Catuaba);
para buscar um ambiente saudável e produtivo nas comunidades
assentadas(Angico);
por uma decisão do cuidado com a vida e a natureza - para nos um valor
socialista (Figueira).

O cuidado com a vida e a natureza já vem sendo tratado no movimento com a participação importante das associações nos assentamentos e da comunidade. Nesse sentido, lembra Freire (1959): *"Na vida de sua comunidade rural, pela participação atuante em associações,...Assim, não há dúvida, iria o homem brasileiro aprendendo democracia mais rapidamente"*.

E um deles aponta que os motivos de adotar a EA nos assentamentos acontecem

porque faz parte das linhas políticas de nossa organização MST a
EA.(Oiticica);
trabalham nessa área tanto de produção como de EA(Pinheiro);
porque a forma de organização coletiva favoreceu o debate(Caraúna);
faz parte do processo de organização das famílias (Cerejera);
pela sua importância para desenvolvimento da EA (Paracaúba);
há necessidade que esse bem se perpetuar (Malissa);
para preparar o meio ambiente (Pião roxo);
continuação da vida(Cabaça);
para garantir que a terra terá mais vida (Imbauba)

Temos a ambiência enfatizada em Freire (1959). A possibilidade humana de existir - forma acrescida de ser - mais de que viver, faz do homem um ser eminentemente relacional...um ser histórico... enfatizando as relações do homem com a ambiência, dizendo ser impossível o esquecimento, e ressalta a sua inserção participante nos "dois mundos": no natural e cultural, com posições críticas diante de seu contexto:

tem-se a consciência e a importância disso para a sociedade como um todo e também é uma lei (Flor de cera);
e a escola vai além das salas como ela deve explorar todo o espaço do assentamento (Cumarú);
para melhorar as condições principalmente de saúde das famílias e conscientiza-los. (Imburana);
por que existe problema de desertificação acentuada e sobrevivência (Gitirana);
a própria viabilidade do assentamento, precisamos melhorar o jeito de trabalhar com a natureza, melhorando o meio que vivemos (Burdão);
porque dependemos disso também (Cipó caboclo);
é importante para cada um de nós já que está muito prejudicado (Baraúna).

Os/as entrevistados/as apontam que a educação escolar vai a todo o espaço do assentamento, que a EA é importante porque a escola vai além da sala de aula, como ela deve explorar todo o espaço do assentamento como meio educativo.

Eles resgatam os temas transversais que apresentam a problemática do meio ambiente nos Parâmetros Nacionais Curriculares - PCN - com uma proposta centralista vinda para contribuir com inorganicidade de nossa educação, pelo que bem afirma Freire(1959): "Este centralismo, que envolve todo o nosso agir educativo, é antes uma posição política. É uma atitude enraizada em nossas matrizes culturais. É a ele que se deve, em grande parte, a inorganicidade de nossa educação. E isto porque é do centro que se ditam as normas, distanciadas assim das realidades locais e regionais a que devem se ampliar." Que EA é vivida de várias formas nas escolas do movimento, a EA é feita inicialmente mais por dois setores, segundo um dos coordenadores nacionais:

Nos temos dois setores organizados dentro do movimento que atuam nessa área: o setor de educação, que procura levar essas questões para dentro das escolas, dos assentamentos, e o nosso setor de cooperação e produção, que tem, inclusive, um programa de multiplicação de sementes, tem um programa de reflorestamento. Temos também um convênio com o Instituto Terra, do fotógrafo Sebastião Salgado, lá em Aimorés, Minas gerais, aonde se realizam cursos, para preparar professores em educação ambiental. Mas tudo isso é um processo.

E foram lembradas pelos assentados, além dos princípios, as linhas políticas e a forma de organização coletiva, mudando o jeito de trabalhar com a natureza:

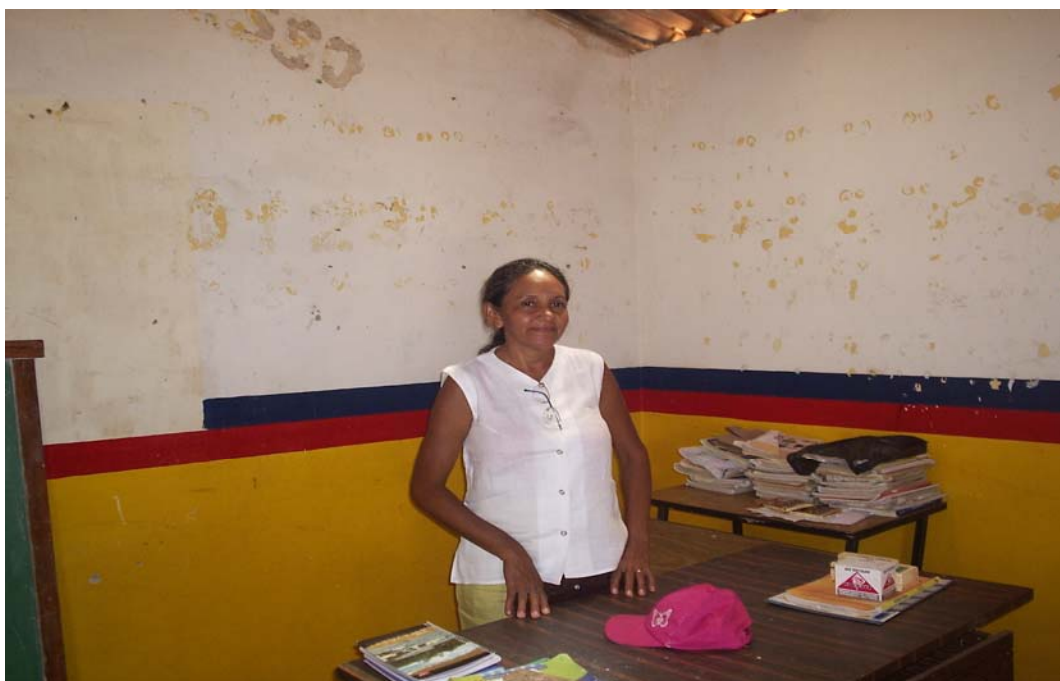
Nos princípios do movimento, orientamos todos os cidadãos a compreenderem a importância do equilíbrio ambiental para sobrevivências humanas, porque faz parte das linhas políticas de nossa organização MST a educação ambiental, por que a forma de organização coletiva favorece o debate, para proteger a terra, da qual o homem depende.

Os/as assentados/as mostram ainda que a natureza deve ser respeitada para que o homem viva melhor, não desmate e que preserve o meio ambiente. Também chamam a atenção colocações que afirmam que "não existe EA," enquanto há pessoas que apontam que se deve ter consciência de que a EA é importante para a sociedade como um todo e por ser também a lei um componente a mais de cobrança .

4.7 No PRONERA: meio ambiente e política pública

De acordo com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA - é uma política pública específica do Governo Federal, cujo objetivo é estimular, propor, criar, desenvolver e coordenar projetos na área de educação nos assentamentos de reforma agrária (p.9), Esse programa já vinha trabalhando o tema meio ambiente sendo discutido em nível nacional.

O PRONERA é conhecido por todos/as assentados/as que responderam, ao questionário, inclusive muitos deles/as participaram da luta, mobilizando a criação de cursos de formação de educadores de jovens e adultos, fizeram pesquisa do universo vocabular, foram coordenadores, monitores e alfabetizadores de Educação de jovens e adultos; só um não respondeu e dois não conheciam esse projeto, que aconteceu em nível nacional e teve assessoria dos profissionais das IES, de representantes do INCRA, FRETAESE, MST e de sindicatos rurais, cuja exigência era trabalhar as questões do meio ambiente como temática obrigatória.



16- Figura do arquivo pessoal - professora do assentamento Padre Acássio, na sala, com seus poucos livros.

A EA foi trabalhada na alfabetização de jovens e adultos de diversas maneiras. Segundo eles/as, nos cursos orientados por profissionais nas escolas agrícolas, como tema gerador, em sala de aula, fazendo comparação entre planta sem agrotóxicos, e outra, com agrotóxicos, e os prejuízos causados à saúde, em debates nos setores do MST, a exemplo da educação, formação e dos núcleos de base. Esse é um eixo que vem sendo discutido na articulação nacional da educação do campo, nas salas de aula da agroecologia, por professores das universidades, por coordenações de programa de educação professores do magistério, coordenadores e monitores. e pelo setor estadual do MST, junto com o INCRA

Sobre quem orientou a EA nos assentamentos, a maioria citou que foi orientada pelo MST e outras instituições, a exemplo do INCRA, ONG, EMBRAPA e não só foram orientados pelo movimento. Das instituições que orientaram essas pessoas, destacam-se :

o setor do sindicato rural, (catuaba);
IBAMA, agrofloresta, ONG,s pró cerrado, a limpeza do assentamento, setor de produção MST debate sobre o novo jeito de organizar os assentados e o próprio tema meio ambiente;(Malissa);
curso de agroecologia e meio ambiente (Jurema Preta)
conscientização com os compromissos com a terra e com a vida, núcleo de base MST(Amargoso);
EMBRAPA, técnicos do MST, a orientação de conscientizar nossos assentados a preservar a natureza, como forma de preservar fortalecer a vida humana(Malva);
O curso de magistério(Quixaba).

Em termos de recursos didático usados na EA nos assentamentos e nas suas escolas:

palestra na escola(Catuaba);
seminários pela importância da preservação, em curso de militantes do MST(Cardeiro);
com vídeos, cartilhas, exposição teórica, aula expositiva e embelezamento no assentamento(Quixaba);
em trabalho com a comunidade, ato conjunto entre as famílias assentadas com a organização em forma de mutirão(Malva)
encontro com os assentados e lendo apostilhas e cartazes(Armargoso)

Explicam, ainda, os entrevistados, que essa discussão é feita dentro do MST, em nível nacional:

o resgate das sementes como patrimônio da humanidade - resgate das sementes através do recolhimento das mesmas para o plantio - é um princípio nosso, e foi discutido no nosso IV congresso nacional dos nossos compromissos com a terra e com a vida, seminário sobre agroecologia, discussão feita pela equipe técnica com as famílias assentadas, sobre a importância da produção da agricultura orgânica, alternativa.

Nesta pesquisa, mapeamos os assentamentos que esse grupo de 53 assentados/as conhecem, e têm algum trabalho de EA no seu Estado. Em alguns Estados o número de alunos presentes no referido Curso de História era baixo. Na Paraíba, por exemplo, duas alunas, enquanto em Minas Gerais, seis, o que pode omitir informações por Estado com menor número de participante, como no Ceará, onde só um assentamento foi lembrado, mesmo havendo outros que já desenvolvem trabalho de EA desde 1998 e em desenvolvido o PRONERA em 63 salas de EJA mas não foi citado por elas, talvez por falta de conhecimento, o que pode ter acontecido com outros Estados, ou pela falta de um acompanhamento sistemático sobre a EA. O mais importante porém é o total de Estados que trabalham nessa perspectiva.

O quantitativo de assentamentos que desenvolvem trabalhos de EA citado é grande. Considerando-se todos assentamentos acompanhados pelo MST em São Paulo e Goiás, já temos um bom número e somado os 177 dos outros Estados a que já fiz referência. Dos 53, no geral, a maioria respondeu que conhece o trabalho de EA e citou que o número de assentamentos que trabalhavam com ela pode ser maior que os lembrados, quando juntar todas as informações de que, na hora, eles não dispõem, a exemplo do total de São Paulo e Goiás.

O senso educacional da Paraíba de 2005 aponta 189 áreas com aproximadamente 5.549 pessoas e acompanhadas por diversos organismos entre eles, a CPT, os Sindicatos rurais, governo do Estado e o MST, em relação ao qual, o número de 30 assentamentos na Paraíba, com 2.713 e 34 acampamentos com 1.745, perfazendo um total, no Estado, de 4.458 famílias (dados de abril de 2005, fornecidos pela Secretaria Estadual do MST).

4.8 Os setores do movimento na EA

Para mostrar o jeito de trabalhar com EA, foram lembradas várias frentes na educação, dentre as quais os entrevistados citaram a escola, as crianças, a família, num total de mais de 75%; a maior parte fica em torno da educação, e a outra, na produção. As crianças aparecem como um dado novo a ser preparado pelos/as professores/as para, em um futuro bem próximo, mostrar suas forças na EA: A figura acima expressa esse resultados.

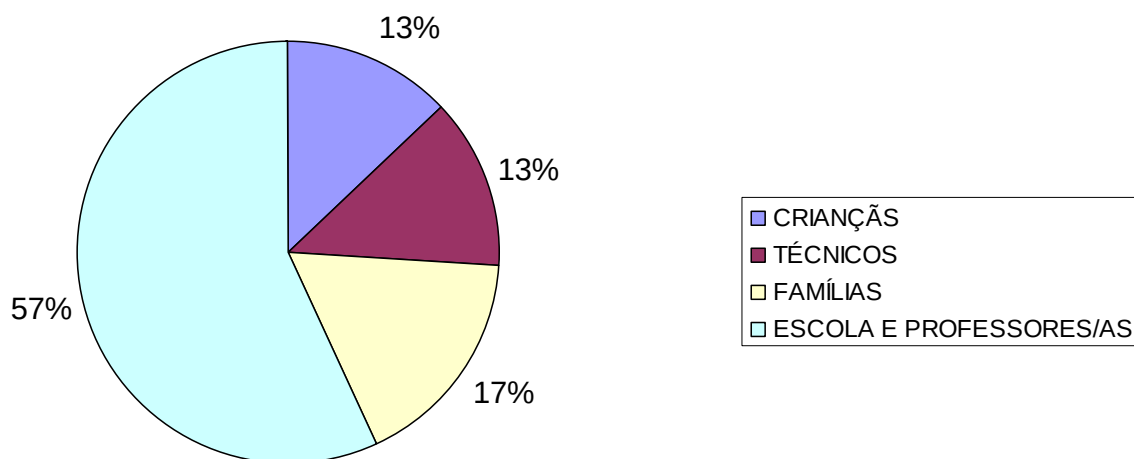


FIGURA Nº 5 AÇÕES EDUCATIVAS NA EA

Como estão trabalhando com EA, 13 deixaram em branco, e 40 citaram que eram através de várias frentes, entre elas, citam a escola e os/as professores/as, as famílias, os técnicos, a produção, as crianças, todos /as na luta pela terra.

Os/as assentados/as avaliam a EA nos assentamentos como algo positivo, interessante para a saúde das famílias, que tem a ver com a luta pela terra, um processo lento e gradual e que precisa de ser mais incentivado pelo governo e mais massificado no movimento. Conforme mostram as falas abaixo:

que não estar muito bom (Pereiro);
deve ser preocupação coletiva tendo tido progresso importante de um valor fundamental, que é o valor da vida (Jurema);
sendo um passo importante no avanço do nível de conscientização do povo (Cumarú);
sendo construtivo para nossa sociedade em que a luta é gradual com resultados positivos, eles fazem EA (Ipê);

importante porque o ambiente está relacionado com a terra (Cipó Caboclo);
extremamente importante devido o trabalho de consciência ambiental que é
feito (Baraúna);
importante avanço na conscientização da preservação do meio (Eucalipto).

Na avaliação também há uma percepção de que o trabalho é um processo
lento e gradual, mas que ainda precisa ser mais debatido pelas famílias que conhecem
os recursos e como usá-los. Nesse sentido, o trabalho deve acontecer continuamente:

mesmo com todo o esforço feito, ainda existem casos em que não se consegue
obter muitos resultados(Pau d` arco);
importante, mas é um processo, não cuidamos de um dia para o outro
(Catuaba);
um trabalho bom, pois as famílias conhecem os recursos naturais, como usá-
los e preservá-los (Angico);
para cuidar do meio ambiente, porém, precisa ser mais debatido (Cardeiro);
trabalho o tema, é um processo de educação que deve ser contínuo (Oiticica);
é um processo ainda em fase de construção, mas que já se apresenta resultados
positivos (Marmeleiro);
precisamos avançar mais (Algaroba);
ainda muito tímido, mais já evoluiu (Quixaba).

Avaliam os representantes que há pouco incentivo de órgãos competentes, com
mais orientação técnica necessária e a urgência em formar educadores dentro da
realidade, resgatando as plantas nativas, a saúde da família, um gesto de preocupação
com a luta e com o futuro como um todo:

se houvesse mais apoio do governo (Mucunã);
apesar do esforço, falta incentivo de políticas públicas que reconheçam esta
atividade social (Fedegoso);
necessário; mais precisamos massificar a prática de cursos e consciência
ecológica (Figueira);
um trabalho bem interessante pela saúde da família e vida saudável (Pau-
ferro);
muito bom, pois resgata nossas árvores originais do Brasil e as adequadas para
o sertão (Imbuzeiro);
uma boa iniciativa feita pela comunidade se preocupando com o futuro
(Pinha);
é gesto de preocupação e compromisso nosso com a luta como um todo
(Jatobá);
importante o despertar para o cuidado com o ambiente (Pinheiro);
positivo, mas que deve ter mais orientação técnica e acompanhamento por
parte dos órgãos competentes (Caniúna);
o trabalho nos assentamentos estão sendo feito, é um processo demorado
(Paracaúba).

Nesta avaliação mostram a relevância do tema, seus fundamentos em relação à temática, que perpassa um conjunto de situações e vivências peculiares, sendo um processo que exige avanços e cobranças:

não podemos esperar os resultados da noite para o dia, ele é lento; o proprietário que nas fazendas vizinhas continua em ritmo acelerado de degradação (Amargoso); importante e necessário para garantir até mesmo a soberania dos recursos naturais (imbuia); importante para o futuro e para natureza, principalmente para a vida(Louro); fundamental que isso aconteça para se ter uma vida melhor(Burdião); como processo educativo, a temática perpassa um conjunto de situações e vivências peculiares (Cabaça); que é um processo constante, mas existem avanços (Malissa); é muito relevante, mas exige cobranças (Gitirana).

Percebe-se que os/as assentados/as fazem uma avaliação coerente da EA e chamam para si a responsabilidade, opinando sobre a quem caberia introduzir EA nos assentamentos. A maioria apontou o MST em primeiro lugar; em seguida, os assentados; em terceiro lugar, a escola; em quarto, as associações, demonstrando que cabe a eles próprios iniciar nos assentamentos esse processo educativo para manter o controle. Somente três deles apontam para toda a sociedade, o IBAMA e o governo, com uma observação que dizia: "Cabe ao governo, pois o MST já faz".

Ciro Correia coordenadores nacionais do MST comentou que é delicada a questão dos impactos ambientais que precisa ser vista como um todo e que o governo possibilite uma política efetiva, permitindo, de fato, um trabalho contínuo e permanente:

A questão dos impactos ambientais nos assentamentos é bastante delicada e as ações e medidas precisam ser tomadas de forma integrada e contínuo e apropriada para a realidade agrária



Com relação aos impactos ambientais nas áreas, os assentados citam erosão, queimadas, uso de agrotóxicos, desmatamento, poluição da terra e das águas, monocultura da soja, manejo incorreto do solo, saneamento, caça predatória e, no que diz respeito à política pública, a organização interna e de infra-estrutura local nas áreas, como as seguintes: falta saneamento básico, falta um tratamento adequado ao lixo, que é jogado em muitos lugares, nem todos têm rede de esgotos, água encanada sendo, muitas vezes, pouco tratada, dificultando a boa higiene da área. Há, segundo eles, poluição causada pela cidade nos rios com as indústrias:

desmatamento (já existia antes de ser área de assentamento)(Pereiro);
derrubada(Cumaru)
fogo na vegetação(Ipê);
aterramento de um rio Umirin e mais em todo o percurso do rio(Baraúna);
presídio e um projeto de um pólo industrial(Cipó Caboclo);
manejo inadequado do solo(Eucalipto);
poluição dos rios que passam pelos centros urbanos e desembocam nos assentamentos(Pau d'arco).

Denunciam a erosão encontrada nos assentamentos feita pelos antigos donos das fazendas e seus atuais vizinhos:

erosão feita pelo antigo proprietário, fazendeiros que moram próximo ao assentamento(Oiticica);
diversidade de solo, por isso incorreto manejo de solo, antes usado pelo fazendeiro, a inexistência de mata ciliar em barragem e açudes feita pelo fazendeiro(Marmeleiro);
monocultura da soja(Quixaba);
degradação do solo e caça predatória (Mucunã);
todos os impactos rios secos, solo pobre, mata já não existe mais(Fedegoso);
rios secos, solo pobre e uso de agrotóxico quebrando a cadeia(Gitirana);
desertificação(Jatobá);
erosão pela pecuária extensiva e monocultura(Pinha

É importante enfatizar que, depois de destruída uma mata, muitos anos são necessários para que ela cresça novamente, depois de replantada. Os (as) assentados (as) fizeram referência a algumas práticas de desmatamentos, como mostra a fala seguinte:

erosão na beira dos rios(Pereiro);

aragem irregular em área de morro(Figueira)
desmatar para a produção de carvão e uso de agrotóxicos (Sabiá)
poluição das águas, grande uso de produtos químicos(Gitirana)
queimadas(Cabaço);
lixo jogado em muitos lugares(Armargoso)
esgoto não tratado poluindo as águas(Burdião).

É necessário um trabalho de recuperação e conservação nos assentamentos que ainda têm enfrentando as barreiras, porque existem ações que não depende só deles, e sim da própria estrutura da sociedade.

4.9 A natureza e seus significados no MST

De acordo com o Dicionário Aurélio, da Língua Portuguesa (1986), a natureza é apresentada como:

"Todos os seres que constituem o universo. Força ativa que estabeleceu e conserva a ordem natural de tudo quanto existe... Filos. O mundo visível, em oposição às idéias, sentimentos, emoções, etc. Conjunto do que se produz no universo independentemente de intervenção refletida ou consciente"... (p.1182)

A partir do advento do Cristianismo, a idéia de criação do universo, por Deus, marcou profundamente o domínio do homem sobre a natureza, e cuja concepção antropocêntrica disseminou-se desde o período que antecede o desenvolvimento da ciência natural, atingindo seu ápice na contemporaneidade, quando estamos num mundo onde os genes viraram mercadoria na medicina, na agronomia e nas outras ciências.

A expressão natureza aplica-se a tudo aquilo que tem como característica fundamental o fato de ser natural: ou seja, envolve todo o ambiente existente que não teve intervenção antrópica. E natureza, em sentido mais amplo, corresponde ao mundo material mundo natural e, em extensão, ao universo como um todo.

Segundo Raminelli (2001),

O cristianismo, aos poucos, perdeu a capacidade de legitimar o predomínio humano sobre a natureza. A conquista sobre o meio ambiente não se faz apenas em nome da sobrevivência, mas na busca de lucros e acúmulo de dividendos. ..A natureza já não é tanto uma dívida de Deus, mas uma mercadoria. O capitalismo transformou os recursos naturais em fontes de riqueza(p.48).

As idéias de natureza, desencadeadas nos séculos XVI e XVII, por filósofos e cientistas do período conhecido como revolução científica, passam pela concepção orgânica à mecânica ou mecanicista da natureza. Desse período até os nossos dias, pouca coisa mudou. Estamos, de certa forma, em processo de construção e reconstrução do conceito de natureza.

As idéias de natureza dos assentados, no entanto, variam entre o verde, os recursos vegetais, a vida, a terra, a mãe, os animais e até a saúde:

Os conceitos de natureza de alguns entrevistados, demonstram uma visão generalista :

natureza é tudo que nos rodeia (Jatobá);
vida, todo meio em que vivemos, sem destruir.(Pau d`arco);
saúde e um mundo saudável (Pinheiro);
verde, os recursos vegetais, principalmente enriquecidas a diversidade animal e mineral (Baraúna);
sol, vento, água, mata, animais(Munfumbo);
preservar a vida das espécies animais (Cumarú);
todas as formas de vida são importantes na terra (Imbuia);
floresta, vida, água, potável, terra fértil, e beleza (Imbuia);
mãe (Barriguda)

Noutra definição, Tamaio(2002) afirma que o lugar onde os seres vivos habitam são os fatores bióticos e abióticos. Natureza é, portanto, sinônimo de ambiente. Isso também é percebido nas falas dos respondentes:

meio ambiente e as espécies existentes, mata preservada, animais e rios, flora, fauna, recursos hídricos e solo, coisas boas que devemos cuidar (Imbuzeiro);
tudo que é natural, verde vida, ar, água, terra, vegetação (Armagoso);
higiene, cuidado com a terra morta (Fedegosa); meio ambiente (Imburana);
mata (Burdião);
plantas (Mucunã);
equilíbrio (Figueira);
animais(Quixaba)

Temos, aqui, uma visão sócio-ambiental, desenvolvendo uma abordagem histórico -cultural. Uma leitura que, segundo Tamaio (2002), apresenta ao homem a natureza, construída como elementos constituídos da natureza, postulando uma compreensão de que o homem apropriou-se dela e que o resultado dessa ação foi gerado e construído no processo histórico:

o ser humano, a terra, a água e o conjunto de seres vivos (Eucalipto);
o meio em que nela convivem, mata virgem, florestas (Algaroba);
um conjunto que envolve toda forma de vida, desde uma formiga até o homem
Proteger o verde e quem vive nele (Carnaúba);
vida, beleza e riquezas naturais (Cabaça);
fenômeno orgânico e aspectos naturais (Malissa);
as condições naturais que proporcionam a sobrevivência humana (Pião roxo);
respeito e preservação (Tamboril);

preservação das sementes (Flor de cera).

O homem aparece como algo que não faz parte da natureza, que só usufrui dela. A natureza é pois, vista, como uma estrutura isolada do homem. Essa assertiva segundo Tamaio (2002), pode ser comprovada nas falas expostas a seguir:

Plantas nativas, as coisas que o homem não criou, só usufruiu dela (Pereiro);
plantas valorizando um conjunto de perfeição que o homem esta destruindo (Ipê);
terra, animais, matas, clima menos o homem (Cipó caboclo);
a ação do homem e da própria natureza (Jurema);
tudo de bom que pode proporcionar uma vida saudável, porém não deixamos ela cumprir esse papel (Cardeiro);
pureza, tudo limpo, criado sem veneno da cidade, mas também é sonhar demais, estamos longe dessa realidade(Louro);

A natureza é lembrada de forma naturalista como o meio onde os seres vivos habitam, sendo uma maravilha que homens e mulheres livres fazem parte assim como todos os seres vivos e não vivos que existem no planeta:

meio ao qual vivemos dependemos e precisamos preservar (Pau-ferro);
é um bem de toda humanidade, são todos os seres vivos, o ser humano faz parte dela(Oiticica);
muitas coisas resumindo natural e belo, mulher e homens livres (Catubá);
o meio em que vivemos, enfim, mais os seres que o compõem de modo geral (Angico);
existentes independente da ação do homem (Gitirana);
são todos os seres que vivem em harmonia no planeta, todos os seres vivos e não vivos que existe no planeta (Marmeleiro).

É vista também como um elemento interrelacionados entre si mantendo harmonia na vida incluindo os elementos químicos, físicos, biológico em contraposição a tudo que não é produzido pelo o homem via laboratório dando os exemplos das coisas criadas por Deus numa visão bem cristã:

é um conjunto de elemento químicos, físicos, biológicos, etc. interrelacionados entre si, que mantém a vida em harmonia (Pinha);
naturalidade, as coisas que existem naturalmente sem nenhum impacto (Cerejeira);
vida saudável, ar puro, sem poluição (Paracuíba);
animais e tudo que não é produzido pelo homem através do braço, cabeça ou em laboratório, exemplo: terra, água, ar, vida (Favela).

Relatando experiências em que a natureza foi bem cuidada, os/as assentados (as) várias situações de práticas orgânicas que produzem em terra de má qualidade, embelezamento das áreas, limpeza e plantios coletivos em mutirão, sendo essa tendência valorizada pelo movimento:

ver assentados em terras de má qualidade consegui produzir produtos orgânicos(Pereiro);
No meu assentamento produzimos de forma orgânica. Nossas principal fontes de renda são produtos hortifrutigrangeiros comercializados nas feiras livres, adubação orgânica (Jurema);

As práticas coletivas muito educativas, que servem de bom exemplo, dos mais novos aos mais velhos, para embelezar, plantar, limpar, preservar, resgatar as fontes e construir bosques foram marcantes e lembradas por muitos deles e delas como ações em que a natureza foi bem tratada:

as experiências de mutirão de embelezamento nas áreas (Cumarú);
mutirão de plantio de árvores nativas às margens do rio (Ipê);
O mutirão que as pessoas fizeram de limpeza(Cipó caboclo);
mutirão de limpeza às margens do rio e embelezamento do assentamento(Baraúna);
da própria forma de embelezar o assentamento, a sua preservação num consenso coletivo (Pau d`arco);
resgate das fontes (Catubá);
mutirão de preservação das fontes de água e a construção dos bosques dos 20 anos do MST(angico);
a discussão em uma de nossas áreas sobre a poluição do rios, que resultou num embelezamento e boa utilização de nossos açudes (Cardeiro);
a partir de mutirão de limpeza e plantio de árvores ao seu redor em um assentamento que auxiliei (Oiticica);
plantações coletivas (Caniúna)

No mesmo sentido, continuaram lembrando de algo feito por eles nos assentamentos até proteção dos cortadores de madeiras ilegais nas áreas e de crianças, o que impediu a outra de destruir as plantas:

vários atos de reflorestamento que fizemos foi uma das melhores experiências (Figueira);
na campanha de reposição da flora (Marmelero);
produção de mudas nos assentamentos (Pau-ferro)
nos projetos de reflorestamento que vem sendo discutidas em algum assentamentos(Imbuzeiro);
reflorestamento nas margens dos rios (Eucalipto);

meu assentamento, o fato de não matar as formigas com veneno (Algaroba);
cuidar da adubação verde e a rotatividade de culturas (Pinha);
a criação de novas áreas de preservação e das margens do rio (Jatobá);
não plantar cana de forma para não estragar o nosso solo (Pinheiro);
nas produção de mudas nativas do cerrado (Cerejeira).

As atividades ligadas a oficinas, ministradas por professores que desenvolvem ações de EA, usando de sua consciência ambiental, com campanhas de preservação das sementes constituem uma luta encampada pelo MST, com a produção da Bionatur e sementes agroecológicas da reforma agrária. Com essa iniciativa, o MST oferece a toda sociedade as suas sementes, livres de agrotóxicos, livre de transgênicos, reafirmando o patrimônio coletivo da humanidade. Atualmente, a Bionatur resgata, melhora e multiplica mais de 50 variedades de sementes de hortaliças.

oficinas de capacitação realizada pelo professor Daniel (Caraúba);
reflorestamento da área feita por assentados (as), onde a escola organiza semanalmente com as crianças atividades nas áreas de preservação (Armagoso);
a despoluição de rios e lagos (Imbuia);
quando impedi cortadores ilegais de cortarem madeira de nossas áreas (Louro);
preservação de rio (Carnauba);
participei de uma sementeira de pau brasil (Fedegoso);
preservação das sementes (Imbuia);
a pesca de camarão em carumbau (exploratória) foi substituído por extração racional, melhorando a qualidade de vida dos pescadores (Burdão);
uma criança que ia quebrando o pau brasil e uma outra mais nova que ela evitou para não tocar nas árvores (Mucunã);
e o reflorestamento de espécie nativas dos córregos e riacho do meu assentamento (Quixaba).

Existe uma idéia de conscientizar para necessidade da EA dos/as assentados/as, trazida pelos militantes de fora para os assentamentos. Sabemos que o processo de desmatamento tem muito a ver com a própria subsistência dos trabalhadores que, às vezes, dependem do carvão para sobreviver ou culturalmente repetem essa prática que aprenderam com os pais e pessoas com quem convivem e fazem uso disso para sobreviver, o que indica a necessidade de acompanhamento técnico contínuo, interligado com melhores condições e incentivos de financiamento para quem melhor preservar as áreas.

nós conseguimos conscientizar os assentados de seis assentamentos a derrubar as fornas de carvão e parar de desmatar as matas (Malissa);
incentivo desordenados (Imbaúba);
desmatamento (Pião branco);

peças passando fome(Tamboril);
proteção das águas, córregos (Flor de cera);
recuperação de solo (Barriguda);
conservação das fontes nascentes de água, controle de vasilhame com resíduos químicos (Gitirana);
A preocupação de assentados em plantar mudas em áreas devastadas (Amargoso);
proibindo a retirada de madeira de lei.(Paracuíba);
quando realizei o curso técnico em agropecuária em uma escola, fizemos um reflorestamento em uma área (Cerejeira);
e o local é outro, foi o reflorestamento (Pinheiro).

O instituto criado pelo fotógrafo Sebastião Salgado foi lembrado como algo positivo e está sendo uma parceria com o Governo Federal junto ao MMA. É uma espécie de escola de formação também citada por Stédile. A fala de um dos assentados confirma isso: "o instituto de terras do Sebastião Salgado em Aymorés Minas Gerais, está recuperando a mata atlântica na fazenda e fazendo desse processo um espaço de formação da terra e do Ministério do Meio Ambiente."(Catuaba).

Além de Minas Gerais, são lembrados outros Estados como Paraíba e Sergipe, pela preservação de parte da Mata Atlântica, e o projeto Tamar, em Sergipe. O restante de mata atlântica que ainda existe aqui na Paraíba é muito bonito e o projeto Tamar que protege as tartarugas marinhas na praia de Atalaia em Sergipe (Angico).

As nascentes são algo a ser observado nas áreas porque nos chamaram a atenção devido a um olho de água, em um acampamento da Paraíba: além do risco de secar, existem outros problemas graves, a exemplo da poluição, como se pode comprovar na fala seguinte:

pela preservação da água, quando discutimos e resolvemos cercar todas as nascentes do assentamento impedindo que secassem (Cipó Caboclo);
quando plantamos sem destruir o meio ambiente, respeitando a vegetação nativa (Ipê);
recuperação de área depredada com a plantação de árvores nativas, resgate das fontes de água, etc (Baraúna);
reflorestamento de espécies nativas (Pau d`arco);
Quando as reservas ambientais foram cercadas individualmente por cada assentado (Figueira);
a preservação de uma nascentes -olho d'gua (Marmeleiro).

Percebi o problema citado acima com relação ao descuido com as nascentes. No Assentamento Massangana III, o qual acompanhei no acampamento as pessoas estavam usando as águas para consumo humano, e crianças defecaram ao lado da correnteza daquela nascente, o que pode ter contaminando o líquido e o local, trazendo

outros problemas de saúde. Percebi que aquelas crianças tinham barriga grande, e as mães se queixavam da disenteria e vômito, provavelmente por conta dos vermes.

O olhar crítico dos /as assentados/as, em relação aos poucos cuidados com a natureza dirigui-se ao próprio local em que estavam fazendo o curso superior:

a UFPB, muito lixo em volta da mata é cercada, é um espaço educativo e cadê o cuidado? onde forma educadores(Catuaba);
quando árvores servem de cercas, "me choca" (Jurema)
o lixo depositado em um local sem o tratamento adequado (Pau d arco);
os órgãos governamentais fazem "vista grossa" quanto aos desmatamentos, especialmente da mata atlântica no litoral (Pinha););
os processos de industrialização e de urbanização nas cidades (Tamboril)

No que concerne à falta de cuidado os/as respondentes demonstraram insatisfação com o espaço físico do Campus da UFBP - JP, devido ao lixo em volta da mata em alguns locais em 2004. Outro fator que denota a falta de respeito à natureza. Outro fator é o fato de sua construção, dentro de parte da reserva da Mata Atlântica; além disso, o descuido com o ambiente, e a permissão para se instalar uma torre de telefone celular. Porque estudos comprovam os problemas que isso pode causar à saúde, sobretudo, porque ela se encontra bem próximo ao restaurante universitário. Isso fere as próprias leis ambientais, que estão no capítulo VI da Constituição Federal de 1988, que trata do meio ambiente, no Art.225, parágrafo 3.º:"As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados".

A luta contra as queimadas, a poluição do ar e dos rios, a desproteção dos mangues, as derrubadas de matas, os transgênicos e os agrotóxicos foram encampados também pelo movimento como mostram os exemplos abaixo:

Os transgênicos (Pereiro);
uma visita ao rio Ericoré no Espírito Santo (Quixaba);
o próprio desmatamento (Marmelero);
a poluição dos rios e lagoas (Cipó caboclo);
desmatamento, derrubada de madeira para vender e produzir carvão, feito para siderúrgicas dentro de áreas de assentamento (Imburana);
fogo na mata do cerrado (Malissa); fogo para queimar o mato, destruimos o solo, envenenamos as pessoas e prejudicamos o ar (Ipê);
as queimadas descontroladas (Baraúna);
derrubada e queimada (Pau-ferro);

*no Estado grande, extensão de matas são devastadas para ser substituídos por capim, em áreas próximas as nossas (Figueira);
queimadas intensivas que já preservei (Baraúna);
poluição do ar e devastação de nossa população para esse equilíbrio (Angico);
as queimadas feitas após o roçado (Cardeiro);
rios que são poluídos por indústrias (Figueira);
utilização de agrotóxicos (Marmeleiro) os mangues não são protegidos (Pinheiro);
reservas ambientais foram deixadas individualmente por cada assentado (Ipê roxo);
recuperação de uma área e depois a mesma foi desconsiderada (Gitirana)*

Os respondentes referem, ainda, que a natureza não pode estar independente do homem. Eles discordam da forma como o sistema capitalista, funciona e criticam os grandes fazendeiro vizinho ao Assentamento, que só pensam em enriquecimento.

*natureza independente do homem, isso é errado (Flor de cera);
criação de barragens, usinas hidroelétricas na minha região, que é um projeto sem base de desenvolvimento sustentável do capitalismo (Imburana);
o fazendeiro esta queimando cinco alqueiros de mata nativa acima do meu assentamento (Cerejeira);
envenenamento químico do solo(Imbaúba)
e acabar com a mata para fazer a monocultura da mandioca e enriquecer com os elementos da mata, a exemplo do fazendeiro vizinho ao assentamento (Amargoso).*

Freire (2003) mostra como compreende a relação entre natureza e produção: " a terra da gente é...como organizamos sua produção, fazemos história, sua educação, sua cultura... nela nos fixamos".

Os/as assentados/as, repensando a produção que nos alimentam e a natureza que nos cerca, enfatizam que pode ser feita uma boa produção sem destruírem os recursos naturais, numa relação harmônica com a natureza, de forma programada e consciente, conforme se pode constatar nas falas abaixo:

*a produção de produtos possa ser realizada sem a destruição da natureza, dependendo dos objetivos dessa produção (Pereiro);
temos que ter uma relação de harmônica e a produção deve ser adequada aos recursos que a natureza oferece (Marmeleiro);
deve ser feito de forma programada e consciente (Jurema);
é impossível pensar uma sem a outra (Quixaba);
de carinho respeito, amor à vida (Amargoso);
o cuidado nos molda, é amar sem causar ferida, produzir sem destruir a vida (Pau-ferro);
é necessário haver uma inter-relação entre o mesmos (Fedegoso).*

A resposta que permeia o agir são os hábitos que nós temos, e as crises dão oportunidade de se repensarem os hábitos para não destruir, e produzir com qualidade:

hoje a relação não é legal, pois muitas vezes destruímos para produzirmos "bois" (Ipê),
ser de forma racional, garantindo a sobrevivência natural do ser humano e da natureza (Pau-ferro);
uma relação muito distinta, mas que precisa ser repensada para garantia do equilíbrio dos ecossistemas (Marmeleiro);
é produzir sem causar danos irremediáveis à natureza, utilizar-se de mecanismos ecológicos para produzir alimentos naturais (Pau d'arco).

É uma fala voltada para o íntimo para a experiência. Não precisamos destruir a natureza para produzir. É preciso em tempos de crise e de transição, questionar; as perguntas que são como estrelas que norteiam no deserto ou no mar:

que o ato de produzir não se transforme em depredação da natureza, que a produção e a natureza funcione em pró da vida. (Baraúna);
seria essencial que fosse sustentável (Ipê);
há uma necessidade de interação e preservação para que o solo não se danifica com o tempo e a qualidade da produção baixe (malissa);
a primeira determina a segunda, porém muitos tem agredido a natureza para produzir (defegoso);
não precisamos destruir a natureza para produzirmos, pois é ela que dar o nosso alimento (oitica);
é preciso conhecer a natureza, para aprender a produzir nela (marmelero);
é uma relação em que a qualidade da produção depende do cuidado com a natureza e sua preservação (favela).

É preciso ter esperança na libertação, criando as condições históricas, como bem afirma Gadotti:

A ética socialista não pereceu, não desapareceu com a mundialização da economia de mercado. A exclusão provocada pela mundialização da economia de mercado deu-lhe ainda mais atualidade. O que mudou, na última década do milênio, foi a vivência de um novo paradigma e o surgimento de um novo patamar civilizatório, provocado tanto pela globalização do comércio, das comunicações, quanto pela exigência de uma governabilidade global para a qual os paradigmas clássicos não estão dando resposta adequada...podemos nos interrogar profundamente sobre os paradigmas que nos orientaram até hoje e ensaiar a vivência de um novo paradigma que é a terra vista como uma única comunidade (2000,p.201).

Os assentados e assentadas completam, mostrando a não preocupação com mercado, mas com os frutos que dão vida saudável e em abundância. E essa relação é a do cuidado, vencendo as dificuldades:

produção para a vida, não preocupado com o mercado(ipê roxo),
a natureza deve ser cuidada pelo homem para produzir frutos. Não deve ser degradada nem causar exclusão(imburana);
relação de afetividade, a produção tem que preservar a natureza e não destruir com agrotóxicos (cumaru);
depende do modo de cada ser em normal quando faz com cuidados ambientais (Juazeiro);

Há uma incrementação na produção com o jeito capitalista de produzir, que a agricultura fica tão artificial que, mais do que controlar a natureza, o homem quer superá-la, isto é, produzir sem qualquer relação com ela Zamberlam (2001).

A relação entre natureza e produção é vista como ainda difícil por conta da cultura de acabar com a natureza para produzir, no entanto é uma relação difícil, pois foi nos ensinado que é preciso acabar com a natureza para produzir (Cardeiro)

É Zamberlam(2001) que chama a atenção para o feito capitalista de produção, com a modernização da revolução verde no Brasil:

a agricultura artesanal (onde predominava a influência da natureza e as práticas sem embasamentos técnicos científicos, mão-de-obra familiar, produção para subsistência e o excedente não integrado à indústria) fosse substituída por uma agricultura quimificada artificialmente e mecanizada, adequando-se ao novo jeito capitalista de produção. (p 38)

É citada por Gadotti o motivo da crise ecológica que não é apenas resultado da crise do sistema econômico, mas também da crise de paradigmas.

Porque a crise ecológica não é apenas resultante da crise do sistema econômico, mas também da crise de paradigmas, de uma cosmovisão, uma compreensão que temos de nossa relação com o cosmo, com a realidade, com a Terra. A cosmovisão ocidental, cristã, capitalista e machista, sobrevaloriza o domínio da terra. Orientados por essa cosmovisão, nos aproximamos dela apenas na medida em que ela pode ser "útil" para nós. (196).

Na interligação entre natureza e produção, há algo que precisa estar em equilíbrio, mantendo uma qualidade de vida, conservando os recursos da própria natureza:

estão interligados, uma depende da outra para sua ascensão, ou seja, evoluírem conjuntamente (Flor de cera).
se existe natureza preservada sempre haverá produção (Jurema);
muito complicado pelo fato da distribuição de renda as pessoas se obrigam a destruir a natureza (cardeiro);

primeiro deve estar ligada a outra pois a produção depende também da natureza e a natureza não pode ser prejudicada com a produção (Carnaúba); produzindo mais preservando s que de melhor a natureza nos oferece a biodiversidade.(Favela); tem que andar juntos se a produção não funciona como cuidaremos dos assentamentos. Produção para nós que dizer tudo (Cipó caboclo); a natureza é essencial para se fazer produzir bem e com qualidade, utilizando de meios naturais sem agrotóxicos (Gitirana); relação de sobrevivência(Catuaba).

Sobre as utopias dos anos 60, Gadotti (2000) nos questiona se terão desaparecido, e ele mesmo responde:

Alguns sustentam hoje que precisamos retomá-las. Elas fracassaram justamente porque estavam certas: a modernidade que elas denunciavam sufocou a subjetividade (socialismo real), e seu fracasso prova a necessidade de continuar o mesmo combate por um mundo justo, produtivo, num ambiente sustentável. Os anos 60 não teriam terminado, e o novo paradigma não seria tão novo. (p.172)

Com relação a como lidar com a natureza e de onde vinha o conhecimento sobre o meio ambiente, a maioria afirmou que os conhecimentos vêm dos cursos de formação do MST, em segundo lugar, dos pais e, em terceiro, da escola e ainda dos livros, dos idosos, do MST, das associações e dos amigos. Pelas respostas, percebem-se que o MST vem em primeiro lugar como o movimento que tem formado suas lideranças, procurando atualizar essa temática, como citam seus membros:

A partir da chegada do MST, comecei a ver a questão ambiental com mais seriedade e com a importância que ele merece pelos cursos e trabalhos concretos (Jurema); cursos do setor de produção e meio ambiente do MST (Baraúna); através dos ensinamentos e práticas pedagógicas (Cumaru); primeiro do pai defensor assíduo e o MST, trabalhando a consciência ambiental todos esses anos (Fedegoso); encontros Estaduais e regionais, cursos de formação, de magistério, estudo da militancia, etc (Amargoso); o MST não ensina só a questão da terra, mas o que fazer com ela, a importância para os filhos e netos que precisam dela para viver (Oiticica), jornada agroecológica que teve, nesse ano, cursos de formação, setor de produção do MST (Favela); discussão em família, no curso do 2.º grau e nas formação do MST (Imburana).

É destacada a importância que o MST dá a essa questão nos cursos de formação e na prática pedagógica, trabalhando a consciência ambiental que é adquirida durante vários anos no processo e na formação e também no setor de produção:

...quando pessoas tecnicamente capacitadas nos explicam com clareza essa relação (Catuaba);
na maioria de nossos cursos de formação trabalhamos a EA (Pereiro);
palestra e a prática na vida camponesa de um trabalhador rural (Ipê)
através do diálogo que aprendemos cada vez mais um número maior de informações (Cardeiro);
no assentamento sempre foi realizada atividades de conservação do solo, das águas etc.(Favela).

O MMA tem feito um trabalho na realização de cursos em nível nacional, com parcerias junto, às universidades. Mas é preciso diminuir a burocracia no envio dos recursos, com cursos de dirigentes, formação dos formadores, coordenação estadual, eventos, seminários com o MMA (Juazeiro).

No tocante aos conhecimentos adquiridos sobre o meio ambiente, eles declaram que foram aprendidos e passados durante toda a vida ou ensinado também no setor de produção, em casa, pelos avó ou pelos pais, vizinhos e amigos:

toda vida e pelos conhecimentos adequeridos e sofridos (carnaúba);
forma de produção antiga que não danifica a natureza e a formação política que despertou a consciência desse cuidado (tamboril);
o respeito, o cuidado e preservação (malissa),
meu avô camponês agricultor (caatingueira);
o respeito que eles tem com tudo que nos rodeia e dá vida (pau-ferro).

A educação formal e informal e prática de produção orgânica também foi citada, além dos recursos tecnológicos e as teorias nos livros:

me interessei pelo assunto na escola e me informei em vídeos e leituras (marmeleiro);
teorias estudando com os pais, quando pequeno e curso praticando, produzindo produtos orgânicos (cipó caboclo);

Sobre a necessidade de área de conservação no assentamento, quase todos responderam que sim. Somente um disse não, sem saber explicar o porquê, e a afirmação do sim foi pelo cuidado com o patrimônio ambiental, pensando nas futuras gerações, para não causar desequilíbrio ecológico, que na prática e na teoria os

assentamentos apresente o novo para garantir a sobrevivência e a qualidade de vida que eles desejam:

Ter o cuidado com o patrimônio ambiental que temos e trazer bens futuros para outras gerações (Pereiro);
diz respeito a qualidade de vida que desejamos para nossos familiares (Cipó Caboclo);
para garantir um bom desenvolvimento na área (Ipê);
para não causar um desequilíbrio ecológico (Malissa); precisamos começar de algum lugar, nossos assentamentos devem conter em suas proposta o novo, não só na teoria como também na prática (Jurema);
por uma questão de sobrevivência, acho tão importante que faço parte do grupo de organização (Cumaru);
garantia de sobrevivência da espécie(Figueira);
garantir o bem estar, econômico e social, aos familiares assentados e das futuras gerações (Cardeiro);
garantir a existência das futuras gerações (Tamboril);
para cuidarmos melhor de nossa comunidade e termos uma vida com mais qualidade (Carnaúba).

A legislação garante 20% de área de reserva para conservação nos assentamentos, e isso, segundo Dilei a coordenadora do MST na Paraíba, tem ajuda na discussão:

O que tem ajudado também é essa preservação do meio ambiente essa articulação interna dentro dos assentamentos que é essa garantia dos 20% na reserva florestal. Então isso tem nos ajudado no sentido do debate, por que quando você assenta , você tem essa reserva e ela proporciona o debate meio ambiente no sentido do cuidado, que área não é, da preservação coletiva isso cria um impacto interno no sentido da organicidade interna .

Em relação às atividades práticas, os informantes sugeriram a conservação da terra como um bem natural, possibilitando uma relação harmônica entre homem e natureza:

cria a oportunidade de debater o problema ambiental, utilizando exemplos práticos (Carnaúba);
educar as pessoas é possibilitar uma convivência harmônica entre homem e natureza, ajudar na conservação do solo, da terra, que é nosso maior bem natural (Gitirana);
ajudar na proteção ambiental nas lavouras e do ar saudável (Imburana);
o homem deve interagir com a natureza e não destruí-la, distancia-se (Angico);
com certeza vai servir para todos (Quixaba);
preservar, conservar é um jeito de mudar o meio em que vivemos (Flor de Cera);
tem área que não são de nascentes que acredito ser de fundamental importância para preservar (Favela);

não podemos ver a natureza como meio simplesmente de exploração para garantir equilíbrio entre o meio e os indivíduos (Juazeiro);
isso faz bem e é dever de todo o cidadão e órgão competente (Ipê Roxo);
é importante para se preservar o que já existe e recuperar o que foi degradado (Oiticica);
acho importante que a lei exige que tenha essa reserva, porque ela nos ajuda na discussão com os assentados (Cipó).

Nos princípios éticos, no cuidado com sua vida e com a vida do outro e no cuidar e receber cuidado, eles lembraram os princípios do MST:

é respeitar a natureza e o ser humano ao mesmo tempo, pois não somos um ser separado, e sim, um conjunto, uma inter-relação homem e natureza (marmeleiro);
Cuidaram da minha vida, assim devo fazer com as dos outros; Fui moldado e pretendo moldar, cuido e serei cuidado (cabaça);
é um princípio nosso, é o amor a vida (cerejeira);
precisamos da natureza e idem. A vida humana está intimamente ligada à natureza, sem vida na natureza (rios, vegetação, água...), não há nada natureza. Daí não só precisamos de uma reserva mais todas nossas mãos devem estar voltada para ter cuidado com o meio ambiente (Jurema branca).

Percebo também que o próprio coordenador, João Pedro Stedille, concorda, em sua fala, sobre as questões ambientais, porque, em 27 de abril de 2004, ele dizia :

... a nossa prática ainda é muito aquém da vontade, há um problema: nós sempre procuramos desenvolver uma consciência, mas eu digo que é um longo processo, não é fácil, tá muito aquém. Agora é que nós estamos avançando um pouquinho, mais nessa nossa luta contra os transgênicos, aí casarmos com nossa luta pra sementes, com as nossas sementes que também faz parte do meio ambiente. (Uma rápida conversa gravada em João Pessoa, em 27/04/2004, com João Pedro Stedille., opinando sobre a EA no MST).

O movimento vem crescendo com sua política, desenvolvendo uma linha específica, como fala um de seus coordenadores, no tocante às questões da EA:

temos uma linha de realizar educação ambiental de nossa base. Procuramos desenvolver isso nos cursos, nas atividades políticas, nas nossas místicas, no confronto com o modelo do agro negócio dos capitalistas (MST,2005).

Nas suas respostas, os assentados/as apresentam que a EA consiste em trabalhar a educação dos trabalhadores/as, a partir da alfabetização, até o nível médio, e na

perspectiva da luta de classes. E, a partir disso, estudar a relação homem-natureza-sobrevivência.

Dirlei aponta que os cursos técnicos estão indicando fazer o "tempo comunidade", período que eles passam nos assentamentos e em que desenvolvem práticas na comunidade, como o plantio de árvores com viveiros de mudas nos assentamentos e na preparação para fazer a ocupação. São momentos em que eles já discutem o problema do desmatamento.

É dentro dos cursos técnicos, essa juventude que sai dos cursos no tempo comunidade esse trabalho como tarefa dentro do curso, ir para os assentamentos trabalhar meio ambiente na questão então de plantio de árvores e trabalhar viveiros de mudas, né?. Muito deles tem a tarefa realmente de implementar os viveiros de mudas lá na comunidade. E é isso perpassa dentro dos setores dentro do movimento, tanto na educação como da produção, como na própria preparação da ocupação, lembro-me que o dia que nós ocupamos aqui a fazenda Catarine em Campina Grande. No primeiro dia, a gente teve que fazer um debate sobre a questão do desmatamento, sobre a questão de cuidado com o rio, né.?

O trabalho de educação é uma atividade política importante para o processo de produção e reprodução de conhecimentos, que considera o conhecimento partindo da realidade. Vencer a pouca escolarização é uma luta permanente nos assentamentos.

A escola, no movimento, é parte integrante da vida e do conjunto da organização das famílias em seu planejamento e administração; ela tem, entre seus objetivos, o de desenvolver a consciência crítica dos alunos, através de conteúdos que os levem à reflexão, partindo da sua realidade, ampliando sua visão de mundo, para questionar o discurso oficial, que vem, desde o acampamento, com as escolas intinerantes, e continua com o ensino básico.

Existem ainda problemas em algumas áreas, no tocante aos cuidados com o meio ambiente, devido também ao baixo índice de escolarização, à visão cultural distorcida de que os recursos da natureza são inacabados, ao descuido do governo com as condições de estrutura e os recursos financeiros que forçam o trabalhador a desmatar, fazendo carvão para sobreviver com a família e a fazer uso da caça predatória para alimentar-se. Essas pessoas cuidam muito bem do meio ambiente quando lhes dão condições para tal e

cumprem com seus compromissos financeiros, porque uma das características fortes da mulher e do homem do campo é o cuidado com a terra e a honestidade.

4.10 No MST os princípios e a valorização da natureza

No relato do III Congresso do MST, em agosto de 2000, foram elaborados vários princípios da EA, dentre os quais, destaco:

- 1) Amar e preservar a terra e os seres da natureza;
- 2) Aperfeiçoar sempre nossos conhecimentos sobre a natureza e a agricultura;
- 3) Produzir alimentos para eliminar a fome da humanidade. Evitar a monocultura e o uso de agrotóxicos;
- 4) Preservar a mata existente e reflorestar novas áreas”;
- 5) Cuidar das nascentes, rios, açudes e lagos. Lutar contra a privatização da água;
- 6) Embelezar os assentamentos e comunidades, plantando flores, ervas medicinais, hortaliças e árvores;
- 7) Tratar adequadamente o lixo e combater qualquer prática de contaminação e agressão (Morissawa,2001,p.238) .

E os sem terrinhas vêm sendo trabalhados, mas os princípios nos seus encontros e a coordenadora estadual contam do preparo que as crianças do movimento têm nos encontros dos sem terrinhas na Paraíba.

... em termo de debate interno, o grande público que foi trabalhado mais do que os adultos foi as crianças, os sem terrinha. Tanto é que os últimos encontros do ano passado entrou o tema meio ambiente, esse ano entra meio ambiente, são mais mil crianças. Além disso, em termo da base social, nós fizemos várias companhias de plantio de árvores nos assentamentos. Hoje se tu pegar Massangana III, isso foi fruto de um trabalho de integração de meio ambiente com a escola e com a comunidade, onde as crianças fizeram um grande plantio de reflorestamento.

O exemplo do Assentamento Massangana III, realmente foi um trabalho da escola, do movimento, em conjunto com a UFPB. Na época, 1995, eu, com mais um grupo, conseguimos as mudas e plantamos com a comunidade. Atualmente, ao passar na BR 230, é visível a diferença na paisagem por conta do replantio das árvores.

Nesse assentamento, próximo a João Pessoa, foram desmatadas milhares de árvores na área de reserva da Mata Atlântica, pelo antigo dono da Usina de cana-de-açúcar, para ser plantado cana de açúcar, o que demonstra que não é só característica dos

camponeses entrar e desmatar, como afirmou a coordenadora. Existe quem desmata sem nenhum princípio cultural, pensando só na sua usina ou nos lucros que pode alcançar desmatando, demonstrando assim as diferenças nas atitudes entre o latifundiário e o camponês. O primeiro pensa mais no que ele, indivíduo, vai ganhar desmatando, enquanto o segundo, muitas vezes, por costume, falta de informação ou à procura de sobrevivência, desmata a reserva que, é de toda a comunidade podendo até ser punido ou expulso pela comunidade, o que gera todo um novo debate, inclusive, não resolve o problema, que pode ser também de formação:

porque há princípio, essa é um pouco, uma das características dos camponeses entra desmata né?. porque se uma trabalhador vai lá na área de reserva, que é de toda comunidade e destroe a área de reserva, ele recebe punições pela própria comunidade. Então, a partir daí, gera todo um debate dentro dos assentamentos, acho que esse é o grande primeiro passo, é o passo das reservas, que são reservas coletivas, que não são reservas individuais. Isso proporciona de certa forma um grande debate, todas as áreas que você vai é geralmente você enfrenta o problema da área de reserva. E dentro de um assentamento, algumas pessoas acham que por ser coletivo elas podem ir lá tirar alguma madeira e tal. Então, todas as definições em relação a essa área elas são definidas em assembléia pela comunidade, começa a iniciar e gerar um debate, queira ou não queira, nas áreas de assentamento, o desmatamento nós tivemos alguns caso de alguns trabalhadores, que começa a desmatar comunidade. Ela se mobiliza no sentido até de punir a pessoa e em muitos casos, elas expulsa mesmo. E nós achamos que tem que ter um pouco mais de cuidado no sentido, não é expulsando a pessoa que vai resolver por quê ela vai pra fora não é. Isso também é um problema de formação e tal.

O risco da desertificação no semi-árido é lembrado, tendo como bases as pesquisas para em cuidar do futuro da sobrevivência, da herança para o futuro e a sustentabilidade e um planejar, pensando estrategicamente nessa realidade:

Mas não tem como fugir do debate hoje, não tem em todas as instâncias da organização não dar para fugir desse debate. Primeiro, principalmente nas áreas do semi-árido, que nós corremos um grande risco de desertificação, isso não é na nossa cabeça, isso é um estudo, trabalho de caráter científico mesmo da desertificação do semi-árido. Que dizer, se nós não cuidar desse elemento, desse fator do meio ambiente, nós vamos ter futuramente, nós vamos tá cavando a nossa própria cova, qual vai ser a sobrevivência? O que nós vamos deixar de herança pra futuras gerações dos assentamentos ? Então não tem como fugir do debate, mas este debate tem que estar envolto dentro de um contexto, sustentabilidade dentro do assentamento, até de um planejamento estratégico para o futuro do assentamento..

Sobre a continuidade de um planejar nas discussões de EA, em nível de encontros estaduais, nacionais e pensando na Paraíba, a opinião da coordenadora estadual é de que

...ela permeia o todo e como ela passa a ser um problema dentro da organização, então não dar pra fugir. O tema é discutido nos encontros regionais, é discutido nos encontros estaduais. Quando você trabalha a produção, não tem como não trabalhar a questão do meio ambiente, não é? Ela, Às vezes, pode não ser um tema específico dentro dos nossos cursos, mas ela permeia todo um planejamento na área de produção que ela é incorporado, queiramos ou não .

Em se tratando da educação, já que é um campo de experiência vasta no MST, a coordenadora estadual lembra que o movimento tem mais facilidade no trabalho, nas escolas com as crianças e jovens e justifica o tema específico, sendo importante na preparação dos educadores:

Na educação, eu acredito que esse trabalho mais como tema específico, mesmo por que os professores precisam de elementos e argumentação para trabalhar nas escolas, então ele passa a ser um tema específico, no sentido de como vai se trabalhar isso com as crianças, com os jovens dentro das nossas escolas. E é um trabalho que facilita porque você, começando desde as crianças, que o pessoal mais antigo já às vezes tem mais resistência ao tema, então as crianças tem mais essa facilidade, né? e é uma tarefa construtiva para as crianças, cuidar, por exemplo, plantar uma árvore e todos os dias essa criança ficar responsável por essa árvore, de ir lá regar ela, e a escola assumir isso como tarefa dentro do assentamento é um meio de inserir as nossas crianças num processo de organização dentro dos assentamentos também .

No Assentamento Patativa do Assaré, a EA está presente na fala das crianças, muitas vezes, com um discurso bem mais elaborado do que mesmo o das professoras. Vemos isso nos textos com teatro de bonecos, quando eles apresentaram problemas da EA, como já descrito já neste capítulo. Houve também o apoio da UFPB - Campus VII - em Patos, que acompanhou com o trabalho de extensão e da Secretaria de Educação de Patos, também com palestra sobre a Caatinga:

Mas isso é real, é real, agora ali, no Patativa do Assaré com a UFPA, foi feito um bom trabalho em termo de viveiro de muda, um miocário, então e a dificuldade de trabalhar isso com os adultos. Eu acho que as criança pode ser

esse elo de levar esse tema para os pais. A grande estratégia hoje é essa questão da educação de criança desde de pequeno porque ela vai servir de exemplo: pra mãe, pro pai, pro filho e ela mesma de reeducar .

O documento "Construindo o Programa Ambiental do MST para Reforma Agrária" está sendo discutido e divulgado nos encontros estaduais, regionais, nacionais, com destaque para esse encontro setorial, que aconteceu em Campina Grande - PB, onde estão trabalhando mais a questão da organização que vai dar sustentação e incorporar novas pessoas nos setores:

Nós vamos estar trabalhando mais essa questão orgânica da organização, porque o que vai nós dar sustentação de estarmos discutindo vários temas é a organicidade do movimento, não é essa organicidade, ela... exemplo, aqui ela vai dentro dos setores, não tem como fugir do debate.

Agora não adianta nós podemos ter várias necessidades: de gênero, ambiente, educação, organização da produção, nada vale sem consolidar, si nós não tivermos uma organicidade suficiente forte, forte no sentido de incorporar novas pessoas de consolidar os setores, então dentro dos setores, tem a frente de produção e meio ambiente mas pra funcionar precisa o setor funcionar, então nesse momento... Essa questão do meio ambiente como gênero como várias coisas, eu acho que eles tem que ser pra nós o debate prioritário que se encontra é a questão da organicidade pra justamente fortalecer esses debates na base.

A coordenadora estadual Dirlei explica que os temas estruturais precisam ser o foco da atenção para não se desviarem do principal, que é a estrutura da sociedade brasileira, em que o tema meio ambiente deve ser tratado dentro de um todo num contexto geral:

tratado dentro de um todo, num contexto geral, porque si não nós descuidamos em problemas isso veio muito da política neoliberal hoje né? Isso é um problema que a gente tem que ter cuidado, que ela começa a criar problema ou trazer temas, que não são temas estruturais da sociedade brasileira, pra desvincula o foco do problema estrutural. Então, temas como meio ambiente, como raça, como gênero são temas que de certa forma, todo mundo discute, mas tem que cuidar. Eu acho que tem isso mas não podemos deixar, se nós não mudar a estrutura da sociedade brasileira, esses temas eles nunca vão ser implementados, então nós vamos ficar batendo, batendo... então você, ao invés de ir direto ao problema, você pode ir por pontos superficiais né? que não são estruturais. Então, a gente tem que, de certa forma, alguns cuidados quando a gente trabalhar esses temas que se esquece do eixo e vai pela laterais.

Ela finaliza opinando sobre a solução do problema, com mudanças radicais do Estado brasileiro, chamando a atenção para a clareza de saber a onde se quer chegar,

citando o professor Dr. Alder Júlio F. Calado. Temos que ir discutindo a construção dessa nova sociedade com os movimentos sociais:

... não é um projeto a curto prazo, aí depende da soberania nacional, depende de construção de um projeto nacional brasileiro, depende de transformações da sociedade brasileira, depende de uma mudança radical do Estado né, depende de uma mudança social muito forte. Então, isso não é um processo a curto prazo. Agora, si você saber aonde ele quer chegar e aonde você quer chegar, é muito mais fácil por que você vai construindo. Agora, como dizia o próprio Alder., se a gente não saber onde a quer chegar esses meios, a gente pode ir errando aqui e ir avaliando, mas se a gente não saber onde quer chegar, é mais difícil de ir construindo ele. Então, essas mudanças estruturais a gente vai ter que fazer, isso não sei quantas gerações... parecia que as coisas estavam mais perto, mas as coisas se alongaram, mas nós estamos discutindo, inclusive agora, com os movimentos sociais ...

Percebo que alguns passos vêm sendo iniciados, que existe EA no movimento, porém o processo é lento e exige perseverança, pois nem tudo depende deles, mas de uma sociedade, com seus costumes, e uma cultura que pode ser melhor trabalhada com as novas e futuras gerações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, cheguei à constatação de que a EA nos assentamentos do MST encontra-se, desde os objetivos até os princípios do movimento, defendendo o enfoque ambiental, dentro de um contexto social de luta pela terra. A EA existe de forma inicial. Na maioria dos assentamentos, o movimento afirma que estão transformando essa realidade de forma massiva, articulando e construindo a proposta com a sua base e não só com algumas famílias, ou restrita a determinados locais. Esses princípios são forjados dentro de valores, hábitos e uma nova cultura, com o cultivo das questões ambientais que são trabalhadas no MST, presentes nos cursos de formação dos educadores, em escolas, em encontros regionais e nacionais do movimento, surgidos pela própria realidade dos assentamentos, cujos problemas mais visíveis são combatidos.

Destaquei as bases filosóficas e históricas da crise ambiental, fazendo o resgate histórico da EA em nível internacional, no Brasil e na Paraíba. Foi possível perceber que mais de quarenta anos se passaram e, na EA, em todos os níveis, há avanços e retrocessos. Na Paraíba, destaco o núcleo de EA no IBAMA, a REA/PB, o trabalho das universidades Estaduais e Federais, o início da EA em escolas do Estado e em alguns poucos municípios.

Nas experiências do MST na Paraíba, a EA tem sido iniciada de forma mais específica depois das campanhas da semente com os Sem - Terrinha. Percebo que as crianças defendem a EA, com uma nova perspectiva para o MST. Elas têm surpreendido, com apresentação dos problemas para os adultos e com ações simples chamando a atenção dos pais, dos colegas. Isso traz resultados fortes para a conservação do meio ambiente junto aos jovens, adultos e até idosos.

Nesse trabalho de EA, as gerações atuais vão tendo uma maior visão de cuidar melhor do ambiente e buscar, na luta pela terra, mais dignidade. Suas falas resgatam uma nova esperança; elas vão cuidando de suas áreas e dão exemplo para toda a sociedade com a produção agro ecológica, cujos produtos de marcas registradas, como as sementes Bionatur, frutas, verduras, legumes e leite e até flores são vendidos e servem de animação em suas apresentações.

A prática é coerente com o discurso sobre meio ambiente e EA nos assentamentos acompanhados pelo MST, o que se reflete na concepção de meio ambiente e nos elementos da cultura, identificando práticas dos/as assentados/as relacionando-as com a EA nos assentamentos

Nas escolas, pude observar que o processo é lento, pois ainda falta trabalhar melhor certos valores relativos à educação doméstica, aos hábitos e à valorização do meio. O cuidado com o ambiente, na sociedade, como um todo, é falho, mas, mesmo assim, analisando a educação escolar dos assentados

no Patativa do Assaré, é possível perceber que eles já estão na frente porque, de fato, procuram equilibrar o discurso e a prática com os seus educandos em relação à EA. Um exemplo disso são as professoras e professores pesquisadas no Patativa, que já estavam discutindo a EA e tentando colocá-la em prática nas suas salas de aula, e na comunidade, enquanto outras/os ligadas/os somente à educação municipal, começaram quando chamamos a atenção para tal questão e acompanhamos pontualmente, por seis meses, algumas atividades. No entanto não se pode garantir que darão continuidade, pois, mesmo tendo conhecimento sobre o assunto, alguns (mas) deles/las só discutiam o tema na semana do meio ambiente, pelo fato de isso ser cobrado nos planejamentos, como foi dito por uma professora. Pude confirmar na prática das pessoas do MST atitudes novas, no planejamento das atividades, tentando formar novos conceitos que dizem respeito a um novo olhar em relação ao meio ambiente, a uma vida nova, assim como as ações de seus coordenadores na construção de uma sociedade diferente.

No sentido de haver um maior e melhor equilíbrio nas questões da EA nos assentamentos, são necessários mais recursos financeiros e acompanhamento técnico. As novas técnicas que valorizam o meio ambiente vêm sendo usadas no MST desde a década de noventa, quando o movimento começou a produzir considerando a agro ecologia nas ações, propostas e em seus programas, apontando para fortes mudanças no modelo tecnológico, os quais influem na realidade ambiental e social das famílias assentadas.

São citadas várias experiências bem sucedidas, a exemplo do Pontal do Paranapanema, com a semente Bionatur, o arroz orgânico, a soja orgânica, a organização de feiras ecológicas. O movimento têm travado uma batalha contra os transgênicos e outros produtos ferem os seus princípios.

Um dos objetivos do MST é desenvolver tecnologias adequadas à realidade, conservando e recuperando os recursos naturais, com um modelo agrícola auto-sustentável. Ele critica o atual modelo tecnológico adotado na agricultura, que visa apenas ao lucro, comprometendo os recursos naturais para as futuras gerações.

Em seus princípios, o movimento deixa claro o cuidado com a terra, melhorando os conhecimentos sobre a natureza e a agricultura, evitando a monocultura, o uso de agrotóxicos, combatendo todas as práticas de contaminação e agressão, produzindo alimentos para eliminar a fome da humanidade. Esses princípios são forjados dentro de valores, hábitos e uma nova cultura, com o cultivo das questões ambientais que são trabalhadas no MST, estando presentes nos cursos de formação dos educadores, em escolas, em encontros, regionais e nacionais do movimento, surgidos da realidade.

Faltam mais políticas públicas e programas como o PRONERA, pensado a partir da realidade dos assentamentos, cujos problemas mais visíveis são resolvidos nas áreas de assentamentos .

O movimento contempla a EA enquanto processo educativo, despertando nos educandos uma nova cultura, com preocupações para as questões ambientais que promovam uma modificação nos valores e atitudes, propiciando a construção de habilidades e mecanismos necessários à sustentabilidade ambiental.

A luta e a conquista da terra pelo MST, em si, já pode ser considerada um primeiro passo para que a EA esteja sendo vivida. Porque a luta pela terra, para que nela se produza com respeito ao ambiente é algo que vem sendo deixado explícito nos documentos do movimento e experienciado em algumas regiões. A EA é vivida na busca por um pedaço de chão, como uma luta política, educativa e ambiental ,no sentido de ser implantada nos assentamentos, dentro do sistema de cooperação coletiva e individual. A cooperação na agricultura e a racionalização da produção de acordo com os recursos naturais, têm sido menos agressivas com o meio ambiente, porque usam a lógica do cuidado em manter o ambiente com condições de sustentabilidade vendo que a natureza é esgotável..

Confirmando práticas ambientais de uma maneira geral e de modo específico na busca por terra para quem nela trabalha, desenvolvendo ações sustentáveis, cuidando da conservação e preservação de seus recursos naturais, assim como nas questões sociais, como bem afirmou uma coordenadora, que existe uma mudança maior na luta por dias melhores em toda a estrutura da sociedade. Assim confirmo minha tese de que, no MST é vivida a EA nos documentos e na prática. O movimento contempla, na luta pela terra, o cuidado com a natureza.

O resultado deste trabalho será devolvido para os assentamentos, através de encontros, reuniões, quando lhes serão mostrados os resultados da pesquisa para os/as assentados/as via fotos, e entregue o trabalho escrito a representantes do movimento.

REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, Francisco José Pegado, GUERRA, Rafael Angel Torquemada. (organizadores). **A Questão Ambiental no ensino de Ciências e a formação continuada de Professores de ensino fundamental**. João Pessoa, Ed Universitária, 2005.
- ATLAS **Geográfico do Estado da Paraíba**. João Pessoa: Secretaria da Educação do Estado, 1985. 99p.
- ALMEIDA, F. O Mundo dos Negócios e o Meio Ambiente no Século XXI. In: TRIGUEIRO, A. **Meio Ambiente no Século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Sextante. 2003.
- AGENDA 21. **Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento** - 1992. Brasília: Senado Federal, 1996.
- ARRYO, Miguel Gonzalez, FERNANDES, Bernardo Mançano . A educação básica e o movimento social do campo: Por um educação básica do Campo. Brasília: “**Articulação Nacional por uma Educação do Campo**”, 1999. **Coleção por uma educação do campo**, n-1,2, 3 .
- ALMEIDA, Sílvio G. de, PETERSEN, Paulo e CORDEIRO, Ângela (2001). **Crise socioambiental e conversão ecológica da agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: AS-PTA.
- BATALLA, Judith Font. **Efeito dos Herbicidas Gramoxone e Roundup**. Tese de Doutorado 2002.
- BAMAT, Thomas e Neto, Genaro Ieno(orgs). **Qualidade de Vida e Reforma Agrária na Paraíba**. João Pessoa: UNITRABALHO/ UFPB, 1998.
- BERNA, Vilmar. **Como fazer Educação Ambiental**. São Paulo: Paulus 2001. (Pedagogia e Educação)
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é o Método Paulo Freire**. 16 ed. São Paulo: brasiliense, 1990.
- _____. **Os caipiras de São Paulo**. São Paulo : brasiliense, 1983.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Org) **Repensando a Pesquisa Participante**. São Paulo: brasiliense, 1984.
- _____. **O educador Vida e Morte**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1982.

BRASIL, **Constituição da Republica Federativa do Brasil**, Brasília Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **A implementação da Educação Ambiental no Brasil**. Brasília/ DF. MEC, 1998.

BRASIL, [Lei 9.605,13 de fevereiro de 1998] nº 9.605/98/ Org.: Iracema Almeida Valverde, Sonia Regina Peixoto Baessa, Adriana N.Basílio-Rio de Janeiro: Expressão e cultura, 2001.(Página amarelas)

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio ambiente, saúde. v 9**,Brasília : 1997.

BRENNAND, Edna e Galvão, Maria Neuma Clemente (orgs). **Múltiplos Saberes e Educação**. João Pessoa: Ed Universitária/ UFPB, 2004.

BREZENZISK, I. **LDB Interpretação: Diversos Olhares se Intecruzam**. São Paulo: ed, 2003.

BUARQUE, Holanda Aurélio.(s/d).**Novo Dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1. Ed., 8. Reimp.

CALDART, Roseli Salete. **Educação em Movimento: formação de educadores e educadoras no MST**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____Educação Popular no Meio Rural; As experiências Pedagógicas do MST. In **Reestruturação Curricular teoria e prática no Cotidiano da Escola** . Petrópolis, RJ:Vozes, 1995.

CALAZANS, Maria Julieta. Para Compreender a educação do Estado no Meio Rural (traços de uma Trajetória). In: THERRIER, Jacques & DAMASCENO, Maria Nobre. **Educação e Escola no Campo**. Campinas: Papirus, 1993.

CARNEIRO, Rosane. **Educação Ambiental educação para a terra**. In Revista SENAC e Educação Ambiental. Ano no.3 setembro/dezembro 2001.

- CARVALHO, Isabel Cristina Moura. **Elementos para um debate sobre educação ambiental popular e extensão rural**. Revista Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável, Porto Alegre, v.2 abr/ jun. 2001 - pp. 43-51.
- CASCINO, Fábio. **Educação Ambiental: princípios, história, formação de professores**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1999.
- CAVALVANTI, C. **Meio Ambiente, desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.
- CENTRO DE ESTUDOS DE EDUCAÇÃO E SOCIEDADE, (Cedes). **Educação Ambiental**. Cadernos CEDES, N.º 29 Campinas: Cedes / Papirus, 1993.
- COSTA, Larissa Barbosa da, Trajber, Rachel. **Avaliando Educação Ambiental no Brasil: materiais audiovisuais**. São Paulo: Petrópolis: Instituto Ecoar para a Cidadania, 2001.
- COSTA, José Jonas Duarte da. **Impactos Socioambientais das Políticas de Combate à Seca na Paraíba**. São Paulo, 2003(Tese de Doutorado) USP.
- CUNHA, Marlécio Maknamara da Silva. **O Enfoque Ambiental no Ensino de Ciências: da competência técnica ao compromisso político**. João Pessoa- PB, 2005 (Dissertação de Mestrado) PPGE-CE.
- CHETTINO, Luiz Fernando. **Ecologia, Política e Desenvolvimento- Ensaios**. 2^a ed. UFES, 1995.
- DAMASCENO, Maria Nobre. **Pedagogia do engajamento: trabalho, prática educativa e consciência do campesinato**. Fortaleza: Edições da UFC, 1990.
- _____. **Questões Teóricas e Práticas da Pesquisa Social e educacional**. Em Aberto, Brasília, ano 5, n.31,jul. 1995.
- DEMO, Pedro. **Cidadania menor: algumas indicações qualitativas de nossa Pobreza política**. Petrópolis: Vozes 1992.
- DIAS, G.F. **Educação Ambiental: Princípios e Práticas**. 2. Ed.ver. e amp. São Paulo: Gaia, 1993.

- _____. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 5ª ed. São Paulo: Global, 1998.
- _____. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 551p.
- ECO, Humberto. **Como se faz uma Tese**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1989.
- EMBRAPA/CONCRAB (2004). **Programa de pesquisa em agrobiodiversidade e agroecologia visando a sustentabilidade a agricultura familiar e da reforma agrária**. (mimeog.)
- FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- _____. **Cartas à Guiné-Bissau Registro de uma Experiência em Processo**. 2.ª Edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- _____. **Ação para a Liberdade e outros Escritos**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- _____. **Educação e Mudança**. 8ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- _____. **À Sombra desta Mangueira**. 5ª ed. São Paulo: Editora Olho d'água, 2003.
- _____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1970.
- _____. **Extensão ou Comunicação?** São Paulo; Paz eTerra, 1988.
- _____. **Educação e Atualidade Brasileira**. Recife: UFPE, 1959.(Tese de Concurso para a cadeira de História da Educação na Escola de Belas Artes de Permabuco.
- _____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- _____. **Pedagogia da Eaperança: Um Reencontro com a Pedagogia do Oprimido**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- _____. **Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à Pratica educativa**. Rio de Janeiro., 1997.
- FERRAZ, Maria Luiza Camargo Pinto. **Educação Ambiental Continua: A Vida como foco da Aprendizagem. O Caso da Escola Maria Elisbânia dos Santos**. Fortaleza - Ceará, 2004(Dissertação de Mestrado).FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. RJ. Editora Nova Fronteira, 1986. 1838p.
-

FURTADO, Eliane Deyse P & DE JESUS, Sônia Meire S. Alfabetização de jovens e adultos para o Campo. Texto Base apresentado na reunião de Estratégia Regional de continuidade da **V CONFINTEA: Encontro Nacional Preparatório à Reunião dos países do Mercosul**. Curitiba, PR: out, 1998,p.1-5.

GADOTTI, Moacir. **Escola Cidadã**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

_____. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Petrópolis, 2000. (Série Brasil cidadão)

_____. **Pedagogia da Terra e Cultura de Sustentabilidade**. Revista Lusófona de Educação. 2005, n.º 6 (<http://rleducacao.ulusofona.pt/artigos>).

GAMBOA, Silvio Sánchez. **Pesquisa Educacional: quantidade – qualidade**. 3- ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GOMES, Carlos Minayo. **Trabalho e Conhecimento: Dilemas da Educação do Trabalhador**. São Paulo, Cortez, 1989.

GALVÃO, Maria Neuma Clemenete e Gonçalves, Luiz Gonzaga. Educação Escolar nos Assentamentos da Paraíba. In **Qualidade de Vida e Reforma Agrária na Paraíba**. NETO, Genaro Leno e BAMAT, Thomas. (coord.) João Pessoa: INCRA-PB, UNITRABALHO, UFBP – CPT- CEDOP, 1998.

GONH, Maria da Glória . **Movimentos Sociais e Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

GRABÁUSKA, Clailton José e Bastos, Fábio da Purificação de. Investigação-ação Educacional: Possibilidades críticas e emancipatórias na prática educativa. In **Pesquisa-ação: Princípios e métodos**- Richardson, Roberto Jarry (org) Ed. Universitária, UFPB, 20003.

GUTIÉRREZ, Francisco & Prado, Cruz. **Ecopedagogia e Cidadania Planetária**. São Paulo: IPF/Cortez, 1998.

IANNI, Otávio. **Origens agrárias do Estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

KNIJNIK, Gelsa. **Etnomatemática e educação nos movimentos dos Sem Terra**. In Silva.

LISOVSKI, Lisandra e ZAKRZEWSKI, Sônia Balvedi. O que é meio ambiente. In **A Educação Ambiental na Escola Abordagens Conceituais**. Rio Grande do Sul: edifapes Erechim, 2003.

LIMA, Maria Alves de Sousa. **A Inserção da Educação Ambiental no Currículo Escolar**. Dissertação de Mestrado, UFPB, João Pessoa, 2005.

Luiz Heron. (org). A escola Cidadã no Contexto da Globalização. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. **Exclusão e Resistência: Educação Matemática e Legitimidade Cultural**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino de 2 Grau : O trabalho Como Princípio Educativo**. São Paulo: Cortez, 1988.

_____.et all. **Trabalho e Educação**. São Paulo: Papirus, 1994.

LATOUR, Bruno. **Políticas da natureza - como fazer ciência na democracia**. Tradução Carlos Aurélio Mota de Sousa.--Bauru, SP: EDUSC, 2004.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura, um Conceito Atropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2000.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola Rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.

(Questões da nossa época)

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. 3.^a ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LUDKE, Menga e André .E. D. A Marli. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MANACORDA, Mário. **O Princípio Educativo em Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

MANUAL DE OPERAÇÕES, **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária PRONERA**. Brasília, Brasil, 1998.

- MANZOCHI, L.H.& TRAJBER.R. (org). **Avaliando a Educação ambiental no Brasil: materiais Impressos**. São Paulo; Gaia/Ecoar, 1996.
- MARCONI, Marina de Andrade e Lakatos, Eva Maria.**Metodologia Científica**. 4.ed.-SP: Atlas, 2004.
- MARTINS, José de Sousa. **Os Camponeses e a política no Brasil**. Porto Alegre: Artes Medicas,1986.
- MATSUSHIMA, Kazue. **Dilema contemporâneo e educação ambiental: uma abordagem arquetípica e holística**. Revista em aberto, ano 10, n 49, Brasília: DF 1991.
- MEDINA, Naná Mininni e SANTOS, Elizabeth da Conceição. **Educação Ambiental - Uma Metodologia Participativa de Formação**. 2^o Ed. Petrópolis, RJ; Vozes, 1999.
- MELLO, Nelson Sousa. **Educação Ambiental - Dilemas da Prática Contemporânea**. Rio de Janeiro: Thex Ed.: Universidade Estácio de Sá, 2000.
- MINISTÉRIO da Educação e do Desporto - **Parâmetros Curriculares Nacionais**.Brasília: MEC, 1995.(1^a versão).
- MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA -MEPF, INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **PRONERA -Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária**. Manual de operações, Brasília, Brasil, 1998.
- MONTEIRO, Denis.. **Sustentabilidade e segurança alimentar: estabelecendo conexões para uma agenda propositiva**. (mimeo) 2001.
- MOREIRA, Emília. **Por um Pedaco de Chão**. 2v JP. Editora Universitária, UFPB, 1997.
- MORISSAWA, Mitsue. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- MST – SETOR DE EDUCAÇÃO – **Como Fazer a Escola que Queremos**. São Paulo: MST, 1993.

NASCIMENTO, Severina Ilza do. Educação e movimentos Sociais rurais no Brasil e especialmente na Paraíba. In (Org) et all.. **Movimento Sociais, Estado, no Nordeste: estudos de Experiências no Meio Rural.**- CALADO, Alder Júlio Ferreira João Pessoa: Idéia, 1996.

NETO, José Francisco de Melo. Pesquisa-ação (aspectos práticos nos movimentos Sociais populares e em extensão popular).. In **Pesquisa-ação Princípios e métodos**- Richardson, Roberto Jarry (org) Ed. Universitária, UFPB, 20003.

NIDELCOFF, M. Tereza. **Uma Escola Para o Povo.** 5- ed. São Paulo, Brasiliense, 1980.

NUÑEZ, Miguel Angel. **Propuesta de desarrollo rural sustentable.**Caracas: Parlamento Latinoamericano. 2002.

O'BRIEN, Rory. Uma análise da abordagem metodológica da pesquisa - ação. In **Pesquisa-ação Princípios e Métodos** - Richardson, Roberto Jarry (org) Ed. Universitária, UFPB, 2003.

PAGNOCCHESCHI, B. (Coord) **Educação Ambiental: experiências e perspectivas.** Brasília DF: ISPN/INFP, fev, 1993.

PAIVA, Vanilda. **Educação Popular e Educação de Adultos.** São Paulo: Edições Loyola, 1987.

PEDRINI, Alexandre de Gusmão (org). **Educação ambiental: reflexões e práticas contemporâneas.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

PELIZZOLI, M.L. **Correntes da Ética Ambiental.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

PENIN, Sonia. **Cotidiano e Escola.** São Paulo; Cortez, 1995.

PENTEADO, H. D. **Meio Ambiente e Formação de Professores.** São Paulo: Cortes , 1994.(Coleção Questões de Nossa Época)

PRIGOGINE, Ilya, STENGERS, Isabelle. **A Nova Aliança: a metamorfose da Ciência.** (tradução) de Miguel Faria e Maria Joaquina Machado Trincheira 3ª ed. Brasília: UNB, 1997.

TERRIEN, Jacques e DAMASCENO, Maria Nobre (Coords) **Educação e Escola no Campo.** Campinas :Papirus, 1993.

TOUFFET, J. **Le dictionnaire essentiel d` écologie**. Rennes: Ouest-France. 1982.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. 5.^a ed- São Paulo, Cortez, 2002.a –
(Questões da nossa época; v.41).

_____. **O Que é Educação Ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2001.a (Coleção Primeiros Passos; 292).

_____.(org) **Verde Cotidiano - o meio ambiente em discussão**. 2.^a ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.b

_____. **A Floresta e a Escola: por uma educação ambiental pós-moderna**. 2.^a ed, São Paulo: Cortes, 2002.b

_____. **Ecologia, Elites e Inteligência na América Latina: Um Estudo de Suas Representações Sociais**. São Paulo:Annablume, 1999.

RODRIGUES, Vera. Um programa brasileiro para o meio ambiente, destinado aos professores e líderes comunitários -, O projeto muda o Mundo Raimundo! In ZIARA, Yolanda (org.) **Educação Ambiental: Seis preposições para agirmos como cidadãos**. São Paulo, Instituto Pólis, 2003.

RICHARDSON, Roberto Jarry (org.). **Pesquisa - Ação: princípios e métodos**. João Pessoa: Editora Universitária. 2003.

RODRIGUES, Janete Lins (org). **Cartilha paraibana: aspectos geo-históricos e folclóricos**. João Pessoa, GRAFSET, 1993..

RUSCHEINSKY, Aloíso (org). **Educação Ambiental - Abordagens Múltiplas**. - Porto Alegre: Artmed, 2002.

SATO, Michele. **Apaixonadamente Pesquisadora em educação ambiental**. Educação Teoria e Prática, Rio Claro, v.9,n.16/17, p.24-35,2001.

_____. **Educação Ambiental**. São Carlos: Rima, 2002.

_____.; SANTOS, José Eduardo. Tendências nas pesquisas em educação ambiental. In Noal, F.; BARCELOS, V.; REIGOTA, M. (orgs) **Construindo a Educação Ambiental**. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2003.

SAUVÉ, L.; ORELLANA, I. A Formação Continuada de Professores em Educação Ambiental: a proposta EDAMAZ. In Santos, j. E; SATO, M. **A Contribuição da Educação Ambiental à esperança de Pandora**. São Carlos, RIMA, 2001, p.273-288.

SAUVÉ, L. **La educación ambiental entre la modernidad y la posmodernidad: En busca de um marco de referencia educativo integrador**. Tópicos en Educación Ambiental. Mexico, v.1,n.2p.7-25,1999.

SAUVÉ, L (1997). **Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: uma análise complexa**. **Revista de Educação Pública**, v 6, n.º 10, pp.72-102. Disponível em http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev10/educação_ambiental_e_desenvolvim.html

STÉDILE, João Pedro. **Jornal do Planalto** - Entrevista internet . abril de 2005.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto (2001). **Democracia e Sustentabilidade na Agricultura: subsídios para a construção de um novo modelo de desenvolvimento rural**. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático: FASE. (Série Cadernos Temáticos, n. 4).

SILVA, Luciana Henrique da. **A História Contada: Surgimento do MST na Paraíba**. Revista CAOS - n. º 1- abr. 2000.

SOUSA, Francisco de Assis Varela. **Reforma Agrária : questão historica nacional a implementação dos Assentamentos rurais da Paraíba**. João Pessoa: UFPB - CCSA-CME, 1998.

SPAVOREK, Gerd . **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas e Letras Editora e Gráfica, 2003.

UMBELINO, Ariovaldo (2004). **Barbárie e Modernidade: As transformações no campo e o agronegócio no Brasil.** (mimeog).

VALE, Ana Maria do. **Educação Popular na Escola Pública.** São Paulo: Cortez, 1992.

VENDRAMINI, Célia Regina. **A Experiência Coletiva como fonte de aprendizagem nas lutas do MST no Brasil.** Revista Lusófona de Educação 2005, nº 6 (<http://rleducação.ulusofona.pt/artigos1.ht>).

WERTHEIN, Jorge e BORDENAVE, Juan Días. **Educação Rural no Terceiro Mundo: Experiências e Novas Alternativas.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

ZAMBERLAM, Jurandir. **Agricultura ecológica: preservação do pequeno agricultor e do meio ambiente.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

ANEXOS

ANEXO A

- 1 -Roteiro da entrevista para os/as coordenadores/as do MST**
- 2 - Questão única para os representantes da EA no Estado da Paraíba**
- 3 - Roteiro da entrevista com o sub-secretário de Patos -PB**
- 4 - Roteiro da entrevista dos/as professores/as nos assentamento**

1 - Roteiro

1 - Nos princípios do MST há várias preocupações a natureza. Como esses princípios tem sido vivenciados no dia-a-dia.

2 A educação ambiental é vivida no movimento.

3 Quais os principais impactos ambientais nas áreas.

4 Como vem sendo pensada as questões da educação ambientais no movimento.

5 Fale sobre agroecologia no MST.

2 - Questão única para os representantes da EA na Paraíba

Fale o que você conhece da história da EA no Estado da Paraíba.

3 Roteiro

1 - Na educação municipal de Patos -PB, o que vem sendo apresentado com relação a EA.

2 - Como acontece a formação dos professores para trabalhar com EA no município.

3 - Como você avalia este trabalho.

4 - Algum trabalho pensado para área de assentamento rural.

4- Roteiro

1- Série que ensina. Quanto tempo. Quem orienta para fazer o trabalho de EA.

2 - Como foi a orientação. Porque e quando. Os temas trabalhados.

3 - Quais os momentos. Comente o que é EA para você.

4-- como você avalia a EA na sua escola. Que sugestões para melhorar.

5 - Como os alunos participam das aulas.

6 Que recursos didáticos são usados. Existe diferença no assentamento depois das aulas sobre EA. Comente quais.

ANEXO B

Questionário aplicado a uma turma do curso de História - Licenciatura para educadores dos movimentos sociais do campo vinculado aos Assentamentos da reforma agrária no Brasil - 2004.

ANEXO C

Documento "Construindo o Programa Ambiental do MST para Reforma Agrária"

ANEXO D

PRONERA - PROJETO BENEDITO TONHO - SOBRAL -CE

ANEXO E

Seminário de consolidação do Fórum paraibano de Educação Ambiental -1997

ANEXO F

Fórum de Educação Ambiental da Paraíba - 1999

ANEXO G

LEI N.º 7.718, de janeiro de 2005

Dispõe sobre a Educação Ambiental, Institui a Política Estadual de Educação Ambiental, cria o Programa Estadual de Educação Ambiental e complementa a Lei Federal n.º 9.795/99 no âmbito do Estado da Paraíba.

ANEXO H

Cartilha da alfabetização de Jovens e adultos do PRONERA - Sobral -CE

ANEXO I

Projeto para a oficina de Teatro de Bonecos na Educação Ambiental